



OS DEUSES FORAM HONRADOS

O CONTRIBUTO DA EPIGRAFIA VOTIVA PARA O ENTENDIMENTO
DAS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS NO CONTEXTO DA
OCUPAÇÃO ROMANA DA BEIRA INTERIOR PORTUGUESA

DANIELA FILIPA DE FREITAS FERREIRA

FICHA TÉCNICA

Título | Os deuses foram honrados. O contributo da epigrafia votiva para o entendimento das manifestações religiosas no contexto da ocupação romana da Beira Interior Portuguesa.

Autor | Daniela Filipa de Freitas Ferreira

Design gráfico | Miguel Teixeira

Editor | Universidade do Porto. Faculdade de Letras
Porto, 2022

ISBN: 978-989-9082-09-0

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-09-0/deu>

Alojado na Biblioteca Digital da FLUP

URL: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1796&sum=sim>



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

DANIELA FILIPA DE FREITAS FERREIRA

OS DEUSES FORAM HORADOS

O contributo da epigrafia votiva para o entendimento das manifestações religiosas
no contexto da ocupação romana da Beira Interior Portuguesa

" [...] la religion est une chose éminemment sociale. Les représentations religieuses sont des représentations collectives qui expriment des réalités collectives; les rites sont des manières d'agir qui ne prennent naissance qu'au sein des groupes assemblés et qui sont destinés à susciter, à entretenir ou à refaire certains états mentaux de ces groupes. Mais alors, si les catégories sont d'origine religieuse, elles doivent participer de la nature commune à tous les faits religieux: elles doivent être, elles aussi, des choses sociales, des produits de la pensée collective."

(É. Durkheim 1925)



DANIELA FERREIRA

Frequentou a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (UP), onde se licenciou em Arqueologia, em 2010. Em 2012, obtém, pela mesma instituição, o grau de Mestre com a defesa da dissertação intitulada «Memória coletiva e formas representativas do espaço religioso», avaliada com a classificação máxima de 20 valores. No ano letivo de 2014/2015 iniciou o seu doutoramento no programa de História e Arqueologia da Universidade Complutense de Madrid, beneficiando de uma bolsa de 4 anos, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Em novembro de 2019 defende em provas públicas a tese «A Cerâmica Grega na fachada Atlântica da Península Ibérica», aprovada com distinção e honras, por unanimidade.

Integra, desde 2012, a unidade de investigação e desenvolvimento CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” e colabora desde 2015 com o Centro IBERIA GRAECA, sediado na Catalunha, estudando a presença grega na Península Ibérica.

É coeditora e coautora de vários livros, capítulos de livros, artigos em publicações científicas, posters, comunicações em conferências nacionais e internacionais. Colaborou na organização de várias exposições de arqueologia e congressos nacionais e internacionais.

Desenvolveu e colaborou em vários projetos de investigação em Arqueologia e atualmente desempenha funções como Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O entendimento das manifestações religiosas assume-se como uma das óticas de estudo mais relevantes na abordagem das dinâmicas inerentes ao processo de aculturação verificado entre indígenas e romanos em território nacional. A fonte primordial para este entendimento cabe à epigrafia votiva, compreendida como provedora de nomes divinos, de rituais de culto, de modelos de dedicantes e de fórmulas organizativas de pensamento.

A Beira Interior portuguesa, detentora de um avultado número de testemunhos epigráficos e depositária de uma notável diversidade de teónimos de leitura segura e de menção exclusiva na região, afigura-se como um espaço ímpar para o estudo das expressões religiosas indígenas e, por conseguinte, para o estudo das comunidades pré-romanas. Tomando em consideração esta singularidade, e partindo da análise conjunta do somatório de monumentos votivos consagrados a divindades indígenas; formulamos uma proposta de ordenação do panteão religioso pré-romano baseado no grau de exclusividade dos teónimos registados, relativamente à região em estudo. A finalidade última compreendeu a verificação de regionalismos religiosos e o entendimento das relações que se estabelecem entre as diferentes divindades, organizando-se, por conseguinte, a aparente desordem subsequente de uma tão marcada diversidade teonímica.

O resultado desta interpretação expressou-se na individualização de teónimos de menção exclusiva da Beira Interior portuguesa, na particularização de teónimos regionais que atestam a possibilidade de um panteão votivo alargado às regiões adjacentes, e na distinção destas especificações relativamente aos teónimos de âmbito geográfico alargado, i.e., em relação às designações divinas amplamente representadas no restante território hispânico. A proposta organizativa apresentada permitiu perceber âmbitos geográficos específicos de cada um destes grupos; contribuindo assim para a definição do campo de ação de cada uma das divindades evocadas e para a consequente definição dos seus atributos.

Palavras-Chave: Religião; epigrafia; aculturação; indígena; panteão.

ABSTRACT

The understanding of religious manifestations is assumed as one of the most relevant studies in the dynamics inherent to the process of acculturation occurred between indigenous and Romans in the Portuguese territory. The primary source for this view lies with the votive epigraphy, understood as a provider of divine names, rituals of worship, models of worshipping and forms of thought organization.

The Portuguese Beira Interior, possessor a large number of epigraphic testimonies and repository of a remarkable diversity of theonyms and unique words in the region, appears as a singular area for the study of indigenous religious expressions and, consequently, for the study of pre-Roman communities. Taking into account this singularity and based on the joint analysis of the sum of votive monuments dedicated to indigenous deities; we have formulated a proposal of organization of the pre-Roman religious pantheon based on the degree of exclusivity from the theonyms recorded in the region under study. The ultimate goal focused the understanding of regionalism and religious thought established between the different deities, and the organization, in consequence, of the apparent disorder subsequent to such a marked diversity of theonyms.

The result of this interpretation has expressed in the individualization of theonyms only mentioning in Beira Interior, in the particularization of regional theonyms which confirm to the possibility of a votive pantheon extended to adjacent regions, and in the distinction of these specifications in relation to a wider geographical scope of theonyms, i.e., in relation to the designations of the divine, widely represented in the rest of Hispanic territory. The proposed organization allowed us to perceive specific geographical areas of each of these groups, thus contributing to the definition of the fields of action of each evoked deities and the consequent definition of their attributes.

Keywords: Religion; epigraphy; acculturation; indigenous; pantheon.

PARTE I :: Enquadramentos

CAPÍTULO I :: Definição e natureza dos conceitos utilizados. Problematização dos conceitos e aplicabilidade ao contexto estudado

1.1 :: O conceito ocidental de religião como uma noção culturalmente determinada. Projeção da mentalidade religiosa moderna na interpretação da organização religiosa indígena e romana

1.2 :: Conceito de Panteão aplicado às expressões religiosas pré-romanas

1.3 :: Esclarecimento e problematização dos conceitos de *romanização*, *etnia* e *indígena*

CAPÍTULO II :: Resenha histórica dos estudos alusivos à epigrafia votiva da Beira Interior portuguesa

CAPÍTULO III :: Contextualização. Delimitação e caracterização geográfica. Introdução sucinta ao processo de aculturação dos cultos indígenas

PARTE II :: Interpretação e conclusões

CAPÍTULO IV :: Análise epigráfica. Interpretação individual dos teónimos registados na Beira Interior portuguesa

1.1 :: Teónimos exclusivos da Beira Interior portuguesa (grupo I)

1.1.1 :: Inscrições consagradas a *Aelua*

1.1.2 :: Inscrições consagradas a *Aetio*

1.1.3 :: Inscrições consagradas a *Aratibro*

1.1.4 :: Inscrições consagradas a *Asídia*

1.1.5 :: Inscrições consagradas a *Collovesei Caieloni Cosigo*

1.1.6 :: Inscrições consagradas a *Corua*

1.1.7 :: Inscrições consagradas a *lccona Loimina*

1.1.8 :: Inscrições consagradas a *Igaedo*

1.1.9 :: Inscrições consagradas a *Laepo*

1.1.10 :: Inscrições consagradas a *Oipaengia*

1.1.11 :: Inscrições consagradas a *Trebopala*

1.2 :: Teónimos regionais (grupo II)

1.2.1 :: Inscrições consagradas a *Arentio*

1.2.2 :: Inscrições consagradas a *Erbina*

1.2.3 :: Inscrições consagradas a *Laneana*

1.2.4 :: Inscrições consagradas a *Quangeio*

1.2.5 :: Inscrições consagradas a *Trebaruna*

1.3 :: Teónimos de âmbito geral (grupo III)

1.3.1 :: Inscrições consagradas a *Ama Aracelene*

1.3.2 :: Inscrições consagradas a *Bandi*

1.3.3 :: Inscrições consagradas a *Munidi*

1.3.4 :: Inscrições consagradas a *Nabia*

1.3.5 :: Inscrições consagradas a *Reve*

1.4 :: Teónimos Indefinidos

CAPÍTULO V : Conclusões. Análise global do panteão religioso da Beira Interior.

PARTE III :: Bibliografia

1 :: Índice de siglas e símbolos

2 :: Bibliografia geral

NOTA INTRODUTÓRIA

Os estudos epigráficos proporcionam indícios essenciais à compreensão dos processos de aculturação verificados entre indígenas e romanos no território correspondente à Beira Interior portuguesa, revelando-nos o resultado do confronto dos diferentes universos culturais e o efeito que a influência de um e outro representaram no cômputo geral do entendimento dos fenómenos religiosos e da conceção e organização do seu panteão votivo. Considerando a importância deste processo de adaptação mútua e as carências no conhecimento da realidade que lhe era prévia (relativamente às manifestações religiosas indígenas), procuramos, através do presente estudo, reunir os conhecimentos essenciais sobre epigrafia votiva procedente da Beira Interior e, através deles, traçar o panorama religioso da proto-história e aculturação da região. Neste sentido, procuramos compilar o conhecimento total dos abundantes testemunhos epigráficos atribuídos à área em apreço e o cotejo dos dados arqueológicos disponíveis relativos aos contextos de proveniência dos monumentos votivos, nele incluindo, sempre que possível, avaliações críticas dos dados com vista ao lançamento de novas hipóteses que possam dinamizar a investigação¹. A finalidade última passa pela adoção de uma perspetiva interpretativa dos fundamentos da religiosidade pré-romana considerando, para tal, a relevância da análise das repercussões da religião na organização das sociedades, i.e., aquilo que Max Weber designa de «*efeitos práticos das religiões*»².

Efetivamente, as determinações religiosas exercem um importante papel enquanto reguladores da vida e da conduta quotidiana dos indivíduos. Este aspeto é particularmente pertinente se nos referirmos ao âmbito sociocultural do mundo clássico, com o qual a região em estudo toma contato pelo processo tradicionalmente designado de «*romanização*», e se atendermos ao papel do *sagrado* enquanto sistema de regulamentação da vida neste particular contexto³. De facto, as determinações ou servidões religiosas apresentam-se como um dos mais relevantes e interessantes fomentadores da ação dos indivíduos e a

¹ Este objetivo pressupõe o entendimento do monumento epigráfico como produto de uma escolha consciente e intencional de ideias, expressas nas palavras gravadas; e de formas estéticas concebidas para serem transmitidas. Tomando em consideração esta premissa, através da análise da grafia, da componente gramatical e lexical dos vocábulos, do formulário votivo e da antropónimoia, é-nos possível, sob algumas limitações, e considerando a especificidade de cada monumento, estabelecer cronologias aproximadas, inquirir sobre níveis de aculturação, e determinar correspondências etimológicas que permitem, por sua vez, determinar possíveis significados e conteúdos.

² Weber 2006.

³ [O panteão religioso] "(...) *não seria a mera soma dos deuses, mas uma totalidade organizada que, para os indígenas, explicava o mundo e a sociedade, ao mesmo tempo que pretendia regê-los.*" Alarcão 2009.

forma como estas incitam ou desmotivam determinados comportamentos é, pois, um elemento fundamental para abordar a religião a partir do seu interior (e não apenas nos seus contextos políticos, económicos, etc.) assim como para a compreensão da sua função cultural.⁴

Para tal, recorremos à elaboração de um inventário epigráfico dos testemunhos votivos da região, através da recolha e compilação dos estudos atribuídos aos diferentes autores que se dedicaram à análise de cada um dos monumentos, procedendo à sua organização rigorosa, a retificações de leitura e à inclusão de informações que consideramos pertinentes para a compreensão das epígrafes⁵. Excluíram-se do inventário todos os monumentos para os quais não se atribuem leituras fiáveis, elemento fundamental para lançar hipóteses interpretativas com bases sólidas⁶. As retificações levadas a cabo resultaram da visualização direta (e decalque sempre que possível) dos monumentos votivos⁷, compondo-se o referido inventário de informações relativas à proveniência e paradeiro das epígrafes, da análise e caracterização do suporte onde se inscreve o voto e da menção pormenorizada do local de achado e respetivo contexto

4 O interesse do estudo de componentes da religião indígena ou romana não é exclusivamente histórico ou arqueológico. Os conhecimentos obtidos através do estudo da epigrafia votiva, e, em consequência, os conhecimentos obtidos sobre determinados parâmetros da história, morfologia ou ainda da fenomenologia da religião romana, não nos falam apenas de um passado morto há muito, como também desenvolvem problemáticas existenciais fundamentais e diretamente relevantes para o Homem contemporâneo. Diz-nos Mircea Eliade (1969: 11-17): "*do esforço hermenêutico de decifrar o sentido dos mitos, símbolos e outras estruturas religiosas tradicionais [às quais acrescento a epigrafia votiva] resulta um considerável enriquecimento da consciência: em certo sentido pode falar-se até da transformação interior do investigador*". Sobre esta temática refere ainda o autor "(...) *É através de uma compreensão de tais situações «exóticas» [entenda-se: através do estudo das manifestações religiosas concebidas como espelhos de realidades sociais] (...) que o provincianismo cultural é transcendido. Mas há mais implicações do que um alargamento do horizonte, um aumento estático, quantitativo, do nosso «conhecimento do homem». É o encontro com os «outros» - com seres humanos pertencentes a vários tipos de sociedades arcaicas e exóticas - que é culturalmente estimulante e fértil*". Promovendo assim a experiência criativa através do contato com aquilo que não nos é familiar. Efetivamente, numa época em que se discute o interesse da arqueologia enquanto atividade profissional, como forma de conhecimento viável num mundo cada vez mais pautado por interesses economicistas imediatos, o esclarecimento dos propósitos e do contributo dos estudos arqueológicos deve ser, desde logo, considerado e explanado. Simultaneamente, nenhuma dissertação deve ser elaborada sem que se estabeleça, de antemão, o seu objetivo geral, o seu contributo para o conhecimento, nem os princípios pelos quais se rege. As sucintas considerações tecidas permitem anunciar esse contributo e, nesse sentido, demonstrar a necessidade de uma reflexão sobre a forma como se encara o estudo da epigrafia votiva, e, de uma maneira geral, sobre a forma como se encara o estudo de aspetos que dizem respeito aos contextos religiosos. De facto, "[os] *estudiosos limitam-se a analisar dados religiosos e esquecem-se, por vezes, de estudar o seu significado. Ora, esses dados representam a expressão de várias experiências religiosas, em última análise, representam posições e situações assumidas pelos homens no decurso da história. Quer queiramos quer não, o estudioso não terminou o seu trabalho após ter reconstituído a história de uma forma religiosa ou apresentado os seus contextos sociológicos, económicos ou políticos. Além disso, tem de compreender o seu sentido-isto é, identificar e elucidar as situações e posições que originaram ou tornaram possível o seu aparecimento ou o seu triunfo num momento histórico particular*". Ibid.: 16-17.

5 Vide anexo I. A explanação da metodologia sob a qual se baseou a elaboração do inventário, assim como aspetos da sua organização e conteúdos serão apresentados no início do referido anexo.

6 Os monumentos excluídos, apesar de não constarem do inventário (anexo I), serão referidos ao longo do corpo textual do presente estudo sempre que se justifique a sua menção, apresentando-se a sua leitura e informações que consideramos pertinentes.

7 Sublinhe-se, no entanto, a impossibilidade de acesso e estudo direto dos monumentos: EB.AL1; EB.C1; EB.CR1; EB.I1; EB.O2; EB.AS1; EB.AS2; RA.A5; RA.E1; RA.E2; RA.Q1; RA.L1; AG.AM1; AG.B1; AG.B4; AG.B9; AG.B12; AG.B14; AG.B15; AG.B16; AG.B17; AG.N2; AG.M1 e AG.R7.

arqueológico⁸. Acrescente-se igualmente a inclusão de informações de âmbito paleográfico, da transcrição, leitura e tradução da inscrição, da menção dos principais autores consultados que fazem alusão a cada uma das epígrafes referidas, e, por último, da interpretação pessoal do monumento e inscrição, e da compilação das considerações mais relevantes dos principais estudos que recaem sobre cada uma das peças votivas⁹.

Simultaneamente, procedeu-se à criação de uma base cartográfica informatizada referente aos locais de proveniência dos monumentos analisados no inventário epigráfico, possibilitando, de forma facilitada, o estabelecimento de possíveis relações geográficas entre as diferentes inscrições através da visualização, de forma isolada ou em conjunto, dos diferentes teónimos e epítetos atestados epigraficamente. Sublinhe-se, no entanto, as limitações resultantes do desconhecimento dos locais exatos de proveniência e, considere-se igualmente, que os locais referidos não traduzem, na generalidade dos casos, um contexto arqueológico original, mas antes contextos de reutilização. Em consequência, a informação que resulta da análise da distribuição geográfica das epígrafes deve ser entendida sob grandes reservas, utilizando-se somente, no presente estudo, como elemento auxiliar de confirmação do âmbito geográfico de um dado teónimo¹⁰. A menção da proveniência, sempre que a mesma não seja exata, será remetida para o lugar, freguesia ou concelho conhecido de procedência do monumento.

Partindo destes dois elementos (inventário e cartografia), e da recolha e análise dos principais estudos que, ao longo do tempo, têm sido levados a cabo sobre cada um dos teónimos, epítetos, e antropónimos, procedeu-se ao exame das designações de deidades registadas na área de análise em apreço, elaborando-se, para cada monumento, uma síntese dos estudos que sobre eles recaem e uma análise da sua expressão na região específica da Beira Interior portuguesa¹¹.

8 “[...] apenas num adequado conhecimento do contexto arqueológico [...], poderá oferecer-nos as chaves mínimas para termos acesso às características funcionais dos deuses da antiga Lusitânia [...]. Trata-se de uma via de trabalho interdisciplinar necessária para superar ou corrigir o simples recurso à comparação, sobre as movediças bases da etimologia (...)” Marco Simón 2002: 17-19.

9 Note-se que os teónimos conhecidos através dos monumentos votivos se apresentam, regra geral, em dativo. Contudo, ao longo do trabalho, e com destaque particular para o inventário epigráfico, procuraremos reconstituí-los em nominativo, excetuando os casos em que os teónimos suscitem demasiadas dúvidas, preferindo-se, nessas circunstâncias, apresentar as várias formas adotadas pelos diversos investigadores que a eles se referem, ou, a forma do nome tal como ele se apresenta na inscrição. As exceções serão devidamente explanadas ao longo do presente estudo.

10 Relembre-se que, quando nos referimos à interpretação da realidade indígena, o estudo parte de monumentos votivos realizados durante o período de ocupação romana, o que poderá representar âmbitos de culto distintos das suas áreas originais. Relembre-se igualmente o entendimento da religião como um fenómeno mutável. A identificação dos lugares de culto (através da análise do contexto de achado) poderá, no entanto, e ainda que de forma indireta, conceber-se como um importante elemento para o esclarecimento dos atributos das deidades cultuadas.

11 O que se pretende não passa pelo estudo exaustivo de cada um dos teónimos considerando que a grande extensão de tal análise não permitiria desenvolver uma perspetiva aprofundada de todas as expressões de culto indígena da região da Beira Interior. Pretende-se, ao invés, a focalização na especificidade de cada um dos teónimos registados, e o estudo da sua organização e estruturação conjunta. Excluiu-se igualmente do presente estudo, os testemunhos votivos consagrados a teónimos que testemunham formas de culto clássico e os testemunhos de assimilação das divindades indígenas nos cultos romanos (i.e., as divindades clássicas com epítetos indígenas). Apesar de sublinharmos a importância de um estudo conjunto do panteão religioso da região enquanto reflexo das influências simultaneamente indígenas e romanas, consideramos que a profundidade necessária ao estudo exclusivo das divindades pré-romanas impossibilitaria tal abordagem, focando-nos, exclusivamente, no presente estudo, na singularidade das expressões de culto indígena durante o período de romanização da Beira Interior. Sobre esta temática destaque-se a abordagem integral sobre as deidades clássicas e indígenas da região em estudo levada a cabo, em 2001, por Fernanda Cristina Repas.

Entendeu-se igualmente a necessidade de incluir no presente estudo uma contextualização geográfica e histórica fundamental à compreensão da análise que será desenvolvida, assim como

um esclarecimento e uma reflexão inicial de alguns dos conceitos e problemáticas mais relevantes no estudo de temáticas tão complexas como o são as expressões religiosas.

Por último, procederemos à interpretação conjunta dos teónimos, sublinhando a sua relação com o âmbito territorial, e sempre que possível, com os grupos culturais conhecidos, concedendo, deste modo, uma paisagem ou um contexto social aos vislumbres possibilitados pela componente religiosa, i.e., concedendo uma visão cultural de conjunto das comunidades da Beira Interior durante o período de ocupação romana. No capítulo final, procuramos igualmente estabelecer um perfil regional de culto de cada uma das divindades recorrendo, para tal, à inclusão de dados extra-hispânicos que permitem a sua caracterização¹² e destacando a sua representação específica na Beira Interior portuguesa. A finalidade última traduz-se na procura de um esquema organizativo e interpretativo de todos os teónimos no seu conjunto, passível de fornecer um esboço do panteão religioso da área em estudo durante o período de ocupação romana, salientando-se exclusivamente, a componente religiosa indígena subsistente.

Refira-se igualmente, como apontamento final da presente nota introdutória, que a seleção da Beira Interior portuguesa como objeto de estudo e a delimitação geográfica proposta baseia-se na suposição da existência de um conjunto de teónimos representados na região que não encontram expressão no restante território peninsular¹³, apresentando-se esta região como um exemplo, e um panteão único e distinto das regiões que a delimitam.

12 Através da menção das diferentes interpretações etimológicas apresentadas.

13 Aos quais atribuímos a designação de «exclusivos».

CAPÍTULO I ::

Definição e natureza do conceito utilizados. Introdução à contextualização histórica.

"A arbitrariedade da extensão do termo está na pretensão declarada ou tácita, de individualizar em outras realidades culturais os mesmos elementos distintivos que pertencem ao mundo ocidental cristão no qual a noção se formou."

(A. Di Nola 1987: 107)

1.1. O conceito ocidental de *religião* como uma noção culturalmente determinada. Projeção da mentalidade religiosa moderna na interpretação da organização religiosa indígena e romana.

O estudo da religião romana exerceu um profundo fascínio no mundo que se seguiu ao fim do império clássico e, em consequência, variadíssimas considerações, perspectivas e reflexões sobre este tema foram levadas a cabo, elaborando-se uma vasta gama de obras que incidem sobre estas temáticas. No que diz respeito à particularidade dos estudos epigráficos afetos à religião, os avanços feitos nesta área focam-se na interpretação da significância das inscrições votivas e na identificação de teónimos e dinâmicas ligadas aos atributos e funções das divindades consagradas, deixando de parte, na maioria dos casos, considerações mais abrangentes sobre o entendimento da vertente religiosa do mundo indígena. A complexidade deste tema torna os esforços de reconstituição religiosa, ou até mesmo de reconstituição social e política, insuficientes. Por conseguinte, torna-se necessário abordar esta componente sob variados pontos de vista e, sobretudo, refletir sobre a forma como até então se tem olhado para estas questões. Torna-se necessário levar em conta o contexto do investigador! Efetivamente, é partindo da contemporaneidade que se debatem estes temas, e portanto, partindo de uma plataforma temporal distante do mundo e das concepções do território nacional durante o período de ocupação romana. Paralelamente, esta contemporaneidade apresenta-se marcada por um contexto próprio e por preocupações, objetivos e pensamentos diferentes dos períodos históricos que a antecederam. As diferentes concepções e formas de ver o mundo impõem distintos entendimentos de um mesmo conceito, assim sendo, naturalmente, a forma como a sociedade contemporânea e a sociedade romana peninsular entendem o significado de *religião*

difere (pois estão inseridas em distintos contextos). Apesar desta condição fundamental ao entendimento destas problemáticas, os estudos que ao longo do tempo foram elaborados sobre a componente religiosa romana peninsular nem sempre tornaram clara esta premissa¹⁴.

Efetivamente, todo o investigador encontra-se integrado num contexto próprio que lhe é intrínseco. Esse contexto (constituído pela sua cultura, mentalidade e conceções) apresenta-se traumatizado pela evolução natural dos tempos¹⁵, impossibilita-o de compreender, na sua totalidade, realidades que vão para além da sua, uma vez que não lhe é possível desapossar-se por completo do seu contexto, e, simultaneamente, inteirar-se de uma realidade que lhe é alheia. Por conseguinte, as suas conceções conferem à interpretação que o investigador leva a cabo, umas lentes previamente desfocadas pela cultura e mentalidade própria da sua realidade. Quando falamos de *religião* estas questões destacam-se particularmente devido ao relevo que a mesma assumiu no cômputo geral da sociedade desde o período medieval ao mundo contemporâneo. Torna-se então particularmente difícil ao investigador abstrair-se do conceito moderno, ocidental e cristão de *religião* no estudo de outras realidades históricas e, efetivamente, uma abstracção total será impraticável, caso contrário o investigador estaria despojado das conceções que lhe permitem operar na sua própria realidade. Importa então reter duas questões fundamentais: se por um lado não se pode olhar a realidade do *outro* (pertencendo o *outro* ao passado histórico) e aplicar sobre ela as conceções do nosso contexto, comparando e colocando no mesmo patamar sociedades diferentes¹⁶, sob pena de criar uma reconstrução desse mesmo passado absolutamente ilusória.

14 A consciência destes pressupostos e a necessidade de esclarecimento retêm, atualmente, toda a minha atenção e é sobre eles que me debruço no presente capítulo que terá como objetivo não só a reflexão sobre a influência da visão moderna, cristã e ocidental sobre outras realidades religiosas, como também a procura de uma elucidação pessoal que contribua para a elaboração de uma dissertação de mestrado mais consciente e atenta às grandes problemáticas que dizem respeito ao papel do historiador e arqueólogo no estudo de temas tão complexos como a *religião*. Para o desenvolvimento destas problemáticas apresentou-se como fundamental o estudo de autores como Mircea Eliade, que, através das suas obras "*Origens*" (1969) e "*Aspectos do Mito*" (1963) me permitiu tomar contato com o percurso da história das religiões na sua constituição como ciência e, simultaneamente, me permitiu adquirir consciência da relevância cultural dos estudos sobre este tema. Destaca-se igualmente o estudo de autores como Émile Durkheim (1925) que, baseando-se em exemplos da etnografia, estabelece a classificação dos ritos que preenchem a organização social e aborda a relação entre sagrado e profano (aspecto fundamental para a compreensão da significância e implicação destes três termos: rito, sagrado e profano); e Alfonso Maria di Nola, que serve de ponto de partida para a problematização do conceito de «religião», mostrando que se trata de um termo historicamente datado. Destaco ainda a importância da obra "*Sociologia das Religiões e Considerações Intermediárias*" de Max Weber (2006) que coloca o papel central do estudo das religiões no indivíduo em substituição da "personalidade coletiva", servindo assim de contraponto a Durkheim, e possibilitando um estudo assente em diferentes perspetivas. Por último nesta breve síntese de explanação das principais bases deste estudo, refiro R. A. Rappaport (2001) com a sua obra "*Ritual y Religion en la formación de la humanidad*" e o seu contributo para a construção (ou desconstrução) da definição de «religião»; assim como Filomena Silvano (2010) e Maurice Halbwachs (1968) como bases fundamentais para as novas propostas de entendimento das dinâmicas religiosas, privilegiando a ligação das conceções religiosas ao espaço físico e geográfico.

15 O advento do cristianismo e a nova mentalidade que em consequência se desenvolve, apresenta-se como um dos elementos mais importantes quando nos referimos a apreciações sobre o conceito de *religião*. Do mesmo modo, o processo de industrialização que, via da regra, marca a Europa moderna, e as conceções desenvolvidas com o capitalismo emergente, contribuem para a construção da sociedade contemporânea e da forma como esta vê a (sua) realidade e as que lhe antecederam, impondo pré-conceitos e pressupostos próprios às leituras que fazemos.

16 Julian Thomas, na sua obra *Archaeology and Modernity* desenvolve profundamente esta temática: "(...) I have been making a case that modernity is a unique condition, which in some stands apart from other forms of human existence, it would be quite wrong to imagine that all pré-modern and non-modern communities are broadly comparable with each other (...)" Thomas 2004: 239.

Por outro lado, devemos ter em mente, focando-nos na particularidade do conceito de *religião* e na sua transposição para outras culturas, que este termo possui uma "*história longa se bem que culturalmente limitada*"¹⁷. Com efeito, o termo *religião* invoca um conjunto de preconceitos que pertencem ao mundo cultural europeu, ocidental e cristão na medida em que implica, à partida, e de forma subentendida, a nítida separação entre fatos religiosos/ sagrados dos fatos laicos/ profanos (ao determinar a reverência ao que é sagrado); implicando igualmente "*uma estrutura ideológica mítica e ritual organizada e regida por leis autónomas*"¹⁸, i.e., um conjunto de leis próprias, uma obediência a determinados preconceitos religiosos, um conjunto de normas morais e uma ordem; aspetos que não se adequam ou aplicam à realidade das sociedades peninsulares romanizadas. Verifica-se assim o uso indevido de um termo que se encontra, à partida, corrompido por um quadro cultural muito próprio não se adequando às restantes realidades¹⁹.

Como foi referido, o termo *religião* apresenta uma origem etimológica e semântica marcadamente ocidental e moderna, mas, efetivamente, em que medida é o conceito *religião* inapropriado para caracterizar o contexto romano ou, inclusivamente, indígena? Para explicar esta problemática baseio-me em duas premissas fundamentais: falo concretamente da aparente inexistência do termo *religião*, ou de outro seu análogo, entre o vocabulário clássico latino²⁰ e, por outro lado, da inadequação do significado de *religião* à realidade romana. Relativamente ao segundo aspeto evocado, importa, antes de mais, definir um dos aspetos principais e basilares do conceito moderno de religião: o facto de ele designar a experiência do sagrado²¹.

Esta vinculação com o sagrado implica, necessariamente, a conceção de uma dicotomia entre o *sagrado* e o *não-sagrado*, i.e., profano. Contudo, esta mesma oposição não parece aplicar-se ao entendimento religioso romano, que não separa o que é do foro sagrado da sua vida quotidiana²², como acontece, aliás, em outras sociedades modernas²³. Efetivamente, a separação entre sagrado e profano surge imposta pela modernidade e pelas suas conceções próprias, apresentando-se esta dicotomia como prejudicial para o entendimento da realidade religiosa romana que não obedece a esta condição, uma vez que pressupõe a separação entre o que é religião (e o que inclui a componente do sagrado) e a laicidade, separando

17 Eliade 1969: 9.

18 Nola 1987: 107.

19 Segundo afirma Alfonso di Nola (1987: 107): "*A arbitrariedade da extensão do termo está na pretensão, declarada ou tácita, de individualizar em outras realidades culturais os mesmos elementos distintivos que pertencem ao mundo ocidental no qual a noção se formou*".

20 No que diz respeito à primeira premissa, torna-se necessário referir as desenvolvidas considerações de Dumézil (1966: 128) relativamente ao termo latino «*religio*», presumivelmente o mais similar do atual conceito de «*religião*». Afirma o autor que este termo não corresponde, na sua totalidade, ao conceito de religião moderno, antes parece, pelo contrário, designar um aspeto diferente deste campo da vida romana: ao contrário de *religião* que define, à partida, a existência de uma estrutura de ação implícita – portanto – o rito ou ritual -, "*religio*" não implica qualquer ato, designando somente a ligação que se estabelece entre o Homem e o sobre-humano. Sobre este assunto, Pierre Grimal, apresenta uma explicação mais detalhada: "*A própria palavra religio é obscura. Inicialmente não designa o culto prestado às divindades, mas um sentimento bastante vago, de ordem instintiva, de ter de se abster de determinado acto, uma impressão confusa de se estar perante um perigo de ordem sobrenatural*." Grimal 1984: 73.

21 Atendendo à significância moderna deste termo: «*sagrado*» designa "(...) [uma] pluralidade de deuses ou (...) uma grandeza numinosa impessoal" (Lexicoteca 1987: 46), portanto, engloba aquilo que está para além do que é natural ao Homem e ao seu quotidiano, estabelecendo assim duas dimensões distintas: aquilo que é uma "grandeza impessoal", o sagrado, e, uma segunda dimensão que abarca a "diminuída pessoal" (por oposição), ou seja, tudo o que sai fora do foro divino (estando assim "diminuído em relação ao divino) e, portanto, pertence a um mundo profano, desconsagrado, quotidiano (pessoal).

22 "(...) a religião está longe de se encontrar ausente da vida moral" Grimal 1984: 72.

23 "(...) many other societies do not distinguish ritual from secular action" Brück 1999: 313.

assim o mundo do divino do mundo do quotidiano²⁴. Esta conceção não se verifica no mundo romano, que incorpora sagrado e profano de tal modo que deixa de fazer sentido o recurso a estas duas designações: o sagrado encontra-se presente em todas as facetas do Homem: "(...) viver como um ser humano é, em si, um acto religioso, pois a alimentação, vida sexual e trabalho possuem um valor sacramental. Por outras palavras, ser – ou antes, tornar-se – um homem significa ser «religioso»²⁵. Sob este ponto de vista, se tudo é *sagrado* deixa de fazer sentido falar de *sagrado* pois este apresenta-se integrado e impercetível "(...) quase como se o homem vivesse numa permanente imersão do sagrado"²⁶. Logo, se o *sagrado* se apresenta como componente basilar do conceito *religião*: se tudo é *sagrado*, tudo é *religião*. Em consequência deixa igualmente de fazer sentido falar de *religião* pois esta não é independente da restante realidade.

Apesar de considerarmos que no contexto religioso romano não se justifique individualizar o foro «*sagrado*» e o foro «*religioso*» da restante realidade, isso não significa que não existam diversos momentos no quotidiano dessas mesmas sociedades em que não se destaque ações com um cariz particularmente vocacionado para o sagrado, senão vejamos: a construção de um templo romano não é mais do que a consagração da vertente religiosa num mundo «emerso no sagrado». Assim, a vertente sagrada está particularmente destacada no interior do templo (ou quando se olha para o edifício; para um altar; para uma epigrafe votiva, para uma estátua divina, etc.) mas está também presente fora do templo (nas atividades do quotidiano: nos rituais de construção de um edifício, na interpretação de sinais nos objetos que pertencem ao mundo do natural, etc.). Por outro lado, uma «permanente emersão no sagrado» não significa que não se possam individualizar ações que não possuem qualquer componente ou pretensão divina ou sagrada. Como nos refere Alfonso Di Nola:

*"Não acontece, porém, que em tais sociedades não se sinta a diversidade entre o momento do laico-profano e o momento do sacro. Pelo contrário, é muito frequente que o grupo individualize a dicotomia entre as duas dimensões, (...) Mas, mesmo estando as duas dimensões separadas, continua a haver entre elas a pulsão de uma dialética uniforme que se manifesta como histórica do grupo e do homem."*²⁷

Isto significa que existem, efetivamente, momentos particularmente religiosos e momentos exclusivamente laicos, tal como já foi referido. Contudo, esta perceção não permite distinguir um mundo sagrado de um mundo laico, na medida em que estas sociedades não individualizam aquilo que é sagrado daquilo que o não é. Desta forma, o foro do sagrado não é independente ou diferente do foro do profano, nem tão pouco pode ser considerado como secundário (comparativamente àquilo que é laico/ profano/ quotidiano) uma vez que é passível de estar presente em todos os momentos e regulam a sociedade²⁸.

²⁴ Sobre este assunto Ángel Aguirre reafirma a necessidade de atender aos perigos do uso indevido do termo *religião*: "(...) los perigos que implicaba emplear categorías como sagrado/ profano que, además de resultar muchas veces inasibles tanto fuera como dentro de nuestra propia cultura, resultaba obvio que estaban directamente extraídas del repertorio ideológico de las teologías cristianas" Aguirre 1988: 593. Sobre este tema Alfonso Di Nola tece desenvolvidas considerações que dão ênfase ao cariz económico na análise desta dicotomia, mostrando uma tendência para associação daquilo que pertence ao mundo religioso e sagrado a elementos não funcionais e, em contrapartida, apresenta o mundo profano (não religioso) como "economicamente útil". Nola 1987: 108.

²⁵ Eliade 1969: 10.

²⁶ Nola 1987: 108-110.

²⁷ Nola 1987: 109-110.

²⁸ Relembre-se novamente "*Os deuses romanos nunca promulgaram decálogos, nem a sociedade aproveitou este subterfúgio para estabelecer os seus imperativos. No entanto a religião está longe de se encontrar ausente da vida moral: intervém como um alargamento da disciplina, como um prolongamento da hierarquia*" Grimal 1984: 72. Neste mesmo sentido, diz-nos Max Weber: "*Através da religio, toda a vida quotidiana romana do Romano e cada acto do seu comportamento estavam rodeados por uma casuística jurídico-sagrada (...)*" Weber 2006: 52.

Considerando as limitações inerentes à utilização do conceito de *religião* isso significa então que não faz sentido o desenvolvimento de estudos sobre estas temáticas ou o uso do termo *religião*? Não. Certamente que a eliminação do termo *religião* como referência para o mundo romano (objeto de estudo neste caso particular) não é condição única ou definitiva: efetivamente, o termo *religião*, quando aplicado ao mundo romano refere-se a práticas, estruturas sociais e conceitos que não cabem no mundo atual e para os quais não estão estabelecidas designações. Por conseguinte, trata-se, em grande parte, de um problema de linguagem, na medida que não existe um termo que abarque mais fielmente a realidade *religiosa* romana do que o termo *religião* – apesar das suas limitações e de como já vimos, ser um termo corrompido por uma cultura que não a romana, impondo, por conseguinte, subentendidos, pré-ideias do seu significado e das suas implicações. Sobre este assunto, Mircea Eliade considera ser “*demasiado tarde para procurar outra palavra*” e que “*religião*” pode ser um “*termo útil*” desde que o mesmo não implique, à partida, “*a crença em Deus, deuses ou fantasmas*”²⁹, i.e., desde que o investigador tenha consciência das suas implicações³⁰.

1.2. Conceito de *Panteão* aplicado às expressões religiosas pré-romanas.

À semelhança do que se verifica com a conceção de *religião*, a ideia que construímos da significação e interpretação deste conceito apresenta-se amplamente corrompida (neste caso não pela atualidade, mas sim) pela imagem rígida e ordenada, tradicionalmente atribuída ao mundo clássico. Pensar em *panteão* implica pensarmos em *Zeus, Atena, Hera, Apolo*, e simultaneamente, em *Júpiter, Marte, Diana*, etc., nos seus atributos, nas suas interligações e na sua hierarquia, i.e., no conjunto organizado de deuses de uma dada mitologia. Tomando consciência deste pressuposto, importa sublinhar que as dinâmicas religiosas estruturadas e organizadas são a exceção numa realidade religiosa caracterizada por uma desordenada confusão de formas de culto e por uma mutável desordem que se exprime sob as mais variadas formas e expressões religiosas. Efetivamente, em muitas sociedades o *panteão* não é formado por entidades (ou divindades) concretas, determinadas e gerais a toda a sociedade: diz-nos Max Weber “*Mas tão-pouco os «deuses» ou os «demónios» são ainda algo pessoal ou permanente, e nem sequer têm sempre uma denominação particular*”³¹. Os *panteões* que se formam a cada passo e em cada sociedade, para além de absolutamente mutáveis, traduzem uma «criação de acaso» imposta por um determinado contexto, que, quando muda, muda consigo o seu *panteão*, i.e., a sua ordem religiosa. A tendência desta aparente

29 Eliade 1969: 9.

30 Efetivamente, a tentativa de compor uma definição de “*religião*” universal, independente da realidade a que se aplique, apresenta-se como uma tarefa impraticável dada a variabilidade de entendimentos que a mesma engloba. Em consequência, o resultado de tal tarefa seria uma descrição generalista do termo - demasiado abrangente para que seja aplicada a qualquer realidade. Isto não significa, contudo, que não se possa compor uma definição relevante e útil (apesar de generalista) para a compreensão deste complexo conceito, não sendo, no entanto esse o objetivo do presente estudo.

31 Weber 2006: 45. A primeira consideração de Weber baseia-se na conceção das figuras sobre-humanas como figuras mutáveis, isto significa, por exemplo, que, um contexto diferente pode levar uma mesma sociedade a conferir uma maior importância a uma divindade (até então “menor”) e, da mesma forma, diminuir a importância de uma figura central do *panteão*. De forma similar, um indivíduo, consoante a sua condição de vida a cada momento, pode dar maior ou menor ênfase a determinadas figuras religiosas. A segunda consideração de Weber, amplamente relacionada com a primeira, baseia-se no fato de que cada sociedade possui o seu próprio *panteão* (com as suas próprias hierarquias) de acordo com as suas necessidades ou características. O autor sublinha inclusivamente, relativamente às conceções religiosas pré-romanas: “*Ora aparecem deuses sem quaisquer nomes próprios, designados apenas em função do fenómeno sobre o qual têm poder, e cuja designação só paulatinamente – quando em termos linguísticos, já deixou de ser entendida – vai adquirindo o carácter de nome próprio; ora, pelo contrário, há nomes próprios de chefes poderosos ou de profetas que passaram a ser designados de forças divinas*” Ibid.: 45.

desordem será, certamente, o progressivo ordenamento e estabilização que, contudo, pode ser abalada a cada momento³². O estudo destas dinâmicas e das suas causas apresenta-se, acima de tudo, como um dos indicadores mais importantes para compreender o Homem, as suas motivações, as suas necessidades, preocupações, anseios, atividades, etc. apresentando-se, portanto, o estudo destes temas como crucial, desde que seja consciente da diversidade de expressões religiosas e da diversidade de formas que estas assumem. Sublinhe-se: o que está para lá da organização estruturada e ordenada das divindades revela dinâmicas sociais importantes.

1.3. Esclarecimento e problematização dos conceitos de romanização; etnia e indígena.

Frequentemente, nos diversos estudos desenvolvidos sobre a temática referente à ocupação romana da Península Ibérica, se recorre ao termo «*romanização*» como referência ao processo de aculturação sofrido pelas populações indígenas³³. Alguns investigadores discordam do recurso a este conceito, baseando-se em duas premissas fundamentais: por um lado o fato do termo se remeter a conceções que se formam em consequência do impacto cultural da colonização europeia verificada ao longo do século XIX; por outro lado, aludem à especificidade do processo de assimilação da cultura romana, baseado na aceitação e convivência com as formas de cultura indígenas. Atendendo a estas premissas, propõe-se a utilização de conceitos como *aculturação* ou *assimilação*³⁴ como substitutos mais fidedignos ao termos *romanização*, traduzindo o processo de adaptação resultante de dois universos culturais distintos.

No que diz respeito ao conceito de *Etnia*, esta expressa-se numa comunidade humana definida por afinidades culturais e linguísticas. Enquanto entidades culturais, as etnias são instáveis, readaptando-se no tempo³⁵. Este aspeto torna-se particularmente relevante se tivermos em consideração o trauma étnico que representou a aculturação romana e o processo de mudança desencadeado (permanecendo, no entanto, indefinido, o grau de mudança e considerando a inviabilidade de uma completa reformulação étnica). As expressões religiosas expressam-se como importantes fatores identitários, contribuindo para o estabelecimento de vínculos e diferenças e, em consequência, para a distinção étnica. A religião, não pode, contudo, ser o único elemento a considerar quando falamos de etnias.

32 "Desconhecemos até que ponto a romanização destruiu o panteão indígena. Supõe-se que a romanização dos cultos tradicionais teria implicado uma hierarquização – pelo menos – diferentes dos deuses na linha da maior concretização e especificação que encontramos no panteão greco-romano. O problema reside no facto dos deuses se distinguirem sobretudo pela função que desempenham no contexto do grupo cultural específico que lhes presta culto" Marco Simón 2002.

33 Sublinhe-se a importância do artigo de Blázquez Martínez, *Romanización o asimilación in Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae* (1985) para a compreensão desta problemática. Sublinhe-se igualmente a proposta alternativa de «manifestações culturais» como substituto recomendado a «romanização», proposta por Julián de Francisco Martín no seu artigo "*Conquista y Romanización de Lusitania*", datado de 1996.

34 Sugerido desde logo por Blázquez Martínez (1985).

35 A questão das etnias impõe-se sobretudo quando analisamos a obra de Jorge de Alarcão (1990, id. 2001; id. 2009) onde o referido autor estabelece uma relação entre divindades e os *populi* atribuídos à Beira Interior portuguesa. Diz-nos Alarcão: "É legítimo interrogarmo-nos sobre se tais etnias ou gentes são, ou não, criações dos Romanos, sem qualquer correspondência com as identidades que as populações pré-romanas assumiriam [...] diremos que nos parece excessiva qualquer generalização sobre as etnias ou povos da Hispânia pré-romana sustentando que tais foram criações dos Romanos. Pretendê-lo não é demonstrar o erro da tese contrária – isto é, da tese de que algumas etnias correspondem (ou podem corresponder) a populações com identidades próprias; é apenas contrapor a hipótese de que elas existiam, uma outra hipótese não confirmada: a de que as etnias mencionadas pelos autores antigos foram criações dos Romanos" Alarcão 2009: 91-92.

No que se refere ao conceito de *indígena* realçamos unicamente³⁶ o trabalho de María de Lourdes Albertos Firmat sobre «organizações suprafamiliares», onde a autora aperfeiçoa esta designação, contribuindo para o progressivo abandono da definição genérica de *indígena* e lançando bases para designações mais específicas como divindades e/ ou religião asturianas, célticas, ibéricas, lusitanas, etc.

Por último, esclarecemos, de forma sucinta, o conceito de *teónimo* e *epíteto*, amplamente utilizado no presente estudo. Entendemos «teónimo» como "*toda a componente onomástica pela qual se designa uma divindade, independentemente do número e natureza dos seus componentes*"³⁷ podendo o termo «teónimo», por conseguinte, integrar diversas designações e adjetivos (denominados de epítetos). O termo epíteto adquire assim uma natureza adjetival, comportando, regra geral, a segunda (ou demais) designação atribuídas a uma divindade. A distinção entre teónimo e epíteto implica, contudo, alguma complexidade. Se em alguns casos os investigadores são consensuais na diferenciação, outros casos suscitam grandes dúvidas. Considerando a especificidade da epigrafia votiva da Beira Interior, pela generalização dos exemplos, assume-se o nome inicial da divindade exclusivamente como teónimo e os nomes secundários (um ou mais) como epítetos³⁸.

³⁶ Atendendo às desenvolvidas considerações levadas a cabo por José d'Encarnação, impulsor, em território nacional, do conceito de «indígena» na temática da religião pré-romana.

³⁷ Guerra 2002: 63-66.

³⁸ As exceções são devidamente apresentadas ao longo da análise individual de cada designação divina.

CAPÍTULO II ::

Resenha histórica dos estudos alusivos à epigrafia votiva da Beira Interior portuguesa.

Para o estudo das dinâmicas religiosas dos cultos indígenas e dos processos de assimilação por parte das comunidades autóctones da concepção religiosa romana, os dados que dispomos apresentam-se, simultaneamente, escassos e confusos. Contrariamente ao que se verifica em diversos territórios integrantes do antigo Império Romano, onde que se regista uma manifesta correspondência entre as divindades clássicas, de características amplamente conhecidas, e as divindades indígenas (permitindo assim um entendimento mais facilitado destas últimas); em oposição, na Hispânia, esse vínculo é menos evidente e intenso, e, por conseguinte, a informação que possuímos e o conhecimento desta realidade religiosa apresenta-se claramente incipiente. Por outro lado, as fontes que dispomos para o estudo das dinâmicas religiosas peninsulares, quer iconográficas, quer literárias, revelam-se diminutas restando, por conseguinte, as fontes epigráficas como único recurso possível para a compreensão de uma temática de tão grande complexidade. Saliente-se igualmente, o fato dos testemunhos epigráficos atribuídos ao território nacional, apesar de abundantes, se encontram frequentemente deteriorados (impossibilitando a sua leitura); mal interpretados ou, não raras vezes, desaparecidos. Em consequência desta escassez de informação, o estudo das características e âmbitos das divindades indígenas da Hispânia e da organização do panteão religioso pré-romano e romanizado em território nacional, releva-se assente em estudos que se baseiam ora em análises linguísticas e etimológicas de teónimos e epítetos, ora na exploração do contexto geográfico, cultural, social e económico do período em causa com o intuito de, através dele, estabelecer o campo de movimentação religioso, *i.e.*, compreender as motivações, preocupações e solitudes das populações que executavam e consagravam monumentos votivos.

A antiguidade dos estudos sobre esta temática é clara, revelando que, desde cedo, religião e epigrafia se aliaram suscitando um profundo fascínio entre investigadores³⁹. André de Resende, teólogo e um profundo adepto dos estudos referentes à Grécia e Roma Antiga, publica em 1593 um ensaio sobre a Antiguidade da Lusitânia noticiando diversos achados epigráficos. Escassos anos depois, Bernardo de Brito anuncia os primeiros volumes da sua monumental obra referente à história de Portugal onde constam transcrições epigráficas alusivas às formas de culto testemunhadas em território nacional durante a época de ocupação romana. Tratam-se, efetivamente, de estudos genéricos, abrangentes e amplamente influenciados pelo contexto em que foram produzidos revelando as suas teses, de grande insipiência, lances das preocupações da época e influências do cristianismo emergente.

Séculos passados, e o panorama dos estudos de religião romana não se altera. De facto, apesar da solidez das observações de Jerónimo Contador de Argote, autor da história eclesiástica de Portugal, de José Diogo Mascarenhas Neto e Frei. Manuel do Cenáculo, responsáveis pela inventariação de um grande manancial de inscrições; e de investigadores como J.M. Huerta, dedicada à epigrafia da Galiza; J. Pérez Bayer e J. Cornide, conhecedores da particularidade do fenómeno religioso indígena na região da Estremadura portuguesa; os progressos eram lentos e ignoravam os conceitos e a metodologia que, já no século XX, vai pautar a «História das Religiões» enquanto ciência. A importância deste percurso de investigação e dos ensaios iniciais produzidos por intelectuais e eruditos não deve, no entanto, ser desconsiderado. De fato, as compilações de testemunhos epigráficos ensaiadas constituíram a base fundamental e a matéria-prima necessária para que, aquando do despoletar da problemática ligada ao indo-europeu, se adotasse uma nova metodologia de investigação baseada nos estudos de linguística comparada, abrindo assim um novo caminho e novos campos de

³⁹ Sobre este assunto veja-se o importante artigo de Helena Gimeno Pascual (2002). No qual a autora enceta uma breve síntese da história dos estudos sobre a religião indígena peninsular desde a Idade Média até às novas linhas metodológicas impostas por Leite Vasconcelos, em finais do século XIX, início do século XX.

possibilidades para a informação passível de ser veiculada através dos estudos epigráficos. Este novo estímulo para o conhecimento foi naturalmente acompanhado de um ressurgimento

da política nacionalista baseada na procura das origens da nacionalidade, e resulta igualmente do impulso dado pelo desenvolvimento de novas áreas de conhecimento como a antropologia e etnografia. Só assim, considerando todo este conjunto de fatores, se explica o profundo impacto que desencadeou na forma como se passa a abordar as problemáticas ligadas à religião pré-romana peninsular.

A repercussão desta nova janela de oportunidades para a epigrafia e o grande passo nos estudos da religião romana em território nacional ocorre, no início do século XX, pela mão de José Leite Vasconcelos que, partindo do inventário epigráfico de Emílio Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum*⁴⁰; dos estudos de Francisco Martins Sarmento e Gabriel Pereira, e fazendo eco das influências de Adolfo Coelho e Túlio Espanca; empreende os primeiros estudos sistemáticos e metódicos sobre a religião indígena e romanização na Península⁴¹. Os seus primeiros artigos, datados dos finais do século XIX⁴², concorrem como ensaios preparatórios da sua obra fundamental *Religiões da Lusitânia*⁴³, que permitiu conferir o impulso necessário nos estudos e no entendimento da religião indígena na Hispania Antiga através da aplicação de novos métodos arqueológicos, linguísticos, e simultaneamente antropológicos e etnográficos, permitindo, simultaneamente, a libertação dos estudos relativos a estas problemáticas dos conceitos e instituições modernas, abordando o tema da religião indígena estritamente como um fenómeno histórico.

Merecedor de um lugar privilegiado no panorama geral da história antiga, e atestado pelo grande número de investigadores que sobre ele incidem os seus estudos, o tema da religião indígena renova-se com o contributo de diversos autores que prosseguem as pesquisas de Leite Vasconcelos, reconhecendo as limitações da sua obra; retomando a sua perspectiva de análise ou sugerindo novas e alternativas vias de investigação.

40 E. Hübner, por iniciativa da Academia de Ciências de Berlim, visita a Península Ibérica por um período de vinte meses que decorre entre 1860 e 1861, compilando informações epigráficas recolhidas em museus, arquivos e junto de eruditos e investigadores nacional um pouco por todo o território correspondente à *Lusitânia, Hispania e Baetica*, dando assim origem à publicação em 1891 e 1892 aos dois volumes do CIL (incluindo o volume de Suplementos e índices) referente à Península Ibérica. Sobre a ação de E. Hübner, sublinhe-se igualmente o artigo da autoria de José de Encarnação, *A "Escola Alemã" e os estudos de epigrafia romana em Portugal*, datado de 2011, onde se elabora uma síntese do impacto da intervenção da Escola alemã no conhecimento da epigrafia votiva em território nacional.

41 Realce-se igualmente, como antecessores de José Leite Vasconcelos, A. Freire de Carvalho; J. S. Pereira Caldas; e Joaquín Costa. Os referidos autores desenvolveram relevantes obras sobre a religiosidade indígena peninsular, abordando, no entanto, a referida temática, de forma parcial.

42 Dos quais se destaca "O deus lusitano Endovellico" publicado em 1890 no Jornal "O dia"; "Novas Inscrições de Endovellico" de 1890; e "Sur les Religions de la Lusitanie" datado de 1892. São diversos os artigos publicados sobre a importância de Leite Vasconcelos e da sua obra nos estudos das formas de cultos indígenas peninsulares, sublinhe-se o relevante artigo sobre esta temática da autoria de Carlos Fabião, *Leite de Vasconcelos e a génese de Religiões da Lusitânia*" Fabião 2002: 341-346.

43 Elaborada em três volumes datados de 1897 (data da conclusão de "*Religiões da Lusitânia I*") e finalizada a 1913. Leite Vasconcelos foi o primeiro investigador que desenvolveu o estudo da religião indígena na Hispania de um modo amplo e aprofundado, contudo, não proporcionou uma ordenação sistemática dos seus dados em resultado das grandes dúvidas que esses mesmos dados ofereciam na época em que levou a cabo os seus estudos iniciais. Com Vasconcelos, pela primeira vez de forma metódica, as características das divindades que pontualmente surgiam registadas em fontes epigráficas, e a sua função no cômputo religioso geral, *i.e.*, o seu enquadramento no panteão, passam a estar (em grande medida) dependentes da interpretação do próprio nome da divindade, conjuntamente, em alguns casos excecionais, com a interpretação do local onde a divindade aparece epigraficamente referida. Esta opção pela etimologia reflete em grande medida as lacunas do conhecimento relativo aos contextos em que as inscrições são encontradas.

Assim, os desenvolvimentos referentes à religiosidade romana peninsular são, no início da segunda metade do século XX, marcados por investigadores como D. Fernando de Almeida, protagonista da divulgação, leitura, descrição e bibliografia de um grande número de epígrafes; Joaquim M. de Navasqués e António Tovar, Fidel Fita; Maria de Lourdes Albertos, Firmin Bouza-Brey e António Garcia y Bellido.

Sublinhe-se igualmente Francisco Tavares Proença Júnior, Francisco Manuel Alves, abade de Baçal⁴⁴, Félix Alves Pereira⁴⁵, Albano Bellino⁴⁶, J. Toutain⁴⁷ e José Maria Blázquez Martínez. Os ensaios deste último investigador marcam a difusão da nova corrente de estudos sobre esta temática em Espanha, concretizando-se na sua obra fundamental *“Religiones Primitivas de Hispânia I – Fuentes Literárias y Epigráficas”* datada de 1962, onde apresenta uma perspetiva Ibérica sobre a religiosidade romana, associando as formas de culto da Península Ibérica a um profundo politeísmo e animismo em consequência de registarem um grande número de divindades diferentes entre si e associadas a elementos físicos do território onde aparecem mencionadas⁴⁸, à semelhança do que já fora anunciado com Leite Vasconcelos.

A consciência das limitações da organização metodológica aplicada imperativamente aos estudos sobre a religião indígena peninsular na década de 60, e que tiveram a sua máxima expressão com Leite Vasconcelos e Blázquez Martínez, rapidamente deram lugar à consciência da necessidade de alternativas que se contrapusessem com o estudo etimológico adotado preferencialmente por estes dois autores. De fato, apesar de grande parte dos investigadores seguirem as conceções etimológicas (como acontece com António Tovar que se dedica ao estudo da linguística pré-romana e da aculturação onomástica, ou ainda Lourdes Albertos, discípula de Tovar e igualmente seguidora da análise etimológica dos dedicantes e dos teónimos), é entre esta nova geração de autores que se constata, pela primeira vez, as limitações dos estudos de Leite Vasconcelos, sobretudo no que diz respeito ao critério etimológico utilizado como base da constituição de tipologias de divindades, cultos e crenças.

⁴⁴ Dando este autor especial realce aos testemunhos epigráficos da região de Trás-os-Montes, com relevo para Bragança. Destacam-se a sua obra *Memórias Archaologico-Historicas do Distrito de Bragança*, editada no Porto, com particular atenção para o volume I de 1909 e para o volume IX de 1934, onde se refere os teónimos *Aernus, Bandua, Laesus, Víboris, Genium Civitatis Baniensium e Laroucus*.

⁴⁵ Autor de um estudo bem fundamentado, datado de 1932 sobre a divindade *Arentio*.

⁴⁶ Autor de importantes estudos e recolhas epigráficas de *Bracara Augusta*.

⁴⁷ Toutain adota um método de classificação das divindades semelhante à perspetiva já anteriormente referida por Leite Vasconcelos, agrupando-as e associando-as a elementos orográficos, hidrográficos, a âmbitos indeterminados e a cultos individuais, domésticos e municipais. O autor reconheceu as limitações desta classificação justificando-a como preferencial à simples enumeração dos teónimos, uma vez que possibilita a organização e simplificação da multiplicidade de divindades registadas (contabilizando o autor aproximadamente 130 divindades indígenas atribuídas à Hispania).

⁴⁸ Blázquez Martínez, através da sua tese de doutoramento, *Religiones de Hispania* (editada em Roma, em 1962), desenvolve a segunda tentativa de reunir numa única obra todos os elementos que, à época, se dispunha para o estudo da religiosidade pré-romana, agrupando as divindades indígenas conhecidas de acordo com os seus atributos. Em 1983 publica *“Religiones Prerromanas”*, uma obra dividida em cinco capítulos que conta com o contributo de M. L. Albertos. À semelhança do que já se havia verificado com Leite Vasconcelos e com a sua obra anterior, Blázquez Martínez estabelece tipologias de culto, crenças e divindades de acordo com a natureza e âmbitos dos teónimos conhecidos. A sua grande inovação consistiu, mais do que na classificação das divindades, no estudo concreto de cada uma das epígrafes conhecidas até ao momento e na enumeração das hipóteses que delas retirou. Os escassos e confusos dados que serviram de base a estes três autores (Leite Vasconcelos, Toutain e Blázquez Martínez), assim como erradas interpretações epigráficas a partir das quais lançaram os seus estudos, criaram a noção de um panteão religioso constituído por centenas de divindades. Esta noção foi, mais recentemente, revista, corrigindo-se leituras erradas e estabelecendo-se a distinção entre teónimos de divindades e os seus epítetos. Em consequência, o número de divindades registadas foi amplamente reduzido.

De facto, o escasso conhecimento que, à época de Vasconcelos, se possuía sobre o panteão religioso Hispânico não permitia sustentar tipologias tão rígidas como as que este autor havia sugerido, pelo que esta classificação restringia a forma como se entendia a religião pré-romana e romana peninsular, não permitindo uma visão realista dos dados e conduzindo, por conseguinte, a leituras erradas. Torna-se, pois, imperativo que as conclusões dos estudos etimológicos sejam comprovadas por fatores independentes ao próprio significado do nome e que os estudos epigráficos se baseiem na necessidade de leituras e interpretações rigorosas das inscrições, para, a partir delas, estabelecer o caráter e âmbito das divindades. Este processo de implantação de um novo planeamento metodológico foi inaugurado pelos trabalhos de López Cuevillas que, em 1989, rompeu com o método etimológico, defendendo que o nome das divindades poderia conceber-se apenas como um nome, não possuindo qualquer alusão à função ou característica da mesma⁴⁹. Este autor, apesar de defender a substituição do critério etimológico por um outro amplamente limitado, marcou uma nova forma de pensar e abriu caminho a diferentes e variados critérios de interpretação das dinâmicas religiosas peninsulares. A mudança ocorreu igualmente pela mão de J. C. Rivas, propondo o autor, em 1973, nova classificação segundo critérios primários como a forma e composição como uma divindade aparecia retratada na epígrafe⁵⁰; e, igualmente, por Untermann que, já em 1980, criou uma nova classificação baseada na forma como as divindades eram invocadas nos monumentos⁵¹. Por último, Tranoy, sobre as divindades da *Gallaecia*, separou as divindades de nomes indígenas das divindades clássicas com apelativos indígenas como forma de as organizar e interpretar. Tranoy vai além da mera classificação dos teónimos, apresentando revisões críticas de antigas leituras epigráficas e destacando o papel do contexto arqueológico para a interpretação das divindades.

49 Percebeu igualmente a importância de ordenar a grande confusão de divindades, e conhecia, simultaneamente, os problemas que as classificações de Toutain e Vasconcelos levantavam. O sistema de classificação de Cuevillas pretendia ser muito mais detalhado que o dos seus antecessores, baseando-se na percepção de que para a determinação dos atributos das divindades é necessário conhecer previamente o caráter das mesmas.

50 Em 1973 Rivas conduz um novo tipo de classificação cujo critério metodológico se baseava na forma e composição da invocação da divindade tal como a mesma aparecia representada nas inscrições. O resultado desta metodologia conduziu à divisão das invocações em três tipos: categorias religiosas, teónimos e epítetos alusivos à divindade. Anos mais tarde Rivas reconhece as limitações da sua proposta de ordenação, verificando que esta organização não se realizou tendo em conta objetivos claros pelo que algumas das suas divisões ou subdivisões podiam ser de muito escassa utilidade dependendo de qual fosse a sua aplicação prática. Apesar das limitações desta tese, e de Rivas não pretender chegar a conclusões mais profundas, a sua sistematização teve alguns elementos inovadores e de grande importância. De facto, pela primeira vez se evitava classificar os testemunhos utilizando como critério a natureza da divindade em questão tendo em consideração as fragilidades que essa classificação implicava. Uma segunda notável inovação passou pela separação, pela primeira vez, de teónimos e epítetos, abrindo caminho a trabalhos de outros investigadores que visem a simplificação e o aperfeiçoamento metodológico.

51 Untermann iniciou os seus estudos sobre a temática da religião pré-romana em 1980 publicando as suas primeiras conclusões em 1985. O referido investigador, depois de efetuar uma crítica muito rigorosa na seleção dos dados, criou cinco categorias de classificação: invocações «bimembres», «invocações bimembres e trimembres, cujas primeiras constituintes ocorram mais de três vezes»; «teónimos sem epítetos indígenas»; «epítetos sem teónimos»; e «invocações compostas de um apelativo ou nome latino e um teónimo ou epíteto indígena». A vantagem deste método assenta na simplificação da classificação (eliminando grupos desnecessários que colocavam algumas incoerências ao sistema) e na fixação de critérios para tipificar as invocações como teónimos e epítetos. A metodologia sugerida, não está, no entanto, livre de limitações. A indefinição dos testemunhos incluídos no último grupo mencionado, onde se associavam teónimos e epítetos que são precedidos por um apelativo ou por um nome latino, é disso exemplo.

À semelhança de Leite Vasconcelos, a relação que se estabelece entre divindades e elementos do território (ou o próprio território) é evidente, distanciando-se de Vasconcelos, fundamentalmente, pela rejeição da classificação do panteão religioso baseada na função das divindades - presumível através da interpretação da significância do teónimo⁵². Esta é, desde logo, a grande inovação da sua obra.

Paralelamente a estas perspetivas, desenvolve-se com Georges Dumézil, o segundo grande caminho no estudo da religiosidade peninsular baseado na mitologia comparada e na afirmação da estrutura tripartida dos panteões indo-europeus. As opiniões sobre este caminho para o entendimento da organização das divindades apresentam-se, desde logo, controversas. Destacamos somente a proposta

interpretativa de Bernejo Barrera⁵³, que considera que não existe um conhecimento suficiente aprofundado sobre a religiosidade galaico-romana que permita estabelecer essa comparação; e a perspetiva contrária encabeçada, entre muitos outros, por Ferreira da Silva⁵⁴ que enquadra as manifestações religiosas do Noroeste peninsular no esquema duméziliano.

Em território nacional, José d'Encarnação apresenta, em 1969, uma tese de licenciatura referente às divindades indígenas sob o domínio Romano em Portugal, onde recolheu esses novos contributos internacionais, adicionando-os aos que já eram conhecidos pelas obras de Vasconcelos, e propondo uma organização teonímica segundo um critério dicionarista⁵⁵. Muitos outros autores poderiam ser aqui citados assim como muito métodos diferentes aos quais se recorreu no sentido de compreender como se organizava o panteão religioso romano peninsular, não se atingindo, no entanto, um consenso quanto a esta temática.

Os avanços decorridos do achamento de novas epígrafes votivas e o aumento exponencial de conhecimento que daí resulta, desencadearam a revisão dos critérios que, ao longo do tempo, foram usados para o entendimento da religião romana em território nacional. Em consequência, a ligação entre religião e sacralização do território, tão sugerida pelos primeiros autores que se dedicaram a este tema, nasce com uma nova força e uma nova forma de encarar este assunto⁵⁶. Destaque-se as perspetivas e os trabalhos que são levados a cabo por autores como Blanca García Fernández-Albalat, Francisco Villar, Blanca Prósper, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, José Manuel Garcia, Domingos de Pinho Brandão, José Coelho, Octávio da Veiga Ferreira, João de Castro Nunes, Manuel de Paiva Pessoa, Adriano Vasco Rodrigues, Moreira de Figueiredo, Augusto Vieira da Silva, e Jorge de Alarcão.

52 Refira-se igualmente Javier de Hoz que recorre a um critério baseado na extensão maior e menor do culto das divindades. A perceção da extensão de culto baseia-se fundamentalmente no número de vezes que os teónimos são mencionados e na área geográfica onde estes se verificam.

53 Bernejo Barrera 1986.

54 Silva 1986: 286-302; Id. 2007.

55 J. d'Encarnação, rejeitando o critério de Vasconcelos, e aceitando o escasso conhecimento sobre a organização do panteão religioso, ordenou as divindades peninsulares segundo um critério alfabético. Simultaneamente, o autor assumiu a leitura correta e crítica das epígrafes votivas como o alicerce fundamental de qualquer estudo que recaia sobre epigrafia votiva. O resultado desta metodologia foi a atribuição de um caráter local à religião indígena e a noção de que pequenos grupos de população teriam os seus próprios e exclusivos deuses que poderiam ser diferentes do das comunidades vizinhas.

56 O modelo de Vasconcelos e de Blázquez não deve, no entanto, ser retomado: a generalização feita por estes investigadores e as tentativas de encontrar para todas as divindades uma correspondência funcional (rejeitando os seus pontos de diferença) condicionaram a aceitação de diferentes critérios e diferentes formas de conceber a dinâmica religiosa.

Este último autor explorou o âmbito geográfico de determinadas divindades procurando, através dos resultados obtidos com a interpretação da maior ou menor amplitude geográfica das mesmas, estabelecer hierarquias de importância e conceber, por conseguinte, um protótipo de organização do panteão religioso⁵⁷.

Mais recentemente, destaca-se Juan Carlos Olivares Pedreño, que, através da sua obra, "*Los dioses de la Hispania céltica*", elabora uma síntese das dinâmicas religiosas peninsulares considerando a distribuição territorial dos mesmos, compondo grupos religiosos associados a grandes regiões territoriais (Beira Baixa; Região Estremenha; Beira Litoral; *Gallaecia* [ocidental, central e oriental] e áreas centrais e orientais da Meseta Norte)⁵⁸. Em território nacional, e considerando o âmbito mais restrito dos avanços nas considerações sobre a religiosidade indígena para a região da Beira Interior portuguesa acrescenta-se aos autores já mencionados, Marcos Osório, Fernando Patrício Curado, Manuel Leitão, Pedro Salvado, Sílvia Moreira, e Maria Lopes Tomé como figuras principais na recolha e interpretação dos monumentos votivos provenientes da referida região. Destacamos igualmente Fernanda Cristina Repas com a sua obra de síntese sobre a religião na Beira Interior ao tempo dos romanos. Realce-se igualmente o importante papel dos periódicos e revistas Ficheiro Epigráfico e Conímbriga na divulgação dos achados votivos.

Muitos outros autores poderiam ser referidos na presente síntese de estudos, destacando-se somente as principais bases de apoio à realização do presente trabalho.

⁵⁷ Jorge Alarcão, na terceira edição da sua obra *Portugal Romano* publicada em 1983, apresenta uma relevante síntese dos dados conhecidos à época sobre as divindades pré-romanas em território nacional. Paralelamente, este autor dedica particular atenção à região da Beira Baixa portuguesa, publicando, em 1988, a sua primeira tentativa de relacionar os elementos conhecidos do panteão indígena com os *populi* ou etnias atribuídas à região da Beira Interior portuguesa (Alarcão 1990). Este primeiro artigo vai constituir o ensaio preparatório do seu trabalho de 2001 sobre as divindades dos *Lusitani*, onde procura estabelecer os limites dos diferentes *populi* partindo da análise do mapa de distribuição dos teónimos testemunhados no território que, tradicionalmente, se atribui aos *Lusitani*. Esta sua proposta apresenta, no entanto, algumas limitações importantes. Destacamos, desde logo, o fato de se basear em testemunhos epigráficos realizados e consagrados durante o período de ocupação romana, e, portanto, reflexo de uma adaptação dos cultos indígenas dos séculos I e II a.C. Acrescenta-se a isto, o fato dos testemunhos epigráficos raras vezes estarem associados aos seus contextos originais e a falsa conceção de que a religião se apresenta como um fator identitário capaz de, só por si, estabelecer e refletir etnias.

⁵⁸ O autor estabelece uma clara distinção entre a Beira Baixa; a Beira Litoral e Beira Alta e o sul da Lusitânia, sublinhando, no entanto, as semelhanças existentes entre o panteão religioso da Beira Baixa e da região Estremenha. O seu estudo baseia-se fundamentalmente nas investigações iniciadas por autores como Rivas, Untermann e Tranoy, apresentando, no entanto, perspetivas alternativas a algumas das suas teses.

CAPÍTULO III ::

Contextualização. Delimitação e caracterização geográfica. Introdução sucinta ao processo de aculturação dos cultos indígenas.

"A relação com o espaço é assim, poderíamos dizer, universalmente garante da particularidade das identidades [...]."

(Françoise Paul-Lévy & Marion Segaud)⁵⁹

Durante a Idade do Bronze, em várias fases, terão chegado à Península Ibérica grupos populacionais procedentes de diferentes espaços europeus caracterizados por modelos culturais e expressões religiosas próprias. Durante o processo de aculturação das populações pré-existentes, e como consequência da verificação de condições favoráveis a uma progressiva e pacífica introdução da componente cultural⁶⁰, terão ocorrido fenómenos de sincretismo, continuados durante o período de ocupação romana⁶¹. Relembre-se, no entanto, que a realidade sociopolítica, cultural e económica da Península Ibérica não correspondia a um modelo único e homogéneo, não se verificando, no nosso território, uma unidade étnica, linguística ou cultural.

Efetivamente, e considerando exclusivamente uma componente religiosa, verificamos, numa primeira análise e de forma bastante clara, uma compartimentação do território hispânico, destacando-se a franja lusitano-galaica caracterizada por um grupo teonímico específico, de abundante representação epigráfica, e, nitidamente, distinto dos testemunhos teonímicos da região central e oriental da Meseta Norte⁶². Quando considerado especificamente, este marco territorial congrega em si mesmo uma manifesta heterogeneidade na distribuição teonímica, podendo, com relativa segurança constatar-se a presença de grupos de divindades característicos de zonas concretas da área lusitano-galaica, apresentando-se a Beira Interior portuguesa como um dos vários conjuntos a considerar.

Efetivamente, o território atualmente correspondente à Beira Interior, delimitado a norte pelo rio Douro, e sul, pelo vale do Tejo, e interiormente apartado da região litoral pelas cadeias montanhosas das quais se destaca a serra da Estrela e a serra da Gata; constitui um caso de estudo singular no processo de aculturação e uma das áreas chave para compreender a religião indígena da Hispânia, constituindo, pela sua particularidade, o objeto de estudo e a base das considerações que serão tecidas sobre as expressões religiosas pré-romanas. De facto, a região parece testemunhar índices de aculturação menos notórios comparativamente com a generalidade do restante território nacional (em consequência do próprio posicionamento periférico da Península Ibérica, localizada na fronteira do império), refletidos, por exemplo,

⁵⁹ Paul-Lévy & Segaud 1983: 30, apud Silvano 2010: 71.

⁶⁰ *"Roma nunca pugnou abertamente pelo desaparecimento, na população submetida, das crenças e dos cultos às divindades pré-romanas; esses cultos locais foram, em regra, respeitados nas suas características de «cultos privados»"* Encarnação 1988: 262.

⁶¹ *"(...) os Romanos se deram conta de que também aqui existia um politeísmo quiçá semelhante ao seu, porque brotara do mesmo fundo mitológico dos Indo-europeus. Tão arreigadamente eram, alias, as crenças que os invasores acabaram por, paulatinamente, a elas aderirem, levados pelo natural desejo de agradar aos deuses, quaisquer que eles fossem, seduzidos pela novidade de uma crença insuspeitada.* Alarcão 1990a: 442.

⁶² Contrapondo-se assim teónimos dos quais *Cosus, Nabia, Reve, Arentio/Arentia, Quangeio, Trebaruna, Munidi* e *Ataecina* são exemplos, com deidades como *Epona* ou *Matres*, amplamente registadas na Meseta setentrional e na restante Europa Ocidental, mas sem registos no território lusitano-galaico.

nas alusões antroponímias dos diferentes monumentos epigráficos procedentes deste território⁶³. Em consequência, a análise das expressões materiais das dinâmicas religiosas permite, sob uma abordagem inicial e exclusivamente teórica, uma melhor leitura do panorama religioso pré-romano. Simultaneamente, a Beira Interior regista testemunhos epigráficos abundantes, com um conjunto de teónimos caraterísticos e bem conhecidos, inscritos, via da regra, em vários monumentos, permitindo assim uma leitura e interpretação mais corretas. Em consequência é-nos possível estabelecer uma melhor definição dos territórios de influência de cada um dos teónimos e, simultaneamente, elaborar interpretações mais seguras da natureza das divindades. E que divindades? Vejamos.

Nesta região estão representados um número muito considerável de teónimos: falamos Jorge de Alarcão de mais de cinquenta divindades indígenas registadas entre o Douro e o Tejo⁶⁴, apresentando-se uma abundante fração dos teónimos, exclusivos do território correspondente à Beira Interior portuguesa. Assim, e considerando o âmbito específico desta região, encontramos aqui referência aos teónimos *Bandi*, *Reve*, *Munidi* e *Nabia*, atestados em abundantes testemunhos provenientes de âmbitos mais alargados e de regiões externas ao território e ao panteão exclusivo da Beira Interior; teónimos como *Arentio*, *Quangeio*, *Trebaruna*, *Erbina* e *Laneana* registados simultaneamente na Beira Interior, Estremadura Espanhola e, em raras exceções, nas margens sul do vale do Tejo; e, por último, teónimos exclusivos da região estudada como *Igaedo*, *Aratibro*, *Aetio*, *Laepo*, *Oipaegia*, *Aelua*, *Asídia*, *Trebopala* e *Iccona Loimina* (atestados em um ou mais monumentos).

Reafirmando a singularidade da região em análise, e estabelecendo uma comparação e analogia entre a Beira Interior e Beira Litoral, território que lhe é contíguo, verifica-se a ausência, nesta última região, de teónimos como *Arentio*, *Quangeio*, *Trebaruna*, *Munidi* e *Reve*. A região da Estremadura portuguesa, Ribatejo e Alentejo, regista, por sua vez, caraterísticas radicalmente distintas da franja lusitano-galaica, distinguindo-se pelo predomínio evidente de consagrações a *Endovellico* e pela drástica redução de testemunhos de teónimos amplamente registados nas regiões a norte⁶⁵. Por último, no que diz respeito à região a norte do Douro (com extensão à Galiza), destacam-se os abundantes monumentos consagrados ao teónimo *Cosus*, sem expressão entre a Beira Interior⁶⁶.

63 Verificando-se que os dedicantes apresentam maioritariamente nomes indígenas, tal como se comprova através da análise de cada monumento (veja-se o anexo I).

64 Alarcão 2002: 154. Integrando a região litoral, não considerada no presente estudo.

65 Destaque-se particularmente os escassos testemunhos a *Bandi*, atestado unicamente em três inscrições geograficamente distantes entre si. Olivares Pedreño 2002: 61. Excetue-se, porém, a região imediatamente a sul do Tejo, onde se registam importantes influências da Beira Baixa, bem patentes nos testemunhos de culto ao teónimo *Quangeio*, atestado em quatro monumentos provenientes de Salavessa (Montalvão, Nisa, Portalegre); da Capela de Nossa senhora dos Prazeres e da senhora da Graça, igualmente em Nisa; e provenientes de um antiquário no concelho de Borba (Évora).

66 Mantendo-se, no entanto e em semelhança com a Beira Interior portuguesa, o culto a *Bandi* e *Reve* que, juntamente com os teónimos *Cosus*, *Cohue*, *Lugus*, *Aernus* e *Vacus*, compõem o quadro das divindades supralocais no noroeste peninsular. Olivares Pedreño 2002: 86.

A Estremadura Espanhola, com destaque para a região de Cória, constitui a exceção neste panorama teonímico peninsular, registando evidentes semelhanças com o território interior português, comprovadas pelo testemunho dos cultos a *Arentio/Arentia*, *Bandi*, *Quangeio* e *Trebaruna*, atestados em abundantes inscrições; e pelos cultos a *Munidi*, *Laneana*, *Erbina* e *Nabia* (com uma menor expressão no panteão religioso). Destaca-se igualmente a coincidência no epíteto *Vortiacius*⁶⁷, amplamente registado na Beira Baixa portuguesa, e o culto à divindade romana *Mercúrio* acompanhada de epíteto indígena⁶⁸. A grande distinção em relação à Beira Interior portuguesa ocorre pela ausência de testemunhos a *Reve*, e pelo aparecimento de inscrições consagradas a *Salamati*. Esta distinção não deverá, no entanto, mascarar a grande uniformidade que se regista entre algumas regiões da Estremadura Espanhola e a Beira Interior portuguesa, reflexo de uma provável continuidade do ponto de vista religioso⁶⁹.

⁶⁷ Pode ler-se numa inscrição em Montehermoso o teónimo acompanhado com o epíteto "*Vortiacio*". Em Malpartida de Plasencia foi, de igual modo, descoberta uma inscrição a *Bandua Vortiacio*. Registam-se mais sete inscrições descobertas a sul do Tejo, nos arredores de Brozas e Trujillo.

⁶⁸ Olivares Pedreño 2002: 40-41.

⁶⁹ Mantem-se em Cória o esquema votivo assente na abundância de testemunhos consagrados a quatro teónimos indígenas, substituindo, no entanto *Reve* por *Salamati*. Este assunto será retomado nas conclusões finais.

CAPÍTULO IV ::

Análise Epigráfica. Interpretação individual dos teónimos registados na Beira Interior portuguesa.

"Segundo penso, é absolutamente impossível conceber o significado sem a ordem"
(Claude Levi-Strauss)⁷⁰

Apresentamos para cada teónimo ou grupo teonímico⁷¹ testemunhado na Beira Interior portuguesa uma síntese dos principais estudos e autores que sobre eles se debruçaram. A referida síntese será complementada pela verificação da aplicabilidade nos testemunhos epigráficos da Beira Interior, das diferentes perspetivas adotadas para cada um dos teónimos. Acrescentamos ainda outras apreciações que consideramos relevantes tendo como ponto de partida a análise dos monumentos, o estudo comparativo dos mesmos, a análise antroponímica, e, simultaneamente, a análise dos contextos de proveniência. As referências etimológicas apresentadas deverão enquadrar-se na historiografia das interpretações levadas a cabo, ao longo dos tempos, sobre cada um dos teónimos, não se apresentando como elemento significativo na análise que desenvolvemos, mas antes como reflexo da evolução dos estudos epigráficos e como componente secundária e auxiliar das interpretações apresentadas.

Sublinhe-se igualmente, que não é objetivo do presente estudo a análise exaustiva de todas as expressões de cada um dos teónimos apresentados, mas antes, a constatação e interpretação da sua especificidade na região objeto de estudo do presente trabalho. Esta premissa torna-se particularmente importante quando nos referimos a teónimos de grande expressão e de grande expansão geográfica. Para estes, a resenha histórica dos estudos que sobre eles incidiram (dado a sua avultada magnitude) será particularmente sucinta, destacando-se somente a sua expressão epigráfica na Beira Interior portuguesa.

A explanação teonímica seguidamente apresentada concebe-se segundo um critério organizativo baseado no grau de exclusividade dos teónimos para a região da Beira Interior portuguesa, definindo-se assim três diferentes agrupamentos:

- I. Teónimos exclusivos da Beira Interior, onde se inclui a análise dos teónimos *Aelua*; *Aetio*; *Ama Aracelene*; *Aratibro*; *Asídia*; *Colleveseis Caielonis Cosigo*; *Coruae*; *lconna Loimina*; *Igaedo*; *Laepo*; *Oipaegia*; e *Trebopala*.
- II. Teónimos que, não sendo exclusivos da Beira Interior portuguesa, revelam uma evidente predominância nesta região comprovada pela maior concentração de testemunhos epigráficos em comparação com os territórios circundantes. Falamos concretamente de *Arentio/a*; *Erbine*; *Quangeio*; *Laneana* e *Trebaruna*.
- III. Teónimos de âmbito genérico, com testemunhos heterogeneamente distribuídos pela Península Ibérica e, simultaneamente representados na Beira Interior portuguesa. Incluindo-se neste agrupamento os teónimos *Ama Aracelene*; *Bandi*; *Munidi*; *Nabia* e *Reve*.

⁷⁰ Levi-Strauss 1989.

⁷¹ Considerando possíveis variantes fonéticas e a reprodução do mesmo teónimo ou epítetos associados. Veja-se, por exemplo, o caso de *Laepo* entre os teónimos exclusivos da Beira Interior, apresentando-se o mesmo testemunhado sob a forma de *Laebo*, em Cabeço das Fráguas; *Laepo* e *Laiipo* em Pousafoles do Bispo. O mesmo se verifica em relação a *Trebaruna*, documentado epigraficamente sob a forma de *Trebarune*, *Trebarona*, *Trebaronna*, *Trebaroni*, *Trebaronne*, e *Triborunni*. Destaque-se igualmente o teónimo *Bandi*, representado nas variantes de *Banda*, *Bandu*, e *Bandua*, ou exclusivamente pelos seus epítetos. Estas possíveis associações, sempre que se verifiquem, serão apresentadas nas considerações específicas de cada teónimo.

Entendeu-se, por último, a individualização de teónimos de leitura ou interpretação duvidosa e de denominações pouco fiáveis ou desaparecidas, apresentando-se os dados a eles relativos em sumárias considerações no final do capítulo.

O objetivo das apreciações que serão aqui desenvolvidas manifesta-se na constituição dos dados gerais que permitirão a interpretação do panteão religioso da Beira Interior; e, simultaneamente, traduz-se na perceção da especificidade dos fenómenos religiosos da região e na forma como cada teónimo se expressa num âmbito de análise circunscrito.

O presente capítulo garante igualmente um importante contributo para a compreensão das divindades de âmbito exclusivo da região em análise (grupo I), uma vez que possibilita o seu estudo aprofundado e valoriza o seu âmbito geográfico específico. Contribui igualmente para a perceção das deidades com extensão regional alargada (grupo II), concebendo-as como fenómenos particulares de determinadas áreas, e afastando-as da visão generalista que lhes vem sendo atribuída. Por último, concorre para o entendimento das deidades de âmbito genérico na Península Ibérica (grupo III), abordando a sua expressão regional de forma aprofundada.

A proposta de ordenação teonímica que presentemente é adotada distancia-se, por exemplo, da visão defendida por Jorge de Alarcão, que distingue divindades locais, regionais e suprarregionais de acordo com a verificação dos teónimos num local específico, num *populus* ou em vários *populi*⁷². Sublinhando, no entanto, que o caminho escolhido pelo autor se distancia das opções metodológicas presentemente adotadas⁷³, julgamos a aplicação da sua proposta de agrupamento pouco adequada ao nosso estudo e limitadora na informação passível de ser obtida. Efetivamente, Alarcão toma como ponto de partida o espaço do *populus*⁷⁴ como delimitador do âmbito geográfico das divindades, campo de ação que consideramos demasiado restrito⁷⁵. Em sua substituição, entendemos mais adequado pôr em evidência e dar primazia à especificidade da região da Beira Interior, concebendo uma fórmula organizativa baseada nos requisitos e limitações próprias da região⁷⁶. O modelo que aqui propomos não pretende a padronização ou generalização ao restante território peninsular uma vez que a sua especificidade não permite a transposição a outras realidades⁷⁷ (baseando-nos no pressuposto de que a uniformização de padrões

72 A primeira classificação que Alarcão estabelece com base no critério de expansão e âmbito territorial inclui aquilo que o autor designa de “teónimos locais”, classificação onde estariam integrados os nomes das divindades que fossem conhecidas por um único testemunho epigráfico, ou que, mesmo sendo referidas por mais de uma epígrafe, a localização da sua procedência se restringisse a um âmbito geográfico restrito. Nos casos em que os testemunhos epigráficos a uma mesma divindade se verificassem em regiões diferentes e distantes entre si (restringindo-se, no entanto, a uma parte específica do território nacional) estaríamos perante aquilo que o autor chama de “teónimos supralocais” ou “teónimos regionais”. Por último, a classificação de Alarcão englobaria teónimos suprarregionais que integrariam as divindades com referências epigráficas em vários *populi*. Alarcão recorre, no entanto, a critérios pouco claros uma vez que também os conhecimentos que temos da organização do território previamente à organização administrativa romana são, à semelhança do conhecimento que temos da religião, escassos.

73 E relembrando que as problemáticas abordadas são distintas. A alusão à perspetiva sugerida por Jorge de Alarcão permite estabelecer somente um ponto de comparação entre diferentes metodologias possíveis e passíveis de serem adotadas.

74 Distinguindo divindades locais como exclusivas de um determinado local; divindades regionais, exclusivas de um dado *populus*; e divindades suprarregionais, extensivas a vários *populi*.

75 Tendo em conta a recorrência com que um determinado teónimo se regista em vários *populi*, mas se restringe a áreas geográficas específicas (via da regra, à Beira Interior com extensão eventual à Estremadura Espanhola).

76 E por conseguinte, individualizamos os teónimos que se registam em exclusivo na Beira interior; os teónimos que se estendem a outras áreas, mas que apresentam uma maior concentração de testemunhos na Beira Interior; e, por último, os teónimos que se registam genericamente em território peninsular, tal como já foi referido.

77 O mesmo não se verifica com a proposta de Jorge de Alarcão.

religiosos não é um requisito necessário para a compreensão da componente religiosa de uma região).

Veja-se um exemplo. O teónimo *Aetio* regista-se em dois testemunhos epigráficos procedentes do Sabugal e de Alcaria⁷⁸. Aplicando-se a proposta de Jorge de Alarcão⁷⁹, estamos perante um teónimo de cariz supralocal, *i.e.*, comum a vários *populi* (*Lancienses Ocelenses* e *Lancienses Oppidani* respetivamente). Admitindo a correta localização e delimitação dos *populi*, a veracidade desta constatação não é posta em causa, contudo, e considerando este critério, a divindade representada pelo teónimo *Aetio* (registado exclusivamente na Beira Interior, em contextos geográficos de procedência que distanciam somente 40 km) estaria colocada num patamar hierárquico semelhante a teónimos como *Bandi*, *Reve*, *Munidi*, *Nabia*, etc., com testemunhos em quase toda a extensão do território nacional. Consideramos mais adequado para a interpretação, destacar a sua procedência na região particular da Beira Interior, e enquadrá-lo na categoria de teónimo exclusivo daquilo que consideramos ser uma região com uma evidente especificidade religiosa.

Afastamo-nos igualmente da fórmula organizativa seguida por Olivares Pedreño que, não seguindo um modelo único e preciso para as várias regiões estudadas, individualiza divindades masculinas e femininas para cada um dos agrupamentos teonímicos considerados⁸⁰.

Teónimos exclusivos da Beira Interior Portuguesa (grupo I).

Aelua; Aetio; Aratibro; Asidia; Colleveseis Caielonis Cosigo; Coruae; Icona Loimina, Igaedo; Laepo; Oipaengia; Trebopala.

Na Beira Interior portuguesa regista-se um número significativo de teónimos que encontram expressão, exclusiva, nesta região. A generalidade dos casos considerados manifesta-se num único testemunho epigráfico. *Aelua*, *Aratibro*, *Colleveseis Caielonis Cosigo*, *Coruae* e *Igaedo* são disso exemplo. A inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas acrescenta dois novos teónimos a este conjunto, apresentando-se *Icona Loiminna* e *Trebopala* como exemplos epigráficos irrepetíveis. *Laepo*, igualmente representado em Cabeço das Fráguas, reproduz-se em quatro monumentos similares achados em Pousafoles do Bispo. Esta lista acresce com as duas alusões a *Aetio*; dois monumentos consagrados a *Oipaengia*, e, por último, duas inscrições alusivas a *Asidia*.

78 Consultar, adiante, as considerações desenvolvidas relativas ao referido teónimo.

79 Alarcão 2001.

80 Olivares Pedreño 2002. A individualização entre divindades femininas e masculinas proposta por Olivares Pedreño revela, desde logo, as limitações da sua proposta organizativa, manifesta na necessidade do autor especificar, para determinadas áreas geográficas, agrupamentos de divindades de «denominações de leitura ou interpretação duvidosa», incluindo neste grupo teónimos para os quais não existe consenso quanto ao género. De facto, as dúvidas de interpretação relativas a alguns teónimos não permitem sustentar, de forma segura, divisões de género, contribuindo essa especificação para o falseamento das interpretações levadas a cabo. No que diz respeito à metodologia adotada pelo autor, Olivares Pedreño ordena os teónimos registados na Beira Baixa portuguesa em «divindades masculinas supralocais» (*Bandi*, *Reve*, *Quangeio* e *Arentio*); «teónimos masculinos locais ou epítetos masculinos sem teónimo» (*Igaedo*, *Aratibro*, *Aetio* e *Laepo*); «teónimos femininos supralocais» (*Trebaruna*, *Erbine*, *Laneana* e *Munidi*); e, por último, «teónimos femininos locais ou apelativos femininos sem teónimo» (*Oipaengia*, *Aelua* e *Juno*). Esta metodologia apresenta, no entanto, variações na interpretação respeitante às restantes áreas da Hispânia (em consequência das suas limitações). Veja-se, por exemplo, o caso da Estremadura Espanhola, onde se determina um agrupamento designado «divindades masculinas testemunhadas por mais de uma inscrição». Igualmente na área referente à Beira Litoral, Beira Alta e área sul ocidental da Meseta Norte, o autor individualiza os agrupamentos «divindades masculinas locais» e «epítetos masculinos com teónimo omitido», podendo esta última categoria integrar divindades locais ou supralocais.

O teónimo é referenciado num único monumento achado na freguesia de Famalicão da Serra, no concelho de Famalicão, distrito da Guarda [EB.A1] com a seguinte inscrição: AELVA/BERE/CCP. A inscrição de Famalicão da Serra, pelas dificuldades de interpretação que suscita, deverá ser abordada com algumas reservas no que diz respeito à sua inclusão na dinâmica dos teónimos indígenas atribuídos à região da Beira Interior portuguesa. O primeiro obstáculo da sua caracterização reside na própria identificação do teónimo. De facto, apesar da sua gravação se encontrar bem perceptível e a sua leitura decifrável, o seu significado suscita diferentes pareceres junto dos investigadores que se dedicaram ao seu estudo.

Fernando Patrício Curado⁸¹, José d' Encarnação⁸² e Jorge de Alarcão⁸³ sugerem uma possível correspondência entre a leitura de *Aelua*, tal como se encontra gravada na presente inscrição, e o teónimo *Alua*, registado num monumento achado em Mouriscas (concelho de Abrantes), único testemunho conhecido a esta divindade⁸⁴. Esta proposta de interpretação implica, no entanto, profundas hesitações. De facto, desconsiderando a semelhança fonética verificada entre os teónimos, não se estabelece qualquer outra relação entre os monumentos, uma vez que não se registam características particulares do suporte, de cariz paleográfico ou de organização textual que corroborem esta possível associação. Por conseguinte, torna-se impraticável inferir se os dois teónimos representam duas divindades diferentes ou se, à semelhança do que sugerem os autores apresentados, correspondem a formas divergentes do mesmo teónimo, concebendo-se, portanto, como representantes da mesma divindade. Simultaneamente, é necessário ter em consideração que a inscrição de Mouriscas regista evidentes dificuldades de leitura, estando ela própria enquadrada por José d'Encarnação num conjunto de inscrições consideradas como muito duvidosas⁸⁵, condicionando assim qualquer relação que se possa estabelecer entre os dois monumentos.

Analisando a segunda e terceira linha da inscrição, os autores anteriormente mencionados são unânimes em considerar que *Berec-* ou *Berecc-* deverá corresponder à abreviação de *Berecenses Castellani*, no primeiro caso (atribuindo ao segundo caractere *-c* a representação de *Castellani*), ou *Bereccense*, para a segunda possibilidade apresentada. Auscultando estas interpretações, torna-se necessário salientar a existência de uma inscrição funerária achada na região de Alía (Cáceres) onde se inscreve *Berec-* que corresponderá provavelmente a *Berec(ensis)*, destacando-se as similitudes entre esta denominação e a que é mencionada no monumento de Famalicão da Serra⁸⁶. Patrício Curado adianta igualmente a possibilidade de Barrelas, local provável de proveniência do monumento, corresponder a um *castellum* com a designação sugerida pela inscrição de *Berecum* ou *Bereccum*. Sobre esta possibilidade salve-se a problemática apresentada na ficha epigráfica relativa à dificuldade de interpretação e leitura da última letra da inscrição.

81 Curado 1987a.

82 Encarnação 1987.

83 Alarcão 1990:149.

84 O monumento foi encontrado na antiga igreja matriz das Mouriscas, em Abrantes. Trata-se de uma ara em granito, com uma altura máxima de 60 cm por 33,5 cm de largura e 28,5 cm de espessura. No referido monumento consta a seguinte inscrição: MIOMELI/CATROTANG/INIF-ALVA/VALS. Garcia 1991: 283, nº 7; J. Silva 1982: nº 2; Encarnação & Silva 1982: 26-28.

85 Encarnação 1987.

86 Curado 1987a.

De facto, considerando a hipótese de se de tratar de um *-o* em substituição da leitura apresentada como caractere *-p*, então *BERECCP* (entendido como leitura provável de *Berec(ense) c(astellani) p(ossuit)*) daria lugar a *BERECCO*, grafismo semelhante às denominações testemunhada em Cáceres sob a forma de *Baraecus*⁸⁷. Esta hipótese é igualmente sugerida por Patrício Curado que, de acordo com a proposta de interpretação apresentada sugere que estejamos perante o teónimo *Aelua* acompanhado do epíteto *Berecco*. Considerando esta possibilidade estaríamos assim perante o teónimo *Aelua* ou *Alua*, representado em Famalicão da Serra juntamente com o epíteto *Berecco*, e testemunhado eventualmente em Cáceres numa alusão isolada ao epíteto *e/ou*, eventualmente, em Mouriscas numa alusão isolada do teónimo (sem epíteto).

Observando ainda a relação estabelecida por Patrício Curado entre a ara de Famalicão da Serra e o monumento de Cáceres, poder-se-á pensar *Berecco* enquanto teónimo (à semelhança do que parece verificar-se em Cáceres), e neste caso, *Aelua* como dedicante⁸⁸? Efetivamente, o possível teónimo *Aelua* apresenta-se, nesta inscrição, sob a forma de dativo com terminação em *-a*, fórmula testemunhada em outros exemplos na região (*Trebopala* e *Icona Loimina* são disso exemplo). Atendendo a esta singularidade, Búa Carballos terá contestado a interpretação de *Aelua* como teónimo, considerando a problemática inerente a outras designações com terminação em *-a*⁸⁹. Acrescente-se que a organização textual em que o dedicante é indicado previamente ao teónimo é frequente na região. Contudo, e considerando os possíveis exemplos de consagração a *Baraecus* verificados na Estremadura Espanhola (já anteriormente referidos), onde a referida designação surge, de forma recorrente, enquanto epíteto associado a teónimos amplamente conhecidos, torna-se, por conseguinte, plausível que o mesmo se verifique no monumento presentemente em estudo. Assim, e considerando que a leitura da inscrição sugere, de facto, uma aproximação à designação *Berecco* (variante de *Baraecus*), o mesmo assumiria a forma de epíteto, concebendo-se, por conseguinte, *Aelua* como designação inicial da divindade.

Considerando o âmbito geográfico do teónimo testemunhado no monumento de Famalicão da Serra, e enquadrando-o na proposta de classificação sugerida por Jorge de Alarcão⁹⁰, novas problemáticas são suscitadas. De facto, considerando-se a referida inscrição como testemunho único do culto a *Aelua*, estaríamos perante uma divindade indígena de cariz local e, portanto, protetora de um único lugar ou local concreto, localizado possivelmente na região de Famalicão (e, por conseguinte, exclusiva da Beira Interior portuguesa). Pelo contrário, se assumirmos a relação entre *Aelua* de Famalicão da Serra e *Alua* de Mouriscas (sugerida pela maioria dos autores que se dedicaram ao estudo deste monumento), temos assim um teónimo *suprarregional*, o que implica que se trate de uma divindade comum a vários *populi*, concretamente, cultuada sob a forma de *Aelua* no *populus Ocelenses*, e, por outro lado, cultuada simultaneamente como *Alua* no *populus Elbocori*⁹¹.

87 CIL II 5276; ILER 764. Efetivamente, de Trujillo e Las Burgas são provenientes dois monumentos votivos consagrados a *Reve Anabaraeco* e *Reve Anabaraego*, respetivamente. Considerando esta possível relação, *Baraecus* apresentar-se-ia como um epíteto associado ao teónimo *Reve*, amplamente testemunhado na Beira Interior e Estremadura espanhola. Destaque-se ainda a semelhança fonética verificada entre o possível epíteto *Baraecus* e duas inscrições achadas igualmente em Trujillo dedicadas a *Bandue Roudaeco*. A leitura destes dois monumentos, devido ao seu avançado estado de erosão, apresenta grandes hesitações, sobretudo na transcrição da primeira letra do epíteto, podendo supor-se, pela proximidade geográfica, tratar-se de um caso de leitura errada do caractere *-r* inicial proposto, devendo, em sua substituição, ler-se o caractere *-b*, dando assim origem a uma transcrição de *Boudaeco* (com uma evidente semelhança fonética em relação à designação anteriormente apresentada de *Baraecus*). Considerando essa possibilidade, *Baraecus* apresentar-se-á na Estremadura Espanhola como um epíteto possivelmente ligado a um topónimo da região de Trujillo, associado a diferentes teónimos amplamente conhecidos (como é o caso de *Reve* e *Bandue*).

88 Proposta sugerida por Jorge de Alarcão (2001: 315).

89 Búa Carballos 1999: 318-321.

90 Alarcão 1990: 146-169.

91 *Ibid.*: 146-169. Sublinhe-se as hesitações dos estudos presentemente desenvolvidos sobre os diversos *populi* que ocupariam o território pertencente à atual Beira Baixa e Estremadura Espanhola, e as suas correspondentes delimitações geográficas.

No que diz respeito à possível relação estabelecida com os testemunhos a *Baraeco* localizados na região de Trujillo, a problemática associada a este teónimo acresce pelo fato de, via da regra, se excluir a referida região espanhola da área que recorrentemente se designa de Lusitânia⁹². Esta possível relação com Cáceres acentua a ideia de uniformidade e continuidade entre o panteão religioso da Beira Interior e da Estremadura Espanhola.

Considerando estas possíveis extensões, o teónimo perde o seu âmbito exclusivo da Beira Interior portuguesa para se conceber como teónimo de âmbito genérico (testemunhado em duas ou, eventualmente três inscrições, incluindo-se o monumento de Famalicão da Serra nesta contagem). Contudo, e segundo nos parece, a ausência de evidências sólidas que permitam estabelecer uma relação entre os três monumentos referidos é suficiente para que se defina e mantenha um carácter local para a divindade consagrada na epígrafe de Famalicão. Por conseguinte, para todos os efeitos interpretativos, consideramos o teónimo exclusivo da Beira Interior portuguesa. Convergindo para esta tese, sublinhe-se a aceitação para a atual freguesia de Famalicão da Serra da sua caracterização como povoado proto-histórico com ocupação romana (Castro de Barreiras), atestado não só pela ara de *Aelua* como por demais vestígios arqueológicos.⁹³ Poder-se-á pensar numa divindade cultuada exclusivamente no referido castro, e por conseguinte, uma divindade marcadamente local.

No que diz respeito aos atributos da deidade referida, considerando a ausência de um contexto arqueológico conhecido; as dúvidas relativas ao seu âmbito geográfico; e a limitação dos estudos etimológicos como fonte única e exclusiva da sua análise, julgamos imprudente adiantar uma proposta de interpretação dos atributos e âmbito de ação da divindade representada pelo teónimo *Aelua*.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A AETIO

O teónimo *Aetio* tem conhecido uma importância diminuta do panorama dos estudos que, ao longo dos tempos, se têm desenvolvido sobre a religiosidade indígena da Beira Interior Portuguesa. José d' Encarnação, nas suas relevantes obras de compilação e interpretação teonímica⁹⁴, dedica um breve parágrafo ao estudo do único monumento atribuído e conhecido na altura a este teónimo⁹⁵, considerando-o insuficiente para que dele se possa tecer conjecturas sobre a natureza, características e âmbito de ação da divindade que representa. De igual forma, João Inês Vaz, um dos primeiros autores a debruçar-se sobre o seu estudo, ainda em 1977 num contexto de análise e interpretação dos monumentos votivos do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, assinala este teónimo como representante de uma divindade indígena de culto regional ou, inclusivamente, associada a um determinado grupo étnico, noções que serão retomadas em 1990 pela mão de Jorge de Alarcão⁹⁶. O referido autor sugere a possibilidade de se tratar de uma diferente forma de culto do teónimo *Arentio*⁹⁷, amplamente conhecido na região; e ressalva, simultaneamente, uma possível relação com o epíteto *Vortaeceo*, com o qual apresenta uma manifesta semelhança sonora, bem patente no sufixo *-aeceo*, partilhado por ambos.

92 Efetivamente, apesar de se testemunhar na região consagrações a *Nabia*, *Salama*, *Bandua Roudaeco* e *Reve Anabaraecus* (já aqui referidas) a região parece integrar aquilo que Jorge de Alarcão designa de mundo das estelas estremenhas, não fazendo, portanto, parte da realidade proto-histórica e de romanização da Lusitânia. Alarcão 2002: 309.

93 Pereira 2010: 27-43.

94 Encarnação 1987: 16.

95 Trata-se efetivamente de uma árula em granito de grão fino achada em Alcaria (Fundão) e consagrada a *Aetio* pela dedicante *Cisia* [EB.AE1].

96 Alarcão 1990: 146-169. Com expoente máximo no seu artigo datado de 2001: «Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)».

97 Vaz 1977: 6-7.

Em 2001, durante as obras de reabilitação do edifício que nos dias de hoje alberga o Museu Municipal do Sabugal, identificou-se um segundo monumento votivo consagrado a *Aeti*. O seu estudo ficou a cargo de Marcos Osório⁹⁸ que o interpreta, numa leitura inicial, como testemunho de culto ao teónimo *Écio*, contrapondo com a sugestão de leitura que propomos no presente trabalho, e com uma segunda proposta de interpretação sugerida pelo mesmo autor⁹⁹. Apesar da similaridade verificada entre os teónimos presentes nos dois monumentos estudados, e considerando a sugestão de interpretação alternativa de *Aetio* proposta desde logo por Marcos Osório (e o avanço no conhecimento que a descoberta de um segundo monumento alusivo a um teónimo tido até então como de cariz local poderia representar), os estudos que se seguiram ao achamento da epígrafe do Sabugal revelaram-se parcos e incipientes nas considerações e análises deste teónimo. De facto, nesse mesmo ano, Fernanda Cristina Repas¹⁰⁰ no seu estudo sobre a religião da Beira Interior, reafirma a presença do culto a *Aetio* comprovado através de um único monumento, não considerando, portanto, o possível contributo da inscrição do Sabugal na interpretação do teónimo. Em 2002, Olivares Pedreño¹⁰¹, à semelhança dos autores anteriores, atribui-lhe um papel secundário no quadro do panteão religioso da Beira Baixa, concebendo-o como uma divindade de cariz local, ao considerar o monumento de Alcaria como testemunho único do culto a este teónimo. Na mesma altura, Blanca María Prósper, encarando a existência de dois testemunhos do culto a *Aetio* (patentes em Alcaria e Sabugal), sugere uma interpretação do mesmo como epíteto ou *genii homónimos* presente em duas regiões distintas, em substituição da comum interpretação do mesmo como teónimo¹⁰². Considerando a sua proposta desconhece-se, no entanto, que teónimo deveria acompanhar este epíteto.

Analisando os dois monumentos, comparativamente, destacam-se alguns aspetos pertinentes na avaliação das diferentes interpretações adotadas. O primeiro aspeto relevante a considerar recai, naturalmente, sobre a notória divergência da estética das epígrafes¹⁰³. Associado a esta divergência verificamos o recurso a técnicas de gravação; organizações textuais e fórmulas votivas igualmente dissemelhantes¹⁰⁴. Estamos assim perante duas epígrafes, que, apesar de aparentarem o recurso a teónimos com morfologia semelhante, testemunham diferentes investimentos de tempo; diferentes preocupações estéticas e uma diferente organização e

98 Arqueólogo responsável da Câmara do Município.

99 Osório 2002. O referido autor destaca a semelhança teonímica com a inscrição votiva de Alcaria dedicada a *Aetius*, sugerindo a possibilidade e se tratar da mesma divindade. O referido autor considera ainda a possibilidade de *Aeti* corresponder ao patronímico (ausente nesta inscrição), ressalvando a eventualidade do teónimo ter sido inscrito na parte superior do monumento, estando atualmente apagado em consequência da intensa ação de picagem e desgaste sofrido pela ara. Consideramos esta hipótese improvável dada a raridade do uso de *Aeti*, nas suas diferentes formas, como *cognome* na região da Península Ibérica.

100 Repas 2001.

101 Olivares Pedreño 2002.

102 Alarcão 2009.

103 A árula de Alcaria, um monumento elegante, de ornamentação cuidada e formas retilíneas e sóbrias dá mostras de um grande investimento de esforço, contrapondo assim com o talhe rudemente afeiçoado e irregular e com as proporções pouco harmoniosas que conferem à ara do Sabugal uma forma tendencialmente trapezoidal e atarracada (bem perceptível apesar do intenso desgaste e deterioração do monumento).

104 Adotando-se, no primeiro monumento considerado, um alinhamento do texto segundo um eixo de simetria perfeitamente centrado e uma variação de dois a três caracteres em cada uma das linhas inscritas, associado a uma altura das letras e espaçamento interlinear homogêneos. Destacamos igualmente os caracteres elegantes, truncados nas extremidades das suas hastes; e o seu contraposto, no monumento do Sabugal, onde a heterogeneidade dos caracteres (em altura e inclinação), e o seu traçado irregular, acompanhado de nexos de grande complexidade (resultado de uma evidente preocupação de enquadrar o cognome do dedicante na primeira linha inscrita), conferem ao monumento um aspeto pouco cuidado. A organização textual espelha a mesma dissemelhança nos monumentos, verificando-se, no primeiro caso, a referência ao teónimo prévia ao dedicante, e no segundo, a inversão destes elementos. A fórmula final de voto é igualmente distinta.

conceção textual, possíveis indicadores de proveniências, lapicidas ou cronologias distintas. Esta dissemelhança é, no entanto, posta em causa se considerarmos a análise paleográfica dos dois monumentos, destacando-se similitudes na forma e composição dos caracteres¹⁰⁵. Espacialmente, o local de procedência dos monumentos distancia entre si aproximadamente 40 quilómetros, lembrando-se, no entanto, que ambas as epígrafes foram encontradas em contextos de reutilização, desconhecendo-se a sua proveniência original.

No que diz respeito à sua relação com outras inscrições, lembre-se a proposta sugerida por João Inês Vaz respeitante à possível associação entre as terminações *-tius* em *Aetius* e, simultaneamente, em *Arentius*¹⁰⁶. De facto, nas imediações do local de achado da inscrição dedicada a *Aetio* no Sabugal, encontrou-se um segundo monumento consagrado à divindade tópica *Arentio Equotullaicensi* [AG.A6], achado em contexto de reutilização. De igual forma, a aproximadamente 7 km a nordeste da inscrição a *Aetio* de Alcaria, confirma-se um segundo testemunho do culto a *Arentio*¹⁰⁷, localizado na região de Ferro, Covilhã. Apesar desta aparente proximidade, os restantes testemunhos consagrados ao teónimo *Arentio* nas suas mais variadas formas, tendem a distribuir-se de forma relativamente homogénea por toda a região da Beira Interior, não se verificando uma relação particular entre este teónimo e *Aetio*. Paralelamente, não se regista nenhuma semelhança considerável entre os monumentos consagrados aos dois teónimos referidos, não se podendo estabelecer qualquer outra relação para além da proximidade geográfica dos locais de achamento. Tal como refere desde logo Inês Vaz, *-tius* poderá ser uma terminação frequente na Lusitânia Central¹⁰⁸. No que diz respeito à possível relação com o epíteto *Vortaeceo*, sugerida pelo mesmo autor e perceptível pela semelhança na sonoridade da terminação do epíteto e do teónimo *Aetio*, os dados disponíveis não permitem estabelecer qualquer analogia ou correspondência entre ambos. De facto, os testemunhos do epíteto *Vortaeceo* mais próximos do local de achamento dos monumentos consagrados a *Aetio* localizam-se a meia distância das inscrições de Alcaria e Sabugal (no caso da inscrição de Salgueiros AG.B2); e a 14 km a sudoeste da inscrição de Alcaria (AG.B3). De uma maneira geral, o epíteto *Vortaeceo* concentra os seus testemunhos numa região tendencialmente mais a sul da Beira Baixa, não se registando, de igual forma, nenhuma semelhança no suporte; na composição textual ou na forma dos caracteres que sugira uma possível relação entre os monumentos.

Em Alenquer achou-se uma inscrição cuja proveniência é incerta¹⁰⁹ consagrada ao teónimo *Banduaetobricus*, destacando-se as semelhanças verificadas entre esta forma do teónimo *Bandi* e

105 De facto, em ambos os monumentos recorre-se à gravação de *-AA* de travessão baixo e de *-EE* com as suas hastes horizontais com a mesma dimensão e proporção. De igual forma, o travessão horizontal dos *-TT* ostenta uma dimensão semelhante, e, apesar de pouco visível devido à notória irregularidade do suporte e consequentemente dos caracteres, o *-v* do monumento do Sabugal parece ostentar a extremidades das suas hastes truncada, à semelhança do que se verifica com a maioria dos caracteres da árua de Alcaria. A grande divergência ocorre nos *-SS* que apresentam uma curvatura quase imperceptível no monumento achado no Fundão. Independentemente deste último aspeto, segundo a análise paleográfica, poder-se-á datar os dois monumentos de uma mesma cronologia (como aliás o fazem os autores que estudaram, independentemente, uma e outra peça) e enquadrá-los num mesmo estilo gráfico, indicador viável para relacioná-los (temporalmente).

106 Vaz 1977: 2.

107 Monumento [AG.A5]. Vide anexo I.

108 Vaz 1997.

109 Os autores que se dedicaram ao seu estudo mencionam uma possível proveniência do Norte de Portugal, sendo esta sugestão, no entanto, duvidosa.

o teónimo *Aetio* aqui apresentado¹¹⁰. Aceitando que se trate de um novo testemunho do culto a *Aetio*, associado, neste caso, ao teónimo *Bandua* (assumindo um cariz de epíteto), e admitindo que o monumento é proveniente da região de Alenquer, estaríamos, possivelmente perante um caso de migração do dedicante da região da Beira Interior para o Baixo Tejo, ou, como proposta menos provável, uma deslocação ou descontextualização do próprio monumento (possivelmente em períodos posteriores). Poder-se-á propor igualmente que a epígrafe de Alenquer estará no seu contexto geográfico original, o que sugere uma clara ampliação do âmbito de culto deste teónimo (ou epíteto como parece revelar esta inscrição), hipótese inverosímil até que se descubram novos testemunhos ao mesmo epíteto em outras regiões.

Em Codesedo (na Capela de Santa Maria de Codesedo localizada em Xinzo de Limia, Ourense) achou-se uma ara consagrada a *Aetiobriogo*¹¹¹, podendo, numa leitura inicial, sugerir uma associação entre o teónimo ou epíteto *Aetio* e o núcleo populacional onde este seria cultuado. Contudo, a releitura da inscrição de Ourense permitiu afastar esta possibilidade, pela reinterpretação do possível teónimo como referência a um *V(ico) Nemetobriga*¹¹².

Considerando, em exclusivo, as inscrições consagradas a *Aetio* cuja leitura e associação ao referido teónimo é segura (relembre-se os monumentos achados em Alcaria, no concelho do Fundão [EB.AE1], e na freguesia e concelho do Sabugal [EB.AE2]) estamos assim perante uma divindade cultuada em dois monumentos distintos, achados em contextos geográficos que distanciam aproximadamente 40 km entre si. Por conseguinte, o âmbito local e nacional (e o carácter tópico) inicialmente atribuído a esta divindade está assim posto de parte.

Analisando o teónimo do ponto de vista linguístico, Blanca Prósper sugere que o nome derivará do termo indo-europeu "*dar*"¹¹³. García Fernández-Albalat defende que a análise etimológica do radical revela uma raiz derivada do indo-europeu "ai-dh" com significância de "*ardente*", "*fogoso*"; "*brilhante*"; "*queimar*", "*luzir, brilhar, resplandecer*"¹¹⁴. O sentido da raiz é bastante claro e esta utiliza-se de forma recorrente como antropónimo e na designação de povos um pouco por todo o mundo céltico¹¹⁵.

110 Garcia 1991: 292 nº 33; Ferreira; Almeida & Encarnação 1976: 139-142; Encarnação 1976: 142-146. A leitura do monumento suscita profundas reservas. Trata-se de um monumento bastante erosionado, com mossas e fraturas de tornam a leitura da inscrição particularmente difícil, sobretudo no que se refere às linhas dois e cinco da referida gravação. O monumento, de cariz votivo, faz alusão ao dedicante (e possivelmente à sua filiação ou a um segundo dedicante), seguindo-se o teónimo e, por último, a fórmula final de voto. Apesar da reconstituição das primeiras linhas apresentar grandes dificuldades, parece distinguir-se, na terceira e quarta linha, o teónimo *Bandua Horrico*, contrapondo-se esta leitura com a interpretação inicial de *Banduaetobricus*. De facto, a dúvida reside na transcrição do epíteto, sendo que o *-h* proposto como primeira letra inscrita poderá, de forma perfeitamente admissível, confundir-se com o caractere *-e* seguido de um *-t*. De igual forma, o terceiro caractere *-r*, facilmente se assemelha com um *-b* (ao qual falta a parte inferior), dando assim origem a uma leitura de *Etobrico* para a quarta linha da inscrição.

111 CIL II 2512; García Fernández-Albalat 1990: 112-113.

112 Albertos Firmat 1990.

113 Prósper 2002.

114 Osório 2002; García Fernández-Albalat 1990: 112-113; 414. García Fernández-Albalat analisa etimologicamente o presente teónimo num contexto de estudo dos epítetos associados a *Bandua*, patente na ara achada em Santa Maria de Codesedo, em Xinzo de Limia, Ourense.

115 Na Lusitânia o recurso a este radical é, no entanto, raro, registando-se como antropónimo numa inscrição de Santa Ana, em Mérida, na forma de *Aidani*. García Fernández-Albalat 1990: 113; Palomar Lapesa 1957: 26.

O mesmo significado tem sido atribuído por alguns autores ao teónimo *lccona Loiminna*, referindo-se à segunda designação do mesmo¹¹⁶. Trata-se, efetivamente, de mais um dos teónimos exclusivos da Beira Interior portuguesa, testemunhado em Cabeço das Fráguas, localizado a cerca de 15 km da inscrição consagrada a *Aetio* proveniente do Sabugal. O significado etimológico apontado para ambas enquadra-as ideologicamente como divindades de nível superior, aspeto que contrapõe com o seu aparente caráter local, sugerido pela generalidade dos autores que se dedicaram ao seu estudo. Por conseguinte, esta importância acrescida conferida pela possível análise etimológica proposta por García Fernández-Albalat não se coaduna com a interpretação de *Aetio* como *genii* homónimos ou, inclusivamente como epíteto (relembre-se, que, considerando estas possibilidades teríamos uma alusão ao *genii* e ao epíteto em duas zonas distintas – Alcaria e Sabugal – sem que esteja especificado o teónimo que o acompanharia).

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A ARATIBRO

Aratibro apresenta-se testemunhado num único monumento procedente de Castelo Branco. Estamos perante um teónimo de cariz problemático e de características e âmbito geográfico e étnico desconhecido. As considerações que, ao longo do tempo, foram tecidas sobre o referido monumento refletem e asseveram a inconsistência da sua leitura. Veja-se, em exemplo, a constatação por parte de J d'Encarnação das hesitações necessárias à leitura de *Aratibrus*¹¹⁷. Uma postura semelhante é, desde logo, revelada por M. Garcia, sugerindo o referido autor a possibilidade da primeira letra do teónimo ser um *-m*, seguido do *-a*, dando assim origem à possível leitura de *Maratibro*¹¹⁸. Apresentando uma interpretação alternativa, M. L. Albertos; e, posteriormente, Patrício Curado e García Fernández-Albalat propõem a leitura de *Marti Boro*, igualmente testemunhado em Monsanto, hipótese que, segundo nos parece, não se coaduna com os vestígios dos caracteres inscritos. Relembre-se que, no seguimento da observação direta do monumento, apenas asseveramos, com segurança, a leitura dos caracteres *-ra* na primeira linha inscrita (antecedido e seguido de dois ou mais caracteres)¹¹⁹. Por último, destacamos a interpretação proposta por Vasco Mantas, sugerindo o referido autor tratar-se de um monumento consagrado a *Liber* e *Libera*¹²⁰, teónimos que estariam expressos nas quarta e quinta linhas. Consideramos igualmente a referida hipótese inviável, atendendo aos caracteres de leitura segura.

No que se refere à sua interpretação, assumindo tratar-se do teónimo *Aratibro*, Olivares Pedreño propõe que se estabeleça uma ligação fonética entre este teónimo e a deidade *Arentio*, amplamente testemunhada na região. A sua proposta não se corrobora, no entanto, com o âmbito geográfico perceptível para os testemunhos do culto a *Arentio*, que tendem a concentrar-se numa região tendencialmente a norte na Beira Interior, apresentando-se o monumento geograficamente mais próximo da inscrição de *Aratibrus* a 16 km a norte do seu local de procedência em Castelo Branco¹²¹.

116 K. H. Schmidt (1985: 335) atribui a *Loiminna* o significado etimológico de “brilhante, cintilante”. A mesma opinião é demonstrada por Fernando Patrício Curado (1989: 351; e Id. 1996: 157). Veja-se as considerações tecidas sobre o referido teónimo adiante no presente estudo.

117 Encarnação 1987:15.

118 Garcia 1979: 156, nº 1; id. 1984: 45-46, nº 1; id. 1991: 520, nº 589.

119 Vide anexo I.

120 Mantas 1985: 216-229.

121 Considerando este critério, destaca-se igualmente uma proximidade geográfica em relação às inscrições conhecidas consagradas a *Ojpaengia* (EB.O2 e EB.O1), localizadas a dez e vinte quilómetros a Este da inscrição de *Aratibro*. A dez quilómetros a norte da inscrição de Castelo Branco regista-se igualmente uma inscrição consagrada a *Reve* (AG.R1).

A inscrição de Castelo Branco revela-nos, em suma, um possível teónimo de leitura duvidosa, para o qual não serão tecidas alongadas considerações, uma vez que só um segundo testemunho ao mesmo teónimo poderia confirmar a inclusão de uma nova divindade, designada de *Aratibrus* ou *Maratibrus*, no panteão religioso da Beira Interior portuguesa. A confirmar-se a sua natureza teonímica, estaremos então perante uma divindade de cariz local, cultuada no *populus Taporí*¹²², território onde são já conhecidas inscrições a *Arentia*¹²³; *Trebarunis*¹²⁴ e *Oipaengia*¹²⁵. Poder-se-á igualmente considerar a possibilidade de estarmos perante um epíteto para o qual se desconhece a divindade/ teónimo a que estaria associado, conferindo-lhe, possivelmente, um carácter local. Contudo, e considerando os dados conhecidos à data, parece-nos lógico abandonar a interpretação teonímica e integrar *Aratibro* na categoria de *genii loci* e, portanto, protetor de uma região ou elemento concreto.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A ASÍDIA

Testemunhada exclusivamente em dois altares procedentes da ermida de São Domingos em Alcains¹²⁶. O teónimo refere-se sobre a forma simples de *Asídia* [EB.AS1] e, simultaneamente, menciona-se associado ao epíteto *Poltucea*, reproduzido epigraficamente pela primeira vez [EB.AS2]. Refira-se, relativamente ao epíteto gravado, a semelhança lexical verificada entre o mesmo, entre o dedicante *Polturus Caenonis*, e, simultaneamente, entre a *gentilitas Polturiciorum*, igualmente referida no monumento; partilhando todos os elementos a raiz – *Polt*, sem paralelo na onomástica do Ocidente hispânico¹²⁷. Esta manifesta relação entre as designações (da divindade, do dedicante e do local de culto) poderá trazer importantes luzes sobre a conceção das expressões religiosas na região, acentuando e sublinhando o cariz étnico dos epítetos.

Analisando o teónimo do ponto de vista da sua distribuição geográfica, destacamos somente a procedência comum de ambos os monumentos consagrados a *Asídia*, sugerindo esta coincidência de origens, uma localização provável da área de culto original da divindade. Destacamos ainda a descoberta, igualmente em Alcains, de um monumento consagrado ao teónimo *Reve* [AG.R1], divindade de âmbito geográfico alargado; sem que se registe, no entanto, qualquer coincidência linguística, qualquer afinidade no suporte ou similitude paleográfica entre os monumentos.

Não podemos deixar de referir a proveniência dos dois monumentos a *Asídia* no limite sul da área onde os cultos de teónimos de âmbito geográfico regional e alargado são mais expressivos, tema que será retomado na análise conjunta dos teónimos, no capítulo final da presente obra.

O estudo do referido teónimo ficou a cargo de António Assunção, José d'Encarnação e Amílcar Guerra, sugerindo os referidos investigadores uma análise linguística do mesmo, baseada na semelhança lexical entre o epíteto *Aseddiago*, associado à divindade *Nimmedo* (testemunhada epigraficamente em Mieres, Oviedo), e o teónimo *Asídia* mencionado em Alcains¹²⁸. A ausência do culto a *Nimmedo* em toda a Beira Interior portuguesa condiciona, no entanto, a aceitação desta proposta.

122 Alarcão 2002.

123 Procedente de Ninho de Açor, Castelo Branco.

124 Procedente da Quinta da Alverca (Castelo Branco).

125 Proveniente da Granja dos Belgaios (Idanha-a-Nova).

126 Os monumentos foram apresentados e estudados por António Assunção, José d'Encarnação e Amílcar Guerra (2009).

127 Assunção *et alii* 2009. Referem os autores "Trata-se de uma formação em que se regista uma sequência sufixal *-ucea-*, pertencente ao conjunto das derivações em *-uk-*, relativamente raras na Lusitânia [...]"

128 Assunção *et alii* 2009. Os investigadores mencionados sugerem igualmente uma possível correspondência entre *Asídia* e alguns antropónimos hispânicos, do qual se destaca *Asedi*.

Etimologicamente, Carlos Búa menciona uma correspondência possível com **ad-sedio*, com a significância de “*assentamiento cercano*”¹²⁹. Não se registam, no entanto, demais evidências arqueológicas que permitam asseverar esta possível interpretação.

Por último, analisando os dedicantes de ambos os monumentos, verificamos a opção de culto a *Asidia* por parte de um indígena (baseando-se a nossa análise na verificação do recurso a onomástica pré-romana comum na região); e simultaneamente, por parte de um indivíduo detentor da condição de cidadão romano, expressa no recurso ao *tria nomina* e na menção de nomes latinos. Esta divergência entre os dedicantes poderá corresponder a diferenças cronológicas entre os monumentos¹³⁰.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A COLLOVESEI CAIELONI COSIGO

O teónimo *Collovesei Caieloni Cosigo* testemunha-se num único monumento achado em Furtado, nas imediações do local de origem de uma ara consagrada a *Bandi Tatibijaico* e de um monumento consagrado a *Munidi* [AG.B18 e AG.M2, respetivamente]. A procedência do monumento na fronteira de duas áreas de culto distintas (refira-se Beira Litoral e Beira Interior), tal como se assume, à partida no presente estudo¹³¹, suscita profundas dúvidas na sua inclusão no panteão religioso da Beira Interior. A integração do teónimo no referido âmbito baseia-se, fundamentalmente, na proximidade geográfica do seu local de procedência e dos locais de proveniência de inscrições consagradas a *Munidi* e a *Bandi*, divindades de culto seguro e alargado na restante Beira Interior portuguesa.

A divindade evocada apresenta-se designada pelo nome *Collovesei* associado a dois possíveis epítetos expressos em *Caieloni Cosigo*. Esta perspetiva é, desde logo, defendida por Fernando Patrício Curado, que sublinha a semelhança entre o possível teónimo e o antropónimo indígena *Lovesius*¹³². Esta postura não é, no entanto, consensual. João Inês Vaz, numa proposta alternativa, sugere a possibilidade do teónimo se expressar numa dupla nomenclatura, *Collovesei Caieloni*, representando o nome *Cosigo* o epíteto, possivelmente associado à designação de um povoado localizado na região, apresentando a divindade, por conseguinte, um carácter tutelar¹³³. Esta opinião é, desde logo, igualmente defendida por Jorge de Alarcão, que relaciona a divindade representada no presente monumento com a tutela de uma possível comunidade indígena¹³⁴.

Os escassos dados que atualmente dispomos concernentes à interpretação da significância, atributos e âmbito geográfico de representação da divindade evocada, não permitem proceder a considerações alongadas sobre a mesma. Destaque-se somente o seu enquadramento geográfico e étnico no extremo norte do território atribuído aos *Lancienses*

129 Ibid.; Búa Carballos 2000: 80.

130 Assunção et alii 2009. Os autores propõem uma cronologia do século I para o monumento EB.AS1; e uma datação de meados do século II para a ara EB.AS2.

131 Relembre-se o capítulo de contextualização na temática referente à delimitação da região estudada

132 Fernando Patrício Curado acentua igualmente a semelhança entre o radical do possível teónimo aqui apresentado (*Caielonicosigo*) e o radical testemunhado na inscrição rupestre de Lamas de Moledo (“*Caielobrigol*”). Curado 1986a. O referido autor sugere igualmente uma possível relação entre os epítetos testemunhados em Furtado e a divindade *Cossus* (Curado 1989: mapa III). A mesma perspetiva é defendida por García Fernández-Albalat (1990: 252-253).

133 Vaz 1997: 221-222. Segundo João Inês Vaz o teónimo derivará de um antropónimo. Relembremos, sobre esta perspetiva, a relação estabelecida por Fernando Patrício Curado entre o teónimo e o antropónimo *Lovesius*.

134 Poder-se-á tratar da comunidade dos *Caieli* ou *Caieloni Cosigo*. Jorge de Alarcão defende que, pelo fato da divindade não aparecer associada ao nome *Lar*, indicador da ligação a uma possível *gens*, o teónimo deverá referir-se a uma comunidade étnica mais ampla. Assim, segundo J. de Alarcão, com a presente ara evoca-se *Collovesius* dos *Caieli Cosigo*. Alarcão 1989: 309. Mais recentemente, num artigo datado de 1990, Jorge de Alarcão sugere o estabelecimento de uma ligação entre o teónimo *Collovesei* e o teónimo testemunhado na região da Estremadura espanhola, *Coluo*, sublinhando-se a evidente semelhança no radical do teónimo representativo de ambas as divindades.

*Transcudani*¹³⁵. Sublinhe-se igualmente a ausência de paralelos para o presente teónimo e respetivos epítetos. Simultaneamente, acentuamos o fato de se tratar de um monumento de forma pouco frequente no âmbito dos testemunhos votivos da Beira Interior; apresentando, igualmente, uma gravação grosseira e de grande irregularidade. Em consequência desta singularidade, a sua inclusão no panteão religioso da Beira Interior deve ser feita segundo algumas reservas. Somente uma nova identificação do teónimo poderá completar e confirmar esta interpretação. Poder-se-á propor, no entanto, e à semelhança da interpretação levada a caso com *Aratibro*, tratar-se de um segundo caso de *genii loci*, testemunhado, possivelmente e em exclusivo, na região de proveniência da inscrição. Jorge de Alarcão relembra o culto patente na Estremadura Espanhola, ao teónimo *Colu* ou *Coluo*, podendo, conjeturalmente (e uma vez que apresenta o mesmo radical) relacionar-se o mesmo com *Collovesius*¹³⁶. Não consideramos esta possibilidade atendendo à ausência de bases sólidas, e independentes da análise das semelhanças nas designações teonímicas, que a sustentem.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A CORUA

A designação *Coruae* apresenta-se testemunhada num único monumento achado na Serra da Marofa, na sacristia da capela de Nossa Senhora¹³⁷. A divindade será, até ao achamento de novos testemunhos, interpretada como um culto exclusivo do castro da Marofa¹³⁸.

No que diz respeito à sua interpretação, sublinhamos somente a sugestão adiantada por Fernando Patrício Curado, propondo o referido autor o estabelecimento de uma possível relação entre o teónimo *Coruae* e o radical *Coro*, frequentemente associado a funções bélicas. Considerando a ausência total de testemunhos a *Cosus* na região da Beira Interior portuguesa, não nos parece comprovada a referida relação. Destacamos igualmente a inclusão do testemunho a *Coruae* procedente de Figueira de Castelo Rodrigo, na região Este da Beira Alta, caracterizada pela raridade de testemunhos epigráficos consagrados a teónimos indígenas (aspeto particularmente evidente quando comparamos a região com a Beira Baixa portuguesa). Esta particularidade poderá facilmente ser encarada como claro indicador da especificidade e do caráter local do referido teónimo, devendo o mesmo, por conseguinte, ser integrado no panteão religioso considerando-se a sua singularidade.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A ICCONA LOIMINNA

Iccona Loiminna testemunha-se, exclusivamente, na inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas, localizada na região de Pousafoles, concelho do Sabugal, onde surge em terceiro lugar na enumeração dos teónimos, associado à consagração de uma ovelha¹³⁹. Tratar-se-á de um teónimo composto de uma dupla designação, podendo o segundo elemento conceber-se como epíteto¹⁴⁰. A designação *Loiminna*, proposta por diversos autores, encontra-se compartimentada em duas linhas distintas, apresentando-se a sua reconstituição baseada na menção da designação *loemina*, gravada na inscrição de Arroyo de la Luz¹⁴¹, integrando ambas o conjunto de inscrições denominadas de «língua Lusitana». No referido conjunto de inscrições integra-se igualmente o monumento votivo de Arronches, onde se grava *ICCINVI*, possível paralelo de *Iccona*, tal como aparece gravado em Cabeço das Fráguas¹⁴².

135 Alarcão 2001: 313.

136 Alarcão 1990: 149.

137 A cerca de 20 km a sudeste da inscrição com sagrada a *Bandi* achada na região de Longroiva, concelho da Meda.

138 Atendendo que o local de proveniência da inscrição integra a área atribuída ao castro da Serra da Marofa. Cabral 1969.

139 Sublinhe-se as dificuldades de interpretação das linhas onde consta a menção do teónimo, destacando-se a interpretação de *COMAIAM*, traduzida pela generalidade dos autores como “ovelha”. Tovar 1985: 227-253.

140 Interpretação pouco consensual entre os investigadores que estudam a epígrafe. As limitações desta proposta são, desde logo, reconhecidas por A. Tovar (1985: 241) e José d’Encarnação (1987: 15).

141 Destacando-se a terminação *-mina*, coincidente em ambos. Tovar 1985: 241.

142 Prósper 2010: 63-70.

São diversas as interpretações sugeridas pelos distintos investigadores que se dedicaram ao estudo do teónimo. J. Gil¹⁴³; D. Maggi¹⁴⁴; Witzark¹⁴⁵ e Blanca María Prósper¹⁴⁶, em exemplo, propõem a correspondência entre *lccona* e a divindade céltica *Epona*, conhecida em outras regiões peninsulares. A relação que se estabelece no contexto religioso indoeuropeu entre divindades hipomórficas e atributos ligados à fecundidade é manifesta¹⁴⁷, podendo, por conseguinte, sugerir uma relação entre *lccona* e uma função ligada à fertilidade, justificando-se assim a oferta que lhe é prestada, em Cabeço das Fráguas, de um animal prenhe¹⁴⁸.

Considerando, contudo, as hesitações verificadas na interpretação do animal sacrificado à divindade; considerando a ausência de outros indicadores que sustentem uma possível relação entre *Epona* e *lccona*; e simultaneamente, consideramos a ausência de ocorrências de outros testemunhos de culto a *Epona* da região da Beira Interior portuguesa, e, de uma maneira geral, em toda a faixa lusitano-galaica; entendemos que a referida interpretação carece de comprovação, sendo apresentada no presente estudo unicamente como interpretação possível.

Ainda no que se refere à análise etimológica, A. Tovar relaciona *lccona* com o irlandês *-hicc*, com a significância de «cura, pagamento»; e, simultaneamente, com o gaulês *-iach* correspondentes de «sadio/ são»¹⁴⁹, não avançando propostas de interpretação para *Loiminna*. Fernando Patrício Curdo revela uma opinião semelhante, associando o radical *-icc* à significância de «curar, remédio, força, vigor», atribuindo ao teónimo um carácter funcional do terceiro nível, e relacionando-o, por conseguinte, com a saúde¹⁵⁰. O referido autor, assumindo a representação em Cabeço das Fráguas dos três níveis funcionais Dumézilianos, sugere como interpretação alternativa, a conceção de *lccona* *Loiminna* e *Trebaruna* (ou somente uma destas deidades) representativas da segunda função, ligada, portanto, a características bélicas¹⁵¹.

Uma diferente proposta é apresentada K.H. Schmidt, atribuindo o autor ao epíteto *Loiminna* o significado etimológico de «brilhante, cintilante»¹⁵². Relembre-se as considerações tecidas relativas ao teónimo *Aetio*, cuja significância se assemelha à que é proposta por K. H. Schmidt, relacionando-se ambos, ideologicamente, com um nível funcional superior¹⁵³.

Por último, refira-se a proposta apresentada por Jorge de Alarcão sugerindo o autor tratar-se de uma divindade específica do povoado localizado na região de procedência da inscrição, podendo Cabeço das Fráguas, em determinadas ocasiões apresentar-se como ponto de convergência de diferentes populações¹⁵⁴.

A perspetiva caracterizada pela conceção de *lccona* *Loiminna* (assim como *Trebpala* e *Laepo*) como referências aos locais de procedência dos animais sacrificados, amplamente defendida por Búa Carballos¹⁵⁵, recolhe uma menor aceitação entre os restantes investigadores que se dedicaram ao estudo do referido teónimo, ou, se uma maneira geral, ao estudo da inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas.

143 O referido autor sugere igualmente a possibilidade de *lccona* *Loiminna* designar entidades distintas, reunidas, na presente inscrição, associadas ao mesmo plano cultural. Gil 1985: 369.

144 Maggi 1983.

145 Witzark 1999: 66-67.

146 Prósper 2010: 63-70. A referida autora propõe igualmente uma interpretação de *Loiminna* como derivação do latim *loimos*, com significância de “barro”. Prósper 2002:53.

147 Olmstead 1994: 373-378.

148 Prósper 2002: 53-54.

149 Tovar 1985: 241.

150 Curado 2002:71-78.

151 Ibid.: 71-78.

152 Schmidt 1985: 335. Interpretação igualmente defendida por Fernando Patrício Curado (1989: 351).

153 Cfr. Dumézil 1958: 26.

154 Alarcão 1990:153.

155 Búa Carballos 1997: 326.

Assumindo a interpretação defendida pela generalidade dos linguistas, concebemos *Iccona Loiminna* como teónimo. Contudo, a diversidade de interpretações apresentadas e a ausência de elementos que permitam estabelecer algum tipo de considerações sólidas sobre o teónimo não nos permitem assegurar, no presente estudo, qualquer tipo de interpretação relativa aos atributos e âmbito de ação da divindade. Sublinhamos, no entanto, a possibilidade de se enquadrar a deidade representada num patamar interpretativo semelhante a *Trebopala*, igualmente testemunhada em Cabeço das Fráguas. Os dois teónimos, contrariamente ao que se verifica com as restantes divindades invocadas, são os únicos que não se encontram mencionados em nenhum outro monumento. Simultaneamente, apresentam-se ambos gravados com dativo em *-a*, contrariamente ao que se verifica com os restantes teónimos mencionados na inscrição rupestre de Benespera.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A IGAEDO

Foi descoberta por volta de 1958 numa dependência agrícola existente por detrás da Capela de Nossa senhora de Almortão, a 7 km a nascente de Idanha-a-Nova, uma inscrição consagrada a *Igaedo*. A referida epígrafe foi alvo de estudos por parte de Fernando de Almeida e José de Encarnação, apresentando os mesmos a seguinte transcrição: *Igaedo Caetronia Vitalis (filia) v(otum) l(ibens) a(nimo) p(osuit)*¹⁵⁶.

A sua integração no território dos *Igaeditani* poderá revelar-se um indicador importante da constituição de *Igaedo* como divindade tutelar do referido *populus*. Estaríamos assim perante uma divindade associada a um grupo étnico (referente à *civitas Igaeditanorum*, assumindo-se, de igual forma, a possibilidade da designação da comunidade derivar do próprio teónimo que a preside)¹⁵⁷. Ressalve-se, contudo, o fato do único testemunho consagrado ao referido teónimo ser procedente de uma região exterior à capital dos *Igaeditani* (Idanha-a-Velha). Baseando-se nesta premissa, Jorge de Alarcão sugere a possibilidade de se tratar de uma " (...) divindade tópica, protetora de um lugar, e cujo nome deu origem ao do *populus*, sem se ter transformado em divindade tutelar de todo o povo ou da *civitas*."¹⁵⁸ Desta forma, a divindade seria tutelar de um lugar específico, o que não implica a sua conceção como tutelar da totalidade da *civitas*. García Fernández-Albalat, baseada no pressuposto de que o teónimo dará origem à designação do *populus*, sugere para a divindade uma importância maior do que o caráter tutelar que um único local faria supor, concebendo-a antes como uma divindade tutelar dos *Igaeditani*¹⁵⁹. Considerando a referida hipótese, a proveniência das inscrições de um local apartado da capital da *civitas* poder-se-ia dever à localização do santuário consagrado à divindade, fora desse mesmo espaço¹⁶⁰. Por conseguinte, e assumindo que se trata de uma divindade ligada aos *Igaeditani*, poderemos pensar na possibilidade de cada *populus* ter uma divindade tutelar. Sublinhe-se, no entanto, que a dificuldade de identificar, para os restantes *populi*, as respetivas divindades protetoras, confere grandes reservas a esta hipótese.

No que diz respeito aos atributos da divindade, Fernando de Almeida sugere uma proposta alternativa ao caráter tutelar assumido pela maioria dos autores, evidenciando a associação da inscrição a uma fonte de água medicinal, podendo, em consequência inferir um caráter salutar à divindade¹⁶¹.

156 Vide anexo I.

157 Almeida 1964: 65-73.

158 Alarcão 1990: 150.

159 García Fernández-Albalat 1993-1994: 394.

160 Hipótese defendida por Fernando de Almeida (1964: 65-73). O referido autor relembra que no local de proveniência da inscrição se localiza o importante santuário da Senhora do Almortão, podendo tratar-se de um caso de continuidade de culto.

161 " (...) Quanto aos atributos, pode inferir-se pelo menos um, visto existir perto do santuário uma fonte de água medicinal: o de curar certas doenças, ou todas, no dizer do ermitão." Almeida 1964: 65-73.

Entenda-se a referida interpretação de Fernando de Almeida num contexto marcado pela grande importância da referida fonte medicinal ao longo do século XX¹⁶².

Asseverando a ausência de indicadores seguros que nos permitam elaborar uma proposta de interpretação do teónimo e, por conseguinte, da divindade representada pelo mesmo; julgamos, no entanto, que o vínculo entre a denominação *Igaedo* e a designação da *civitas Igaeditanorum*, se torna manifesto. Essa possível relação não revela, contudo, um vínculo entre a divindade e um determinado lugar, *populus* ou a totalidade da *civitas*. Simultaneamente, não nos indica se o teónimo derivou da designação da comunidade, ou, se, pelo contrário, a designação *Igaeditani* deriva da grande importância atribuída à divindade *Igaedo* num dado momento no decurso do processo de aculturação da região.

Paralelamente, esta perspetiva não invalida a interpretação de *Igaedo* como epíteto, devendo, neste caso, conferir ao teónimo a que possa estar associado um carácter local, isto é, concedendo a uma dada divindade atributos que a tornam protetora de um lugar, de um *populus*, ou inclusivamente da *civitas*. Considerando esta possibilidade, que teónimo o acompanharia? Nas proximidades (a 20 km a sudeste) do local de proveniência da epígrafe consagrada a *Igaedo*, testemunham-se dois monumentos consagrados a *Erbine* acompanhada dos epítetos *laiidi* ou *laeda Cantibidone*. Analisando o primeiro dos seus epítetos, verificamos tratar-se de uma provável derivação de *Igaeda*¹⁶³, fórmula feminina associada a *Igaedo*. Considerando esta possível relação, *Igaedo* conceber-se-ia, por conseguinte, como epíteto de *Erbine*, testemunhado em três monumentos, apresentando-se dois deles associados ao teónimo *Erbine* e a um segundo epíteto¹⁶⁴. Poderemos igualmente pensar num caso de associação de duas divindades que partilham, na região de Segura, o epíteto *Cantibidone*. Esta possibilidade é, no entanto, desacreditada se considerarmos o esquema textual de consagração das aras procedentes da região de Segura, se considerarmos a ausência de paralelos na Beira interior de aras com alusão a votos a duas divindades distintas, e, por último, se considerarmos o aparente cariz toponímico/ étnico do teónimo *Igaedo*.

As inseguranças na associação entre o epíteto de *Erbine*, *laeda* e o possível teónimo *Igaedo* justificam, no entanto, as considerações particularizadas e a individualização de ambos.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A LAEPO

O teónimo regista-se, possivelmente, em cinco inscrições procedentes da Beira Alta¹⁶⁵. Entre elas consta a inscrição de Cabeço das Fráguas onde se oferece à divindade um cerdo¹⁶⁶. As restantes são procedentes da Quinta de S. Domingos, freguesia de Benespera, concelho de Sabugal, localizada no sopé a sul do Cabeço das Fráguas¹⁶⁷.

162 Atualmente a «fonte santa de Nossa Senhora do Almortão» não é utilizada. A construção das estruturas de aproveitamento das águas data do início do século XX, não se testemunhando vestígios materiais de aproveitamentos das águas para o período de ocupação romana do território.

163 Assumindo a omissão da consoante sonora intervocálica –g.

164 Esta interpretação será retomada nas considerações relativas a *Erbina*.

165 A inscrição [EB.LP3] apresentada no inventário epigráfico (*vide* anexo I) suscita grandes dúvidas de leitura. A observação direta do monumento não nos permitiu identificar a gravação que é sugerida pelo museu onde o mesmo se expõe a título temporário. A sua inclusão no conjunto dos monumentos votivos achados em Pousafoles do Bispo, consagrados a Laepo, não é, contudo, significativa para a compreensão dos atributos e características da divindade ou para o estabelecimento do seu âmbito de ação geográfico.

166 Traduzida através da designação latina *porcom*. A proposta de tradução aqui apresenta não é, no entanto, consensual entre os investigadores que se dedicaram ao estudo da inscrição de Cabeço das Fráguas. Sobre a alusão a *Laepo* na inscrição do cabeço veja-se igualmente (Encarnação 1987: 26) e (Curado 1996). Este último autor propõe uma leitura inicial para o teónimo como *Labbo*, corrigindo posteriormente a sua proposta de leitura para *Laebo*, variante gráfica de *Laepo*.

167 *Vide* Anexo I.

Até ao momento, o presente teónimo testemunha-se exclusivamente neste local. Com base nesta premissa, Jorge de Alarcão considera *Laepo* uma divindade tópica¹⁶⁸, i.e., uma divindade exclusivamente cultuada num local ou elemento concreto. Esta constatação, de acordo com a nossa perspetiva, não implica obrigatoriamente um carácter tutelar, no sentido de se conceber a deidade exclusivamente como protetora, podendo a mesma conciliar esta função com um segundo atributo. Considerando esta possibilidade, os diferentes investigadores que se debruçam sobre esta temática apresentam interpretações distintas entre si.

Leite Vasconcelos, um dos primeiros investigadores a interessar-se sobre a problematização do teónimo *Laepo*, lido pelo autor como *Caepo*, considerou-o como representante de uma divindade protetora das hortas, por extensão do entendimento de *Caepo* como forma masculina de *caepa* (com significância de cebola). Considerando esta aceção da divindade, *Caepo* entender-se-ia como protetor das sementeiras¹⁶⁹. Blázquez Martínez, seguindo uma interpretação semelhante a Leite Vasconcelos, interpreta o teónimo como uma divindade da vegetação¹⁷⁰. A reinterpretação posterior do teónimo como *Laepo*¹⁷¹ e a confirmação da identificação do teónimo na inscrição de Cabeço das Fráguas, revoga o argumento sob o qual se baseiam as interpretações mencionadas, colocando-as definitivamente de parte e destacando a importância de leituras sólidas dos teónimos como base fundamental das interpretações etimológicas.

Fernando Patricio Curado, partindo da análise dos dedicantes e constatando o fato de duas das aras consagradas ao teónimo terem sido dedicadas por escravos recentemente libertados, sugere a possibilidade do teónimo apresentar um carácter de proteção ou de auspício da liberdade individual e do bem-estar social, enquadrando-se, por conseguinte, numa divindade do terceiro nível funcional segundo o esquema organizativo Duméziliano¹⁷². Tratar-se, efetivamente, de uma conjectura para a qual é necessária confirmação uma vez que em apenas dois monumentos, das cinco inscrições consagradas à divindade, encontramos menção de dedicantes libertos.

Uma perspetiva diferente é sugerida por Witczak, propondo o autor uma equivalência etimológica e funcional entre *Laebo* e a divindade latina *Laribus*¹⁷³. Não existem, no entanto, dados seguros que permitam sustentar a referida proposta interpretativa.

Do ponto de vista etimológico, M. L. Albertos defende uma aproximação do teónimo ao radical *-plab* com a significância de «falar/ idioma/ voz»¹⁷⁴. Tovar apresenta uma análise etimológica alternativa baseada na relação com os adjetivos de «lisonjeiro/ falso/ infeliz»

168 Alarcão 1990: 150.

169 Vasconcelos 1913: 618-620.

170 Blázquez Martínez 1962: 66. No que diz respeito à inscrição de Cabeço das Fráguas, Blázquez Martínez não estabelece a relação entre *Laebo* e *Caepo* (considerando as leituras iniciais de ambas as epígrafes), interpretando *Laebo* como um possível adjetivo de *porcom* (Id. 1995: 50). Uma perspetiva semelhante é sugerida nos estudos iniciais de A. Tovar (1967: 254), apresentando-se ambas prévias à descoberta dos mais recentes testemunhos consagrados a *Laepo*.

171 Levada a cabo por Fernando Patricio Curado, em consequência do achamento de duas novas aras consagradas ao teónimo *Laepo*. Curado 1984c: n.º 28.1 e 28.2.

172 Curado 2002:71-78.

173 A proposta interpretativa apresentada por Witczak baseia-se na conceção de *Laebo* no dativo plural, em semelhança ao vocábulo gaulês *matrebo*, variante de *Matribus*. Por conseguinte, poder-se-ia conceber *Laebo* como uma derivação de *Lahebo*, possível equivalente de *Laribus*. Witczak 1999: 68-70. Esta interpretação não se coaduna, no entanto, com a terminação em *-po*, presente em *Laepo* tal como se encontra gravado nos restantes monumentos consagrados a esta divindade procedentes de Pousafoles do Bispo. A sugestão de Witczak estaria assim descartada, salvo se considerarmos possível a evolução linguística b>p, até ao momento assumida como improvável.

174 Albertos Firmat 1966: 126-127. Perspetiva igualmente defendida por F. Patricio Curado (1989: 350).

e «adverso»¹⁷⁵. Uma terceira possibilidade é igualmente sugerida por C. Guyonvac'h, propondo o referido investigador uma interpretação etimológica do teónimo baseada no adjetivo **laibos*, com a significância de «torcido», «atravessado», «torto», «falso» ou «oblíquo»¹⁷⁶. Na sequência dos seus estudos, García Fernández-Albalat relaciona *Laepo* com funções bélicas, considerando que o físico da divindade assumiria uma forma torcida no momento do combate, por comparação com o que constata para a divindade *Ogmios*¹⁷⁷. Por último, Blanca María Prósper propõe como significâncias possíveis «pântano», «sociedade», «resto», «oferenda» e «pagamento», sublinhando as inseguranças nas interpretações que apresenta¹⁷⁸.

Sugerindo uma perspetiva interpretativa controversa, J. Untermann concebe *Labbo*, testemunhado em Cabeço das Fráguas, como elemento caracterizador do animal sacrificado (ou inclusivamente como antropónimo), em substituição da interpretação recorrente da designação como variante do teónimo *Laepo*¹⁷⁹.

Perante a variabilidade de opiniões citadas, reafirmamos a necessidade de indicadores externos à análise etimológica como fontes necessárias ao estabelecimento de apreciações interpretativas dos teónimos. Asseveramos, contudo, a conceção de *Laebo* como variante fonética de *Laepo*, assumindo-se o mesmo como teónimo atestado não só em Cabeço das Fráguas, mas igualmente comprovado em outros monumentos procedentes da Quinta de S. Domingos, já referidos.

Analisando o contexto arqueológico e a relação com as restantes divindades mencionadas na Beira Interior Portuguesa, destacamos o fato de *Laepo*, à semelhança de *Trebopala* e *lccona Loimina*, não registar menções epigráficas na restante região beirã, mencionando-se, exclusivamente, em Pousafoles do Bispo. Destacamos igualmente o fato de *Laepo* se conceber como a única divindade local (inserida no grupo I de acordo com a metodologia de análise utilizada no presente estudo) com alusões epigráficas complementares à sua menção no afloramento rupestre de Cabeço das Fráguas. Esta singularidade poderá ser indiciadora de uma importância maior (localmente) comparativamente com as restantes deidades documentadas na inscrição rupestre. Simultaneamente, o fato do teónimo não apresentar epítetos, poderá conceber-se como um importante indicador de que se trata, efetivamente, de uma divindade local.

À semelhança do que já vem sendo sugerido por Fernando Patrício Curado, consideramos plausível a existência, na Quinta de S. Domingos, de uma oficina epigráfica. Para a referida tese destacando o achamento, na região, de catorze aras anepígrafas, e consideramos igualmente a análise da inscrição consagrada a *Laiipo*, onde se reconhece dois momentos de gravação distintos, inscrevendo-se, primeiramente o teónimo e a fórmula dedicatória votiva, e, posteriormente, a identificação do dedicante¹⁸⁰, possível indicador de uma produção corrente.

175 Tovar 1985: 241. O referido autor apresenta igualmente diversos testemunhos antroponímicos de formação semelhante ao teónimo *Laepo*.

176 Guyonvac'h 1967:257-258.

177 García Fernández-Albalat 1990: 330. A referida autora integra o teónimo no capítulo "*Conjunto de teónimos aislados que se relacionan com la guerra en el área Galaico-Lusitana*".

178 Prósper 2002:50-51.

179 Untermann, 2010: 81-88. Diz-nos o referido autor: "*Evidentemente no es teónimo, sino antropónimo, por dos razones: (a) la geminación del tipo -bb- en nombres breves de dos sílabas es corriente en la antroponimia, pero no se encuentra en teónimos y (b) la desinencia -o no es la del dativo temático, que termina en -oi en Lamas de Moledo, en -ui en Arronches, en -oe y -u en otras inscripciones votivas de la región. La forma podría ser el genitivo de singular de la flexión temática, bien atestiguado en celtibérico y, tal vez, también en lusitano por las palabras arimo praesondo en Arroyo de la Luz I y ailatio en Arronches. Pero en nuestro contexto no hay nada, que motiva la aparición de una persona mencionada en genitivo. A lo sumo cabría contar con un epíteto en función de atributo de porcom que especificaría una raza particular de cerdos.*" Ibid.

180 "(...) pois só assim se compreende que, depois de se ter tido a preocupação de colocar a fórmula segundo m eixo de simetria, se não tenha procedido de igual modo com o resto do texto, nitidamente alinhada à esquerda." Curado 1984c.

A descoberta, na região, de inscrições consagradas, exclusivamente, a *Laepo*, contribui para a tese de uma importância e um cariz local acrescido para esta divindade. Desconhece-se, no entanto, se era a única deidade especificamente local, uma vez que *lccona Loiminna* e *Trebopala* são igualmente referidas, de forma exclusiva, em Cabeço das Fráguas.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A OIPAENGIA

O teónimo *Oipaengia* testemunha-se em dois monumentos procedentes da Beira Baixa portuguesa, designadamente da região de Granja dos Belgaios¹⁸¹ e Ladoeiro¹⁸², sugerindo alguns autores a possibilidade de um deslocamento do segundo monumento do seu contexto original, devendo o mesmo ser igualmente procedente da Granja dos Belgaios¹⁸³. Considerando esta possível proveniência comum, a divindade, até o achamento de novos testemunhos, deverá ser considerada local, i.e., específica de um determinado local e/ou comunidade.

A ausência de dados relativos a aspetos do contexto arqueológico; da análise etimológica do teónimo e do estudo dos monumentos não permitem tecer dados conclusivos sobre os atributos e âmbito de ação da divindade representada epigraficamente. Analisando os dedicantes verifica-se a alusão a uma fórmula tipicamente indígena num dos monumentos, contrastando com a menção de um dedicante gravado com dois nomes latinos frequentes na região.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A TREBOPALA

O teónimo testemunha-se na inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas. Apresenta-se em dativo com terminação em *-a*, à semelhança do que se verifica com o teónimo *lccona Loiminna*, aspeto pouco usual nos monumentos votivos da região e contrastante com a menção dos teónimos *Reve* e *Trebarune* referidos na mesma inscrição, com terminação *-e*. Tal como foi já referido na interpretação de *lccona Loiminna*, esta coincidência na terminação, associada ao fato de serem ambos os teónimos exclusivos de Cabeço das Fráguas (em oposição às restantes deidades mencionadas cujas consagrações se reproduzem em vários monumentos), poderá indicar um âmbito interpretativo semelhante.

Como base explicativa da divindade representada em Cabeço das Fráguas, A. Tovar propõe a divisão do teónimo em dois diferentes elementos: o primeiro, *treb-*, apresentar-se-ia como uma palavra indo-europeia atestada em abundantes testemunhos¹⁸⁴. No antigo irlandês corresponderia ao termo «casa»; em Gaulês antigo, apresentaria a significância de «cidade», podendo igualmente adquirir o significado de «aldeia», «edifício/casa» e «morada» em outras formas linguísticas¹⁸⁵. O segundo elemento do teónimo, *-pala*, etimologicamente significaria

181 Os primeiros autores a referirem-se a esta inscrição consideram a possibilidade de se tratar de *Dipaincia* e não *Oipaengia*, contudo, com a descoberta de uma segunda inscrição a esta divindade, encontrada em Ladoeiro, corrige-se a leitura inicial proposta. *Vide* anexo I.

182 Na segunda inscrição referida pode ler-se: *Oipaengi(ae) Apanha Pissiri v(otum) s(olvit)*.

183 Amaro 1993: nº 198. Maria João Amaro sugere a possibilidade de existir em Granja dos Belgaios um santuário religioso, sustentando a sua teoria na descoberta de diversos materiais romanos na localidade.

184 Segundo Blázquez Martínez, o nome regista-se na vila celtibérica designada Contrebia, no rio Trebia localizado na Itália do Norte; nos nomes dos povos Atrebates da Gália; em Arotrebae no Noroeste da Hispania e na cidade hispana de Tribola. O segundo elemento do teónimo *-pala*, documenta-se como topónimo dos Alpes, Pirenéus, Córsega e Cerdanha. Blázquez Martínez 1975: 141.

185 Tovar 1985.

«tumba, lápide sepulcral, sepultura, pedra, rocha, escarpa»¹⁸⁶. *-Pala* regista-se igualmente em diversas terminações de vocábulos Itálicos e Hispânicos.¹⁸⁷

Mais recentemente, Daniele Maggi sugeriu a comparação com o teónimo védico *Vispálà*, que, segundo Dumézil¹⁸⁸, significa «a *pala* da aldeia», isto é, o «protetor/guardião» da aldeia¹⁸⁹, considerando que *-vii* (e igualmente *-treb* apresenta uma etimologia semelhante à forma latina *vicus*, que significa «aldeia»¹⁹⁰. Dumézil relaciona o teónimo *Vispálà* com atributos do terceiro nível funcional, correlacionando-a com a divindade *Pales* Latina¹⁹¹. Baseando-se na aproximação entre *Trebopala* e *Vispálà* proposta por D. Maggi; e, simultaneamente, na relação que G. Dumézil estabelece entre *Vispálà* e a divindade latina *Pales*, Fernando Patricio Curado caracteriza *Trebopala* com atributos de protetora dos pastores, pastos, rebanhos e fecundidade e relembra que, tradicionalmente, se sacrificava a *Pales* cordeiros, à semelhança do que se verifica com *Trebopala* em Cabeço das Fráguas. *Trebopala* significaria assim «pala da aldeia» ou «proteção da aldeia», apresentado provavelmente características semelhantes à divindade homófona latina.¹⁹²

A referida interpretação torna-se particularmente pertinente se considerarmos que a Quinta de S. Domingos poderá ter correspondido a um *vicus*, indiciado pelos frequentes vestígios de ocupação romana achados na região. A grandeza do cabeço rochoso poderia entender-se assim como a «proteção da aldeia» que se constitui no seu sopé. Relembre-se que *Trebarona* é a primeira divindade gravada em Cabeço das Fráguas (admitindo que a ordem dos teónimos mencionados não é arbitrária), poder-se-ia conjecturar a referida deidade como a mais importante ou eventualmente a mais específica da região e/ou do cabeço.

Apresentando uma perspetiva radicalmente diferente, mas mantendo, no entanto, a concordância com a associação entre *Trebopala* e *Vispálà*, F. Villar associa *Trebopala* à administração e tutela das águas¹⁹³. A referida interpretação baseia-se numa proposta alternativa de análise etimológica da segunda componente do teónimo (*-pal*), que deverá corresponder, segundo Villar, à significância de «água estancada» e/ou «charco». Em consequente, *Trebopala* poder-se-ia traduzir como «charco da aldeia», apresentando-se como uma divinização, no feminino, das águas necessárias ao gado, elemento fundamental numa cultura de pastores e criadores de gado como, regra geral, se caracterizam as culturas indo-europeias¹⁹⁴.

De facto, e como súmula, destacamos a recorrência com que a pastorícia e as formas de subsistência surgem em todas as interpretações propostas (apresentando, no entanto, as mesmas, diferentes pontos de partida). Mais do que uma indicação dos atributos da divindade, as sugestões dos diferentes autores refletem a permeabilidade dos estudos etimológicos face a

186 A última proposta de tradução é apresentada por C. Guyonvarc'h, (1967: 253-263); e igualmente defendida por K. H. Schmidt (1985: 332).

187 Tovar 1985. O referido autor sugere igualmente uma possível relação entre o epíteto *Toudopalandaigae* (testemunhado numa inscrição em Talavam, na região de Cáceres, onde surge associado ao teónimo *Munidiberbrigae*) e o teónimo *Trebopala*. Esta possível associação sustenta-se igualmente na ocorrência de diversos testemunhos epigráficos com menção ao teónimo *Munidi*, (testemunhado em Talaván) na região onde se localiza Cabeço das Fráguas, nomeadamente em duas inscrições procedentes da Beira Interior portuguesa. Veja-se as considerações tecidas, no presente estudo, sobre o teónimo *Munidi*.

188 Dumézil 1958:80.

189 Gorrochategui (1987) defende que a palavra *-pala*, etimologicamente, significaria «céu». Nas regiões de Trás-os-Montes e do Gerês, o vocábulo *-pala* está associado aos significados de «empenho, protecção» e de «abrigo natural formado por rochas». Machado 1984: 1118.

190 Maggi 1983: 54-58.

191 Divindade importante e antiga entre os latinos, tendo dado o nome ao Palatino. Era protetora dos pastores, rebanhos, pastos, da abundância alimentar e da fecundidade.

192 Curado 2002:71-78.

193 Villar 1993-1995: 356-371.

194 Ibid.: 356-371.

pré-conceitos dos investigadores que os levam a cabo. Tomando consciência desta limitação na investigação, e face à ausência de outros dados que nos permitam tecer considerações aprofundadas sobre as características e âmbitos de *Trebopala*, optamos por reconhecer as limitações e a impossibilidade de, até ao momento, avançar propostas interpretativas.

Por último, destacamos igualmente a interpretação controversa sugerida por Untermann, segundo a qual o vocábulo *Trebopala* designaria um atributo de um teónimo («o que guardaria a casa») e não o teónimo em si mesmo¹⁹⁵. Destacamos igualmente a possibilidade de identificação do epíteto *Toudopalandaigae*, testemunhado em Talaván como epíteto de *Munidi*, com *Trebopala* de Cabeço das Fráguas¹⁹⁶. Considerando a possibilidade de estabelecimento de uma relação entre estes dois elementos, poder-se-ia conceber *Trebopala*, originalmente, como epíteto do teónimo *Munidi*, assumindo em Cabeço das Fráguas um cariz teonímico. *Munidi*, tal como será adiante referido, inscreve-se igualmente em Monsanto e Celorico da Beira, integrando-se a inscrição rupestre do cabeço no centro destes dois territórios. Simultaneamente, Prósper e Búa Carballo relacionam etimologicamente o referido teónimo com a significância de «montanha», «monte» ou «cabeço» (com base na raiz indoeuropeia **men-/mon-* e no gaulês **mynydd*)¹⁹⁷, promovendo uma possível relação entre o teónimo *Munidi* e locais elevados, como Cabeço das Fráguas. Contudo, a ausência de dados sólidos que nos permitam corroborar esta tese, impossibilita o adiantamento de demais considerações para além da sucinta resenha histórica dos estudos relativos a *Trebopala* que aqui apresentamos. Por conseguinte, asseveramos a conceção de *Trebopala* como teónimo, representante de uma divindade local (integrada no grupo I), testemunhada exclusivamente em Cabeço das Fráguas.

Teónimos regionais (grupo II).

Arentio, Erbine; Laneana; Quangeio; Trebaruna.

Mencionamos, no presente subcapítulo, os teónimos que, não sendo exclusivos da Beira Interior portuguesa, revelam uma evidente predominância nesta região, comprovada pela maior concentração de testemunhos epigráficos em comparação com os territórios circundantes. A individualização deste grupo teonímico resulta da procura de especificação e individualização de deidades que, de outra forma, integrariam os teónimos genericamente atribuídos à extensão do território peninsular e/ou a partes alargadas do mesmo. Esta discriminação considera igualmente a noção de uniformidade religiosa já anteriormente apontada entre a Beira Interior portuguesa e a Estremadura espanhola, proporcionando uma visão mais alargada do panteão votivo da Beira Interior (que possivelmente se estende e integra parte da vizinha Espanha) composto por um conjunto de divindades de cariz regional, colmatando assim o âmbito genérico frequentemente atribuído aos teónimos aqui mencionados. Considera-se igualmente no presente subcapítulo, possíveis casos de migração de cultos, percetíveis através do testemunho epigráfico de teónimos em áreas geográficas onde o mesmo adquire um caráter excecional. Esta particularização dos teónimos de cariz regional resulta numa melhor compreensão da relação que se estabelece com o território espanhol e num entendimento clarificado dos atributos e âmbitos de ação das deidades¹⁹⁸.

195 Untermann 2010: 81-88.

196 Prósper 2010: 63-70.

197 Id. 2002: 189, Búa Carballo 2000: 54.

198 Considerando o seu âmbito geográfico e a relação com os restantes teónimos de âmbitos semelhantes.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A ARENTIO E ARENTIA

Na Beira Interior portuguesa *Arentio* testemunha-se num total de sete inscrições localizadas no Rosmaninhal; em Monsanto; Orca; Ninho de Açor; Castelejo, na localidade de Ferro e, por último, na vila do Sabugal¹⁹⁹. Considerando o âmbito geral da Península Ibérica, verifica-se uma circunscrição do referido teónimo à Beira Interior portuguesa, com extensão ao território espanhol de Cória, região geograficamente muito próxima. Tendo estes dados em consideração, poderemos pensar que o culto a este teónimo corresponde a uma área geográfica ocupada por um grupo étnico concreto e distinto? De facto, e tal como nos indica Jorge de Alarcão, o culto a esta divindade não se restringe à área geográfica de um determinado e único *populus*²⁰⁰ e, em consequência, não deve *Arentio* ser concebido como uma divindade específica de uma unidade étnica²⁰¹. Trata-se antes, de uma divindade cultuada possivelmente nos *populi Tapori, Igaeditani, Lancienses* e *Coerenses*, este último, inserido no território atualmente espanhol, fator que contribui para a proposta adiantada por Jorge de Alarcão assente na extensão da área dos *Lusitani* à região de Cória²⁰². Não devemos, no entanto, excluir a possibilidade de estarmos perante um caso de migração de populações que continuam a prestar culto a divindades do panteão lusitano em outras regiões.

No que diz respeito à natureza da divindade representada por este teónimo, é necessário, antes de mais, referir que *Arentio* e *Arentia* surgem na epigrafia de forma isolada (na

199 Vide anexo I [AG.A1 a AG.A7].

200 Nos seus estudos iniciais sobre a geografia religiosa dos teónimos testemunhados na Beira Interior, Jorge de Alarcão refere: "*Arentius e Arentia, por vezes grafados Arantia e Arantius, com ou sem epítetos, parecem comuns aos Igaeditani, Tapori e Lancienses Transcudani*". Alarcão 1990: 149. Posteriormente, no seu artigo de 2001, Alarcão revê a divisão étnica anteriormente sugerida integrando o culto a *Arentia* e *Arentio* no território associado aos *Tapori*, testemunhado no monumento achado em Ninho de Açor consagrado à forma feminina *Arentia*, integrado no território dos *Igaeditani*, onde é consagrado nas epígrafes de Idanha-a-Nova (Tapada da Ordem) com voto a *Arentius Tanginiciaecus*, na epígrafe achada em Zebras, concelho do Fundão dedicada a *Arentius Cronisesis*, e, por último, na epígrafe descoberta em Chão-do-Touro (igualmente em Idanha-a-Nova) onde se faz alusão a *Arentius*. No território de *Lancienses Transcudani*, inicialmente referido por Alarcão, o culto a *Arentius* continua a patente num único monumento consagrado a *Arentia Equotullaicensis*, achado no Sabugal. Por último, o monumento consagrado a *Arantia Ocelaeca* e *Arantius Ocelaecus* achado na região de Ferro, conselho da Covilhã, anteriormente atribuído à região dos *Igaeditani*, passa agora a integrar o território dos *Ocelenses*, considerando-se assim, a especificidade do epíteto referido na epígrafe mencionada, e a sua provável associação a um grupo étnico específico. Alarcão 2001: 304.

201 Ainda em 1936, conhecidas somente quatro inscrições consagradas a *Arentio*, Félix Alves Pereira, destaca o fato de todos os testemunhos se circunscreverem ao território tradicionalmente atribuído ao *Igaeditani*. Este fato sugeria, com alguma segurança, que o presente teónimo seria exclusivo deste grupo étnico e, como tal, seria indicador e testemunho de um grupo culturalmente individualizado, inserido num grupo mais amplo dos *Lusitani*. Pereira 1936: 446-447. O achamento de novos monumentos consagrados a *Arentio* localizados no Sabugal e em Cória pôs em causa as conjecturas desenvolvidas a este respeito. De facto, a não ser que se considere que os novos monumentos consagrados a este teónimo foram deslocados de um território original localizado na região vulgarmente atribuída aos *Igaeditani*, ou ainda, que o próprio território associado a esta possível etnia se possa expandir às regiões mais a Norte e a Este, englobando assim Cória e Sabugal, hipóteses até à data muito improváveis; a interpretação defendida por Alves Pereira apresenta-se invalidada.

202 Alarcão 1988: 157. De facto, a referida região tem sido vulgarmente integrada no território pertencente aos *Vettones* (Rodríguez Hernández 1966: 124), contudo, a ara descoberta em Cória dedicada a *Arentia* e *Arentio* (Hurtado de San António 1977: n.º 743), juntamente com uma ara consagrada a *Trebarunis* descoberta na mesma região (Hurtado de San António 1977: n.º 217), parece indicar um panteão semelhante entre Cória e os restantes *populi* designados de *Lusitani*. Alguns autores propõem a reunificação destes dois mundos, perspectiva refutada por Jorge de Alarcão, que sublinha as diferenças verificadas entre ambos, salvaguardando as semelhanças resultantes de influências recíprocas prováveis.

sua forma feminina ou masculina, independentemente) ou em conjunto²⁰³. Em consequência, alguns autores defendem tratar-se de um par divino em que cada um dos seus constituintes é detentor de uma individualidade e características próprias²⁰⁴. Uma perspetiva contrária concebe as diferentes designações como representantes da mesma divindade, que, em determinados casos, assume características femininas, masculinas ou ambas²⁰⁵. Refira-se igualmente que os teónimos *Arentio* e *Arentia* registam a variante fonética *Arantia* e *Arantio* numa inscrição achada na região de Ferro, concelho da Covilhã [AG.A5]. Ao contrário do que se verifica com o teónimo *Bandi*, os autores são consensuais em afirmar a unicidade de todas as formas conhecidas de *Arentio*²⁰⁶.

No que diz respeito à natureza e âmbito da divindade, um dos possíveis caminhos para essas considerações baseia-se na análise dos epítetos utilizados: do total de sete inscrições achadas na Beira Interior, cinco referem o teónimo associado a epítetos. Dos referidos nomes, dois possuem um provável significado étnico [AG.A4] e [AG.A2], incluindo-se nesta categoria *Tanginiciaeco*²⁰⁷. Os restantes epítetos poderão estar associados a um topónimo [AG.A6] [AG.A5] e [AG.A7]²⁰⁸. Parece, portanto, tratar-se de uma divindade que assume um caráter tutelar, adotando diferentes epítetos de acordo com os diferentes lugares ou grupos étnicos onde o seu culto é prestado. Simultaneamente, através do epíteto, *Arentio* assume um cariz local, dado que o mesmo circunscreve a ação divina a um determinado lugar, etnia ou família. A corroborar esta perspetiva, sublinhe-se a inscrição achada em Ferro, concelho da Covilhã onde o teónimo surge, no mesmo local, na sua forma feminina e masculina, associando-se (quer *Arantio*, quer *Arantia*) ao mesmo cognome (*Ocelaeco*) na sua forma feminina e masculina, correspondentemente. Na região espanhola de Cória verifica-se o mesmo tipo de fenómeno em relação ao epíteto *Amrunaecus*²⁰⁹.

No que se refere à análise linguística do teónimo, Leite Vasconcelos, um dos primeiros autores a debruçar-se sobre este assunto, atribui ao prefixo de origem latina *-arens* o significado de «seco» ou «árido», sublinhando, no entanto, uma provável origem céltica para o teónimo (baseada na sua terminação *-entius* ou *-entios*)²¹⁰. A interpretação assente na origem céltica é retomada por Félix Alves Pereira, apresentando este autor abundantes testemunhos de palavras que integram o radical do teónimo *-ar* ou a sua terminação *-ius*²¹¹. A riqueza de exemplos torna-se, no entanto, um

203 Veja-se o caso de Monsanto [AG.A1] onde apenas se menciona a forma masculina do teónimo; o monumento achado na vila do Sabugal, com referência somente à sua forma feminina acompanhada de um epíteto [RA.A6]; e os monumentos de Ninho de Açor e Ferro [AG.A3 e AG.A5] onde são gravadas as duas variantes do teónimo (masculino e feminino).

204 Esta perspetiva é desde logo defendida por Proença Júnior (1907:177).

205 J. d'Encarnação é da opinião que a invocação ora no masculino, ora no feminino, ou em conjunto, deriva da indeterminação e incerteza por parte do dedicante quando ao sexo da divindade. Encarnação 2010: 525-535. Veja-se igualmente. Id. 2002; id. 2002a.

206 Encarnação 1988.

207 "[...] *Tanginiciaecus* poderá, de facto, estar relacionado com o antropónimo *Tanginus* (embora fique por documentar, neste caso, se o deus tutela uma família, um clã ou uma tribo)." Encarnação 1988. A mesma interpretação é defendida por J. M. Blázquez Martínez (1975: 29), apesar do autor sugerir, nos seus estudos iniciais, uma relação entre o epíteto e o nome de um lugar. Id. 1962:74.

208 "*Muitas das divindades indígenas são adoradas em epíteto. Outras são-nos claramente com um epíteto tópico, que faz delas divindades tutelares de um lugar. É o caso de Arentia Ocelaeca e de Arentius Ocelaecus, padroeiros de um lugar Ocelum. [...] Outros qualificativos poderão corresponder a uma unidade supra-familiar, como o de Arentius Tanginiciaeus.*" Alarcão 1990.

209 Testemunha-se, no mesmo local (Cória) duas aras dedicadas a *Arentia* e *Arentio*, ambas com o mesmo epíteto, ao qual se deverá atribuir um cariz étnico. Considerando esta premissa, *Arentio* e *Arentia* apresentar-se-iam como divindades tutelares de um povo, possivelmente designado de *Ambrones*.

210 Vasconcelos 1905: 322.

211 Pereira 1932: 22.

entreve ao entendimento do significado de *Arentio*, ou da sua variante fonética *Arantio*, uma vez que se aplicam, de forma indistinta, a teónimos, topónimos, etnias e à onomástica pessoal. A questão da origem linguística torna-se uma temática recorrente nas décadas que se seguiram aos primeiros estudos sobre o teónimo. António Tovar, em 1958, apresentando vários exemplos, defende que os vocábulos com sufixo *-nt* (onde se insere o teónimo *Arentio*) correspondem a termos integrados no indo-europeu arcaico. Numa perspetiva semelhante, em 1966, José Rodriguez, comprova que o mesmo sufixo se encontra testemunhado em diversas línguas indo-europeias²¹².

O tópico relativo ao âmbito e esfera de ação da divindade é retomado por Blázquez Martínez, que verifica a recorrência com que a terminação *-entia* surge na formação de cidades e rios na Península Ibérica²¹³. Esta suposição encontra corroboração nos diversos epítetos com provável origem toponímica que, na Beira Interior portuguesa, surgem associado ao teónimo.

Uma interpretação alternativa é apresentada por Blanca María Prósper, que relaciona o teónimo com o hidrónimos **arent-/ arant-*, cuja raiz significaria «correr, pôr-se em movimento»²¹⁴. Partindo desta interpretação, Alarcão sugere uma possível ligação entre o sentido de «correr» e hidrónimos, rejeitando, no entanto, uma relação direta com a ideia de água corrente²¹⁵. Alarcão sugere então a possibilidade de estarmos perante uma divindade que «corria ou favorecia quem corresse», e por conseguinte, associada a funções bélicas²¹⁶. Os epítetos que lhe estão associados não corroboram esta perspetiva, revelando possíveis ligações a comunidades, indivíduos e regiões.

Por último, relativamente ao âmbito e características do teónimo, deve referir-se uma inscrição achada em Ninho de Açor onde se alude a um sacrifício votivo²¹⁷. Segundo Fernanda Cristina Repas, considerando a proximidade geográfica da inscrição consagrada a *Arentio* e *Arentia* procedente de Ninho de Açor, a inscrição sacrificial deverá referir-se sobre o mesmo teónimo (*Arentio*), fazendo, por conseguinte, prova de um culto organizado, assente num colégio sacerdotal e integrado num santuário²¹⁸. Contudo, não poderá ser ignorado o testemunho consagrado a *Bandi*, achado igualmente em Ninho de Açor [AG.B10], podendo o mesmo relacionar-se com o referido monumento votivo. Não se registando outros fatores para além da proximidade geográfica como elementos de ligação entre a inscrição a *Arentio* e o monumento sem menção teonímica, as conclusões resultantes dessa associação devem ser vistas segundo grandes hesitações.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A ERBINA

O teónimo *Erbina* testemunha-se, em território nacional, exclusivamente em dois monumentos provenientes da região de Segura. Os estudos e publicações referentes aos monumentos couberam a Patricio Curado, pertencendo, no entanto, a García Fernández-Albalat a sua interpretação aprofundada. Em território espanhol o teónimo regista-se, possivelmente,

212 Rodriguez Hernandez 1966:121-130.

213 Blázquez Martínez 1962; Id. 1975.

214 Prósper 2002: 99.

215 Alarcão 2009: 103.

216 Jorge de Alarcão sugere que o processo de pacificação da região correspondente aos Lusitanos terá reduzido a importância da função guerreira da divindade, salientando outros possíveis atributos como a sua capacidade na proteção dos povoados e das linhagens. Id. 2009: 103.

217 [...] [...]SA]CERD/ O(s)H[OS]TIAM/ DED[IC]AVIT . Encarnação 1989a: 150. Segundo J. d'Encarnação, a inscrição consta numa placa que deveria ser embutida num monumento, pressupondo, por conseguinte, uma organização monumental do espaço sagrado.

218 "Se, em Ninho de Açor, existia um santuário; central, organizado, que congregava o culto destas divindades, bem representadas regionalmente, faz todo o sentido que elas sejam ambas invocadas nas suas atribuições genéricas de tutela e proteção, sem serem particularizadas por qualquer epíteto, tal como acontece na inscrição de Ninho de Açor" Repas 2001.

em duas novas inscrições descobertas na região de Cáceres e Salamanca²¹⁹. Tratar-se-á de um teónimo feminino, representado epigraficamente no dativo em *-e*, e, por assimilação, em *-ae*.

Na Beira Interior o teónimo surge associado aos epítetos *laiidi* ou *laeda Cantibidone*. No que diz respeito ao primeiro elemento, estaremos, possivelmente, perante uma derivação de *Igaeda*²²⁰, fórmula feminina associada a *Igaedo*, divindade epónima dos *Igaeditani*. Considerando-se esta relação, a divindade assume, com este primeiro epíteto, um carácter local, concebendo-se *laiidi* como etnónimo²²¹. Destaque-se a grande proximidade verificada entre o testemunho a *Igaedo* [EB.I1] e o local de proveniência dos dois monumentos consagrados a *Erbina*. Considerando esta possível associação, e tal como já foi referido na interpretação levada a cabo para *Igaedo*, este conceber-se-ia, possivelmente, como epíteto de *Erbina*, passando o mesmo a estar representado em três monumentos.

Abordando o segundo epíteto, *Cantibidone*, o mesmo regista-se numa inscrição consagrada a *Nabia* (Niebla)²²² podendo aludir ao limite do âmbito geográfico da divindade, uma vez que o prefixo *Canti-*, possivelmente de origem celta como derivado de «*Kantos*», apresenta a significância de «limite/borda»²²³. A segunda parte do epíteto corresponderia ao nome do local (ou por extensão da comunidade) onde se prestaria culto à divindade²²⁴. Prósper apresenta uma interpretação alternativa, relacionando *Cantibidone* com uma pedreira, uma região pedregosa ou um vale fragoso²²⁵.

Cantibidone é igualmente gravado na inscrição em língua lusitana procedente da vila de Arronches, onde surge associado ao teónimo *Munidi*, testemunhado na Beira Interior portuguesa em duas inscrições; surgindo igualmente associado ao vocábulo *Carla/ Caria*, cuja significância permanece desconhecida²²⁶.

No monumento provenientes de Castillejos, na região de Salvatierra de Santiago, e na epígrafe procedente de Ibahernando (Cáceres) o teónimo menciona-se sem epítetos. As dificuldades de leitura apontadas para ambos os monumentos não permitem tecer considerações sobre a origem do culto uma vez que a leitura do teónimo é, para ambas as inscrições, feita com baseia na proximidade geográfica e semelhança fonética com os monumentos consagrados a *Erbine* procedentes de Idanha-a-Nova.

Por último, analisando o âmbito e características da divindade, García Fernández-Albalat propõe uma reconstituição da raiz que estaria na formação do nome da divindade (*rdw-*) derivada do latim **Ardûus*, que significaria «*lugar alto, elevado, altura, escarpe*»; i.e.,

219 Achados em Castillejos, Salvatierra (Salamanca) e em Ibahernando (Cáceres). No primeiro caso estamos perante uma epígrafe em avançado estado de erosão e de difícil leitura. Nela deverá constar: AERBIN[AE]/ C(aius)•SEM/ PRONI/VSAVITV/S•L (ibens)• V (otum)• S (olvit)• Blázquez Martínez 1962: 205. O monumento de Cáceres, á semelhança do que se verifica em Salvatierra, não permite a confirmação segura do teónimo, sendo o mesmo assegurado pela proximidade geográfica em relação aos monumentos de Segura. Tratar-se, efetivamente, do fragmento de uma ara com a palavra AERVI que possivelmente poderá ser reconstituída como AERVINAE. Fora da Península Ibérica, encontramos um possível paralelo de *Erbina* na Germania: DEAE•ARDBI/NNAE•T•IVLI/VS•AEQVALIS/S•L•M• (CIL XIII 7848)

220 Assumindo a omissão da consoante sonora intervocálica –g.

221 Esta perspetiva é, desde logo avançada em HEp 5.

222 O epíteto *Cantibidone* testemunha-se igualmente em Huelva sob a forma *Cantibedoniensi*, associado ao teónimo (ou antropónimo segundo García Fernández-Albalat 1994-1994: 395) *Borea*.

223 *Cantibidoniense* significaria assim “a que estaria na borda dos bidones ou bidonenses” (HEp 5). O objetivo desta referência passaria por deixar claro os limites de culto da divindade.

224 “*Bidones*” é já conhecido como designação de uma cidade (*Civitas Beduniensis* ou como *Bedunia*, situada em Astorga), como nome de um povo (Ptolomeu fala dos *Baedu* ou *Baidon* atribuídos à cidade de *Flávia Lambris*, de localização incerta no *conventus Lucensis*) e, por último, como um antropónimo (em várias inscrições na Península). HEp 5.

225 Prósper 2002: 217-218.

226 Pode ler-se, na quinta linha da inscrição: MVNITIE CARLA CANTIBIDONE•AM [...]. Ribeiro 2010. A leitura de *Carla* suscita grandes dificuldades patentes sobretudo na identificação do quarto caractere do vocábulo.

um lugar de difícil acesso²²⁷. Baseando-se nesta possível significância, Jorge de Alarcão concebe a deidade representada pelo teónimo *Erbine* como um *genii loca* associado à passagem do rio Erges²²⁸.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A LANEANA

O teónimo *Laneana* menciona-se, na Beira Interior, exclusivamente num afloramento granítico localizado na Aldeia da Ponde, concelho do Sabugal, distrito da Guarda. Da parte inferior do referido afloramento emana água, característica que dá origem à designação “fonte da tigela”, frequentemente associada ao local.

A referida inscrição pode reconstituir-se como LANEANE/ TANG•F. A identificação do teónimo é, no entanto, problemática, sendo o mesmo sugerido com base no testemunho achado na Estremadura Espanhola onde a divindade é referida num lugar designado de “Fuente de la Higuerra”, em Torreorgaz (Cáceres). Este segundo monumento consagrado a *Laneana*, é responsável, no presente estudo, pela inclusão do teónimo entre o agrupamento condizente com as divindades regionais (uma vez que o seu culto se expande à vizinha Espanha), contudo, a proximidade geográfica dos monumentos e a semelhança da fórmula e tipo de consagração²²⁹ deverá ser tida em conta como um provável indicador de um culto de cariz marcadamente local²³⁰.

A caracterização da deidade e a definição do seu âmbito de ação suscita profundas divergências entre os diferentes investigadores que se dedicaram ao seu estudo. García Fernández-Albalat atribui-lhe a significância etimológica de «plano/ planura» assumindo o teónimo como um novo testemunho da existência de uma conceção religiosa que incorporaria a geografia mítica e a soberania guerreira²³¹. Jorge de Alarcão, reduzindo drasticamente a importância do teónimo no cômputo geral da religião pré-romana, caracteriza-o como epíteto, duplamente reproduzido em regiões distintas²³². Por último, nesta sucinta resenha histórica dos estudos sobre o referido teónimo, J. d’Encarnação sugere a possibilidade do teónimo se relacionar com a povoação de *Lennium*, cuja localização permanece desconhecida²³³.

227 A autora estabelece uma relação com o epíteto “*Arduina*” associado à divindade celta *Brigit*, cuja significância (do epíteto) frequentemente se interpreta como a “alta” ou “elevada”, à semelhança do que acontece para *Erbina*. Este significado poderá estar relacionado com uma relação entre a divindade e locais elevados ou, pelo contrário, poderá significar que a própria divindade é elevada, no sentido em que é central e importante no panteão onde se insere (teoria segundo García Fernández-Albalat como a mais provável para o caso céltico). Por conseguinte, a autora considera que *Erbina* seria um epíteto da divindade céltica *Brigit*, indicador da sua soberania e imponência (interpretando o significado de “alta”). García Fernández-Albalat considera igualmente que a deusa céltica *Brigit* (expressa em Segura através de *Erbine*), formaria, juntamente com a divindade representada pelo teónimo Igaedo, uma parilha soberana e elucidaria as fronteiras entre *Igeditanos* e os *Vetões*.

228 “*Se Erbine era um genius loci da passagem do rio Erges em Segura poderia ter sido venerada no local. Mas alguém que partisse de lugar vizinho e devesse passar por esse ponto que era morada de Erbine (eventualmente de trânsito difícil), poderia, antes de partir, consagrar-lhe uma ara. Ou consagrá-la no regresso. [...] não se nos afigura inverosímil que um genius loci tenha sido venerado a uma certa distância do local que era sua morada.*” Alarcão 2009: 117.

229 Considerando que ambos os teónimos se inscrevem em rochas que brotam água.

230 Contribuindo para a tese de continuidade e uniformização religiosa entre a Beira Interior portuguesa e a região de Cáceres. Alarcão considera a deusa comum a, pelo menos, dois *populi*. Alarcão 1990: 150.

231 García Fernández-Albalat 1990: nota 51.

232 “*Pode tratar-se de epíteto, baseado num nome de lugar que se repetiria. Se este topónimo era Lanea, haveria dois lugares, com o mesmo nome, um na província de Cáceres e outro no Sabugal. As “ninfas” Laneanae dos dois lugares seriam divindades diferentes, mas homónimas.*” Alarcão 2009: 116.

233 Encarnação 1987: 26.

Consideramos que a relação entre o teónimo e as nascentes existentes no seu local de procedência não deverá ser desconsiderada. A simultaneidade de dois testemunhos ao mesmo teónimo em origens com características tão marcantes sugere uma ligação direta ao elemento água, podendo a deidade assumir características aquáticas.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A QUANGEIO

Regista-se um total de onze monumentos consagrados ao teónimo *Quangeio* distribuídos heterogeneamente pela Beira Interior Portuguesa; Alto Alentejo²³⁴, e pelas regiões espanholas de Cáceres (Malpartida de Plasencia)²³⁵ e Galiza (Servoy, Verín, Ourense)²³⁶. Destaque-se, nesta disposição geográfica, uma evidente concentração de testemunhos relativos ao teónimo na região da Beira Interior, com realce para a Beira Baixa portuguesa, onde se registam cinco monumentos com alusão a *Quangeio*.

A constatação da ausência de epítetos associados aos teónimos registados na Beira Interior, e, simultaneamente, o registo de testemunhos epigráficos a *Quangeios* nas áreas circundantes à referida região (imediatamente a Sul, no Alto Alentejo; e a Este na região de Cáceres), poderá ser um claro indicador da conceção da Beira Interior portuguesa como núcleo originário de culto da referida divindade. Efetivamente, a referência ao teónimo acompanhado de epítetos na região do Alto Alentejo, poderá corresponder a uma difusão do culto que, adquire, nas novas zonas onde se expande, uma componente local conseguida através dos epítetos. Esta interpretação reafirma-se pelo recurso, nestas regiões, a epítetos com cariz toponímico e étnico²³⁷. O testemunho de Cáceres não constitui uma exceção a esta conjectura, uma vez que se apresentam, ao longo do presente estudo, vários exemplos teonímicos que atestam a continuidade de culto e padrões religiosos semelhantes entre a Beira Interior e esta região específica da Estremadura espanhola.

234 A sul do Tejo, na região do Nordeste Alentejano, testemunham-se quatro inscrições votivas consagradas a *Quangeios*, na sua grande maioria de leitura duvidosa. Na primeira, dada a conhecer por Francisco Henriques e João Caninas em 1981 e, posteriormente estudada por Manuel Leitão, José d' Encarnação e José Manuel Garcia pode ler-se (segundo interpretação deste último autor: LVPVS•LANCI (*filii*)• QVAN/GEIO• TAN/NGO• V(*otum*)• S(*olvi*t)). Em Nisa, duas novas inscrições de leitura duvidosa parecem indicar o culto a *Quangeio*. Um primeiro monumento, identificado por Fernando Patrício Curado apresenta o teónimo QV[AN]GEIO e a respetiva fórmula final de voto. No que diz respeito à segunda inscrição, estudada por Rogério Carvalho, supõe-se a leitura de QVANCEIO acompanhado do epíteto TANGO. Esta leitura apresenta, no entanto, profundas reservas. Por último, foi identificada num antiquário em Borba (Évora) um pedestal epigrafado onde conta a inscrição: C(aius)•LICINVS•VEGETVS/QVANGEIO•TVRICAECO/ V(*otum*) (*hedera*) L(*ibens*) (*hedera*) A(nimo) (*hedera*) S(*olvi*t) (*hedera*). Alferim 1991. Apesar de a inscrição apresentar uma leitura clara, a sua descoberta num antiquário impossibilita qualquer consideração sobre a sua origem.

235 Vives 1971: 802. O teónimo da referida inscrição foi, inicialmente, transcrito como *Dovanceio*, sendo a referida leitura corrigida por José Manuel Garcia. Nela pode ler-se: MEARVS/ MEIDVENI/F(*ilius*) V(*otum*) S(*olvi*t) D(*eo*)/ QVANCEIO/ A(nimo) L(*ibens*).

236 Rodríguez Colmenero 1997: nº 91. Alain Tranoy interpreta a referida inscrição como uma consagração a Júpiter (expressos na leitura das siglas IOM, seguidas dos caracteres GEIO) por parte de *G. Iulius Severius*. AE 1987: 562. Fernando Patrício Curado propõe a leitura de QVAN/GEIO em substituição da proposta inicial, aumentando assim o número de testemunhos atribuídos a este teónimo.

237 Os epítetos patentes nas três inscrições procedentes do Alto Alentejo (relembre-se: *Tanngo*, *Tango*, *Turicaeco*) sugerem uma função de proteção de determinadas unidades populacionais. F. Villar (1995) e J. d' Encarnação (2002: 15) adiantam a possibilidade do estabelecimento de uma relação entre *Turicaeco* com o topónimo *Turicum* (de raiz celtibérica relacionável com um antropónimo atestado *Turos*, com o etnónimo *Turicecos* e com o teónimo *Turiacos*). *Tanngo* relaciona-se possivelmente com o topónimo *Tongobriga*, e com os antropónimos *Tangus* e, por último, *Tanginus* deverá relacionar-se com o epíteto *Tanginiciaeco* associado ao teónimo *Arentio*, registado em abundantes testemunhos na Beira Interior portuguesa.

Pelo contrário, a extensão de *Quangeio* à Galiza, deverá ser encarada como um caso de exceção, podendo o culto ao teónimo resultar da migração de populações que levam consigo as conceções religiosas dos seus locais de origem. A grande distância em relação ao círculo de culto correspondente à Beira Interior, Alto Alentejo e Cáceres, assim o parece indicar. Dever-se-á, no entanto sublinhar que, ao contrário da onomástica comum na Beira Interior, que testemunha uma aculturação incipiente visível nas designações apresentadas pelos dedicantes; o monumento de Servoy refere o dedicante (*G. Iulius Severinus*) de acordo com o formulário de *tria nomina* frequente no Noroeste Peninsular, contrariando assim a tese de migração²³⁸.

A caracterização da deidade e a definição do seu âmbito de ação suscita discordâncias entre os investigadores que se dedicaram ao seu estudo. Francisco Villar e Blanca María Prósper, apesar de não adiantarem uma proposta de interpretação etimológica aprofundada, e baseando-se na análise exclusivamente formal do teónimo, relacionam *Quangeio* com o indoeuropeu **kuwon* ou **Kuanikio*, com significância de «cão»²³⁹. Partindo desta tese, Jorge de Alarcão, estabelece uma possível relação entre *Quangeio* e a divindade grega *Hermes*, atribuindo uma função orientadora e protetora para a divindade²⁴⁰. Por último, J. d'Encarnação e J. M. Garcia, apesar de se debruçarem sucintamente sobre o teónimo, sublinham as dificuldades de adiantar informações sobre esta divindade²⁴¹.

238 " O nome do dedicante, *Gaius Iul(ius) Severinu(s)*, é demasiadamente atípico para podermos viabilizar a hipótese. Mas manteremos *Quangeius* como divindade específica dos Lusitanos enquanto outras inscrições não contradisserem, de maneira inequívoca, o que sustentamos." Alarcão 2009: 105. O recurso ao *tria nomina* verifica-se igualmente na inscrição consagrada a *Quangeio*, procedente de Borda.

239 Prósper 2002: 310. Francisco Villar expões informalmente a sua opinião sobre a etimologia de *Quangeios* numa carta remetida a José d'Encarnação, dada a conhecer em (Encarnação, 2002): "Desde el punto de vista formal, podría ser impecablemente explicado como **kuanikio*- que es un adjetivo derivado del nombre indoeuropeo del "perro". En alguna lengua indoeuropea existe una formación derivacional idéntica. Pero la etimología requiere también una coincidencia en el aspecto semántico. (...) podría ser culto al perro o a una divinidad protectora de los perros. Esto último sería lo más en consonancia con la forma que no es "el perro" sino "el [dios protector] de los perros. Así como si en latín dijéramos "[deo] canico. Otra posibilidad semántica es que no se refiera al perro animal, sino a la constelación del "perro" (*canis*, *canicula* en latín *kuon* en griego)."

240 "Ora, sendo este animal [cão] um excelente companheiro e guia dos caminhantes, não podemos fazer de *Quangeius* um deus com funções similares às do *Hermes* grego primitivo? Esta última divindade era um deus dos caminhos e dos mensageiros, divindade protectora dos pastores e acompanhante dos mortos ao outro mundo [...]." Alarcão 2009: 105.

241 Encarnação 1984: 699; nº 806; García 1985: 23: "(...) parece-nos difícil, senão mesmo impossível, explicação etimológica a partir dos dados das línguas indo-europeias (...)"

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A TREBARUNE

Testemunhada em Cabeço das Fráguas²⁴²; no Fundão; em Lardosa; na região de Penha Garcia; em São Domingos de Rana, (concelho de Cascais)²⁴³ e, por último, em Cória²⁴⁴ e Cáparra²⁴⁵, na região de Cáceres. Verifica-se uma clara concentração de testemunhos na região da Beira Baixa portuguesa com extensão à região espanhola de Cáceres. O testemunho proveniente de Cascais poderá ser considerado como uma exceção, possivelmente um exemplo da migração de populações indígenas da Beira Interior para o litoral²⁴⁶.

O teónimo surge documentado epigraficamente sob diferentes formas: *Trebarune* [RA.T1], *Trebarone* [RA.T2]; *Trebarona* [RA.T3]; e *Triborunni*, podendo as mesmas corresponder a diferenças dialéticas regionais resultantes da transposição latina do nome²⁴⁷.

O referido teónimo foi, ao longo dos tempos, alvo de intensos estudos que refletem o avanço de conhecimento passível de ser veiculado pela inclusão de um novo elemento (que não os estudos etimológicos) na análise do âmbito e características da divindade. Falo concretamente de uma possível correspondência entre *Trebarune* e a divindade romana *Vitória* perceptível pela consagração a ambas, em monumentos distintos, por parte do mesmo dedicante. De facto, em 1892, no Fundão, achou-se uma epígrafe em granito consagrada à divindade romana *Vitória* através da seguinte inscrição: *[T]ongius/ [T]ongetami/ f(i)lius v(eteranus) m(iles)/ signifer/ [c]oh(ortis) // Lus(itanorum)/ Viqtoriae/ v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)/ Ardunnus/ Comini f(i)lius, fe(cit)*²⁴⁸. Este monumento é, desde logo, relacionado com a inscrição proveniente do Fundão onde se grava: *Ara(m) Pos(uit)/ Tongius/ Tongetami/ f(i)lius lgaedit(anus)/ Milis/ Trebarune/ l(ibens) • m(erito) • v(otum) • s(olvit)*. Temos assim duas aras consagradas pelo mesmo soldado, *Tongius Tongetami f(i)lius*, que prestam culto à divindade *Trebaruna* e à deidade romana *Vitória*. Os monumentos apresentam a mesma altura e formas aproximadas, consagram divindades femininas e destacam igualmente a componente militar do dedicante, ressaltando-se somente qualidades de granito distintas, pela verificação de um grande investimento na qualidade do granito do monumento consagrado a *Trebaruna* e pela qualidade inferior no monumento a *Vitória*, originando o desgaste mais avançado do mesmo.

242 Na inscrição de Cabeço das Fráguas é consagrada a oferta sacrificial de uma ovelha com um ano a *Trebaruna*.

243 Procedente de S. Domingos de Rana, oferecida por Tito Curiácio Rufino e consagrada a *Triborunni*. Considerada a divergência dialética entre *Triboruni* e as restantes formas de *Trebaruna*, e inclusão deste monumento entre os testemunhos do culto a *Trebarune* baseia-se nos pressupostos de que não seria comum em contextos (geográficos e cronológicos) próximos o culto a divindades com designações tão semelhantes. *Triborunni* representaria, por conseguinte, uma variante em *-i* do teónimo *Trebarune*.

244 A divindade surge mencionada numa inscrição procedente de Cória, junto à fronteira portuguesa. Nela pode ler-se: *Crissus/Talaburi f(i)lius/ Aebosocu T[?]ebaron[e]/ v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)*. Destaque-se a alusão à integração do culto de *Trebaruna* entre a etnia *Aebosocucensis*. Lambrino 1957:7.

245 Onde é referida como *Aug(ustae) Trebar[unae]*.

246 Sublinhe-se, no entanto, a fragilidade desta tese, considerando que o dedicante gravado no monumento, pelo gentílico raro que o designa, será possivelmente, um indivíduo de origem externa à Península Ibérica. Considerando, pelo contrário, que se trata de um caso de expansão do culto, José d'Encarnação sublinha a possibilidade do mesmo ter origem na península olisiponense, estendendo-se, posteriormente a outras regiões. Encarnação 1988: 268-272.

247 Lambrino 1957: 20-21; Encarnação 1975: 288-290; Blázquez Martínez 1962: 138. Callejo Serrano (1965) atribui às diferentes terminações do teónimo correspondências ao sexo feminino e masculino. F. Villar, analisando a inscrição procedente de Cascais e considerando a sua terminação em *-i*, defende tratar-se de uma forma mais descuidada da transcrição do teónimo *Trebarune*. A variação fonética registada não representa, no entanto, e necessariamente, diferenças ao nível dos atributos divinos. Razões de ordem cronológica ou de ordem étnica podem ser apontadas como justificações plausíveis para as variações. Encarnação 1988: 268-272.

248 Lambrino 1957: 12-14. Cfr. Vasconcelos 1895: 226-228; Id., 1905: 296-298, Id., 1913: 268; Almeida 1956: 269-270.

Esta possível correspondência entre *Trebaruna* e Vitória é, desde logo, referido por Leites Vasconcelos “[...] *Creio que Victoria é o nome latino correspondente ao nome lusitano Trebaruna: vê-se disto o interesse da inscrição, que assim nos revela uma divindade indígena da guerra*”²⁴⁹. O autor revela, no entanto, algumas reservas na sua tese de assimilação entre as divindades, sublinhando que não é obrigatório que uma mesma pessoa preste culto unicamente a uma divindade ou a divindades com características semelhantes²⁵⁰.

M. Fr. Heichelheim defende que a *interpretatio* romana não é impossível²⁵¹. A mesma postura é tomada por J. M. Garcia que procurou documentar essa possível relação através da verificação das áreas de testemunhos de ambos os teónimos, concluindo uma similaridade de âmbitos de culto²⁵². Para Lambrino trata-se de duas divindades distintas, apresentando o autor casos onde se verifica a assimilação de divindade celtas com a deusa romana Victoria e sublinhando as diferenças entre esses mesmos casos e o exemplo de *Trebaruna*²⁵³.

Analisando o teónimo do ponto de vista etimológico, e descodificando os seus atributos, verifica-se uma grande variedade das interpretações propostas pelos diferentes investigadores que, sobre este teónimo, teceram importantes considerações. Numa fase inicial, e quando somente eram conhecidos dois monumentos consagrados a *Trebaruna* (provenientes de Lardosa e Fundão), recorreu-se á etimologia céltica para definir os atributos das divindades, estabelecendo-se uma significância para o teónimo de «o segredo da casa», que remetia para características de génio tutelar²⁵⁴. Com o estabelecimento da possível relação entre o monumento proveniente de Lardosa e a ara consagrada a Vitória, entendem alguns autores que o carácter tutelar que inicialmente caracterizaria a divindade terá dado origem a atributos bélicos. É desta opinião Leite Vasconcelos; Blázquez Martínez²⁵⁵ e igualmente A. Tovar, que se baseia na verificação de *Trebopala* como divindade local e no pressuposto de que seria improvável duas divindades apresentarem âmbitos de ação semelhantes, para atribuir a *Trebaruna* um carácter de divindade guerreira²⁵⁶.

Posteriormente, surgem novas teses que contrariam a visão inicial e que apresentam interpretações alternativas. Lambrino, para quem não é evidente a identificação entre *Trebaruna*

249 Vasconcelos 1892.

250 Vasconcelos 1905: 302.

251 Consultado a partir de (Lambrino 1957: 21).

252 “É nossa convicção que a Victória (...) é a deusa Trebaruna, com a qual o culto foi assimilado sincreticamente, embora possam ter decorrido, pelo menos durante algum tempo, de uma forma paralela, devido a talvez ambas poderem conceder a «vitória» contra os vários tipos de adversários que atingiam a terra e os homens”. Garcia 1984 : 76.

253 “Nous pourrions aussi bien dire que Tongius, en tant que jeune soldat, nouvellement arrivé à l’armée et gardant encore fraîches ses traditions locales, a dédié un autel à Trebaruna, la déesse de sa tribu. Après avoir, pendant vingt-cinq ans de service militaire, vécu la vie de sa cohorte, il s’est forcément imprégné de civilisation romaine. En devenant simple citoyen, sa piété s’est dirigée, cette fois, vers une des divinités caractéristiques de l’armée romaine, Victoria, qu’il avait appris à révéler pendant le service.” Lambrino 1957: 23.

254 O elemento inicial do teónimo, *-trebo* significaria “*casa*”. A terminação do vocábulo - *runa* corresponderia etimologicamente a “segredo”; em consequente, o teónimo definir-se-ia como “o segredo da casa” o que faria de *Trebaruna*, um *penate*, i.e., um génio doméstico (Vasconcelos 1905: 301, baseado nos estudos de Jubainville). Posteriormente, Jorge de Alarcão acrescenta a esta interpretação: “*Trebarune foi assim, interpretada como uma deusa do lar, que seria homóloga da Héstia grega.*” Alarcão 2009: 106.

255 Vasconcelos 1905: 298-302.

256 Tovar 1985: 243.

e a divindade romana Vitória²⁵⁷, refere, «No entanto, cremos que não se trata de uma simples deusa familiar, protetora da casa. A raiz Trebo- aparece igualmente em nomes de povos, como o dos Atrebatas [...], onde o sentido de 'casa' seria demasiado restrito. Por outro lado, encontramos-la em irlandês e em galês antigo, onde *treb* significa 'cidade', e em antigo bretão com o sentido de 'aldeia' [...]. Por fim, a deusa é adorada em várias localidades da região [...]. Parece, portanto, ser uma deusa protetora de um agrupamento humano, de uma tribo, uma divindade de certo modo nacional, a dos Igeditanos [...]»²⁵⁸. Segundo o autor, *Trebaruna* estaria assim associada a determinados povos célticos da Lusitânia, onde se inclui os *Igaeditani* e os *Aebosoci*.

Trebaruna, ostenta o radical teonímico (-*treb*) semelhante a *Trebopala*, apresentando o mesmo uma significância provável de «aldeia». A interpretação do segundo elemento do teónimo suscita, no entanto, grandes dúvidas, em consequência das diferentes formas com que a designação da divindade surge gravada nos vários monumentos. Patrício Curado defende a possibilidade de se tratar de uma variante de *-auruna*, *-ouronna*, ou, inclusivamente (*b/v*)*aruna*, indicando uma possível associação com a divindade védica *Varuna* ou com as divindades indo-iranianas *Ahura* e *Aruna (Uruvana)*²⁵⁹. Estaríamos, por conseguinte, perante uma divindade soberana. A menção do teónimo na inscrição de Cabeço das Fráguas; e a opção por esta divindade em detrimento de outras de âmbito regional como *Quangeio*, por exemplo, igualmente testemunhado em diversos monumentos procedentes a mesma área geográfica genérica de *Trebaruna*, poderiam sustentar uma importância acrescida para a referida divindade.

Apresentando uma interpretação alternativa, Blanca M. Prósper sugere uma associação entre a terminação *-arune* e a derivação de *-araunus*, **arawn*, interpretado como «aquele que favorece ou protege». Referimos igualmente a interpretação proposta por Búa Carballo, assente no paralelismo entre o referido teónimo e o irlandês **trebar-* com a significância de «sábio»²⁶⁰. Em consequência, *Trebaruna* poder-se-ia conceber como «a sabedoria do povo».

Uma perspetiva alternativa é adiantada por Blanca Maria Prósper, que relembra que a terminação *-aruna* está na origem de diversos hidrónimos em toda a Europa, podendo, em consequência, interpretar-se *Trebaruna* como "o rio da aldeia"²⁶¹. Uma interpretação semelhante é sugerida por J. d'Encarnação, que, com base na existência nas imediações do local de proveniência do monumento de Cascais, de uma ribeira de importante caudal, propõe uma relação entre *Trebaruna* e o culto das águas²⁶². Tal como refere o autor, esta mesma perspetiva é adiantada por A. Tovar²⁶³ e F. Villar²⁶⁴. Destaque-se, no entanto o fato de, para os restantes monumentos, não se registarem indícios que sustentem uma possível

257 Para o referido autor, a similitude do dedicante não reflete um processo de assimilação (destacando, para a sua tese a distância de 15 a 20 km que separam os dois monumentos e as diferenças verificadas nos caracteres e nas linhas das duas epígrafes) mas antes, um processo de romanização: "*Tongius, jovem soldado, recém-chegado ao exército e guardando ainda frescas as tradições locais, dedicou um altar a Trebaruna, a deusa da sua tribo. Depois de ter, durante 25 anos de serviço militar, vivido a vida da sua coorte, impregnou-se forçosamente de civilização romana e erigiu um altar a Vitória*" Lambrino 1958: 109.

258 Lambrino 1958: 109.

259 Curado 2002:71-78.

260 Búa Carballos, 2000: 73-74.

261 Prósper 1994: 187-196.

262 O referido autor defende igualmente a associação do teónimo à significância de «corrente» (com base no indoeuropeu **Her- > *Horun-*), aspecto sugestivo da relação entre a divindade e as águas correntes. Encarnação 1985: 59.

263 Tovar 1985: 242-243. O autor destaca a semelhança verificada entre a terminação *-aruna* e os rios *Aoenis*, localizado em Mayenne; e *Aronna*, atualmente designado de Aronde, afluente do rio Oise.

264 Villar 1993-1995: 371- 384.

relação com as águas. Por conseguinte, a interpretação de *Trebaruna* como «fonte/ ribeira do povo/ aldeia» só é possível se atribuirmos à divindade um âmbito de ação genérico e tendencialmente abstrato, relacionado com o culto das águas.

Tomando em consideração a clara concentração de testemunhos de consagração a *Trebaruna* na Beira Baixa, e a coincidência de se registar, nessa região, formas onomásticas mais arcaicas²⁶⁵, consideramos como provável conceber-se na Beira Baixa a área de culto original.

Teónimos de âmbito geral (grupo III).

Ama, Bandi, Nabia, Munidi, Reve.

O presente subcapítulo integra teónimos supraregionais, consagrados, via da regra, por numerosas inscrições procedentes da franja lusitano-galaica²⁶⁶, com representação na Beira Interior portuguesa.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A AMA ARACELENE

O teónimo *Ama* testemunha-se, exclusivamente na Beira Interior, numa ara votiva procedente da freguesia de Vale de Azares (concelho de Celorico da Beira), onde surge associada ao epíteto *Aracelene*, gravado na primeira e segunda linha da inscrição [AG.AM1]²⁶⁷. A inclusão do referido teónimo no panteão votivo da Beira Interior deverá ser entendida segundo algumas hesitações. De facto, contrariamente ao que se verifica com os restantes teónimos integrantes do grupo III do presente estudo (caracterizados por uma grande representação epigráfica), o teónimo *Ama* regista-se, apenas, em dois testemunhos provenientes de regiões geograficamente distantes entre si. Falamos, concretamente, do monumento votivo procedente de Celorico da Beira e de uma ara achada em Segóbriga (Cuenca, Espanha), onde a referida designação divina surge sem epítetos²⁶⁸.

Sobre o referido teónimo destacamos, como nota inicial, a recorrência com que a designação divina se testemunha sob a forma de antropónimo, quer Beira Interior, quer na epigrafia votiva procedente um pouco por toda a Europa²⁶⁹. Etimologicamente, o radical teonímico *-ami* assume a significância de «mãe»²⁷⁰, podendo sugerir uma possível relação com o culto das *Matres*, concebendo-se, por conseguinte, como uma divindade feminina, tutelar de um local ou etnia²⁷¹. Considerando esta possível interpretação, o epíteto presente na inscrição de Celorico da Beira, poder-se-ia reportar ao lugar, família ou etnia sob tutela da divindade. A ausência de paralelos para o epíteto, a indefinição do contexto arqueológico e a ausência de dados externos à análise paleográfica não permite, no entanto, asseverar as interpretações propostas.

²⁶⁵ Relembre-se, no entanto, que a Península Ibérica assistiu a diferentes e coexistentes níveis de aculturação.

²⁶⁶ Enquadrados genericamente na Lusitânia pré-romana sugerida por Estrabão. A referida demarcação geográfica, via da regra, integra o território espanhol correspondente à Galiza; o norte e centro de Portugal e, simultaneamente, a Estremadura espanhola. Sobre a distribuição geográfica dos teónimos citados no presente capítulo veja-se, por exemplo a importante obra de Olivares Pedreño, *Los dioses de la Hispania Céltica*, datado de 2002.

²⁶⁷ O estudo do monumento coube a Maria do Céu Crespo Ferreira; a Marcos Osório e Manuel Sabino Perestrelo.

²⁶⁸ Ferreira; Osório & Perestrelo 2004.

²⁶⁹ Abascal Palazón 1994.

²⁷⁰ Albertos Firmat 1966: 53-54.

²⁷¹ Ferreira; Osório & Perestrelo 2004.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A BANDI

O radical teonímico *Band-* apresenta-se testemunhado em mais de três dezenas inscrições conhecidas²⁷², distribuídas heterogeneamente pelo território peninsular, encontrando-se, simultaneamente, testemunhado na região da Lusitânia e fora dela. Na Beira Interior regista-se uma significativa concentração de inscrições que atestam a grande expressão que o culto a *Bandi* desempenha neste território. Para a região conhecem-se, até à data, dezoito testemunhos de inscrições consagrada à esta divindade [AG.B1 a AG.B18].

Previamente às considerações relativas à expressão de *Bandi* na Beira Interior portuguesa salientamos somente as dificuldades de reconstituição do teónimo (e respetivo dativo) que resultam da grande diversidade de grafias com que o mesmo é gravado. Optamos pela designação genérica de *Bandi*, por considerarmos a que melhor representa a diversidade de expressões religiosas na Beira Interior. De fato, dos treze testemunhos onde o radical *Band-* se representa (excluindo nesta referência as menções exclusivas de epítetos inscritos isoladamente), seis apresentam terminação em *-i* [AG. B 1; 2; 6; 7; 14; 17 e 18]. Destacam-se igualmente as variantes com terminação em *-ei* [AG.B4]; em *-ui* [AG.B11]; e *-ii* [AG.B16]. As exceções expressam-se unicamente em três monumentos (*Bandua* em AG.B9 de interpretação problemática; *Bane* em AG.B10 e *Bandu* em AG.B11). A problemática ligada às terminações do teónimo, assumindo o mesmo, as variantes *Bandue*, *Bandui*, *Bande*, *Bandi*, *Bandu* e *Bandeí*, suscitaram profundas considerações entre os diferentes investigadores que se dedicaram ao seu estudo. As principais interpretações sugeridas basearam-se na aceitação de que diferentes terminações corresponderiam a diferentes divindades; na sugestão de erros de lapicidas consequentes da adaptação da língua indígena à ortografia latina²⁷³; da permanência de flexões mais arcaica e dos respetivos estados linguísticos mais desenvolvidos como resultado da ausência de laços políticos fortes e aglutinadores das tendências dialéticas²⁷⁴; e inclusivamente, na integração de determinadas flexões nas formas masculinas e femininas do teónimo²⁷⁵.

A opção aqui tomada reflete a perspetiva introduzida por Pedrero e Untermann²⁷⁶ sugerindo os autores uma repartição das variantes teonímica com base numa possível ordem geográfica em que as desinências em *-ue* se distribuiriam predominantemente pela região a Norte do Douro; e as desinências *-i/-e* caracterizariam o território lusitano. Esta interpretação parece assim coadunar-se com a realidade teonímica da Beira Interior portuguesa.

Como epítetos associados, refere-se, em dativo, *Arbariaicus* [AG.B1] de leitura e interpretação problemática em consequência do desaparecimento do monumento e da impossibilidade de se reconfirmar a leitura do mesmo²⁷⁷; e *Brialeacui* [AG.B4] que acompanha a alusão a *Bandi* sob a forma de *Bandeí*. O referido epíteto, segundo Blanca M. Prósper apresentaria o significado presumível de «o das alturas» ou «o superior»²⁷⁸. José d'

272 Compondo-se esta quantificação de testemunhos diretos a *Bandi*, de epítetos a ele relacionados e testemunhados isoladamente, *i. e.*, se menção do teónimo; e de possíveis testemunhos ao referido teónimo patentes em siglas e possíveis epítetos abreviados.

273 Albertos Firmat 1975: 53.

274 Encarnação 1975: 143.

275 Sobre este tema, veja-se o importante artigo de R. Pedrero Sancho (1999: 537).

276 Ibid.: 537-538; Untermann 1985: 348. Uma segunda interpretação proposta por Rosa Pedrero Sancho concebe *Bandue* como forma indígena e *Bandi* como uma adaptação latina do teónimo indígena. Pedrero 1999: 540.

277 José Manuel García (1991: 289) apresenta alguma reserva na leitura do nome *Andaitiae*, sobretudo no que diz respeito à sua terminação feminina, assunto abordado por Blanca García Fernández-Albalat que justifica esta opção como se tratando de uma forma incomum de filiação matrilineal registada esporadicamente entre os povos do norte da Hispânia. García Fernández-Albalat 1990: 28. Javier de Hoz Bravo e Fernando Fernández Palacios, corrigem a leitura para *Arbariaicus*. Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 49.

278 Prósper 2002: 259-263.

Encarnação, numa interpretação alternativa, concebe-o como o epíteto próprio da divindade tutelar da região onde se situa a freguesia de Orjais (localizada na Covilhã), ou, igualmente, do povo que a habitava em época romana²⁷⁹.

Refere-se igualmente *Vorteaecio*, testemunhado em AG.B2; em AG.B3 sob a variante *vorteaecio*, registado de forma isolada e sem menção do teónimo (destaque-se, no entanto, que a rutura sofrida pelo monumento impossibilita a confirmação da referência a *Bandi*²⁸⁰; em AG.B5, onde se grava sob a forma de *votiaecii*; e, por último em AG.B9, onde se grava como *vorteaecius*. O referido epíteto apresenta-se igualmente testemunhos em Cáceres e Bragança. Assumindo que deriva do indo-europeu **werdh-*, com significância de «alto» ou «o das alturas», revelaria assim uma possível correspondência com a proposta apresentada por Prósper para o já mencionado epíteto *Brialeacus*. Segundo afirma Jorge de Alarcão²⁸¹, a referida designação estaria relacionada com os epítetos *Maximus*, *Supremus* e *Summus*, frequentemente associados a *Júpiter*. José Manuel García, como proposta alternativa, defende que *Vorteaecio* protegeria uma zona do distrito de Castelo Branco ou as suas populações²⁸². Por último, Marcos Osório aponta-lhe uma natureza gentílica²⁸³.

Bandi associa-se igualmente ao epíteto *Isibraiegui* registado em AG.B6 e, possivelmente em AG.B7; AG.B11 e AG.B15, onde se registam as formas *-Isibra*, no primeiro caso, e *-Isi*, nos dois últimos exemplos. O referido epíteto poderá relacionar-se com a área em que se localiza atualmente Bemposta, ou à sua população, assumindo, por conseguinte, um cariz toponímico/ étnico²⁸⁴. García Fernández-Albalat, numa proposta alternativa, associa o epíteto à propriedade respeitante ao vigor, pujança física e à força guerreira²⁸⁵.

Na Capela de Santiago em Medelim, Idanha-a-Nova, foi achada uma árula consagrada a *Mercúrio Esibraeco*²⁸⁶. O epíteto associado a *Mercúrio* e a *Bandua*, nestas três inscrições, apresenta grandes semelhanças que poderão sugerir que se trate de epítetos equivalentes. Esta similitude, segundo Alarcão poderá significar que se trata de duas divindades protetoras de um mesmo grupo étnico ou, por outro lado, divindades assimiladas²⁸⁷.

O teónimo regista-se igualmente acompanhado dos epítetos *Picio* [AG.B12]²⁸⁸; *Lugvano* [AG.B16]; *Longobrico* [AG.B17]; e, por último, da designação *Tatibiaicui* [AG.B18]. O epíteto *Longobrico* relacionar-se-ia com o topónimo Longroiva, atribuindo-se a *Bandi* uma componente local. *Picio*, referido na Beira Interior portuguesa e em dois outros monumentos; poderia conceber-se como a derivação da divindade romana *Picus* ligada às atividades agrícolas. Por último, o epíteto *Lugvano* estaria possivelmente relacionado com a nomenclatura do Norte peninsular e com a eonímia gálica.

279 Encarnação 1975: 125-126.

280 O local de descoberta desta inscrição, num assentamento do Bronze final, perto de Castelo Branco, distancia esta ara em cerca de 45 Km da epígrafe encontrada no altar da capela de Santa Maria Madalena em Salgueiro e distancia, simultaneamente, cerca de 50 Km da inscrição achada na Quinta da Arrochela, contribuindo para a validação das propostas de leitura que associam o epíteto *Vorteaecio*, quando gravado de forma isolada, com o teónimo *Bandi*.

281 Alarcão 2009: 100.

282 García 1976: 149.

283 Osório 1999: 271-276.

284 Albertos Firmat 1975: 1208.

285 García Fernández-Albalat 1990: 177-178.

286 José Manuel García propõe a seguinte transcrição: MERCVR/RIOESIBRAEO/ [...] [...]Ti(?)/ALVS. (García 1991: nº 227; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 50; Vasconcelos 1913: 621). O monumento foi descoberto juntamente com duas inscrições consagradas a *Reve*.

287 Alarcão 2002: 156.

288 Sobre este epíteto, deve ainda mencionar-se uma ara encontrada na Capela de S. João Evangelista em Vilar de Mó, Belver, consagrada a *Bannei Picio*. García 1991, nº 35; Encarnação 1993: 133; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 50. O referido epíteto encontra-se indicado igualmente numa inscrição de Malpartida de Plasencia, na região Espanhola de Cáceres.

Bandi regista-se sem epítetos, exclusivamente, num monumento procedente de Idanha-a-Velha [AG.B14] sublinhando-se, no entanto, que o mesmo se apresenta fraturado pelo que devemos considerar a possibilidade do epíteto correspondente estar mencionado na parte do monumento à qual não temos acesso (considerando o aparente padrão teonímico registado na Beira Interior para esta divindade).

Consideramos igualmente consagrações a *Bandi* o monumento AG.B8, onde se grava o provável teónimo *BVS*, correspondente possível de *Bandi Vorteaecio*; o monumento AG.B10, onde se grava a designação *Bane*, destacando-se as semelhanças gráficas evidentes com *Bandi*²⁸⁹; e, por último, o monumento consagrado a *Vordio Talaconio* [AG.B13] forma nominal na variante sonorizada de *Vorteaecio*²⁹⁰. Sobre este último (*Vordio Talaconio*), e analisando exclusivamente o segundo epíteto, estabelece-se uma significância de «terra» baseada na interpretação do radical indo-europeu *-tala*, podendo, neste caso *Bandi* assumir uma simbologia relacionada com os ciclos de exploração agrícola²⁹¹. O fato de se verificar, em regiões distintas e distantes entre si, sugere que se trate, possivelmente, de um epíteto que traduz uma dada qualidade do deus, refutando assim um possível cariz étnico ou geográfico²⁹².

No que se refere aos atributos da divindade, sublinhe-se, desde logo, a problemática ligada ao seu género. De facto, verifica-se uma evidente tendência de terminação dos epítetos que acompanham *Bandi* na sua variante masculina. Esta propensão indicaria estarmos perante uma divindade masculina. Contudo, ressalve-se algumas exceções neste quadro, destacando-se, em exemplo, a leitura da inscrição consagrada a *Bandua Lanobrigae*²⁹³, com clara terminação feminina; e, destaque-se igualmente, o testemunho da pátera de prata da coleção Calzadilla que representa uma divindade feminina acompanhada da inscrição *Band Araugel(ensis)*²⁹⁴. Poder-se-á pensar num caso de formas idênticas para o masculino e feminino; de dificuldades de adaptação ao latim, ou inclusivamente, de um caso de parêntese divina, semelhante a *Arentio* e *Arentia*²⁹⁵. As perspetivas sugeridas são diversas²⁹⁶.

As interpretações relativas às expressões de *Bandi* são inúmeras. D. Fernando de Almeida preferiu utilizar a designação de «divindades do grupo *Band*»²⁹⁷. Leite Vasconcelos explica o recurso frequente a *Bandi* como reflexo das semelhanças culturais entre as diferentes etnias da Lusitânia²⁹⁸. Adolfo Coelho, Fidel Fita; Ferreira da Silva; Javier de Hoz; Untermann e Fernando Fernández Palacios abordam-no como nome comum, equivalente ao «deus»

289 A leitura de *Bane* (como derivado de *Bandua*) é mormente defendida por José Encarnação e Rogério Carvalho que se baseiam no grande número de testemunhos a *Bandua* registados na região e na relativa clareza de leitura da letra inicial do teónimo.

290 A inclusão da inscrição consagrada a *Vordio Talaconio* é sugerida, desde logo, por Marcos Osório (1999: 271-276).

291 Ibid.: 275.

292 Repas 2001: 29.

293 Proveniente de San Amaro (Orense). AE 1974: 408.

294 O estudo aprofundado da peça ocorre pela mão de Blanco Freijeiro (1959) que estabelece a divindade representada como um *numen* protetor de uma comunidade, com atributos similares à deusa Fortuna.

295 Alarcão 1988: 155.

296 Destaque-se o fato de algumas divindades gregas, entre as quais, a Tutela, serem representadas sob a sua forma feminina e, igualmente adoradas como deuses masculinos (Sabino Perea 1999, *apud* Repas 2001: 30).

297 Almeida 1965.

298 Vasconcelos, 1905: 317; Vasconcelos 1913. O referido autor baseando-se na interpretação de Holder, defende um significado etimológico derivado das línguas célticas e traduzido em «ordenar» e «proibir».

latino²⁹⁹. Uma perspetiva oposta adjudica a *Bandi* atributos celestes e a um papel primordial no panteão hispânico³⁰⁰ concebendo-o, inclusivamente, como patrono das coletividades castrejas³⁰¹. A pátera dedicada a *Band(i) Araugel(aego)*, o único testemunho iconográfico conhecido, representa-o com uma figura aparentemente feminina de atributos semelhantes à divindade *Fortuna* romana, levando muitos autores a considerar *Bandi* um nome comum similar a deus ou tutela denominadora de várias divindades concretizadas através dos epítetos que acompanham o nome³⁰². Por último, García Fernández-Albalat concebe *Bandi* como divindade de atributos bélicos³⁰³.

Etimologicamente, a análise do nome suscita profundas dúvidas³⁰⁴. A própria variedade de perspetivas possíveis inviabiliza os estudos etimológicos do teónimo, uma vez não é possível a aplicação do critério de exclusão interpretativa. Destaque-se, igualmente, a ausência de bases sólidas que permitam tomar o teónimo como uma palavra de origem indo-europeia, pressuposto que está na base de todas as teorias desenvolvidas. Assumindo estas limitações, ressalve-se somente, o papel central que a interpretação a partir da raiz **bhendh-*, com significância de «atar», assume entre os principais estudos sobre este teónimo. Considerando esta significância, poder-se-á pensar num deus dos vínculos, protetor dos clãs familiares e, por extensão, das cidades e povos³⁰⁵: "(...) *Banda* poderia ser, por isso, o deus que liga, ou melhor, que está ligado a determinada povoação ou tribo, o seu senhor."³⁰⁶ A interpretação de *Bandi* como divindade tutelar é, de fato, a aceção mais recorrente entre os investigadores.

Como súpula interpretativa, sabemos, de forma segura, que a menção de *Bandi* apresenta uma vasta amplitude geográfica³⁰⁷, ainda que com uma distribuição heterogénea, não sendo, portanto exclusivo de uma etnia e equiparando-se, neste sentido, a *Reve* e *Nabia*. Sabemos igualmente, que, na região da Beira interior, se concentra predominantemente em torno da Serra da Malcata, da Serra da Gata e da Serra da Gardunha, compondo assim uma área de culto limitada a norte pelo Sabugal; a sul, por Idanha e a Oeste pela Serra da Estrela (excetuando-se, deste âmbito somente os monumentos AG.B17 e AG.B18, localizados mais a norte). É igualmente seguro uma evidente tendência de terminação do teónimo em *-i*, usual em toda a Beira Interior portuguesa.

299 Silva 1986: 295-296; Hoz Bravo 1986; Untermann 1985: 358; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 45-52. Destaque-se particularmente a interpretação sugerida por A. Coelho Ferreira da Silva (1986), assente na equivalência de *Band-* e *deo*, baseada no paralelismo verificado entre as inscrições procedentes de Castelo da Feira consagradas a *Bande Velugo Toiraeco*, e, *Deo Volente Tueraeco*.

300 "[...] se pensarmos que em todas as religiões indo-europeias existe um deus que domina o reino celeste; e, finalmente reconhecermos que a função celestial não cabe [...] nem a *Reve* nem a *Nabia* – não poderemos deixar de pôr a hipótese de *Bandue/ Bandi* ser o deus do panteão lusitano-calaico correspondente ao *Zeus* grego e ao *Júpiter romano*." Alarcão 2009: 98-100.

301 López Cuevillas & Pinto 1934: 309-310.

302 Búa Carballos 2002: 61-62; Blázquez Martínez 1962: 51-61; Blanco Freijeiro 1959.

303 García Fernández-Albalat 1990: 25-284.

304 Prósper 2002: 269-276.

305 Tendo, por conseguinte, um comportamento similar ao *Genio* ou à *Tutela* latina. O carater tutelar de *Bandi* é sugerido por Alain Tranoy (1981: 280); M. L. Albertos Firmat (1975); e J. d'Encarnação (1973: 15; 1975: 141-142).

306 (Encarnação 1973:15) Baseando-se na opinião de A. Tovar expressa em carta publicada em excerto no artigo citado.

307 Que segundo M. Ângelo e J. d'Encarnação, "(...) *pode querer significar, de certo modo, uma convergência de laços entre diversos povos, tribos e/ou grupos gentílicos, apenas diferenciados pelos seus epítetos tópicos característicos do seu território ou espaço privado, inseridos, pis, numa divindade indígena global- Banda*" Ângelo & Encarnação 2008: 181.

A diversidade de interpretações possíveis para os epítetos associados a *Bandi* na região da Beira interior, não permite que se defina, com rigor, os seus atributos ou âmbito de ação. É, no entanto, perceptível um recurso reiterado a epítetos de cariz toponímico e étnico, possível indicador de uma conceção tutelar e genérica para o teónimo. Esta interpretação não invalida, no entanto, a possibilidade de lhe ser adjudicado outros atributos simultâneos, nem implica, obrigatoriamente que se trate de uma divindade única, podendo, à semelhança do que vem sendo defendido por vários autores, designar diferentes divindades.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A *MUNIDI*

Testemunhada na Beira Interior em duas inscrições procedentes de Monsanto, Idanha-a-Nova [AG.M1³⁰⁸] e de Celorico da Beira [AG.M2³⁰⁹]. O teónimo é igualmente gravado em Talaván, (Garrovillas, Cáceres)³¹⁰; em Chaves³¹¹; em Ribeirinha (Vila Pouca de Aguiar)³¹² e em Eiriz (Paços de Ferreira)³¹³. Numa análise global, verifica-se uma tendência de concentração dos seis testemunhos conhecidos na região noroeste da Península Ibérica. O testemunho mais a sul, e simultaneamente mais a Este, foi descoberto, a sul do Tejo, na região espanhola de Cáceres. A norte, o culto estende-se possivelmente ao distrito de Chaves. Por conseguinte, verifica-se uma grande difusão geográfica do seu culto, ressaltando-se, no entanto, as dificuldades de confirmação da leitura das inscrições de Sanfins, Chaves e, inclusivamente, de Celorico da Beira.

Consideramos *Munis* o genitivo de *Munidís*, dativo *Munidi*, à semelhança do que é proposto por J. d'Encarnação³¹⁴. Abordando os atributos e âmbito de ação da divindade, considera-se uma deidade feminina pelo testemunho da inscrição procedente de Talaván, onde a mesma se faz acompanhar de dois epítetos com terminação feminina. Em Monsanto o teónimo grava-se acompanhada do epíteto *Igaed(itana)* ou *Igaed(itanorum)*, de cariz possivelmente tópico³¹⁵. A eventual referência à civitas *Igaeditani* permite conceber a divindade como protetora ou tutelar da cidade³¹⁶. Os epítetos tópicos³¹⁷ são, de facto, uma constante nas alusões a *Munidi*, excetuando-se, nesta tendência a incompleta inscrição rupestre de Celorico da Beira, na qual não temos acesso a eventuais epítetos. Neste sentido, *Munidi* poder-se-ia conceber como divindade tutelar de âmbito genérico, adquirindo uma componente local através da adoção de epítetos com referências étnicas ou geográficas. Esta perspetiva é mormente defendida por J. d'Encarnação³¹⁸ e Fernando Patrício Curado³¹⁹ e coaduna-se com a

308 Sobre esta inscrição, José Leite de Vasconcelos defende uma procedência de Idanha-a-Velha. Trata-se da parte superior de uma ara em granito com a seguinte leitura: *Munijidi Igaed(itanae ou itanorum)/ Ba[e]bia [...]*. García 1991: 339.

309 Na região da Beira Baixa verifica-se um segundo caso de consagração a *Munidís* expresso através de uma epígrafe rupestre inscrita em São Pedro num afloramento granítico sobre o qual assenta o Castelo de Celorico da Beira (Guarda).

310 Onde se inscreve acompanhada de dois epítetos: *Munidi Eberobrigae Toudopalandaicae*, apresentando o último um cariz marcadamente geográfico.

311 Com a seguinte inscrição: *MVNIDE M[ANJ]/IVS VAREC/RVS. EXVOTO*. Blázquez 1962: 83. Sobre a referida epígrafe J. d'Encarnação refere: "(...)opinamos que se deva ler *Munidi*, a exemplo do que acontece nas epígrafes estudadas pelo Sr. Prof. Lambrino; a seguir ao nome da deusa podem estar um epíteto geográfico e o nome do dedicante ou, simplesmente, o nome do dedicante. (...)Encarnação 1975: 237-240.

312 Onde se inscreve sob a forma de *Munidi*.

313 Gravando-se como *Munidi Fidueneorum*.

314 Encarnação 1975: 237-240.

315 ILER 884.

316 Lambrino 1956: 10-12.

317 Destaque-se, *Eberobrigae*, *Fidueneorum* e o já referido *Igaed(itanae)* ou *Igaed(itanorum)*.

318 Encarnação 1975: 239.

319 Atribuindo um caráter tutelar à divindade. Curado 1985c: 642-643.

inscrição procedente de Monsanto. Uma perspetiva diferente é apresentada por Jorge de Alarcão que atribui ao radical do teónimo uma conotação de «*cabeça*» ou «*monte*» sugerindo uma possível relação com pontos de elevada altitude³²⁰. Pelo contrário, F. Villar, baseando-se na análise etimológica do epíteto *Toudopalandaigae*, traduzido como “*charco do povoado*”, concebe para *Munidi* uma natureza aquática própria de uma ninfa. As propostas de Curado e Villar não se harmonizam, no entanto, com os testemunhos de Monsanto ou Celorico da Beira, não se registando, nos dois locais referidos características particulares ligadas às águas e a elevadas altitudes. De facto, outras divindades (onde não se inclui *Munidi*) são cultuadas em Cabeço das Fráguas, apresentando-se a inscrição rupestre como a única que, na Beira Interior, se regista a uma grande altitude.

O fato de *Munidi* ser, em Celorico da Beira, cultuada num afloramento rupestre poderá revelar-se um importante indicador dos seus atributos. Sublinhe-se igualmente que, na ara de Monsanto a divindade é consagrada como protetora de um coletivo, podendo o monumento destinar-se a ser colocado num local público³²¹.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A NABIA

Interpretada como divindade aquática³²²; como divindade de atributos bélicos³²³, e mais recentemente associada à significância de «o vale»³²⁴ e a atributos tutelares³²⁵, *Nabia* representa-se na Beira Baixa portuguesa num reduzido número de testemunhos, registando-se exclusivamente na região de Sertã [AG.N1]; e no afloramento rupestre da Pedra Aguda [AG.N2]³²⁶, área de culto mormente associada a divindades de âmbito genérico (como *Bandi* e *Reve*). No primeiro caso, o teónimo grava-se somente com a designação *Nabia*, ostentando, no segundo monumento, um epíteto de difícil identificação e o qualificativo *Dea*.

³²⁰ Alarcão 2009: 117.

³²¹ Repas 2001.

³²² Leite Vasconcelos relaciona *Nabia* com a divindade consagrada na Fonte do ídolo localizada em Braga, atribuindo a ambas características aquáticas (Vasconcelos 1905: 277-280). M. L. Albertos relaciona a raiz teonímica com o vocábulo **naus*, com a significância de “*barco*”. Albertos Firmat 1966: 166. A. Tranoy e P. Le Roux, baseando-se na inscrição procedente de Marecos, Penafiel, associam *Nabia* à divindade latina *Diana*, atribuindo a ambas atributos cósmicos ligados às águas e, simultaneamente ao céu e à terra. Tranoy destaca igualmente a ligação entre *Nabia* e a região de Lugo onde o rio *Navia* assume importante destaque (Le Roux & Tranoy 1974; Tranoy 1981: 282). Ferreira da Silva (1986: 297), numa perspetiva semelhante, identifica *Nabia* com a terceira função Dumeziliana, atribuindo-lhe igualmente características aquáticas. A mesma interpretação é apresentada e defendida por J. d’Encarnação (1975: 245).

³²³ Garcia 1999: 299-302.

³²⁴ José L. Melena desenvolveu um estudo exaustivo sobre a divindade (Melena 1984: 233-260) sugerindo tratar-se de uma deusa indígena associada aos vales arborizados, bosques e montes, semelhante à divindade latina *Diana*. Segundo a autora a ligação entre os vales e a presença de rios justificaria o hidrónimo *Navia* e a possível vinculação da divindade indígena com divindades aquáticas. Jorge de Alarcão considera mais adequado traduzir *Nabia* como “a (senhora) do vale” ou “a que mora no vale”, estabelecendo uma possível relação entre *Nabia* e a Primavera. Alarcão 2009: 101.

³²⁵ Alguns autores sugerem um cariz polifuncional, podendo conceber-se como uma divindade tutelar de uma dada comunidade, e, simultaneamente, relacionada com funções de soberania. (Olivares Pedreño 2002: 239-240). Ferreira da Silva conferindo-lhe uma importância acrescida, adiciona aos atributos tutelares um possível cariz transfuncional, associado à fecundidade, saúde, abundância, vigor e felicidade. Silva, 2007: 15-17.

³²⁶ O âmbito geográfico do culto de *Nabia* inclui o território Galaico e o Lusitano. De facto, analisando a distribuição geográfica dos testemunhos epigráficos do culto a *Nabia*, verificamos dois focos de concentração predominantes: a Norte do Douro, com prolongamento aos territórios espanhóis de Lugo e Orense; e na região espanhola de Cáceres, com extensão à Beira Baixa portuguesa.

Analisando a inscrição procedente de Pedra Aguda, verificamos o recurso a um epíteto de reconstrução problemática. Poder-se-á pensar em *Mu[n]tina[c]a*³²⁷ com raiz possível de **men/mon*, com significância de «*cabeça/monte*»³²⁸; proposta interpretativa já sugerida para *Munidi*. Poder-se-á pensar igualmente em *Mu[l]tina[c]a*. O monumento onde o mesmo se inscreve apresenta uma organização textual pouco frequente na região, destacando-se particularmente a fórmula de voto ímpar (*m(erito) l(ibens) fecit*); e o já referido recurso ao qualificativo *Dea*. Tendo isto em conta, juntamente com a análise paleográfica, a inscrição deverá ser datada do século II³²⁹.

Considerando o local de procedência do monumento, verificamos que o mesmo se apresenta no início da encosta voltada ao vale do Zêzere, a cerca de 50 metros de um povoado com ocupação na Idade do Ferro final. Destaque-se, no entanto, que não existem dados seguros que atestem a ocupação do castro durante o período romano.

INSCRIÇÕES CONSAGRADAS A REVE

Testemunhado na Beira Interior portuguesa em Cabeço das Fráguas, localizado em Pousafoles, concelho do Sabugal (sob a forma de *Reve Tre[...]*); em Fóios, igualmente no concelho do Sabugal, (AG.R6 sob a forma do epíteto *Paramaeco*); em Medelim, Idanha-a-Nova (AG.R3, como *Reve Langanidaegui*; e AG.R4 como *[R]eve*); em Proença-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova (AG.R2 sob a forma de *Reve Langanitaeco*); e em Cabeço Pelado, localizado em Alcains, distrito de Castelo Branco (AG.R1, como *Reve Langanid(aeco)*). Considera-se igualmente como testemunho do culto a *Reve*, o monumento consagrado às siglas *R.C.* procedente de Pinhel, Guarda (AG.R7).

Numa perspetiva geral, verifica-se uma clara concentração dos testemunhos ao referido teónimo na região espanhola de Ourense e na Beira Interior portuguesa³³⁰.

Considerando a definição dos atributos da divindade, Fidel Fita propõe uma associação entre o teónimo e o vocábulo latino *rivus*³³¹. Uma postura semelhante é defendida por L. Cuevillas; R. Serpa Pinto e Blázquez Martínez, sugerindo os referidos

327 Redentor *et alii* 2006. Vide anexo 1 [AG.N2].

328 Ibid. 2006: 56. Os autores propõem diferentes interpretações etimológicas sugerindo igualmente uma possível afinidade entre o radical teonímico e a onomástica pessoal.

329 Ibid. 2006: 57.

330 A norte do Douro regista-se em Guiães, Vila Real [*Reve Marandigu*]; em dois monumentos em Caldas de Vizela [*Reo Bormanica*, e *Bormanico* num segundo monumento]; em Florderrei Velho, Vilardevós, Orense [*Reu Reumirago*]; em Castromao, Celanova, Orense [*Reve Siboico* (?)]; em Ginzo de Límia, Orense [*Reve Amoago*]; em Mosteiro de Ribeira, Ginzo de Límia, Orense [*Reue Veisuto* (?)]; e em Baltar, Orense [*Reue Larouco*, com provável paralelo com *Larouco Deo Maxumo* de Vilar de Perdizes, Montalegre]. No extremo noroeste da Península registam-se três prováveis testemunhos a *Reve* provenientes de Lugo (onde o teónimo surge sob a forma de *Regoni*, *Reae*, e *Reo Paramaeco*). Note-se igualmente o testemunho epigráfico consagrado a *Iano Paramago*, proveniente de Lugo; e uma consagração a *Parameco* proveniente de Riosas, Oviedo. Numa análise genérica verifica-se uma clara concentração de testemunhos votivos na região noroeste da Península Ibérica, delimitada a sul pelo rio Tejo (a sul do qual se regista uma única inscrição que é, simultaneamente, o testemunho conhecido mais a Sul e mais a Este da região de culto a *Reve*); delimitado a Este pela região abrangente de Cáceres; estendendo-se a Norte à região de Lugo. Analisando essa região especificamente, poder-se-á definir três grandes áreas de consagração ao teónimo *Reve*: a primeira caracteriza-se pela concentração de cinco testemunhos na região da Beira Baixa e Beira Interior Centro (com extensão a um sexto monumento proveniente na região de Ruanes, Cáceres). A segunda concentração de testemunhos regista-se entre o rio Douro e o rio Minho; e, por último, regista-se igualmente uma pequena concentração (com três testemunhos na região norte de Lugo).

331 Fita 1914: 304-313.

autores uma interpretação de *Reve* como divindade aquática³³². António Tovar, partindo do estudo da inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas, e analisando etimologicamente a raiz teonímica, propõe a significância de «planície/ terreno/ espaço/ campo/ plano»³³³; perspectiva partilhada por Guyonvarc'h³³⁴. A interpretação sugerida por Tovar permitiu estabelecer uma possível relação com a divindade *Ceres* ligada à agricultura e fecundidade da terra, estando, portanto *Reve* integrado na terceira função Dumeziliana. A mesma hipótese interpretativa é defendida por Armando Coelho³³⁵. García Fernández-Albalat concebe o teónimo como representante de uma divindade feminina relacionada com a atividade bélica, em seguimento de um possível cariz soberano³³⁶. Por último, refira-se a interpretação etimológica proposta por J. Corominas que considera *Reve* o nome de um «ser que imite ruídos misteriosos»³³⁷; e a interpretação de F. Villar que, partindo da análise dos epítetos que lhes estão associados, estabelece um significado para o teónimo de "corrente de água" ou "rio"³³⁸. As perspectivas são inúmeras, atestando a fragilidade da análise etimológica como fonte para a definição dos atributos das divindades e, refletindo a ausência de dados seguros relativos aos contextos de proveniência dos monumentos.

Na Beira Interior inscrevem-se um total de, possivelmente, sete alusões a *Reve*. Com alusão segura e leitura clara, reduzimos este número para quatro inscrições [Cabeço das Fráguas; AG.R3; AG.R2; AG.R1]. Considerando estes testemunhos, nos três últimos referidos, o teónimo *Reve* associa-se ao epíteto *Langanidaeco* (adotando o mesmo pequenas variações na gravação). Cabeço das Fráguas constitui a exceção neste panorama, sendo-nos, no entanto, impossível reconstituir o epíteto possivelmente iniciado pelo radical *-treb*,

332 Blázquez Martínez 1962:185-187; López Cuevillas & Serpa Pinto 1934: 320.

333 Tovar 1966-1967: 237-268.

334 Guyonvarc'h 1967: 261-262.

335 Silva 1986: 297. Destaque-se a interpretação de Ferreira da Silva assente na associação entre o deus *Reva Laroucus* e *Laroucus Deus Maximus* defendendo o mesmo autor, à semelhança do que havia sugerido A. Tovar, um «reconhecido significado agrário» à divindade *Reve* (Silva 1986: 286); e a inclusão de *Reve* entre as divindades do segundo grupo funcional como sugere igualmente Penas Truque (1986).

336 García Fernández Albalat, baseando-se nas considerações tecidas por Françoise Le Roux, estabelece uma comparação entre *Reve* e a divindade irlandesa *Macha* que reúne atributos pertencentes aos três grupos funcionais propostos por Dumézil. Trata-se, efetivamente de uma divindade de cariz soberano, que compreende simultaneamente uma componente guerreira. García Fernández-Albalat 1990: 317; Cfr. Le Roux, «La Courtise d'Étain. Commentaire de texte» in *Celticum* XV, 1966, p. 328-375. A análise etimológica dos epítetos associados a *Reve* reforça a interpretação proposta. De facto, individualizando o sufixo do epíteto *Langanitaecus* (*Nitaecus*) poder-se-á pensar numa relação com o deus *Neto*, cuja raiz se pode traduzir por "herói; guerreiro". Por conseguinte, García Fernández-Albalat sugere a interpretação do teónimo e respetivo epíteto presente em três aras da Beira Baixa como "la llanura larga de los guerreros". García Fernández-Albalat 1990: 320.

337 Corominas 1976: 375.

338 Villar 1993-1995: 249; id. 1996: 165-170. Baseando-se a autora na evolução linguística *reiuos < *r[e]ju, com a significância de «curso de água». A referida interpretação é igualmente sugerida por Prósper (2002: 48, 143-144). Destaque-se igualmente a associação entre *Reva* e *Reus/Rea* proposta por M. L. Albertos Firmat (1983), assumindo, por conseguinte, o radical teonímico uma significância de "direito/ "lei". Referimos ainda a hipótese interpretativa adiantada por Witczark, que propõe a tradução do r- lusitano para o *(d)y- indoeuropeu, equivalendo assim o lusitano **Revs* ao indoeuropeu **Dyeus*, de onde terá derivado o nome latino *Iuppiter* e o teónimo grego *Zeus* (Witczark 1999: 70-71). Sublinhe-se igualmente a interpretação de J. Untermann (1985: 358) concebendo o autor a designação *Reve* como um nome comum traduzível em *deus*, *génio* ou *lar*. Uma perspectiva semelhante é defendida por J. Hoz Bravo (1986: 42). Por último destaque-se a sugestão de interpretação alternativa de Jorge de Alarcão que concebe *Reve* como um deus subterrâneo, baseando-se na existência de divindades encarregues do referido atributo nas restantes composições religiosas indo-europeias e na impossibilidade de *Bandi* ou *Nabia* corresponderem a tais características (Alarcão 2009: 100-101). Muitas outras interpretações são sugeridas.

amplamente testemunhado na teonímia da região através dos testemunhos a *Trebopala* e *Trebaruna*.

Nos restantes exemplos de leitura e interpretação menos segura, o teónimo surge isolado [AG.R4]; somente sob a forma do epíteto *Parameco* (associado a *Reve* a partir de outros testemunhos); e em forma de sigla, não nos sendo possível confirmar tratar-se efetivamente de uma consagração a *Reve* ou inferir o epíteto que a acompanhava. Sublinhe-se, no entanto, que a última inscrição referida apresenta um âmbito de proveniência geograficamente apartado dos restantes testemunhos a *Reve* registados na Beira Interior. A predominância de epítetos masculinos associados a *Reve* parece evidente.

Destacando-se particularmente o epíteto *paramaeco*, refira-se que o mesmo se testemunha igualmente em Oviedo (Riosas) e em Lugo (sob a forma de *Aparamaecus*) associando-se nos, dois casos, a divindades diferentes (*Reve* e *Iano* possivelmente)³³⁹. Na Beira Interior surge isoladamente. Poder-se-á pensar num caso de ausência do teónimo (possivelmente *Reve* considerando o exemplo de Lugo e os abundantes testemunhos de culto à referida divindade na região), contudo, devemos igualmente considerar a hipótese de estarmos perante um novo teónimo (*Paramaeco*), possivelmente derivado do vocábulo indoeuropeu *paramus*, com significância de «meseta/ planalto»³⁴⁰. Considerando a possibilidade de se tratar de uma segunda designação associada a *Reve*, a divindade associa-se a um epíteto ligado a acidentes geográficos.

No que se refere ao epíteto *Langanidaeco*, a sua identificação como epíteto (em detrimento da interpretação inicialmente sugerida de *Revelanganitaeco* e *Revelanganidaeigui* como teónimos³⁴¹) ocorre pela mão de F. Fita³⁴². A referida designação documenta-se na Beira Interior portuguesa nas variantes de *Langanidaeigui*, *Langanidaeco* e *Langanid-* com dativo em *-o* e *-ui*. As interpretações relativas ao significado do teónimo são diversas e, regra geral, traduzem as perspetivas interpretativas adotadas para *Reve*. Refira-se, por exemplo, a interpretação de F. Villar que sugere a associação do epíteto à designação de um rio ao qual *Reve* estaria vinculado³⁴³.

Considerando a possível relação com o epíteto *Paramaeco*, com significância de «planalto», e a inscrição do teónimo em Cabeço das Fráguas, uma elevação proeminente na paisagem, pensamos que o teónimo adquire aqui uma componente orográfica. Relembre-se igualmente a inscrição consagrada a *Reve* com o epíteto *Larouco* associado à serra com o mesmo nome, assim como a inscrição procedente de Guiães, Vila Real, associada ao epíteto *Marandigui*, eventualmente relacionado com a serra do Marão. Considerando esta interpretação, a preferência por *Reve* na inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas em detrimento de *Bandi* (com maior representatividade na Beira Interior portuguesa) estaria assim justificada.

Relembre-se a já apresentada proposta de interpretação etimológica sugerida por A. Tovar. Nas proximidades dos locais de proveniência das epígrafes consagradas a *Reve* não se registam rios de grande caudal. Considerando que o epíteto *Langanidaeco* apresenta um caráter étnico ou geográfico, nada se acrescenta aos atributos de *Reve*. Em Cabeço das Fráguas o teónimo acompanha-se dos caracteres *-tre*, possivelmente respeitantes a um epíteto, para o qual não é possível adiantar reconstituições.

Patrício Curado interpreta a inscrição rupestre como uma enumeração ordenada de divindades, progressivamente mais importantes e de atributos progressivamente mais funcionais³⁴⁴. Esta interpretação poderá ser reforçada se pensarmos que a *Reve* se

339 Albertos Firmat 1983: 485.178. Destaque-se as dificuldades de leitura do teónimo interpretado como *Iano*.

340 Albertos Firmat 1965: 137-138.

341 Vasconcelos 1905: 323; id. 1913: 209-213; Pereira 1909: 186.

342 Fita 1914: 311. Sendo igualmente defendida por J. d'Encarnação (1975: 267). A. Tovar, numa proposta alternativa, sugere a divisão entre *-Revelanga* e o epíteto *-nitaeco*, possivelmente associado à divindade *Netaci* (Tovar 1985: 245, nota 77).

343 Villar 1996: 165-170. As consagrações a *Reve* poderiam ser assim traduzidas como «Reve do rio Langanida».

344 Curado 1996: 158.

consagra um touro semental, o maior e mais possante animal mencionado na inscrição. Por conseguinte, a conceção de *Reve* como divindade soberana estaria aqui sugerida. Relembre-se que se optou, em Cabeço das Fráguas, pela consagração de *Reve*, e não *Bandi*.

Relembre-se igualmente a interpretação proposta por Witczark assente na interpretação de *Reve/ Reus* como uma divindade uraniana assimilável a Zeus e Júpiter³⁴⁵. A interpretação sustentada na existência de uma hierarquia de importância na inscrição rupestre do cabeço não está, no entanto, comprovada, pelo que a interpretação de *Reve* como divindade de maior estatuto deve ser tomada segundo grandes hesitações. Retomaremos esta temática nas conclusões finais.

Teónimos indefenidos

Alguns monumentos, que consideramos problemáticos, não foram aprofundados no presente estudo.

Menciona-se, primeiramente, uma árula em granito proveniente do distrito de Castelo Branco. O monumento encontra-se atualmente depositado no Solar do Visconde de Castelo Novo, tendo sido descoberto, em contexto de reutilização, numa propriedade privada em Escalos de Cima³⁴⁶. O traçado de alguns caracteres e o modo como são gravados não é, efetivamente, romano. Poder-se-á pensar na possibilidade de ter ocorrido uma gravação posterior, elemento fundamental para que se considere a referida inscrição, no presente estudo, de leitura problemática.

Integramos na mesma condição um monumento achado em Numão, Vila Nova de Foz Côa, com origem provável em Conímbriga³⁴⁷; e uma ara em granito procedente de Gouveia³⁴⁸ para a qual não se identifica, de forma segura, o teónimo. Não foi igualmente considerado para o presente estudo, uma inscrição votiva procedente de Aguiar da Beira³⁴⁹ para a qual a generalidade dos autores defende tratar-se de uma consagração a um *génio*

³⁴⁵ Witczark 1999:71.

³⁴⁶ O monumento apresenta a seguinte inscrição: DI•CAI/FLAVS[...] L [...]. Encarnação 1994a. A inscrição poderia interpretar-se como consagrado aos *Diis Caiarienses*. A expressão *diis* englobaria o conjunto das divindades da comunidade que consagra o monumento.

³⁴⁷ Trata-se, efetivamente, de uma ara em granito com a seguinte inscrição: TIB•CLAVDIVS/ SAILCIVS •EQ/ CHOR•IIILVS/ ITANORVM•/ DIS DEABVSQ/ CONIVMBRIG•/[V] S•L•M. (CIL 432; Vasconcelos 1905: 185-186; Figueiredo 1953: 176; Encarnação 1975: 175-176; ILER 528; Encarnação 1987: 22; Garcia 1991: n.º 201; Repas 2001). R. Étienne e G. Fabre defendem tratar-se de uma inscrição consagrada por um militar originário de Conímbriga que dedica o monumento às divindades da sua região de origem. (Étienne & Fabre Lévêque; 1976). Fernando Patricio Curado, pelo contrário, sugere a possibilidade de existir uma povoação denominada Conimbriga, possivelmente situada no Monte Meão (Veiga, Vila Nova de Foz Côa), referida nesta inscrição. Independente desta questão, trata-se de um monumento de consagração a um conjunto de divindades que poderão ter origem indígena ou serem adaptadas do panteão romano, que aparecem aqui, sem denominação específica.

³⁴⁸ Com a seguinte inscrição: REBURR/ VS•TALABI/ F•V•S•A•P•M/ S•A•L•Q•I•V• (Garcia 1991: 347, n.º 189; Encarnação 1987: 30; Curado 1985c: 648-649; Repas 2001: 76). Fernando Patricio Curado sugere que a última linha seja lida como teónimo. Contudo, não é comum que o mesmo se grave com os caracteres separadas por pontos nem é, igualmente, comum a terminação QIV. Sobre este último aspeto, Garcia sugere poder tratar-se de um erro ou uma variação de CUI ou GUI, mais comum.

³⁴⁹ Onde se inscreve: [S/G]E/NI/OC/OR (Garcia 1991: 347, n.º 191; Encarnação 1975: 189; Coelho 1984: 286-287; Vaz 1979a: 546-548). Coelho e J. d'Encarnação admitiram que a primeira letra fosse um *-g* indicando assim a palavra *Genio*. Inês Vaz, ao rever a inscrição, considerou que se tratava de um *-s*. Os caracteres *-cor* poderão corresponder à abreviatura do nome do dedicante.

romano; uma ara em granito achada na região de Seia³⁵⁰ de interpretação teonímica duvidosa; assim como a parte superior de uma ara em granito procedente de Castelo Branco³⁵¹, e, por último, a parte inferior de uma ara em granito procedente de Idanha-a-Nova³⁵². No que diz respeito aos dois últimos exemplos referidos, o cariz incompleto dos teónimos mencionados não permite avançar, com segurança, propostas interpretativas. Em circunstâncias semelhantes regista-se uma ara votiva reutilizada na construção da igreja matriz de Freixo de Numão, cujo desgaste sofrido pelo monumento impossibilita a asseveração da leitura do teónimo³⁵³; e a inscrição rupestre do Sorval (Santa Eufémia, Pinhel), cujas dificuldades de leitura impõem importantes reservas à aceitação daquela que parece ser uma expressão de culto aos deuses *Leia*³⁵⁴.

Excluimos igualmente do presente estudo a ara votiva, atualmente desaparecida, consagrada a *Larib(us)*, à qual só temos acesso a partir de documentação datada do século XVIII³⁵⁵.

Em igual circunstância referimos a inscrição, igualmente desaparecida, originária de Vila Nova de Foz Côa (freguesia de Freixo de Numão) com uma possível alusão a uma nova divindade no panteão da Beira Interior (Tarbouna ou Tarbouna)³⁵⁶. Trata-se efetivamente de uma inscrição rupestre onde se gravaria: IVNO/VEAMVAEARVM/ TARBOVMAN/ CNVNARVM/ SACRVM/ CIRI/ CVR³⁵⁷. A inscrição foi dada a conhecer por E. Hübner, que, por sua vez a recebeu de José de Oliveira Bernardo, intermediário da cópia da gravação originalmente feita por Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, apresentando a mesma algumas dificuldades de leitura³⁵⁸. As inseguranças na leitura do teónimo e, de uma maneira geral, de toda a inscrição; a impossibilidade de confirmação da mesma resultante do desaparecimento da gravação; a alusão igualmente na inscrição de uma divindade romana, e, por último, a ausência de paralelos para a possível divindade sugerida na leitura, justificam a sua inclusão, no presente estudo, na categoria de «teónimos indefinidos».

350 Com a seguinte inscrição: M•B•S/ IVNIA/ FIRMINA/ A•L•V•S. (Garcia 1991: 504, nº 567; Curado 1986b: nº 76). Teónimo apresentar-se-á contido nas siglas MBS. O M poderá remeter-se a *M(arti)*, *M(ercurio)*, *M(atribus)* ou *M(unidís)*. O caractere B poderá indiciar um epíteto local ou remeter-se a *B(orús)*, frequentemente associado a Marte, tal como se verifica numa inscrição de Monsanto.

351 Atualmente depositada no MTPJ. Apresenta a seguinte gravação: TVREA/ PACI•F/[...] OD [...]. Garcia 1991: 520, nº 590; Garcia 1910: 40-41). O teónimo estaria gravado, possivelmente, na terceira linha, restando do mesmo somente os caracteres *-od*, para os quais não apresentamos propostas interpretativas. Acrescente-se, as dúvidas na leitura do caractere *-d*, que poderá igualmente corresponder a um *-r*.

352 Achada na Tapada do jardim das azinheiras, próximo do chamado «freixo do rei Vamba», a 300 metros de Idanha-a-Velha. Apresenta a seguinte gravação: ML?V? [...] / NEABO/ SAPL (Garcia 1991: 521, nº 591). A parte final do teónimo deverá estar contida na segunda linha, sendo, no entanto, insegura a sua reconstituição.

353 Lê-se, no referido monumento: [...] P (?) REAGVI/V-S-L-M. Coixão & Encarnação 1997.

354 Perestrelo 1998. Podendo os caracteres *LEIA*, gravados na segunda linha da inscrição, corresponder a siglas identificativas dos teónimos da região, ou, eventualmente, corresponder aos deuses locais, inominados.

355 Coixão & Encarnação 1997. A impossibilidade de confirmação segura da leitura inviabiliza as possíveis considerações desenvolvidas.

356 Blázquez Martínez 2009.

357 Segundo a interpretação de Jorge de Alarcão, 2005. Sobre a referida inscrição destacamos apenas a possível alusão à divindade romana Juno, presente no início da inscrição, e a possível coincidência do culto, no mesmo suporte, a uma divindade indígena – relação, a confirmar-se, sem precedentes na epigráfica votiva da Beira Interior Portuguesa.

358 Alarcão 2005. A inscrição tem sido alvo de várias tentativas de reinterpretação, destacando-se, somente a proposta de republicação levada a cabo por J. d'Encarnação e Sá Coixão, sugerindo os referidos autores tratar-se de uma provável consagração ao génio feminino Juno de um povo ou de um lugar (Coixão & Encarnação 1998: 83).

CONCLUSÕES ::

Análise Epigráfica. Interpretação individual dos teónimos registados na Beira Interior portuguesa.

"(...) viver como um Ser Humano é, em si, um acto religioso, pois a alimentação, a vida sexual e trabalho possuem um valor sacramental. Por outras palavras, ser – ou antes, tornar-se – um homem significa ser religioso"

(Mircea Eliade, Origens, 1969)

Verificamos a referência na Beira Interior a 21 teónimos e grupos teonímicos distintos: *Aelua, Aetio, Ama Aracelene, Aratibro, Arentio, Asidia, Bandi, Collovesei Caieloni Cosigo, Coruae, Erbina, Icona Loiminna, Igaedo, Laepo, Laneana, Munidi, Nabia, Oipaengia, Quangeio, Reve, Trebaruna, Trebopala*. Os referidos teónimos inscrevem-se num total de 62 monumentos votivos aos quais se acresce a inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas.

REPRESENTAÇÃO TEONÍMICA DA BEIRA INTERIOR PORTUGUESA

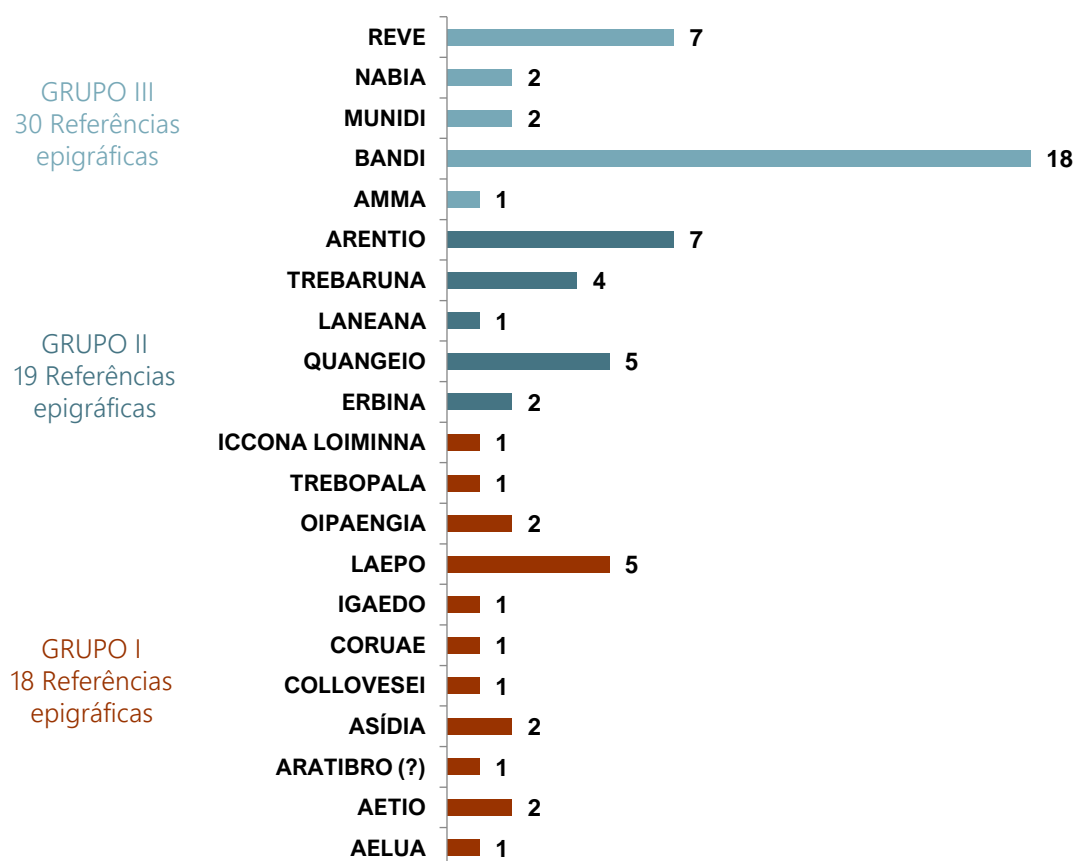


Ilustração 1: Gráfico referente ao número de testemunhos epigráficos registados para cada grupo teonímico considerado (grupo I: teónimos exclusivos da Beira Interior Portuguesa; grupo II: teónimos de âmbito regional alargado; grupo III: teónimos de âmbito genérico) e, simultaneamente, para cada um dos teónimos.

A interpretação conjunta e interligada dos teónimos assinalados para a Beira Interior portuguesa demonstra uma movimentação religiosa distinta da que se vêm conjeturando para a região. De facto, contrariamente à visão genérica de um panteão sem ordem aparente ou de uma possível correlação entre etnias (na sua componente de microescala *populi*) e tendências teonímicas individualizantes; percebe-se, em sua substituição, uma disposição teonímica ímpar, caracterizada pela abrangência, por rasgos de ordenação, e pela enraizada relação com o território espanhol de Cáceres.

A principal, e imperiosamente a primeira, constatação a assinalar relaciona-se com a individualização, no âmbito geográfico da Beira Interior portuguesa, de um território aglutinador de expressões epigráficas de culto, e detentor de uma grande multiplicidade de teónimos. Falamos concretamente do território interposto entre a atual demarcação administrativa correspondente ao concelho do Sabugal e a região beirã de Idanha-a-Nova, com limite Norte no local de gravação da inscrição votiva de Cabeço das Fráguas; limitado a Oeste pela vertente Este da Serra da Estrela; com fronteira sul perceptível nas imediações de Idanha, e fronteira Este ampliada ao território espanhol. O entendimento do caráter singular desta região é-nos dado pelo estudo comparativo da Beira Interior no seu conjunto, e pela consequente consciência da presença de amplas regiões onde os testemunhos epigráficos votivos, para além de escassos, representam teónimos genéricos, e, por oposição, teónimos com pouca expressão no cômputo geral da Península Ibérica, revelando, por conseguinte, um provável caráter local ou regional associado a cultos geograficamente extensos³⁵⁹. Estas características, registando-se em toda a extensão territorial a norte do Sabugal e a Sul de Idanha-a-Nova, colocam em evidência o território que intermedeia ambos, caracterizado por uma centena de inscrições votivas consagradas a uma multiplicidade de teónimos de diferentes âmbitos, ou, dito de outra forma, com diferentes graus de exclusividade em relação à Beira Interior. À referida área atribuímos a designação genérica de **núcleo principal de culto**³⁶⁰.

Abordando especificamente a região entre Sabugal e Idanha, onde a concentração de monumentos votivos é nítida, destacam-se áreas particularmente relevantes e dinâmicas de cultos singulares, reflexo de um possível esquema organizativo do panteão votivo da região.

A extensão territorial correspondente às regiões de Monsanto, Bemposta e Medelim congrega uma particular aglomeração de testemunhos epigráficos, formando, por conseguinte, uma área central aglutinadora de teónimos, localizada, sensivelmente, no centro do núcleo principal de culto e, simultaneamente, no centro do território correspondente ao conjunto da Beira Baixa portuguesa e região espanhola de Cória, zona de continuidade e homogeneidade de culto já atestada em vários exemplos.

359 Em toda a extensão da Beira Alta, a norte do Sabugal (e da inscrição rupestre de Cabeços das Fráguas), regista-se um total de sete testemunhos epigráficos consagrados a divindades indígenas: AG.B17; AG.B18; AG.R7; AG.M2; AG.AM1; EB.CR1 e EB.C1.

360 A designação sugerida apresenta uma manifesta finalidade prática, reflexo da necessidade de, ao longo do presente capítulo, se recorrer com frequência à indicação da área já anteriormente especificada que intermedeia a região do Sabugal e Idanha-a-Nova.

Estamos assim perante uma área de difícil delimitação³⁶¹, com uma extensão aproximada de 5 a 8 km que centraliza um total de doze testemunhos epigráficos, dos quais, dez são consagrados a divindades de âmbito geográfico genérico (grupo III, com claro predomínio do teónimo *Bandi*³⁶²); e dois são consagrados a divindades de âmbito regional (grupo II), nomeadamente *Arentio* [RA.A1] e *Quangeio* [RA.Q4]. Aos doze testemunhos, acrescentam-se monumentos epigráficos consagrados às divindades latinas *Mercúrio*, *Marti Boro* e *Júpiter*³⁶³. Julgamos fundamental o desenvolvimento de estudos aprofundados relativos à ocupação da região mencionada, em períodos prévios à ocupação romana. Destacamos somente a correspondência entre a denominação de Monsanto, ou *Mons Sanctus*, com a significância de «monte santo», e a simultaneidade da ocorrência de uma singular concentração de monumentos votivos nesta região.

Analisando genericamente o núcleo principal de culto, (relembre-se, a região que intermedeia Sabugal e Idanha-a-Nova), verificamos a ocorrência de novas dinâmicas religiosas de supra importância. Vejamos.

- I. Definem-se zonas de culto predominantemente caracterizadas pelo testemunho de teónimos de âmbito alargado (grupos II e III). Os mesmos revelam uma tendência de distribuição homogénea em todo o território correspondente ao núcleo principal de culto, consubstanciando um total de 44 monumentos votivos consagrados a teónimos de âmbito regional e genérico para a região interposta entre o Sabugal e Idanha³⁶⁴.

Registam-se, no entanto, poucas exceções a esta disposição, apresentando-se os seguintes teónimos integrados nos grupos II e III, fora do núcleo principal de culto: AG.B17 e 18; AG.R7; AG.M2; AG.N1; AG.AM1; RA.E1 e 2 e RA.A2. Entre os monumentos citados, relembre-se que os quatro iniciais se inscrevem em amplas regiões do território peninsular, apresentando, por conseguinte, uma influência alargada, e registando-se, simultaneamente, em áreas onde o seu culto apresenta uma grande relevância e em áreas onde os testemunhos votivos são escassos (como acontece na generalidade do território da Beira Alta portuguesa). As exceções referentes a *Erbina* e *Arentio* serão analisadas numa fase adiantada das considerações finais.

Sublinhe-se, como súmula e como base fundamental das considerações que serão apresentadas, o nítido contraste entre a evidente concentração de testemunhos de teónimos correspondentes ao grupo II e III no núcleo principal de culto (com 44 monumentos) e o restante território da

³⁶¹ A delimitação da área apresenta-se dificultada pela descoberta, nas suas imediações, de testemunhos pontuais de culto aos teónimos que nela são referidos. Relembre-se, no entanto, que a generalidade dos monumentos se caracteriza por contextos de reutilização, sendo, por conseguinte, possível pensarmos numa procedência original na região aglutinadora de testemunhos de Monsanto, Bemposta e Medelim.

³⁶² Testemunhado em seis monumentos [AG.B5; 6; 7; 11; 14; 15]. Registam-se igualmente três testemunhos de culto à divindade indígena *Reve* [AG.R2, 3, 4], e um testemunho epigráfico a *Munidi* [AG.M1].

³⁶³ A concentração epigráfica que se faz sentir nesta região encontra paralelos, exclusivamente, na região de Pousafoles do Bispo onde se regista, para além da inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas, quatro monumentos consagrados à divindade indígena *Laepo* e catorze aras anepígrafas.

³⁶⁴ De facto, inseridos no território que, genericamente, intermedeia a região do Sabugal e Idanha-a-Nova, inscrevem-se os monumentos consagrados ao teónimo *Bandi* [AG.B1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16]; os monumentos dedicados a *Reve* [AG.R1, 2, 3, 4, 5 e 6]; a *Munidi* [AG.M1]; e a *Nabia* [AG.N2]. Igualmente inserido no referido território assinala-se o teónimo *Arentio* [RA.A1, 3, 4, 5, 6 e 7]; e os teónimos *Trebaruna* [RA.T1, 2, 3, 4]; *Laneana* [RA.L1]; e *Quangeio* [RA.Q1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9].

Beira Interior, caracterizado por uma maior extensão territorial, onde se registam, somente, 8 monumentos consagrados a divindades de âmbito regional alargado e âmbito genérico.

- II. Nas regiões periféricas às áreas de concentração dos teónimos de âmbito regional alargado e genérico, percebe-se a ocorrência de zonas de culto específicas de teónimos de âmbito local (grupo I). Os mesmos, distribuem-se em redor do núcleo principal de culto, em áreas onde não ocorrem registos de teónimos integrados nos grupos II e III. Os testemunhos a *Oipaengia*, *Aratibro*, *Aelua*, *Laepo*, e, inclusivamente, *Laneana* são exemplos da referida tendência³⁶⁵.

Todos os teónimos citados não apresentam epítetos nas suas designações, sendo que, desta ausência de epítetos, resulta o reforço do seu cariz tendencialmente local. Por oposição, relembre-se a recorrência com que, na Beira Interior, os teónimos de âmbito genérico registam duplas ou, inclusivamente, triplas designações. Destaque-se particularmente o caso de *Bandi*, com registo de epítetos em dezassete dos dezoito testemunhos assinalados para a totalidade do território estudado. A ausência de denominações extraordinárias associadas aos teónimos locais, apesar de asseverar o seu vínculo às regiões ou comunidades que lhes prestam culto, dificultam, no entanto, a definição dos seus atributos, concebendo-se os referidos epítetos como indicações importantes dos âmbitos de ação e características das divindades. Por conseguinte, torna-se particularmente difícil a interpretação das divindades representadas.

³⁶⁵ Relembre-se que o teónimo *Laneana* se apresenta, no presente estudo, integrado nas divindades de âmbito regional, e não local, como aqui apresentamos. Contudo, e à semelhança do que foi já referido nas considerações relativas ao teónimo, o critério adotado para a sua integração no grupo II, baseou-se na existência, de território espanhol, de um segundo testemunho de culto à referida divindade, devendo, no entanto a mesma (atendendo à proximidade dos testemunhos e às características singulares e idênticas dos locais de culto em afloramentos rochosos que brotam água; e simultaneamente, atendendo à homogeneidade de formas de culto entre a Beira Interior portuguesa e a região espanhola de Cáceres) ser considerada como divindade local. Sublinhe-se, que a divisão proposta no presente estudo resulta de uma análise primária e artificial dos teónimos, devendo a mesma ser tomada como orientação e não como elemento limitador das considerações tecidas.

QUADRO-SÍNTESE

NÚCLEO PRINCIPAL DE CULTO		RESTANTE TERRITÓRIO	
Grupo III (Âmbito Geográfico abrangente)	Grupo II (Regionais)	Grupo III (Âmbito Geográfico abrangente)	Grupo II (Regionais)
Ama Bandi (16) Reve (6) Munidi (1) Nabia (1)	Arentio/a (6) Erbine Quangeio (5) Trebaruna (4) Laneana	Ama (1) Bandi (2) Reve (1) Munidi (1) Nabia (1)	Arentio/a (1) Erbine (2) Quangeio Trebaruna Laneana (1)
Grupo I (Exclusivos da Beira Interior)		Grupo I (Exclusivos da Beira Interior)	
Aetio (2) Igaedo (1)		Aelva (1) Aetio Aratibro (1) Asídia (2) Collovesei Caieloni Cosigo (1) Coruae (1) Iccona Loiminna (1) Igaedo Laepo (5) Oipaengia (2) Trebopala (1)	

ANÁLISE DOS DADOS

Grupo III : Total de 24 referências teonímicas num conjunto de 30 alusões a teónimos de âmbito geográfico abrangente correspondente à Beira Interior Portuguesa.

Grupo II : Total de 15 referências teonímicas num conjunto de 19 alusões a teónimos regionais correspondentes à Beira Interior Portuguesa. Ausência de referências aos teónimos *Erbine* e *Laneana*.

Grupo I : Total de 3 referências teonímicas num conjunto de 18 alusões a teónimos exclusivos da Beira Interior portuguesa. Ausência de referências aos teónimos *Aelva*, *Aratibro*, *Asídia*, *Collovesei Caieloni*, *Cosigo*, *Coruae*, *Iccona Loiminna*, *Laepo*, *Oipaengia* e *Trebopala*.

Grupo III : Total de 6 referências teonímicas num conjunto de 30 alusões a teónimos de âmbito geográfico abrangente correspondente à Beira Interior Portuguesa.

Grupo II : Total de 4 referências teonímicas num conjunto de 19 alusões a teónimos regionais correspondentes à Beira Interior portuguesa. Ausência dos Teónimos *Quangeio* e *Trebaruna*.

Grupo I : Total de 15 referências teonímicas num conjunto de 18 alusões a teónimos exclusivos da Beira Interior portuguesa. Ausência de referências a *Aetio* e *Igaedo*.

III. Os teónimos *Aetio* e *Igaedo* constituem as únicas exceções a este padrão, concebendo-se, simultaneamente, como teónimos de âmbito local, e inscrevendo-se no núcleo principal de culto e na área de influência e de representação dos teónimos de âmbito regional e genérico.

Analisando, especificamente o teónimo *Aetio*, e, à semelhança do que já foi referido na sua caracterização individual, pensamos que a significância que lhe vêm sendo atribuída pelos diferentes investigadores que se debruçaram sobre o seu estudo, fica aquém da importância revelada pelos seus testemunhos. De facto, o teónimo regista-se em dois monumentos procedentes de localizações distintas, enquadradas, no entanto, exclusivamente no território correspondente à Beira Interior portuguesa. Simultaneamente, o teónimo provém do núcleo principal de culto, partilhando âmbitos geográficos com divindades enquadradas no II e III grupo. Acrescente-se que, assumindo a classificação e organização dos teónimos apresentada por Jorge de Alarcão, estamos perante uma divindade cultuada em dois *populi* distintos, tratando-se, por conseguinte de uma divindade «suprarregional»; classificação aplicada igualmente a divindades como *Bandi*, *Reve*, *Nabia* e demais deidades de culto alargado³⁶⁶. Consideramos assim que a análise conjunta dos fatores mencionados, realça a necessidade de equiparar *Aetio* a outras divindades de cariz mais abrangente como é o caso de *Arentio/a*, *Quangeio* ou *Trebaruna*, estando assim justificada a sua inclusão no núcleo principal de culto.

No que diz respeito ao teónimo *Igaedo*, o vínculo territorial sugerido pela semelhança entre a designação da divindade e a *civitas Igaeditani*, poderá conceber-se como elemento explicativo da inclusão do teónimo no núcleo principal de culto. Poder-se-á igualmente pensar que estarmos perante um epíteto (e não teónimo) que surge referido, epigraficamente, de forma isolada, correspondendo a uma divindade desconhecida enquadrada nos grupos teonímicos II e III. Relembre-se a possível associação (anteriormente referida) entre *Igaedo* e o teónimo *Erbine*, integrado no grupo teonímico II.

IV. Os teónimos *Coruae* e *Collovesei Caieloni Cosigo*, localizando-se em áreas onde os testemunhos epigráficos votivos são escassos, representam, possivelmente, divindades locais, desconhecendo-se, no entanto, o âmbito territorial correspondente aos seus cultos. A ausência de influências das divindades de âmbito geográfico genérico poderá corresponder a uma importância acrescida destes cultos locais. *Coruae*, assumido no presente estudo como divindade exclusiva do castro da Marofa, poderá ter assumir um âmbito de ação semelhante a *Aelua*, igualmente relacionada com o (eventual) culto exclusivo no castro de Barreiras. Tratar-se-ão, por conseguinte, de divindades marcadamente locais, intrinsecamente ligadas com os seus lugares de culto, e cujos atributos devem ser interpretados independentemente das dinâmicas propostas para os restantes teónimos (sobretudo se atendermos a interpretações inseridas no esquema duméziliano) e enquadrados nas necessidades e conceções sociais dos locais onde lhes prestam culto.

V. O teónimo *Asídia*, à semelhança do que se verifica com os restantes teónimos locais (grupo I), inscreve-se em monumentos procedentes da área periférica ao núcleo central de culto (no limite sul da referida delimitação geográfica). A distinção em relação às restantes divindades integrantes nesta individualização ocorre, contudo, pelo recurso a um epíteto presente num dos monumentos consagrados a *Asídia*. Relembre-se que os restantes teónimos locais registados na periferia do núcleo principal de culto não apresentam esta componente. Pensamos, contudo, que a rara similitude verificada entre o referido epíteto, e entre a

366 Vide as considerações relativas ao teónimo *Aetio* no capítulo IV do presente estudo.

designação do dedicante e a designação da *gentilitas* mencionada no momento, apresentando todos estes elementos o mesmo radical, poderá explicar este recurso excecional a um epíteto. Tratar-se-á, possivelmente de um caso de dupla designação do teónimo, à semelhança do que parece verificar-se com *Collovesei Caieloni Cosigo*. Sal guarde-se, no entanto, as necessárias limitações decorrentes da verificação da hipótese que aqui apresentamos.

VI. O teónimo *Erbine*, tal como já foi referido, constitui a exceção entre os teónimos de âmbito regional, sendo a única divindade de âmbito alargado testemunhada exclusivamente fora do núcleo principal de culto. Os epítetos que lhe estão associados aumentam as dúvidas relativas aos atributos e âmbito geográfico de culto à divindade, relacionando-a, eventualmente, com *Igaedo* e com a inscrição votiva em língua lusitana de Arronches onde se cita *Cantibidone*. Considerando igualmente os possíveis testemunhos votivos provenientes do território espanhol de Cáceres, estamos assim perante um contexto geográfico de culto amplo, circunscrito, no entanto, à Beira Baixa e Estremadura espanhola. *Erbine* concebe-se, por conseguinte, como uma exceção na possível organização sugerida para os teónimos da Beira Interior, apresentando-se a sua interpretação como problemática. Considerando as limitações da análise etimológica do teónimo, a ausência de contextos arqueológicos claros, e a difícil delimitação da área de culto, reconhecemos a impossibilidade de definir, segundo bases interpretativas sólidas, características e atributos para a deidade representada.

A relação teonímica que se estabelece com o território espanhol de Cáceres revela-se manifesta, formando, juntamente com a Beira Interior (especificamente com o núcleo principal de culto), um panteão religioso único e distinto das realidades religiosas patentes nos territórios circundantes. Destacamos a presença em ambos, de monumentos consagrados às divindades de âmbito genérico *Bandi*, *Munidi* e *Nabia*; e de monumentos consagrados às divindades de âmbito regional *Arentio*, *Erbina*, *Quangeio*, *Laneana* e *Trebaruna*. Destacamos igualmente a associação verificada na região da Estremadura espanhola, entre o teónimo *Bandi* e o epíteto *Vortiadius*, variante fonética da designação amplamente representada na Beira Interior *Vorteaecio*³⁶⁷. A distinção estabelece-se pela ausência do culto à divindade *Reve*, de grande representação epigráfica na Beira Interior Portuguesa; e pelo culto generalizado ao teónimo *Salamati* patente no território espanhol, não apresentando o mesmo paralelos na região portuguesa estudada. Estas exceções, segundo pensamos, não invalidam a manifesta continuidade e homogeneidade religiosa verificada entre ambos os territórios.

No que diz respeito à inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas, consideramos que a mesma deve ser integrada na problemática associada aos monumentos tradicionalmente designados de língua lusitana, cabendo, no presente estudo, somente considerações genéricas relativas à sua associação com as restantes representações teonímicas na Beira Interior portuguesa³⁶⁸.

367 (Olivares Pedreño 2002: 33-44). O território espanhol de Cória partilha igualmente com a Beira Interior a culto à divindade romana *Mercúrio*, acompanhada de epítetos indígenas.

368 Por conseguinte excluímos do presente estudo explanações alargadas referentes à historiografia desde a descoberta da inscrição, ainda no século XVII, até à sua escavação e aos nossos dias. Excluímos igualmente do presente estudo explanações respeitantes a aspetos linguísticos referentes à interpretação dos animais sacrificados e à relação com as restantes inscrições designadas de "língua lusitana"; explanações alargadas referentes à interpretação dos recintos e vestígios arqueológicos circundantes à inscrição; e referentes à integração do Cabeço das Fráguas na categoria de santuário e na categoria de *Suovetaurilia*.

Sobre a inscrição, destaque-se, primeiramente, a sua localização no extremo Norte do território que designamos de núcleo principal de culto, concebendo-se Cabeço das Fráguas como demarcador espacial de um contexto de culto específico. Efetivamente, a norte da referida inscrição, os testemunhos epigráficos apresentam-se, simultaneamente escassos e sem ordem aparente, registando-se teónimos de âmbito local e de âmbito genérico e uma ausência de teónimos que consideramos de âmbito regional (integrados no grupo II). Por oposição, a sul da inscrição de Cabeço das Fráguas, os monumentos epigráficos proliferam, entrosando um esquema organizativos aparentemente relacionado com a sua exclusividade em relação à região (demarcando-se de forma relativamente clara teónimos locais, regionais e genéricos).

A possível relação da gravação de Cabeço das Fráguas com as demais inscrições designadas de língua “lusitana”, não corrobora, no entanto, a interpretação que aqui sugerimos uma vez que não se reconhece, para as restantes inscrições, um caráter ou uma propensão geograficamente delimitadora, não estando, no entanto, esta opção interpretativa descartada³⁶⁹.

Analisando as deidades cultuadas, *Laepo* apresenta-se como o único teónimo testemunhado epigraficamente nas imediações do Cabeço, registando-se em quatro monumentos achados na Quinta de S. Domingos. Por oposição, os testemunhos do culto a *Trebaruna* e *Reve* apresentam-se difundidos numa área tendencialmente a sul da Beira Baixa, a uma distância considerável de Cabeço das Fráguas. Esta distribuição geográfica apresenta-se como um possível indicador de um caráter local para *Laepo*, concebendo-se a referida divindade como específica da região ou, inclusivamente, do cabeço³⁷⁰.

Às inscrições consagradas a *Laepo*, descobertas na Quinta de S. Domingos no sopé do Cabeço das Fráguas, acrescenta-se mais de uma dezena de monumentos anepígrafos e um monumento com referência aos (dedicantes) *Vicani Ocel[o]n[e]/nse*, possível indicador da existência de um *vicus* na região³⁷¹. Relembre-se que, etimologicamente, *ocelum* significa «sítio alto» referência provável ao próprio Cabeço das Fráguas³⁷². O grande número de monumentos descobertos poderá igualmente sugerir a existência de uma oficina epigráfica onde as peças inscritas se armazenariam,

³⁶⁹ Destacamos igualmente diferentes interpretações propostas pelos investigadores que dedicaram os seus estudos às problemáticas de Cabeço das Fráguas, frisando a sugestão de entendimento do cabeço como «meeting place» tal como indica João Carlos de Senna-Martinez (Senna-Martínez 2010: 13-26) e Maria João Correia Santos (2010a: 131-141).

³⁷⁰ As escavações levadas a cabo nas imediações da inscrição e no sopé de Cabeço das Fráguas sugerem uma “(...) gradual perda de importância deste centro religioso” (Schattner & Santos 2010) decorrente da ocupação romana da região. Esta diminuição da significância do santuário poderá claramente contextualizar-se no desuso do rito sacrificial praticado, correspondendo, por conseguinte, a uma provável diminuição da importância das divindades cultuadas no cabeço (Schattner & Santos 2010). A ausência de outros testemunhos do culto a *Trebopala* e *Icona Loiminna*, na região, e a deslocação para sul dos achados correspondentes aos cultos de *Reve* e *Trebaruna* poderão ser indicadores desta dinâmica. A exceção a esta tendência manifesta-se em *Laepo*, divindade cujo culto permanece na região, testemunhando-se a mesma em quatro aras votivas. Esta exceção indica-nos um possível caráter tutelar local, mantendo-se o culto em consequência do vínculo com as comunidades locais.

³⁷¹ Inscreve-se na referida epígrafe: [...] VICANI/ OCEL[O]N[E]/NSES [...] / [...] (Osório 2002: 310.2). Esta interpretação é mormente defendida por Jorge de Alarcão e Marcos Osório, baseando-se o referido autor na verificação de diversos vestígios arqueológicos dispersos na área correspondente à Quinta de S. Domingos (Osório 2006: 157; Alarcão 2001:315). As escavações levadas a cabo na região atestam a referida existência de vestígios romanos. Schattner & Santos 2010.

³⁷² Prósper 2002:109-110.

por gravar, até à encomenda da inscrição³⁷³. Uma interpretação alternativa é sugerida por Maria João Correia Santos, propondo a autora a possibilidade de estarmos perante inscrições pintadas e não gravadas, inserida num contexto de santuário (em detrimento da interpretação como oficina epigráfica).

Ainda sobre *Laepo*, relembre-se a diversidade de traduções propostas para a inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas, algumas das quais, colocam em causa a conceção de *Laepo*, e inclusivamente, de *Trebopala* e *Icona Loiminna* como teónimos³⁷⁴.

O culto de *Reve* em Cabeço das Fráguas suscita uma particular reflexão, assente na preferência pela alusão a esta divindade em detrimento de *Bandi*, teónimo de culto igualmente alargado do ponto de vista geográfico, e de maior expressão e representatividade na Beira Interior (com dezoito testemunhos epigráficos, contrastantes com os sete testemunhos conhecidos consagrados a *Reve*). Esta preferência poder-se-á justificar, quer pelos atributos específicos da divindade representada pelo teónimo *Reve*; quer pelo cariz genérico tutelar mormente associado a *Bandi*. Relembre-se a interpretação de *Bandi* como possível sinónimo ou alusão a «deus/ divindade» sugerido por diversos autores. Sublinhe-se igualmente a associação do teónimo *Reve* a um epíteto desconhecido, mas com provável relação com as designações *Trebaruna* e *Trebopala*, com quem partilha a mesma raiz, -- *treb*.

A diversidade de interpretações possíveis e sugeridas para cada um dos teónimos não permite estabelecer um quadro geral de funções/ atributos divinos representados em Cabeço das Fráguas. Baseando-nos na distribuição geográfica dos testemunhos de todos os teónimos mencionados no cabeço, podemos eventualmente conceber *Laepo* e, (possivelmente) *Trebopala*, como divindades locais; *Icona Loimina* como divindade de culto mais alargado; *Trebaruna* enquanto deidade de âmbito regional; e por último, *Reve* como teónimo de âmbito genérico. Considerando esta possível interpretação, o sacrifício maior (touro semental) seria assim consagrado à divindade de âmbito geográfico mais alargado, sendo, por conseguinte, a mesma, a mais significativa, a mais valorizada, ou eventualmente, a principal.

Reproduzindo esta dinâmica de culto para a restante Beira Interior, poderemos conceber as divindades inseridas no núcleo principal de culto (relembrando que o mesmo reúne fundamentalmente teónimos de âmbito regional e alargado) como as mais valorizadas em comparação com as divindades locais, tendencialmente localizadas na periferia desta área de culto.

Por último, sublinhamos somente a problemática ligada à integração do ritual de culto expresso na inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas, nos sacrifícios indoeuropeus de *Suovetaurilia* concernente ao triplo sacrifício de um cerdo, uma ovelha e um touro³⁷⁵. A aceitação desta relação com o ritual sacrificial indoeuropeu conduziria, à semelhança do que se verifica em outras inscrições inseridas nesta categoria, a uma conceção e uma organização dos teónimos referidos baseada nos seus atributos (em detrimento das organizações igualmente sugeridas baseadas em diferentes importâncias das divindades no cômputo geral do panteão votivo ou, inclusivamente, na sua maior ou menor

373 Sugerida, inclusivamente, pela análise das inscrições a *Laepo* procedentes do local onde se grava, primeiramente, o teónimo seguido da fórmula final de voto; e, posteriormente, o dedicante, obedecendo a diferenças paleográficas consideráveis. Poder-se-á conceber esta característica como possível indicadora de uma gravação ocorrida em dois monumentos distintos, e, por conseguinte, possível indicadora de uma produção alargada de monumentos característica de uma oficina epigráfica.

374 Tovar 1985: 244; Bua Carballo 1997: 326; Cardim Ribeiro 2002: 369-370; Untermann 2002: 70; Prósper 2002: 56. Os referidos investigadores apresentam cinco propostas de leitura divergentes.

375 Prósper 2010: 63-70.

abrangência geográfica). Contudo, e à semelhança do que relembra Thomas G. Schattner, pensamos que as divergências, em Cabeço de Fráguas (e em comparação com os restantes exemplos de *Suovetaurilia*) no que diz respeito ao número de animais sacrificados, às espécies animais escolhidas; ao número de teónimos e ao seu aparente cariz e/ou atributos³⁷⁶; afastam a inscrição da Quinta de S. Domingos destas conceções, permitindo interpretações alternativas às que se vêm desenvolvendo para o típico sacrifício indoeuropeu.

Abordando a caracterização dos teónimos, verificamos, entre a generalidade dos investigadores que se debruçam sobre estas temáticas, uma recorrente tendência de atribuição de características tutelares às deidades por eles representados. Esta constatação promove a urgência primordial de esclarecimento do próprio conceito de «divindades tutelar». De facto, o termo é frequentemente aplicado a divindades como *Bandi*, definindo para a mesma, um campo de ação religioso genérico, abrangente, e semelhante ao entendimento moderno do termo «*deus*» enquadrado no formulário religioso cristão. Acresce-se a esta definição, a conceção de «tutelar» aplicada a divindades relacionadas com locais de culto específico (relembre-se a proposta de interpretação do teónimo *Aelva* associado, exclusivamente, ao castro de Barrelas; ou a relação proposta entre *Coruae* e o Castro da Marofa), para as quais, o termo «tutelar» define uma conceção de patrono para a divindade representada. Mencione-se igualmente, a caracterização de tutelar como sinónimo de «protetor; favorecedor, defensor», facilmente conciliável com outros atributos: «protetor de [um elemento concreto, uma etnia; uma unidade familiar; um lugar, etc.]». A necessidade de esclarecimento do conceito de «tutelar» não passa, no entanto, pela seleção da melhor (e mais autêntica) definição do mesmo ou pela regulação de cada uma das componentes do conceito, uma vez que tal iniciativa seria improfícua face ao profundo e persistente desconhecimento das expressões religiosas indígenas. Referimos, sobre esta temática, a opinião de Búa:

*“O facto de praticamente todas as divindades apresentarem epítetos formados a partir de topónimos permite-nos supor que a sua presença não deverá implicar uma funcionalidade essencialmente tutelar, pois pela lógica é pouco provável que todas as divindades tenham de ser genii loci ou tutelae.”*³⁷⁷

E sublinhamos, a precaução necessária à utilização do referido termo, atendendo impetuosamente à capacidade do mesmo se aplicar a todos os teónimos pela componente que advoga de «protetor de/ cuidador de».

Outras tendências de caracterização revelam-se igualmente recorrentes no que se refere ao entendimento dos teónimos e respetivas divindades representadas. Destacamos a relação com as águas sugerida, por diversos autores, para *Reve*, *Nabia*, *Trebaruna* e *Trebopala*, (e igualmente sugerida, com menor aceitação, para *Arentio/Arentia*, *Laneana*; e *Oipaengia*) baseando-se a mesma, fundamentalmente em dados etimológicos. Por conseguinte, sete dos vinte teónimos identificados na região, conciliarão campos de ação e funções semelhantes³⁷⁸. Destacamos igualmente a

³⁷⁶ Schattner 2010. Relembre-se particularmente o vínculo existente entre este rito sacrificial e as divindades ligadas a funções bélicas.

³⁷⁷ Búa 2002: 61-62.

³⁷⁸ Villar 1993-95: 378-383, propõe como interpretação conciliadora do atributo semelhante, que *Reve* seja traduzido como «o rio», *Trebaruna* como «fonte do povoado» e *Munidi* e *Trebopala* como «charco do povoado».

interpretação proposta por Fernández-Albalat assente na constatação de um número avultado de divindade ligada a atributos bélicos e à soberania guerreira³⁷⁹.

Não afastamos a possibilidade de termos, num mesmo panteão votivo, deidades que partilhem atributos iguais ou semelhantes. Simultaneamente, sublinhamos a importância da água e da guerra como elementos fundamentais na economia pré-romana.

Relembramos, contudo, a proposta interpretativa sugerida no presente estudo, baseada na conceção de um núcleo principal de culto que congrega todas as divindades mencionadas (afastando assim a possibilidade de estarmos perante panteões diferentes, i.e., deidades cultuadas por diferentes populações/ etnias). Assumindo esta perspetiva, pensamos que não se justificaria conciliar, na mesma área de culto, um número tao avultado de deidades com o mesmo campo de ação. Simultaneamente, consideramos que, apesar da componente bélica representar um elemento importante no período de conflitos mais conturbado do processo de romanização, finalizado o referido período, não se justificaria um tão grande número de divindades guerreiras ou associadas á guerra³⁸⁰. Destacamos igualmente a variabilidade de interpretações possível para cada um dos teónimos citados; e, como consequência, a coincidência de atributos para uma mesma divindade (veja-se o caso de *Reve* e a sua associação ao culto das águas, a atividades bélicas, e inclusivamente, a um cariz tutelar, variando a respetiva interpretação de autor para autor, e considerando, apenas neste exemplo, os atributos mais recorrentes).

As referidas considerações demonstram, mais do que possíveis atributos ou avanços no conhecimento das expressões religiosas indígenas, a limitação dos métodos utilizados, dos quais se destaca a análise etimológica; revelando, simultaneamente, a permeabilidade com que as perspetivas de cada investigador (o seu contexto e a sua linha orientadora) influenciam as conclusões interpretativas sugeridas pelos mesmos.

De facto, o recurso à análise etimológica como ferramenta decisiva para a compreensão dos atributos das divindades comporta importantes limitações, desde logo perceptíveis pelo pressuposto de que o teónimo corresponderia, de forma direta e rigorosa, ao cariz e atributo fundamental da divindade nomeada. Novamente se destaca o entendimento das expressões religiosas como fenómenos mutáveis, podendo, nos casos em que se verifique o referido pressuposto, modificar-se atributos divinos sem que se modifique a designação das deidades. Por conseguinte, entendemos que apenas um adequado conhecimento dos contextos arqueológicos de cada inscrição, analisado conjuntamente com o contexto histórico dos dedicantes, poderá comportar as bases mínimas para o estabelecimento das funções e características divinas. Na realidade, contudo, e perante a ausência destes elementos de análise, o estudo da designação divina torna-se o único caminho possível.

379 Aplicada, por exemplo, à divindade representada pelo teónimo *Reve* e *Laepo*.

380 Reafirmamos o entendimento do conceito de “panteão” como algo mutável, adaptável às circunstâncias e aos diferentes contextos. A reorientação e reorganização das características das deidades e das próprias divindades é, por conseguinte, um fator a considerar.

Considerando a aplicabilidade do modelo Duméziliano, referência fundamental proposta pela generalidade dos investigadores citados para o entendimento da religiosidade pré-romana³⁸¹, a hipótese interpretativa que propomos (baseada na distribuição espacial dos teónimos) não permite adiantar um modelo interpretativo trifuncional.

De facto, examinando a interpretação avançada, no presente estudo, para cada um dos teónimos e grupos teonímicos considerados, e sublinhando novamente o cariz marcadamente local das divindades representadas no grupo I, parece-nos evidente que as referidas deidades assumam, em toda a Beira Interior, uma importância considerável no âmbito estritamente local (reportando-se a etnias, grupos, indivíduos, locais ou possível relação funcional entre si ou com os teónimos integrantes dos grupos II e III. Esta vinculação local indicia um cariz marcadamente tutelar, concebendo-se as referidas deidades como «defensoras/ protetoras/padroeiras de [...]».

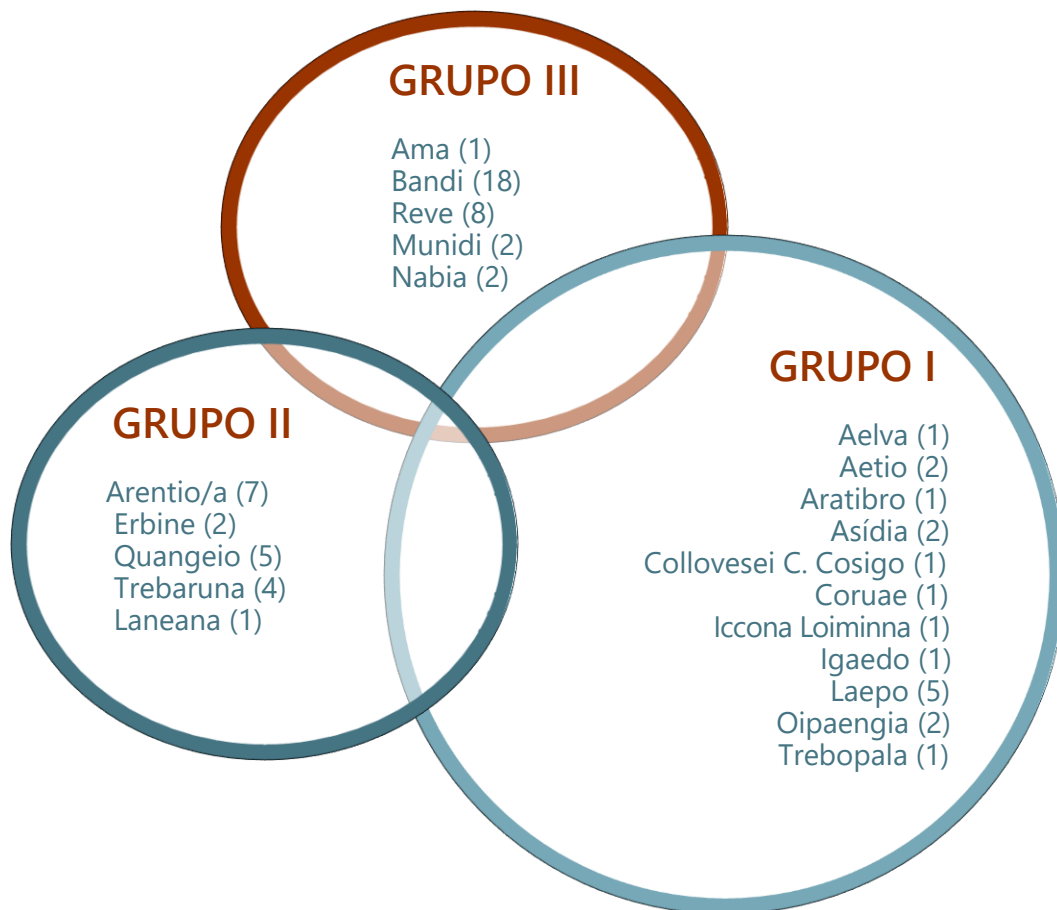


Ilustração 2 - Distribuição dos teónimos de acordo com o seu grau de exclusividade em relação à Beira Interior Portuguesa e respetiva indicação do número de alusões a cada teónimo (considerando, exclusivamente a área em estudo).

³⁸¹ Como exemplo, Fernando Patrício Curado sugere a representação da tríade funcional Duméziliana na inscrição rupestre de Cabeço das Fráguas (Curado 1989). Apresentando uma diferente interpretação, Ferreira da Silva propõe, para a Beira Interior, uma tríade composta de *Trebaruna* como figura principal do panteão votivo, acompanhada de *Arentio* e *Quangeio* (1990: 337).

No que se refere aos restantes teónimos, a importância de *Arentio*, *Quangeio* e *Trebaruna* (testemunhados em diversas epígrafes centralizadas no núcleo principal de culto), torna-se evidente. Permanece, no entanto, incógnita a relação entre estes e os teónimos de âmbito geográfico genérico (grupo III). A dificuldade de interpretação anteriormente avançada para o teónimo *Erbina* não nos permite afirmar com segurança uma representatividade para a região semelhante aos teónimos *Arentio*, *Quangeio* e *Trebaruna*.

Por último, destacamos a marcada representatividade de *Bandi* (atestado em dezoito testemunhos epigráficos) e de *Reve*, com uma menor representação, mas com um registo preferencial a *Bandi* na inscrição de Cabeço das Fráguas, onde lhe é consagrado o maior animal sacrificado. *Munidi* e *Nabia*, com apenas dois registos epigráficos, dispersos pela Beira Interior, assumem, até ao possível achamento de novas consagrações, uma importância diminuta.

Não adiantamos propostas interpretativas relativas aos atributos dos referidos teónimos, relembrando a ausência de dados sólidos que sustentem tais interpretações, e considerando os múltiplos riscos e a ambiguidade que tais ordenações acarretariam. Os atributos de *Bandi*, *Reve*, *Arentio*, *Quangeio*, *Trebaruna*, etc. etc., permanecem, por conseguinte, no plano das possibilidades, ressaltando-se, no entanto, a recorrente natureza tópica dos epítetos a eles associados. A referida vinculação tópica acentua a validade do critério de ordenação que aqui propusemos, valorizando a ligação entre teónimos e respetivas divindades representadas, e os seus respetivos âmbitos geográfico-culturais, elemento fundamental à sua compreensão e ao entendimento das relações que se estabelecem entre as diferentes deidades. Em suma, elemento fundamental ao entendimento da ordenação e hierarquização do panteão votivo indígena da Beira Interior portuguesa.

ÍNDICE DE SIGLAS E SÍMBOLOS

AE	L'année Épigraphique. Paris
AP	O Arqueólogo Português.
CIL	Corpus Inscriptionum Latinarum. (Hübner 1869 e 1892).
CILC	Corpus de inscripciones latinas de Coria (Sánchez Albalá; Vinagre Nevado 1998).
CPC	Corpus Provincial de Inscripciones Latinas (Cáceres). (Hurtado 1977).
DIP	Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal. (Encarnação 1975).
FE	Ficheiro Epigráfico. Suplemento de Conimbriga.
GEGA	Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Serra da Gardunha.
HAE	Hispania Antigua Epigráfica.
HEp	Hispania Epigráfica. (vol. 3, 1993; vol. 5, 1995).
ILER	Inscripciones Latinas de la España Romana. (Vives 1971-1972).
IRCP	Inscrições romanas do Conventus Pacensis. (Encarnação 1984).
IRG	Inscripciones Romanas de Galicia IV. Provincia de Orense. (Lorenzo Fernández 1968).
IRPL	Inscriptions Romaines de la Province de Lugo. (Vilas, Le Roux; Tranoy 1979).
MDSR	Museu Doutor Santos Rocha.
MEE	Museu Epigráfico Egitanense.
MJM	Museu Arqueológico Municipal José Monteiro.
MMP	Museu de Penamacor.
MNA	Museu Nacional de Arqueologia.
MTPJ	Museu de Francisco Tavares Proença Júnior.
RAP	Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos". (Garcia 1991).
Rel.	Religiões da Lusitânia (Vasconcelos 1905; Idem 1913).
RFL	Revista da Faculdade de Letras de Lisboa.
RPH	Religiones Primitivas de Hispania, volume I. (Blázquez, 1962).
Dep.	Depósito.
Prov.	Proveniência.
[...]	Supressão de palavras na transcrição.
[]	Reconstituição de caracteres na leitura proposta.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) - *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania (Anejos de Antigüedad y Cristianismo, II)*. Murcia: Universidad de Murcia/ Universidad Complutense de Madrid.
- AGUIRRE, A. (1988) - *Diccionario Temático de Antropología*. Barcelona: Ed. Ángel Aguirre, P.P.U, p. 591-594.
- ALARCÃO, J. de (1983). *Portugal romano*, 3ª ed., Lisboa: Ed. Verbo.
- (1988). *O Domínio Romano em Portugal*, (3ª ed.). Lisboa: Publicações Europa-América (Fórum da História; I).
- (1989). Geografia política e religiosa da civitas de Viseu. *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu, p. 305-314.
- (1990). Divindades da Beira: ensaio de geografia religiosa. In GAMITO, T. J., ed.- *Arqueologia hoje I. Etno-Arqueologia*. Faro: Universidade do Algarve, p. 146-169.
- (1990a) – Capítulo VI – A religião. (coordenada por SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de Oliveira) vol. I, *Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 442 – 451.
- (2001). Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista portuguesa de arqueologia*. Vol. 4; nº 2. Lisboa, p. 293-349.
- (2002). *O Domínio Romano em Portugal* (4ª ed.). Lisboa: Publicações Europa-América.

(2005). Povoações romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro. In COIXÃO, A.S., *Cõavisão, cultura e ciência, nº 7, ano de 2005, Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (29 de Abril e 2 de Maio de 2004)*. Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p. 9 – 17.

(2009). A religião de Lusitanos e Calaios. *Conimbriga, XLVIII*. Coimbra, p. 81-121.

ALARCÃO, J. de; IMPERIAL, F. (1996) - Sobre a localização dos Lacienses e Taporí. In MACIEL, M. J., ed. - *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, p. 39- 44.

ALBERTOS FIRMAT, M^a. de L. (1964) - Nuevos antropónimos hispánicos. *Emerita XXXII (32.2)*. Madrid, p. 209-252.

(1965) - Nuevos antropónimos hispánicos (continuación). *Emerita XXXIII (33.1)*. Madrid, p. 109-143.

(1966) - *La onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Bética*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

(1972) - Nuevos antropónimos hispánicos (2ª serie). *Emerita XL (40.1)*. Madrid, p. 287-318.

(1975). Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de Valladolid*. 40-41. Valladolid: Departamento de Prehistoria y Arqueología, p. 5-66.

(1976) - La antroponímia prerromana en la Península Ibérica. In JORDÁ, F.; HOZ, J. de; MICHELENA, L., eds. - *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 de Maio 1974)*. Salamanca: Universidad (Acta Salmanticensia. Filosofía y Letras; 95), p. 57-86.

(1983). Teónimos Hispanos. In J. BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, *Primitivas religiones ibéricas II. Religiones prerromanas*. Madrid, p. 477-488.

(1982) - Los antropónimos indígenas de las inscripciones romanas de la región de Penamacor. In *Actas e Memórias do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor (5, 6 e 7 de Outubro de 1979)*. Penamacor: ARCINPE (Associação Regional Arqueológica e defesa do Património de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor), p. 53-54.

(1985). A propósito de algunas divindades lusitanas (Arantius Ocellaeus, Arantia Ocellaea) y el elemento ocellum. In MELENA, J. L. (ed.) - *Symbolae Ludovico Mitxelena septuagenario oblatae*. I. Vitoria: Universidad del País Vasco, p. 469-494.

(1990) - Los topónimos en -briga en Hispania. *Veleia*. Vitoria- Gasteiz. 7, p. 131-146.

ALBERTOS FIRMAT, M. de L.; BENTO, M. P. (1977) - Testemunhos da ocupação romana na região de Meimoa (Beira Baixa). In *XIV Congreso Nacional de Arqueología (Vitoria, 1975): Actas*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, p. 1198-1208.

ALFENIM, R. A. E (1991). Ex-voto a Quangeio Turicaeco. *Ficheiro Epigráfico* 38, nº 174, 1991. Coimbra.

ALMEIDA, D. F. de (1956) - *Egitânia: história e arqueologia*. Lisboa: Universidade.

(1964). Igaedus, divindade Lusitana, e a Senhora do Almortão. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* (3ª série) nº 8. Lisboa, p. 65-73.

(1965). Mais divindades lusitanas do grupo Band. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* (3ª série) nº 9. Lisboa, p. 19-31.

AMARO, M. J. (1993). Ara votiva do Ladoeiro (conventus emeritensis). *Ficheiro epigráfico* 44 nº 198, 1993. Coimbra.

ÂNGELO, M. J.; ENCARNAÇÃO, J. d' (2008) Epígrafes votivas da Torre dos Namorados (Quintas da Torre, Vale Prazeres, Fundão), *Conimbriga*, 47. Coimbra, p. 103-112.

ARGOTE, J. C. (1732). *Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga, Primaz das Espanhas*, tomo I. Lisboa.

ARIAS VILAS, F.; Le ROUX, P.; TRANOY, A. (1979). *Inscriptions romaines de la province de Lugo*. Paris.

ASSUNÇÃO, A; ENCARNAÇÃO, J. d'; GUERRA, A. (2009). Duas aras votivas romanas em Alcains. *Revista portuguesa de Arqueologia*, volume 12, nº 2, 2009, pp. 177-189.

AZEVEDO, R. (1957). A teogonia Lusitana. In *Boletim cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XIX, fascs. 3-4, Porto: edições Maranus.

BARATA, L.; LEITÃO, M. (1982) - Breves notas para um catálogo da epigrafia romana de Penamacor. In *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor* (5, 6 e 7 de outubro de 1979). Penamacor: ARCINPE (Associação Regional Arqueológica e defesa do Património de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor), p. 101-116.

BATAILLE, G. (1992). *Theory of Religion*. New York: Zone Books.

BELTRÁN LLORIS, M. (1975-1976). Aportaciones a la epigrafía y arqueología romana de Cáceres. *Caesaraugusta* 39-40, p. 76-96.

(1982). *Museo de Cáceres. Sección de Arqueología*. Cáceres.

BENTO, M. P. (1989). Novos achados arqueológicos em Meimoa e Benquerença (Penamacor). *Actas do I Colóquio arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo civil (col. Ser e Estar, 2), p. 431-440.

BERMEJO BARRERA, J. C. (1986). *Mitología y mitos de la Hispania prerromana II*. Madrid: Editorial Akal.

BLANCO FREIJEIRO, A. (1959). Pátera argêntea com representação de uma divindade lusitana. *Revista Guimarães* 69, (3-4) Jul.-Dez. 1959. Guimarães, p. 453-459.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1962). *Religiones primitivas de Hispania I. Fuentes literarias y epigráficas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Delegacion de Roma.

(1972). *Ultimas aportaciones al estudio de las religiones Prerromanas de Hispani. Homenaje a D. Antonio Tovar*. Madrid, p. 6.

(1974-1975). Nuevos teónimos hispanos (addenda y corrigenda). *Cuadernos de estudios Gallegos Homenaje a Bouza Brey* 29, p. 23-29.

(1975). *Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania*. Madrid: Coleccion Colegio Universitario 6/ Ediciones Istmo.

(1983). *Primitivas religiones ibéricas II. Religiones prerromanas*. Madrid.

(1985). Romanización o asimilación. In *Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae*, I. Vitoria.

(1991). Recientes aportaciones a las religiones primitivas de la Hispania Antigua. *Trabajos de Prehistoria* 48, p. 357-363.

(1995). Algunos dioses hispanos en inscripciones rupestres. *Saxa Scripta* (inscripciones en roca). *Actas del simpósio internacional ibero-italico sobre epigrafia rupestre (anejos de Larouco)*. La Coruña, p. 47-57.

(1996). Religiones indígenas en la Hispania romana (addenda et corrigenda), *Gerión* 14, p. 333-362.

(2009). Teónimos Hispanos. Addenda y corrigenda V". In *Actas do colóquio sobre linguas e culturas paleohispanicas*. *Revista Paleohispanica* 9 (2009), p. 39-61.

BOUZA-BREY T. Fermín; FONTES CANAL, M.; FERNÁNDEZ OXEA, J. R.; RAMÓN, J. (1928). A eirexa de Sta. María de Mixós e as suas aras romanas, *Seminario de Estudos Galegos*. Santiago de Compostela: Editorial Nós.

BRANDÃO, D. P. (1970). Issibaeus – uma nova divindade do panteão lusitano-romano. *Actas das I jornadas arqueológicas*. Lisboa, p. 79-83.

BRUCK, J. (1999). Ritual and Rationality: some problems of interpretation in European Archaeology, *European Journal of Archaeology*, p. 313 – 344.

BÚA CARBALLOS, C. (1997). Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispánica. In PEREIRA MENAUT, G. (coord.) *Galicia fai dous mil anos*, Museo do Pobo Galego. Santiago de Compostela, p. 326.

(1999). Hipótesis para algunas inscripciones rupestres del Occidente peninsular, en VILLAR, F., BELTRÁN, F. (eds.), *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania Prerromana, Actas del VII Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas (Zaragoza, 12 a 15 de Março de 1997)*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, p. 309-327.

(2000). *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*. (Tesis doctoral policopiada). Salamanca: Universidad de Salamanca.

(2002). Topónimos e teónimos no Ocidente Hispânico. In RAPOSO, L. (coord.), *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 61-62.

CABRAL, A. A. Dinis (1969). A ara votiva do Castro da Marofa. *Beira Alta*. Viseu, nº 28, p. 3-11.

CALLEJO SERRANO, C. (1965). Aportaciones a la epigrafía romana del campo norbense, *BRAH* (Boletín de la Real Academia Española), Tomo CLVII, Cuaderno I, p. 11-82.

CARDIM, R. (2002). A Ideologia Tripartida dos Indo-europeus, In RAPOSO, L. (coord.) - *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*, Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 369-370.

CARDOZO, M. (1947). *Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmiento (Arqueologia e Epigrafia) 1879-1899*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, p. 210, notas 5 e 7.

CARVALHO, R.C. (1987). Ara votiva de Nª. Srª. dos Prazeres (Nisa). *Ficheiro Epigráfico* 23, nº 106, 1987. Coimbra.

CARVALHO R. e ENCARNAÇÃO, J. d'. (1991). Ara votiva de Ninho de Açor. *Ficheiro Epigráfico* 39, nº 176, 1991. Coimbra.

COCCO, V. (1957). Flumen Banduge Contributo allo estudio dell'ambiente linguístico della Lusitânia. *Revista Portuguesa de Filologia*, VIII. Coimbra, p. 1-38.

COELHO, José (1984). Notas arqueológicas – Cidades mortas (contribuição para o estudo arqueológico e artístico da Beira), *Ethnos*, III, p. 281-298.

COIXÃO, A. S.; ENCARNAÇÃO, J. d' (1997). *Foz Côa romana: notas epigráficas*. Còavisão. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.

COROMINAS, J. (1976). Acerca de algunas inscripciones del Noroeste. *Actas del I Colóquio sobre lenguas e culturas prerromanas da Península Ibérica*. Salamanca, p. 375.

CORTEZ, F. (1957). Picius – divindade pré-romana de S. Pedro de Lourosa (Oliveira do Hospital), *Viriatis* I, p. 52-54.

(1957a). Contributo para o estudo da hierologia pré-romana da Beira, *Viriatis*, I, p. 33-42.

COSTA, M. G. (1979). *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. II. Lamego, p. 255.

CURADO, F. P. (1979). Epigrafia das Beiras. *Conimbriga* 18. Coimbra, p. 139-148.

(1984a). Ara a Duangeius, de Penamacor (Conventus Scallabitanus), *Ficheiro Epigráfico* 7, nº 26 1984. Coimbra.

(1984b). Monumento votivo a Arentia, de Sabugal (Conventus Scallabitanus). *Ficheiro Epigráfico* 7, nº 27, 1984. Coimbra.

(1984c). Aras a Laepus procedentes de Pousafoles, Sabugal, *Ficheiro Epigráfico*, 7 (28), 1984. Coimbra, p. 8-12.

(1985a). Ara votiva de Longroiva (Meda, Conventus Scallabitanus). *Ficheiro Epigráfico* 11, nº 44, 1985. Coimbra.

(1985b). Ara a Vortiaecius, de Penamacor. *Ficheiro Epigráfico* 13, nº 57, 1985. Coimbra.

- (1985c). Epigrafia das Beiras (notas e correcções – 1). *Beira Alta* 44:4. Viseu, p. 641-655.
- (1985d). Ara votiva de Coriscada (Meda). *Ficheiro Epigráfico* 11, nº 45, 1985. Coimbra
- (1986a). Ara votiva de Furtado. *Ficheiro Epigráfico* 17, 1986, n 74. Coimbra.
- (1986b). Ara votiva de Paranhos da Beira. *Ficheiro Epigráfico* 17, nº 76, 1986. Coimbra.
- (1986c). Fragmento de ara de Aldeia de Santa Margarida. *Ficheiro Epigráfico* 17, 1986, nº 78. Coimbra.
- (1987a). Ara a Aelua, de Famalicão (Guarda). *Ficheiro Epigráfico* 22, nº 98, 1987. Coimbra.
- (1987b). Inscrição rupestre de Aldeia da Ponte (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico* 22, nº 99, 1987. Coimbra.
- (1987c). Aras a Quangeius da Ribeira da Nave (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico* 22, nº 100.1, 1987. Coimbra.
- (1987d). Fragmento de ara de Nisa. *Ficheiro Epigráfico* 23 nº 103, 1987. Coimbra.
- (1988). As aras da Capela de Santa Marinha (Segura – Idanha-a-Nova). *O Raiano*, ano 16, nº 166, Outubro de 1988, p. 6.
- (1988a). Ara Fragmentada de Fóios (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*, 27, nº 122, 1988. Coimbra.
- (1989) As inscrições indígenas de Lamas de Moledo (Castro Daire) e do Cabeço das Fráguas, Pousafoles (Sabugal): duas teogonias, diferente etnogénese? *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu. Viseu: Governo Civil do distrito de Viseu (col. Ser e Estar 2)*, p. 349-370.
- (1996). As inscrições indígenas de Lamas de Moledo e Cabeço das Fráguas. *De Ulisses a Viriato, o primeiro milénio a.C..* Ministério da cultura, p. 154-159.
- (1998). Ara fragmentada de Fóios (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico* 27, nº 122, 1998. Coimbra.
- (2000). Inscrições romanas do concelho do Fundão. *Jornal do Fundão*, 15 de Setembro.
- (2002). A 'ideologia tripartida dos Indo-europeus' e as religiões de tradição palaeohispânica no ocidente peninsular, In Raposo, L. (coord.) *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa, Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 71-78.

CURADO, F.; LEITÃO, M.; SALVADO, P; MOREIRA, S. (2003). Ara votiva de São Vicente da Beira, Castelo Branco. *Ficheiro Epigráfico* 74, 2003, nº 329. Coimbra.

De HOZ, J. (1986). La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania. *Primeras jornadas sobre manifestaciones religiosas en la Lusitania*. Cáceres, p. 31-49.

DUMÉZIL, G. (1958). L'idéologie tripartite des indo-européens. *Collection Latomus* 31. Bruxelas, p. 26.

(1968). *Mythe et Épopée. L'idéologie des trois fonctions dans l'épopée des peuples indo-européens* (5ª ed.). Paris: Éditions Gallimard.

[1966]. *La Religion romaine archaïque, avec un appendice sur la religion des Étrusques*. Paris : éditions Payot. (Consultado em Nola 1987).

DURKHEIM, É. (1925). Les formes élémentaires de la Vie Religieuse: le système totémique en Australie (2ª ed.). Paris: Librairie Félix Alcan.

ELIADE, M. (1963). *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70.

(1969). *Origens*. Lisboa: Edições 70.

(1992). *Tratado de História das Religiões*. Lisboa: Edições Asa.

ENCARNAÇÃO, J. d' (1973). Banda, uma importante divindade indígena. *Conimbriga* 12. Coimbra, p. 199-214.

(1975). *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa.

(1976). Additamentum. *Conimbriga* 15. Coimbra, p. 142-146.

(1984). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Universidade, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (Tese de doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Universidade de Coimbra, 1984).

(1985). Ara votiva a Triborunnis. *Ficheiro Epigráfico* 14, nº 59, 1985. Coimbra.

(1987). Divindades indígenas da Lusitânia. *Conimbriga* 26. Coimbra, p. 5-37.

(1988) Divindades indígenas peninsulares: problemas metodológicos do seu estudo, in GONZÁLEZ, J.; ARCE, J. (ed.) - *Estudios sobre la Tabula Siarensis* (Madrid 6-10 de Maio de 1986) *Anejos de Archivo Español de Arqueología* 9. Madrid: CSIC, p. 261-276.

- (1989). Indigenismo e Romanização na epigrafia de Viseu, in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: *Governo Civil do Distrito de Viseu (col. Ser e Estar)*, p. 319.
- (1989a). A inscrição votiva de Ninho de Açor. *Ficheiro Epigráfico* 33, nº 150, 1989. Coimbra.
- (1990). Capítulo VI, A religião, In ALARCÃO, J. (coord.) - *Portugal das origens à romanização. Nova História de Portugal I*. Lisboa, p. 442-461.
- (1993). A propósito de 'Religiões pré-romanas'. *Aurea Saecula X*, p. 129-138.
- (1993-1994). Monumentos epigráficos romanos no museu municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz). *Conimbriga* 32-33. Coimbra, p. 295-302.
- (1994). Uma enigmática inscrição de Escalos de Cima. *Jornal do Fundão* 8-7-1994.
- (1994a) A propósito de uma epígrafe de Escalos de Cima. *Jornal do Fundão*, 1 de julho.
- (1997). Notas sobre teonímia pre-romana. In VILLAR, F.; BELTRÁN (eds.) - *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana, Actas del VII coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas (Zaragoza, 12 a 15 de Março de 1997)*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, p. 405-408.
- (2002). Das religiões e das divindades indígenas na Lusitânia. In RAPOSO, L. (coord.) *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa, Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- (2002a). O sexo dos deuses romanos. In CRESPO ORTIZ de ZÁRATE, S.; ALONSO ÁVILA, A. (eds.) - *Scripta antiqua in honorem Ángel Montenegro Duque et José María Blázquez Martínez*. Valladolid: Los Coordinadores, p. 517-525.
- (2009). Aspectos da religiosidade vernácula na Hispânia romana. In PINTADO, J.; PIQUERO, J.; LLANZA, I. (eds.) - *Hispaniae, las provincias hispanas en el mundo romano*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clássica.
- (2010). Divindades Indígenas sob o domínio romano em Portugal, 35 anos depois. In DE HOZ, J. (coord.) - *Serta Palaeohispanica. Palaeohispanica 10 (2010)*, p. 525-535.
- (2011) *A "Escola Alemã" e os estudos de epigrafia romana em Portugal*, p. 869- 884.

ENCARNAÇÃO J. d'; SILVA, J. C. (1982). Catálogo da epigrafia romana de Abrantes, *Abrantes* 1, p. 21-38.

ENCARNAÇÃO, J. d'; OLIVEIRA, J.; CARNEIRO, A.; TEIXEIRA, C. (2008). Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre). *Conimbriga XLVII (47)*. Coimbra, p. 85-102.

ÂNGELO, M.; ENCARNAÇÃO, J. d'. (2008). Epígrafes votivas da Torre dos Namorados (Quintas da Torre, Vale Prazeres, Fundão). *Conimbriga* 47, pp. 175-183. Coimbra

ETIENNE, R. G. ; FABRE LÉVÊQUE (1976) *Fouilles de Conimbriga II. Epigraphie et Sculpture*. Paris: De Boccard.

FABIÃO, C. (2002). Leite de Vasconcelos e a génese de Religiões da Lusitânia. In RAPOSO, L. (coord.) *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa. Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 341-346.

FERREIRA, F. B.; ALMEIDA, J. M. e ENCARNAÇÃO, J. d' (1976). Uma árula a Banduaetobricus. *Conimbriga* 15. Coimbra, p. 139-146.

FERREIRA, M^a C; OSÓRIO, M.; PERESTRELO, M.S. (2004). Ara votiva a Amma de Vale de Azares. *Ficheiro Epigráfico (Suplemento de «Conimbriga»)* 77, nº 347, 2004. Coimbra: Faculdades de Letras; Instituto de Arqueologia.

FIGUEIREDO, M. (1953). Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras. *Beira Alta* 12. Viseu, p. 168; 176.

FITA, F. (1914). Nuevas inscripciones Romanas y visigóticas. *Boletín de la Real academia de la Historia*, LXIV, p. 304-313.

GARCÍA, J. M. (1910). Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior. *O Arqueólogo Português*, XV, p. 40-41.

(1976). Contributo para a compreensão das divindades do grupo Band, uma nova ara. *Conimbriga* 15. Coimbra, p. 147-150.

- (1979). Epigrafia e romanização de Castelo Branco. *Conimbriga* 18. Coimbra, p. 149-167.
- (1984). *Epigrafia Lusitano Romana do Museu Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Museu Tavares Proença Júnior.
- (1985). Quangeio deus lusitano. *História* 76 (fevereiro), p. 23-32.
- (1991). *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às 'Religiões da Lusitânia' de J. Leite de Vasconcelos*. Lisboa.

GARCÍA, J. M. e LEITÃO, M. (1982). Inscrições romanas do Monte de S. Martinho, Castelo Branco. *Cadernos de Epigrafia* 6 (Centro de estudos epigráficos da Beira). Castelo Branco.

- GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, M. B. (1988). La diosa Nabia: nueva interpretación. In PEREIRA MENAUT, G., *Actas del 1º Congreso Peninsular de Historia Antigua (vol. II)*. Santiago de Compostela, p. 249-261.
- (1990). *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. A. Coruña: Edicións do Castro.
- (1993-1994). La diosa Erbina, la soberanía guerrera femenina y los límites entre igaeditanos y vetones. *Conimbriga* 32-33. Coimbra, p. 383-401.

GIL, J. (1985). Notas sobre el lusitano. *Actas del III Coloquio sobre lenguas e culturas paleohispanicas*. Salamanca, p. 365-370.

GIMENO PASCUAL, H. (2002). A Historiografia das religiões antigas do ocidente Peninsular. In RAPOSO, L. (coord.) *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa. Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 333-340.

GRIMAL, P. (1984). *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, p. 73.

- GUERRA, A. (2002). Teónimos pelohispânicos e antroponímia. In RAPOSO, L. (coord.) *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa. Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu nacional de Arqueologia, p. 63-66.
- (2007). Sobre o território e a sede dos Lancienses (Oppidani e Transcudani) e outras questões conexas. *Conimbriga* 46. Coimbra, p. 161- 206.

GORROCHATEGUI, J. (1987). En torno a la clasificación del Lusitano. In GORROCHATEGUI, J; MELENA, J. L.; SANTOS, J.. *Studia Paleohispanica. Actas del IV Coloquio sobre lenguas y culturas Paleohispánicas de la Península Ibérica (Vitoria 1985)*, p. 77-91. Vitoria: Universidad.

GUYONVARCH, C. (1967). Notes d'étymologie et de lexicographie gauloise et celtique 121: l'inscription du Cabeço das Fráguas, *Ogam* 19, 3-4, p. 253-262.

HABA QUIRÓS, S. (1990). La divinidad Vortiacio: nuevos testimonios epigráficos hallados en la provincia de Cáceres. *Alcántara* 19, p. 121-131.

HALBWACHS, M. (1968). *La Mémoire Collective*. Paris: Presses Universitaires de France.

HOZ BRAVO, Javier de & FERNANDEZ PALACIOS, Fernando (2002) — "Band-" in RIBEIRO, J. C. (Coord.) *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2002 [Catálogo da Exposição], p. 48-49.

HOZ BRAVO, J. de (1986) – La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania. In *Primeras Jornadas sobre Manifestaciones religiosas en la Lusitania* (marzo de 1984). Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones. p. 31-49

- HÜBNER, E. (1861). *Noticias archeológicas de Portugal*. Lisboa, p. 78-79
- (1869) - *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: Georgium Reimerum (Corpus Inscriptionum Latinarum; 2).
- (1892) - *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Supplementum. Berolini: Georgium Reimerum (Corpus Inscriptionum Latinarum; 2).

HURTADO DE SAN ANTÓNIO, R. (1977). *Corpus provincial de inscripciones latinas. Cáceres*. Cáceres: Diputación Provincial.

LAMBRINO S. (1956). Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, 3ª série, III. Lisboa, p. 5-73.

(1957). La déesse celtique Trebaruna. *Bulletin des Études portugaises et de l'institut Français au Portugal Tome 20*, p. 87-109.

(1958) - Sur quelques noms de peuples de Lusitanie. In *Sep. Bulletin des études portugaises XXI*. Lisboa : Bertrand, p. 109

(1967). Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos. *Arqueólogo Português*, 3ª série, I, p. 123-242.

LANDEIRO, J. M. (1982). O concelho de Penamacor, na História, na tradição e na Lenda, 1938 e Fundão. (2ª edição), p. 166.

LEITÃO, M. (1981). Contributo para o estudo das divindades indígenas da Beira Baixa no período Romano – duas novas aras. *Trebaruna I*, p. 51-58.

LEITÃO, M. e BARATA, L. (1980). Inscrições romanas de Bemposta – Penamacor (Beira Baixa). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 23, fasc. 4. Porto, p. 627-634.

LEITÃO, M.; BARATA, L.; (1982) - Breves notas para um catálogo da epigrafia romana de Penamacor. In Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor (5, 6 e 7 de Outubro de 1979). Penamacor: ARCINPE (Associação Regional Arqueológica e defesa do Património de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor), p. 101-116.

LE MOS, F. e ENCARNAÇÃO J. d' (1992). Ara dedicada a Bandu Vordeaeo. *Ficheiro Epigráfico 40*, nº 179, 1992. Coimbra.

LEVI-STRAUSS, C. (1989) Mito e significado. Lisboa: Edições 70.

LEXICOTECA (1987). Moderna Enciclopédia Universal [REA/SEW] TOMO XVI. Religião, 46-47. Lisboa: Lexicultural.

LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1974). Contribution à l'étude des regions rurales du N.O. hispanique du Haute-Empire: deux inscriptions de Penafiel. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, p. 249-258.

LÓPEZ CUEVILLAS, F.; PINTO, R. S. (1934). Estudos sobre a Edade do Ferro no Noroeste da Península – A relixião, *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*, VI, p. 309-310.

MACHADO 1984: J. P. Machado, Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, 3º vol., Lisboa: Confluência

MAGGI, D. (1983). Sui teonimo Trebopala e Icona nell'iscrizione lusitana dal Cabeço das Fráguas. *Problemi di lingua e di cultura nel campo indoeuropeu*. Pisa, p. 53-60.

MANTAS, V. (1985). Recensão bibliográfica José Manuel Garcia, 'Epigrafia lusitano-romana do Museu Tavares Proença Júnior'. *Conimbriga XXIV*(24). Coimbra, p. 216-229.

MARCO SIMÓN, F. (2002). Diis Deabusque A indefinição primordial do divino. In RAPOSO, L. (coord.) *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa. Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 17-19.

MELENA, J. L. (1984). Un ara votiva romana en El Gaitán, Cáceres, *Veleia I*, p. 233-260.

- MICHELENA, L. (1961). Reseña a J. M. Blázquez: Religiones Primitivas de Hispania, *Zephyrus* 12, p. 197-202.
- MONTEIRO, J. (1978) - Pequena história de um museu. Fundo e catálogo. Carta arqueológica do concelho do Fundão. Lisboa: União Gráfica, p. 63-68.
- MONTEIRO, J. A. (1942). Ara e cipo miliário inéditos. *Novidades*, 24 de Julho.
- NOLA, A. M. (1987). 12. Mythos/ Logos; Sagrado/Profano. *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 107 -111.
- OLIVARES PEDREÑO, J. C. (1999). Arentius, Arentia y las divinidades indígenas masculinas de la región de Egitania, *Illu. Revista de Ciencias de las Religiones* 4, p. 139-172.
 (1999a). Teónimos indígenas masculinos del ámbito Lusitano-Galaico: un intento de síntesis. Actas do Congresso de proto-história europeia. *Revista de Guimarães*, vol. 1. Guimarães, p. 277-296.
 (2000). Los dioses indígenas en el noroeste de Portugal. *Conimbriga* 39. Coimbra, p. 53-58.
 (2002). *Los Dioses de la Hispania Céltica*. Madrid: Real Academia de la Historia/ Universidad de Alicante.
- OLMSTEAD, G. . (1994): *The Gods of the Celts and the Indo-Europeans*, Archaeolingua Alapítvány, Budapest.
- SÓRIO, M. (1999). Ara a Vordo Talaconio de Sortelha (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico* 61, nº 276, 1999. Coimbra.
 (2002). Ara votiva encontrada no Sabugal (Conventus Emeritensis). *Ficheiro Epigráfico* 69, nº 309, 2002. Coimbra.
 (2006). Placa funerária de Aldeia de Santa Madalena. *Ficheiro Epigráfico* 82, nº 365, 2006. Coimbra.
- PALOMAR LAPESA, M. (1957) - La onomástica personal pre-Latina de la antigua Lusitania: estudio lingüístico. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Theses et studia philologica salmanticensia; 10).
- PEDRERO SANCHO, R. (1999). Aproximación lingüística al teónimo lusitano-gallego Bandue/Bandi. In VILLAR, F. e BELTRÁN, F. (eds.) - *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana, Actas del VII Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas (Zaragoza, 12 a 15 de Março de 1997)*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, p. 535-543.
- PENAS TRUQUE, M.A. (1986): Los dioses de la montaña. In BERMEJO BARRERA, J. C. *Mitología y mitos de la Hispania prerromana*, vol. II, Madrid, 1986, pp. 117-230.
- PEREIRA, F. (1909). Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos. *O Arqueólogo Português* 14, p. 174-197.
 (1913). Os deuses igeditanos Arentius e Revelanganitaecus. *Boletim da associação dos archeologos portugueses* 13, nº 1, p. 1-15.
 (1932). Nova ara do deus Arentius dos igeditanos. *Revista de arqueologia* 1, p. 16-22; 60-92.
 (1936). Hierologia de um povo da Lusitania (o deus "Arentius"). *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras* 1, p. 441-449.
- PEREIRA, V. (2010). O povoamento romano no concelho da Guarda. In (coord. Santos, M. J. Correia) *Revista de Estudos Ibéricos, Iberografias* nº 6 (Novembro de 2010). Guarda: Centro de estudos Ibéricos, p. 27-43
- PERESTRELO, M S. (1998). Inscrição rupestre de Santa Eufémia (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico* 59, nº 271, 1998. Coimbra.
- PESSOA, M. P. (1932). Novas inscrições no concelho de Castelo Branco. *Revista de Arqueologia* 1, p. 119-129.
 (1934). Ara inédita de Trebaruna. *O Arqueólogo Português* 29, pp. 163-168.
- PIERNAVIEJA (1988), Denudator gimanasi u.s. Arescu. *Anejos Gerion* 1, p. 376, nº 11.

- PROENÇA, F. T. (1907). Inscrições romanas de Castelo Branco. *O Arqueólogo Português* 12, p. 172-178.
 (1910). O deus Arencio. *Materiaes para o estudo das antiguidades Portuguezas* 1.3, p. 63-67.
 (1910a). Inscrições inéditas. *O Arqueólogo Português*, XV, p. 39-54.
- PRÓSPER, B. (1994). El teónimo paleohispano Trebarune. *Veleia* 11, p. 187-196.
 (2002). Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica. *Acta salmanticensis. Estudios lológicos*; 295. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca
 (2010). Cabeço das Fráguas y el sacrificio indoeuropeo. In (coord. Santos, M. L. Correia) *Revista de Estudos Ibéricos, Iberografías*, nº 6 (Novembro de 2010) Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.
- RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (1989). Teónimos y antropónimos nuevos en la provincia de Lusitania y zonas próximas. *Actas V Coloquio de Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca, p. 425-449
- RAMÓN, J. (1951). De epigrafía Cacereña. *Boletín de la Real Academia de la Historia* 128, p. 165-195.
- RAPPAPORT, R. (2001). *Ritual y religion en la formación de la humanidad*. London: Cambridge University Press.
- REDENTOR, A.; OSÓRIO, M.; CARVALHO, P. (2006). Inscrição rupestre da Laje do Adufe: um novo testemunho do culto à deusa Nábia. *Eburobriga*. Fundão. 4, p. 53-63.
- REPAS, F. (2001). *Religião na beira interior ao tempo dos romanos (subsídios para o seu estudo)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, J. (1976). Duas inscrições inéditas do Museu de Castelo Branco. *Conimbriga* 15. Coimbra, p. 135-138.
 (2010). Algumas considerações sobre a inscrição em "Lusitano" descoberta em Arronches. In DE HOZ, J. (coord.) *Serta paleohispanica. Paleohispanica* 10 (1010), p. 41-62.
- RIVAS, J. C. (1973). Nuevas aras romanas orensanas y rectificaciones interpretativas en torno a otros epígrafes galaico-romanos ya conocidos. *Boletín Auriense* 3, p. 57-96.
- ROCHA, A. (1909a). Ara luso-romana consagrada ao deus Arencio. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha* 1, p. 289-290.
 (1909b). *O Museu Municipal da Figueira da Foz. Catálogo Geral (aditamento nº 2)*. Figueira da Foz.
- RODRIGUES, A.V. (1959). O castro do Cabeço das Fráguas e a romanização das suas imediações. *Beira Alta* XVIII, p. 111-128.
 (1959-1960). Inscrição tipo «porcom» e aras anepígrafes do Cabeço das Fráguas (Guarda). *Humanitas* 11-12, p. 71-75.
 (1983). *Terras da Meda – Natureza e Cultura*. Meda, p. 71.
- RODRIGUES, M^a A. (1982). Ferro-Cova da Beira. *Estudos Arqueológicos*. Braga
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1987). Un importante grupo de nuevos teónimos galaicos. *Veleia* 2-3, p. 327-354.
 (1993). Corpus-catálogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroeste de la Península Ibérica. *Anejo nº 1 de Larouco*. La Coruña.
 (1997). *Aqua Flaviae I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior* (2ª ed.). Chaves.
- RODRIGUEZ HERNANDEZ J. (1966). Dos nuevas aras en Coria a dos divindades gemelas. *Zephyrus* XVII, p. 121-130.
- ROSA, M. (2005). *História cronológica do Fundão I: da pré-história ao século XIX*. Fundão: Câmara Municipal do Fundão.
- [ROSTOVITZEFF, A. M. (1937)]. *Historia económica y social del Imperio Romano* Madrid, p. 551 (Consultado a partir de Blázquez 1985).

- SALVADO, P.; ROSA, J. M.; GUERRA, A. (2004). Um monumento votivo a Arância e Arâncio, proveniente de Castelejo (concelho do Fundão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2 2004, p. 237-242.
- SANTOS, A., VILAÇA, R.; CARVALHO, P.; MARTÍN, I.; RÊPAS, L.; SOROMENHO, M.; OSÓRIO, M. (2008). Museu do Sabugal - Coleção Arqueológica. Sabugal: Pró-Rais.
- SANTOS, M^a. J. C. (2010a). Cabeço das Fráguas e a concepção de espaço sagrado na Hispania indo-europeia. In (coord.) SANTOS, M. J. Correia. *Revista de estudos ibéricos, Iberografias*, nº 6 (Novembro de 2010). Guarda: Centro de estudos ibéricos, p. 13-26.
- SANTOS, M^a. J. C. (2010b). O Santuário do Cabeço das Fráguas através da arqueologia. In (coord.) SANTOS, M. J. Correia. *Revista de estudos ibéricos, Iberografias*, nº 6 (Novembro de 2010). Guarda: Centro de estudos ibéricos, p. 13-26.
- SCHATTNER, T. G.; SANTOS, M^a, J. C. (2010). Porcom, Oilam, Taurom, Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto. In Actas da Jornada realizada no Museu da Guarda a 23 de Abril de 2010.
- SCHATTNER, T. (2010). Breve observação sobre a representação processional no ocidente hispânico. In SANTOS; M^a J. C., *Revista de estudos ibéricos - Iberografias* nº 6 (2010). Centro de Estudos Ibéricos.
- SCHMIDT, K. H. (1985). A contribution to the identification of lusitanian. *Actas del III Coloquio sobre lengua e culturas paleohispánicas*. Salamanca, p. 335.
- SEGALEN, H. (2000). *Ritos e Rituais*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2010). Um mundo entre mundos. O grupo Baiões / Santa Luzia, sociedade; metalurgia e relações inter-regionais. In (coord.) SANTOS, M. J. Correia. *Revista de estudos ibéricos, Iberografias*, nº 6 (novembro de 2010). Guarda: Centro de estudos ibéricos, p. 13-26.
- SILVA, A. C. F. (1986). A cultura castreja do noroeste de Portugal. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira/ Museu da Citânia de Sanfins.
(2007). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal, 2.^a Edição*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- SILVA, J. C. (1982). Inscrição votiva de Mouriscas (Abrantes). *Ficheiro Epigráfico* 1, nº 2, 1982. Coimbra.
- SILVANO, F. (2010). *Antropologia do espaço*. Lisboa: Ed. Assírio e Alvim.
- THOMAS, J. (2004). *Archaeology and Modernity*. New York: Routledge, p. 239.
- TOMÉ, M. L. (1983). Uma inscrição votiva de Santa Eufémia (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico* 5, nº 17, 1983. Coimbra.
- TOVAR, A. E NAVASCUÉS, J. M. (1950). Algunas consideraciones sobre los nombres de divindades del Oeste peninsular. In *Miscelânea de Filologia, Literatura e história cultural à memória de F. A. Coelho*, vol. II, p. 178-191.
- TOVAR, . (1966-1967). L'inscription du Cabeço das Fráguas et la langue des lusitaniens. *Etudes Celtiques*, 11, p. 254-268.
(1985). La inscripción del Cabeço das Fráguas e la lengua de los lusitanos. *Actas del III Colóquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas (Lisboa, 1980)*. Salamanca, p. 227-253.
- TRANOY, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Iberique dans l'antiquité*. Paris: Centre Pierre, p.280-282.
- UNTERMANN, J. (1985). Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas. *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca, p. 343-365.

(2002): "A epigrafia em língua lusitana e a sua vertente religiosa", *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 67-70.

(2010). Las divinidades del Cabeço das Fráguas y la gramática de la lengua lusitana. In SANTOS, M. J. Correia (coord.) - *Revisa de Estudos Ibéricos, Iberografias* nº 6 (Novembro de 2010). Guarda: Centros de estudos Ibéricos.

VARELA, A. C. (1993). Património *arqueológico do concelho de Fornos de Algodres*. Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

VASCONCELOS, J. L. (1892). A deusa Trebaruna. *Novidades*, 24 de Outubro.

(1895). Cultos Luso-romanos em Igeditania. Duas inscrições inéditas. *O Arqueólogo Português* 1, p. 225-232.

(1905). *Religiões da Lusitania II*. Lisboa

(1905a). A deusa Nabia. *O Arqueólogo Português*, X, p. 399-400.

(1906). A deusa Nabia. *O Arqueólogo Português*, XI, p. 280-284.

(1909). Um deus Igeditano. *O Arqueólogo Português*, p. 243-245.

(1913). *Religiões da Lusitania III*. Lisboa.

(1917). O deus Igeditano Revelanganitaecus. *O Arqueólogo Português*, XXII, p. 318-319.

(1934). Inscrições lusitano-romanas do Museu Etnológico. *Revista de Arqueologia* 2, p. 193-195.

VAZ, J. L. (1977). Inscrições romanas do Museu do Fundão. *Conimbriga* 16. Coimbra, p. 5-31.

(1978). Inscrições romanas do Museu do Fundão. Adenda. *Conimbriga* 17. Coimbra, p. 60-61.

(1979) Três inscrições romanas da Beira Alta. *Beira Alta* 38. Viseu, p. 545-553.

(1979a). Três inscrições romanas da Beira Alta, *Beira Alta*, XXXVIII. Viseu, p. 546-548)

(1987). Canas de Senhorim e Carvalhal Redondo. Epigrafia e romanização. *Portugália* 8, p. 63-66.

(1989). Ara votiva de Canas de Senhorim. *Ficheiro Epigráfico* 31, nº 138, 1989. Coimbra.

(1997). *A civitas de Viseu – espaço e sociedade*. Coimbra: CCRC (História regional e local nº 2).

VILLAR, F. (1993-1995). Un elemento de la religiosidad indoeuropea: Trebarune, Toudopalandigae, Trebopala, Pales, Vispála. *Kalathos* 13-14, pp. 355-388.

(1995). Estudios de Celtiberico y de Toponimia Prerromana. Salamanca: Universidad.

(1996). Los Indoeuropeos y los orígenes de Europa. *Lenguaje e Historia*, 2ª edição. Madrid: Gredos.

VIVES, J. (1971-72). Inscripciones latinas de la España romana (ILER). Barcelona: Universidad.

WITCZACK, L.K.T. (1999). On the indo-european origin of two lusitanian theonyms (Laebo and Reve), *Emerita, Revista de lingüística y filología clásica*, tomo LXVII, fasc.1, Madrid.

WEBER, M. (2006). *Sociologia das Religiões e Considerações Intermediárias*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS VOTIVOS DA BEIRA INTERIOR PORTUGUESA.

No presente inventário epigráfico apresentamos os dados fundamentais relativos aos monumentos votivos procedentes da Beira Interior Portuguesa que façam menção de teónimos indígenas cuja leitura dos referidos teónimos inscritos se apresente como segura ou, nos casos em que suscite dúvidas, seja parcialmente confirmada pelo estudo direto do monumento.

Por conseguinte, excluímos do referido inventário os monumentos votivos que, em consequência da rutura ou erosão do suporte, não apresentam, atualmente o respetivo teónimo. Refira-se a parte a parte inferior de uma ara em granito composta pela metade inferior do campo epigráfico e pela base, achada no Monte de S. Martinho, Castelo Branco e atualmente depositada no MTPJ³⁸²; a parte inferior de uma ara procedente de Idanha-a-Nova³⁸³; o fragmento de uma ara proveniente de Idanha-a-Velha³⁸⁴; a parte inferior de uma árula em granito igualmente proveniente de Idanha (Monsanto)³⁸⁵; e a parte inferior de uma ara em granito achada em Granja dos Belgaio³⁸⁶. Alguns monumentos, que consideramos problemáticos, não foram igualmente considerados no presente estudo. Menciona-se uma árula em granito proveniente de Escalos de Cima (distrito de Bragança)³⁸⁷, um monumento achado de Numão, Vila Nova de Foz Côa, com origem provável

382 Com a seguinte inscrição: [...] ELOINT/ I•V•S•L. (Garcia 1991: 546, nº 633; Garcia, 1910: 83).

383 Achada no sítio da Devesa a cerca de 600 metros a NW de Idanha-a-Velha, onde se inscreve: [...] [CAE?]NIVS/ ARCI•ET•/ VEGETI F?/ IGAEDITA/ NVS•VSL? [...]. (Garcia 1991: 546, nº 634; ILER 974). Não sendo perceptível o sentido da inscrição.

384 Onde se pode ler: [...] FLAVS/ SVRAELIB/ AL•V•S• (Garcia 1991: 546, nº 636; ILER 973; 1913:510; Pereira 1909: 196).

385 Onde se pode ainda ler: ANOI[...] A[...] (Garcia 1991: 547, nº 637.; Pereira 1909: 173).

386 Achada na Granja dos Belgaio, entre Escalos de Cima e Ladoeiro, aquando da descoberta da ara nº 5 consagrada a Oipaengia. Apresenta a seguinte inscrição: [...] [...]ERIV[...] [...]IVLIA[...] [...] [M?]ODESTIN? [...]. (Garcia 1991: 547, nº 638; Garcia, 1910: 85).

387 O monumento encontra-se atualmente depositado no Solar do Visconde de Castelo Novo, tendo sido descoberto, em contexto de reutilização, numa propriedade privada em Escalos de Cima. O monumento apresenta a seguinte inscrição: DI•CAI/FLAVS[...] L [...]. (Encarnação 1994a; HEp 6 nº 1029; Repas 2001). O traçado de alguns caracteres e o modo como eram gravados não é romano o que sugere a possibilidade de ter ocorrido uma gravação posterior. Encarnação defende ter existido na mesma pedra um texto votivo que terá sido regravado. O texto poderia interpretar-se como consagrado aos *Diis Caiarienses* a quem foi também dedicado um altar proveniente da Quinta da Nave Aldeã, Zebreira, Castelo Branco. A expressão *diis* englobaria todas as divindades deste povo que seriam, possivelmente, divindades tópicas, mas que poderiam abranger algumas divindades romanas já adotadas.

em Conímbriga³⁸⁸; uma ara em granito procedente de Gouveia³⁸⁹ para a qual não se identifica o teónimo. Não foi igualmente considerada para o presente estudo, uma inscrição votiva procedente de Aguiar da Beira³⁹⁰; uma ara em granito achada na região de Seia³⁹¹; a parte superior de uma ara em granito procedente de Castelo Branco³⁹², e, por último, a parte inferior de uma ara em granito procedente de Idanha-a-Nova³⁹³.

Entendemos como fundamental à compreensão de cada inscrição votiva a menção do local de procedência de cada monumento; a referência do local de depósito atual do mesmo; informações relativas ao seu achamento e respetivo contexto arqueológico, salvaguardando-se as potencialidades deste último elemento na definição de atributos e âmbitos de ação das divindades consagradas epigraficamente. No que diz respeito à “procedência” optamos pela referência à freguesia correspondente ao local de descoberta do monumento; seguida do respetivo concelho e distrito. O local exato de descoberta é apresentado na componente “Achado e contexto arqueológico”, onde, para além da alusão às condições e localização precisa do achamento, se refere alguns aspetos pertinentes relativos à ocupação do local de proveniência da epígrafe na proto-história e durante a romanização (destacando particularmente a existência de castros ou vestígios arqueológicos das referidas cronologias na região).

388 Trata-se, efetivamente, de uma ara em granito com a seguinte inscrição: TIB•CLAVDIVS/ SAILCIVS •EQ/ CHOR•IIIIVS/ ITANORVM•/ DIS DEABVSQ/ CONIVMBRIG•/[V] S•L•M. (CIL 432; Vasconcelos 1905: 185-186; Figueiredo 1953: 176; Encarnação 1975: 175-176; ILER 528; Le Roux 1982: 191; Encarnação 1987: 22; Garcia 1991: nº 201; Repas 2001). R. Étienne e G. Fabre defende tratar-se de uma inscrição consagrada por um militar originário de Conímbriga que dedica o monumento às divindades da sua região de origem. (Étienne & Fabre; FC II 21-22). Da mesma opinião é Leite de Vasconcelos (1905:185) e José d’Encarnação (1975: 176). Fernando Patricio Curado, pelo contrário, sugere a possibilidade de existir uma povoação denominada Conimbriga, possivelmente situada no Monte Meão, Veiga, Vila Nova de Foz Côa, referida nesta inscrição. Independente desta questão, trata-se de um monumento de consagração a um conjunto de divindades que poderão ter origem indígena ou serem adaptadas do panteão romano, que aparecem aqui, sem denominação específica (fruto de uma eventual pluralidade?).

389 Com a seguinte inscrição: REBURR/ VS•TALABI/ F•V•S•A•P•M/ S•A•L•Q•I•V• (Garcia 1991: 347, nº 189; Encarnação 1987: 30; HÉp 1 nº 681; Curado 1985: 648-649; Repas 2001: 76). Fernando Patricio Curado sugere que a última linha seja lida como teónimo. Contudo não é comum as letras do teónimo estarem separadas por pontos nem é comum a terminação QIV (Garcia sugere que poderá ser um erro ou uma variação de CUI ou GUI, mais comum. Garcia sugere a possibilidade do teónimo se relacionar com Sailcius ou Salamati, divindade aparecida em San Martin del Trevejo, Cáceres.

390 Onde se inscreve: SE/NI/OC/OR (Garcia 1991: 347, nº 191; Encarnação 1975: 189; Coelho 1984: 286-287; Vaz 1979a: 546-548). Coelho e Encarnação admitiram que a primeira letra fosse um G indicando assim a palavra Genio. Inês Vaz ao rever a inscrição considerou que não se tratava de um G mas sim de um S. Poderemos estar perante uma nova divindade indígena. COR poderá corresponder à abreviatura do nome do dedicante. Encarnação mesmo depois da leitura de Vaz admite que se trata de Genio, o S poderá dever-se a uma má interpretação.

391 Com a seguinte inscrição: M•B•S/ IVNIA/ FIRMINA/ A•L•V•S. (Garcia 1991: 504, nº 567; Curado 1986b: nº 76). Teónimo contido em sigla. O M poderá ser de M(*arti*), M(*ercurio*), M(*atribus*) ou M(*unidi*s). O B poderá corresponder a um epíteto local ou a B(*orus*), associado a Marte, tal como acontece numa inscrição de Monsanto. O S poderá ser de S(*acrum*).

392 Atualmente depositada no MTPJ. Apresenta a seguinte gravação: TVREA/ PACI•F/[...] OD [...].Garcia, 1991, p. 520, nº 590; Garcia 1910: 40-41). O teónimo estaria na linha três. O D poderá ser lido como uma R. Antropónimos lusitanos mas pouco frequentes. Proença transcrever para a linha três (M)OD(S) mas não há qualquer indício de M ou S.

393 Achada na Tapada do jardim das azinheiras, próximo do chamado «freixo do rei Vamba», a 300 metros de Idanha-a-Velha. Apresenta a seguinte gravação: ML?V? [...] NEABO/ SAPL (Garcia, 1991, p. 521, nº 591). A parte final do teónimo deverá estra contida na segunda linha. Não se lê a primeira parte. As letras iniciais da primeira linha são de leitura muito difícil.

Na componente de “depósito”, via da regra, referimos a instituição responsável pela guarda dos monumentos. Nos casos em que a epígrafe se encontra em posse de proprietários privados, mencionamos exclusivamente essa condição, e, sempre que possível, o nome do seu proprietário e respetiva localização geográfica do monumento.

Referimos igualmente dados relativos ao suporte, mencionando-se as respetivas dimensões do mesmo. Foram valorizados aspetos decorativos, qualidades do suporte e o estado de conservação das suas componentes. No que diz respeito às dimensões as mesmas aplicam-se, sempre que possível, ao suporte, a cada um dos seus elementos decorativos, aos caracteres e ao espaçamento dente linhas. As dimensões são sempre apresentadas em centímetros.

É igualmente apresentado, para cada inscrição gravada nos diversos monumentos, a sua transcrição, leitura e tradução. Estes elementos resultam, via da regra, da interpretação pessoal da inscrição. As exceções serão devidamente indicadas em cada ficha, apresentando-se, sempre que se justifique, as fontes bibliográficas utilizadas.

No referido inventário incluímos igualmente observações paleográficas assim como algumas observações e interpretações que consideramos pertinentes para a compreensão do teónimo inscrito. Valorizamos a interpretação da organização textual na inscrição, a alusão a dedicantes e respetivos estudos antroponímicos³⁹⁴; e as variantes de interpretação sugeridas pelos diversos investigadores que se dedicaram ao seu estudo.

As referidas menções são complementadas pela inclusão de uma sucinta resenha bibliográfica relativa aos autores e catálogos consultados.

Cada ficha epigráfica é encabeçada por um código cartográfico referente ao anexo II, apresentado em suporte digital. O referido código compõe-se da especificação do grau de exclusividade dos teónimos em relação à Beira Interior portuguesa (de acordo com a ordenação proposta na presente obra), registando-se por conseguinte:

- **EB** (com a significância de «exclusivo da Beira»), correspondendo a teónimos integrados no grupo I, i.e., teónimos de âmbito exclusivo da Beira Interior portuguesa.
- **RA** (com a significância de «regional alargado»), correspondendo a teónimos integrados no grupo II, i.e., teónimos com a sua maior expressão na Beira Interior e, simultaneamente, registados em outras regiões hispânicas, com destaque para a Estremadura espanhola e Alto Alentejo.
- **AG** (com a significância de «âmbito genérico»), correspondendo a teónimos integrados no grupo III, i.e., teónimos registados em abundantes testemunhos em variadas regiões do território peninsular, e, simultaneamente, com registo na Beira Interior Portuguesa.

As referidas siglas são procedidas da letra inicial do teónimo mencionado na inscrição, optando-se, nos casos em que se registem iniciais iguais em diferentes teónimos, pela inclusão das duas letras iniciais da designação da divindade³⁹⁵. Seguidamente inscreve-se o número correspondente à referência cartográfica do monumento.

Assim temos, em exemplo **EB.AL1**, correspondente a:

[Teónimo] exclusivo da Beira. [Designação] *Aelua*, referência cartográfica 1.

³⁹⁴ A análise antroponímica baseia-se, fundamentalmente, na consulta da obra de Abascal Palazón (1994).

³⁹⁵ Excetue-se a referência a Laepo, expressa pelas siglas LP, em consequência de uma coincidência das primeira e segunda letras iniciais da designação com o teónimo Laneana.

Registam-se as seguintes variantes (não considerando o número correspondente à referência cartográfica):

EB.AL	correspondente ao teónimo <i>Aelua</i> .
EB.AE	correspondente ao teónimo <i>Aetio</i> .
EB.AR	correspondente ao teónimo <i>Aratibro</i> .
EB.AS	correspondente ao teónimo <i>Asidia</i> .
EB.C	correspondente ao teónimo <i>Collovesei Caieloni Cosigo</i> .
EB.CR	correspondente ao teónimo <i>Coruae</i> .
EB.I	correspondente ao teónimo <i>Igaedo</i> .
EB.LP	correspondente ao teónimo <i>Laepo</i> .
EB.O	correspondente ao teónimo <i>Oipaengia</i> .
RA.E	correspondente ao teónimo <i>Erbina</i> .
RA.Q	correspondente ao teónimo <i>Quangeio</i> .
RA.L	correspondente ao teónimo <i>Laneana</i> .
RA.T	correspondente ao teónimo <i>Trebaruna</i> .
AG.A	correspondente ao teónimo <i>Arentio/a</i> .
AG.B	correspondente ao teónimo <i>Bandi</i> .
AG.M	correspondente ao teónimo <i>Munidi</i> .
AG.N	correspondente ao teónimo <i>Nabia</i> .
AG.R	correspondente ao teónimo <i>Reve</i> .

Ordenamos as fichas epigráficas de acordo com o grau de exclusividade dos teónimos em relação à Beira Interior portuguesa, referindo-se, primeiramente, as fichas epigráficas correspondentes ao grupo teonímico I (teónimos exclusivos da Beira, EB), apresentados pela ordem alfabética das designações; seguidos dos teónimos integrantes do grupo II (de âmbito regional alargado, RA); e, por último, dos teónimos de âmbito genérico (AG), igualmente apresentados segundo a ordem alfabética dos teónimos.

As fichas epigráficas resultam do estudo direto dos monumentos, excetuando-se, no entanto, a impossibilidade de acesso e, por conseguinte, de estudo pessoal das epígrafes: EB.AL1; EB.C1; EB.CR1; EB.I1; EB.O2; EB.AS1; EB.AS2; RA.E1; RA.E2; RA.Q1; RA.L1; AG.B15; AG.R; AG.A; AG.B1; AG.B4; AG.B9; AG.B12; AG.B14; AG.B16; AG.B17; AG.N2; e AG.M1. Sempre que possível apresentamos o registo fotográfico das peças.

EB.AL1

PROV: FAMALICÃO DA SERRA, FAMALICÃO, GUARDA.

DEP.: QUINTA DE SANTO ANDRÉ, VILA MENDO.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara de granito de grão médio. O monumento apresenta-se bastante erodido, sobretudo nas suas arestas. Compõe-se de capitel, constituído por um fôculo circular com 8 cm de diâmetro e dois toros laterais com aproximadamente 4 cm de altura. O capitel separa-se do fuste por uma pequena reentrância que rodeia todo o monumento, e é seguido de um filete de 3 cm que se aparta do campo epigráfico por uma segunda reentrância. O campo epigráfico caracteriza-se pela inexistência de moldura lateral e por uma superfície irregular muito erodido. A base, incompleta, apresenta fraturas em todas as faces do monumento.

DIMENSÕES

A ara apresenta uma altura máxima de 30 cm por 20,5 cm de largura e 18 cm de espessura. O campo epigráfico regista 22,5 cm de altura e 20,5 cm de largura. A dimensão das letras varia entre 3 e 4,2 cm na primeira linha inscrita; 3,5 e 5 cm na segunda linha; e 4 cm na terceira linha (excetuando o caractere P que regista uma altura de 6,5 cm). O espaçamento interlinear varia entre 0,5 a 2 cm na primeira linha inscrita; 1 a 2,5 cm na linha dois; 1,5 a 2,5 cm na linha três, (apresentando o caractere P 2 cm de altura), e, por último, 5,5 cm na última linha.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento encontrava-se integrado na parede de uma dependência agrícola localizada na Quinta Manuel Tomás, na freguesia de Famalicão da Serra, tendo sido identificado e recolhido pelo Dr. Crespo de Carvalho, que o mantém em sua posse na Quinta de Santo André (Vila Mendo, Guarda). A ara teria conhecidos reaproveitamentos anteriores patentes no aparelhamento de edifícios. Fernando Patricio Curado propõe Barreiras como local de origem provável da epígrafe, considerando a existência, na localidade, de diversos testemunhos materiais de cronologia romana, incluindo o fragmento inferior de uma ara anepígrafa localizada na Quinta da Tapada da Eira e recolhida na região de Barreiras. O seu local de achado dista cerca de 18 km (a oeste) de Cabeço de Fráguas e Pousafoles do Bispo onde encontramos diversos testemunhos do culto a Laepo [EB.LP1; EB.LP2; EB.LP3, e EB.LP4].

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Apresenta uma gravação de traçado irregular e caracteres de dimensões inconstantes. No que diz respeito às dificuldades de leitura da inscrição: na linha três, o *-c* pode eventualmente ser substituído por um *-g* de haste atualmente apagada. O *-p*, da terceira e última linha, suscita profundas dúvidas de leitura, podendo igualmente pensar-se na hipótese de leitura de um *-a*. De facto, estamos perante um círculo perfeito de dimensões semelhantes às restantes letras da mesma linha. O referido círculo, apresenta uma haste que parte do lado esquerdo do caractere, e se prolonga por 3 cm para baixo, dando origem a um eventual *-p*, de grandes dimensões. Considerando a hipótese de se de tratar de um *-o* em substituição do *-p* sugerido na transcrição proposta, poderemos estar então perante o teónimo *Aelua* acompanhado de um epíteto, *BERECCO*, forma semelhante ao teónimo *Baraecus* testemunhado em Cáceres (CIL II 5276).

INSCRIÇÃO

Transcrição:

AELVA
BERE
CCP

Leitura:

Aelva
Bere-
c(enses?) C(astellani?) P(osuerunt

TRADUÇÃO: (A) Aelua. Os Berecenses erigiram (o monumento).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1987a: nº 98; Encarnação 1987: 15; Alarcão 1990: 149; HEp. 2, nº 796; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002:32.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A análise paleográfica sugere uma datação para o monumento correspondente ao século II d.C.

O teónimo, mencionado em primeiro lugar, deverá apresentar-se no dativo com terminação em *-a*. Segundo Fernando Patricio Curado, a presente inscrição deverá corresponder ao teónimo *Alua*, identificado igualmente em Mouriscas (Abrantes). O referido autor interpreta *Berec-* ou *Berecc-* como possível abreviação de *Berecenses Castellani* (considerando o *-c* que lhe segue), no primeiro caso, ou *Bereccense*, para a segunda possibilidade apresentada.

Organização e composição textual pouco frequentes na Beira Interior com alusão ao teónimo, seguido do dedicante (neste caso enquanto coletividade). Não se recorre, no presente monumento, à fórmula final de voto comum nos votivos da região.

O monumento poderá ser representativo de um novo teónimo conhecido somente pelo presente testemunho, ou, considerando uma interpretação alternativa, corresponder a uma variação léxica de um teónimo já identificado na região de Abrantes.

EB.AE1

PROV: ALCARIA, FUNDÃO, CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU ARQ. MUNICIPAL JOSÉ MONTEIRO.

ANÁLISE DE SUPORTE

Árula em granito de grão fino. Apresenta capitel composto de dois toros e frontão, que se separa do fuste através de uma depressão profunda e larga. O fuste, por sua vez, compõe-se de um filete largo, retangular, seguido de uma pequena reentrância, e novamente de um filete que se estreita e se torna menos saliente à medida que se encaminha para o campo epigráfico, do qual se separa através de um novo filete. O campo epigráfico terá sido alvo de polimento previamente a receber a inscrição. A sua molduração ocorre somente na parte superior e inferior, e é conseguida através dos elementos ornamentais do fuste, que se repetem junto à base (desta vez sem recurso ao filete já mencionado). A base compõe-se somente de uma faixa retangular de dimensões semelhantes ao filete superior do fuste, criando assim o efeito visual de um monumento de aspeto robusto e elegante, composto por duas molduras (superior e inferior) perfeitamente simétricas, coroadas, na parte superior, por um capitel, bem distinto e visualmente apartado dos restantes elementos. A árula apresenta estes elementos ornamentais em todas as suas faces sugerindo que o monumento seria concebido para ser visualizado de todos os lados.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 55 cm por 22 cm de largura máxima (registada na base) e 20 cm de espessura. O campo epigráfico mede 30,5 cm de altura por 19 cm de largura. As letras registam uma dimensão que varia entre 3,5 cm na primeira linha inscrita; 4 cm nas linhas dois, três; quatro (excetuando a letra I que regista 4,4 cm de altura) e cinco; e 4,2 cm de altura na última linha gravada. O espaçamento interlinear apresenta uma dimensão de 1,3 cm na linha um; 1 cm nas linhas dois, três, cinco e seis; uma variação de 0,7 a 1,3 cm na quarta linha inscrita; e por último, um espaçamento de 0,5 na última linha.



Ilustração 1: Árula votiva de Alcária. Fot. autor. Museu Municipal José Monteiro.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada em Covão, na freguesia de Alcaria do concelho de Fundão. A cerca de 7 km a nordeste encontrou-se uma inscrição consagrada a *Arent[il]a Ocelafe]ca* e *Arantio [O]celaeco* [AG.A5]. À mesma distância, a sul, testemunha-se uma epígrafe consagrada a *Trebaruna* [RAT2]. Destaca-se a proximidade do local de achado desta inscrição com o Castro Lusitano do Monte de São Brás (localizado na Serra da Gardunha).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação profunda, regular e elegante. A paginação apresenta-se rigorosamente centrada. Os caracteres exibem hastes truncadas nas suas extremidades, conferindo um aspeto cuidado e requintado ao monumento. Os AA apresentam travessão baixo; os SS estão tenuemente inclinados para a direita; os EE ostentam hastes horizontais com dimensões semelhantes. O caractere C grava-se com o mesmo diâmetro do caractere O que se apresenta perfeitamente esférico.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

AE
TIO
CIS
IA
LA
S

Leitura:

Ae-
tio
Cis-
ia-
l(ibens) a(nimo)
s(olvit)

TRADUÇÃO: (A) Aetio. Cisia cumpre de livre vontade o voto.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Vaz 1977: nº 1; AE 1977: 354; Vaz 1978: 60-61; Monteiro 1978: 67-68; Encarnação 1987: 15; Garcia 1991: 282 nº 5, Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 30.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual frequente na região da Beira Interior, com alusão ao teónimo, seguido do dedicante e da fórmula final de voto. Estes três elementos encontram-se gravados de forma compartimentada em duas linhas distintas revelando uma clara preocupação em preservar a estética alongada do monumento. No que diz respeito ao dedicante, o nome Cisia não regista paralelos na Península Ibérica. O monumento ostenta um cuidado estético e uma perfeição na gravação pouco usuais nos restantes testemunhos votivos da região. No que se refere ao teónimo, João Vaz defende que se trata de uma divindade de culto exclusivamente regional ou de uma determinada etnia (tendo como pressuposto a inexistência de outros monumentos que prestem culto a esta divindade). O referido autor sugere a semelhança sonora entre a terminação do epíteto *Vortaececo* e o teónimo *Aetio*, propondo uma possível relação entre ambos. De acordo com a análise paleográfica a inscrição datará do século I d.C.

EB.AE2

PROV: SABUGAL, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: MUSEU MUNICIPAL DO SABUGAL [Nº I. (ARQ.A.15.104)]

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara de granito de grão grosseiro, rudemente afeiçãoada, muito deteriorada e fraturada em consequência da sua reutilização no aparelhamento de um edifício. No capitel identifica-se vestígios de um fóculo central quadrangular de paredes elevadas. O fuste seria composto, na sua parte superior, por um filete duplo pouco destacado, identificado exclusivamente nas faces laterais do monumento, uma vez que a face frontal do mesmo foi alvo de uma intensa picagem. A base consiste num bloco quadrangular, alto, rudemente afeiçãoado e bastante deteriorado na sua face direita. Todo o monumento apresenta uma forma tendencialmente trapezoidal, registando uma maior largura na sua parte superior e dimensões mais reduzidas junto à base, tendência que é particularmente evidente na zona correspondente ao campo epigráfico. Apesar da grande deterioração, sobretudo na face direita do monumento, podemos supor que a ara apresentaria decoração em todas as suas faces. O campo epigráfico apresenta uma superfície bastante irregular.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 91 cm por 28 cm de largura máxima registada no capitel; 21 cm de largura mínima no fuste e 26 cm de largura na base. A sua espessura máxima é de 30 cm. No fóculo regista dimensões de 20 por 19 cm. O campo epigráfico ostenta dimensões de 32 cm de altura por 26 cm de largura. Os caracteres inscritos registam uma dimensão de 7,5 cm de altura nas linhas um e dois; e 7 cm na linha três, excetuando a letra N da primeira linha inscrita que apresenta 8,4 cm de altura, e excetuando igualmente a letra E da referida linha, que regista uma dimensão de 6,5 cm. O espaçamento interlinear é de 1 cm na primeira linha inscrita; 1,5 a 2,5 cm na linha dois; 0,8 a 1,5 cm na linha três e de 5 a 6 cm na última linha.



Ilustração 2: Ara votiva do Sabugal. Fot. Marcos Osório, cedida pelo Museu Municipal do Sabugal.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento foi identificado em janeiro de 2001 no contexto das obras de reabilitação do edifício que atualmente alberga o Museu Municipal do Sabugal. A ara integrava a parede traseira do edifício sendo recolhida no acompanhamento de obra dirigido pelo arqueólogo da Câmara Municipal do Sabugal, Marcos Osório. O segundo testemunho atribuído ao teónimo Aetio [EB.AE1] distancia cerca de 40 Km a sudoeste do presente monumento.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação de traço profundo e muito irregular (em resultado da irregularidade da superfície onde a inscrição foi gravada). A inscrição não se apresenta centrada no campo epigráfico, iniciando-se imediatamente depois dos elementos ornamentais superiores do fuste, mas deixando livre a parte inferior do campo epigráfico. A primeira linha inscrita regista dois nexos complexos e que unem até quatro caracteres (patentes entre as letras VALE e NS, apresentando o último S um traço mais fino e menos profundo do que os restantes caracteres), demonstrando uma intencionalidade de dispor o nome do dedicante somente na primeira linha.

A inscrição inclui quatro pontos de separação, um dos quais, no final da inscrição do dedicante (bastantes deteriorado e de leitura pouco segura) e três outros pontos entre a sigla da fórmula final de voto. Os caracteres apresentam larguras muito heterogéneas, destacando-se a grande dimensão do N da linha um, do A da segunda linha, e do V da última linha inscrita. Os SS apresentam uma curvatura muito ténue, registando igualmente uma tendência de inclinação para a direita.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

VALENS·
AETI
L·V·S·

Leitura:

Valens·
Aeti[o]

l(ibens)· v(otum)· s(olvit)·

TRADUÇÃO: Valente cumpriu o voto de livre vontade a Aetio.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Vaz 1977; Vaz 1978; Repas 2001; Osório 2002.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O monumento apresenta, na primeira linha inscrita, a alusão ao dedicante, de *cognomen* atestado em vários testemunhos epigráficos na Península Ibérica, (Vives 1971-72: 760-761) mas pouco frequente na região da Beira Interior, onde se testemunha somente em Idanha-a-Nova³⁹⁶. O *cognomen* é referido aqui sem menção da filiação. Este elemento é seguido do teónimo e da fórmula final de voto. A análise paleográfica do monumento sugere uma cronologia da primeira metade do século I. Tratar-se-á, possivelmente, de um segundo testemunho a Aetio, igualmente registado em Alcaria, contudo, a interpretação inicialmente sugerida por Marcos Osório propõe a leitura de Écio em substituição de Aetio como aqui apresentamos. O referido autor sugere ainda como pouco provável que AETI se apresente, aqui, como patronímico estando o teónimo, eventualmente, na parte superior no monumento, atualmente picado. O mesmo autor destaca a semelhança teonímica com a inscrição votiva de Alcaria, dedicada a Aetius, sugerindo a possibilidade e se tratar do mesmo teónimo. Tratando-se efetivamente de um segundo testemunho a Aetio está posto de parte o carácter tópico apontado inicialmente para esta divindade.

EB.AS1³⁹⁷

PROV: ERMIDA DE S. DOMINGOS, ALCAINS.

DEP.: EM POSSE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ALCAINS

ANÁLISE DE SUPORTE

Em bom estado de conservação, apresenta, no entanto, uma pátina de tom amarelado e vestígios de erosão nas margens do capitel. O monumento, em granito de grão fino e de formato esguio, ostenta capitel de cariz tendencialmente quadrangular, fuste e base. O primeiro elemento ornamenta-se em dois filetes diretos, interpostos por uma decoração em garganta encestada. O capitel ostenta igualmente, na sua parte superior, um tríscolo em relevo, elemento pouco usual nos monumentos votivos da Beira interior portuguesa. No que diz respeito à base, a mesma constitui-se de dois filetes reversos interpostos de uma decoração em garganta igualmente reversa. A inscrição gravou-se, exclusivamente, na face frontal do monumento. Os elementos decorativos e o recurso ao polimento das superfícies verificam-se em todas as faces do monumento, sugerindo a possibilidade do mesmo ser concebido para ocupar um lugar central, sendo possível a sua observação de todos os lados.

DIMENSÕES

Apresenta uma altura de 109,7 cm. O campo epigráfico regista 72,3 cm de altura por 30,7 cm de largura. Os caracteres apresentam uma altura máxima de 6,3 cm, correspondente ao primeiro caractere inscrito; e uma altura mínima de 2,8 cm respeitante aos caracteres –i, gravados na segunda e terceira linhas e ao caractere –o, inscrito na terceira linha.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Descoberta em 2008 no seguimento das obras de requalificação da ermida de São Domingos, tendo sido possivelmente reutilizada na edificação do referido edifício em meados do século XVII. Foi descoberta juntamente com o monumento EB.AS2.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Paginação cuidada e em eixo de simetria. Registo de variações na largura e profundidade do traço de gravação. A dimensão das letras tende a reduzir-se ao longo da inscrição, dando um destaque particular ao teónimo. Pontuação presente na última linha apresentando a mesma um formato triangular; e possivelmente nas linhas quatro, cinco e seis. Apresenta nexos na segunda linha conseguido através da sobrelevação da haste final do caractere –n, coroado, na sua parte superior, de um traço horizontal que dá forma a um T. Utilização recorrente de caracteres com dimensões mais reduzidas comparativamente com as restantes letras gravadas. Destaca-se igualmente a sobrelevação da letra –t ao longo de toda a inscrição.

Apresenta letras truncadas nas extremidades das suas hastes, conferindo elegância à gravação. A haste horizontal do caractere –a apresenta um traço pouco profundo e pouco pronunciado; a haste transversal do –r parte da sua pança. Ostenta caracteres –s com aberturas simétricas; os caracteres –o e –c apresentam formato marcadamente circular. Denota-se uma tendência evidente de retilinearidade das hastes em todos os caracteres.

A inscrição ocupa, tendencialmente, a parte superior do campo epigráfico, deixando livre um grande espaço antes e depois da linha final de gravação.

³⁹⁷ Perante a impossibilidade de estudo direto do monumento, os dados que apresentámos resultam a consulta do artigo citado na referência bibliográfica da presente ficha de inventário.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ASIDIAE
GENTILITAS
POLTVRICIO
RVM.EX VOTO POLTV
RI CAENO
NIS
A.L.S

Leitura:

Asidiae
gentilitas
Polturicio-
rum. ex voto Poltu-
ri Caeno
-nis
a(nimo). l(ibens). s(olvit)

TRADUÇÃO: A Asídia. A gentilidade dos Polturícios, por voto de Poltúrio, de Cenão, cumpriu de livre vontade. (Assunção et alii 2009).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Assunção; Encarnação & Guerra 2009

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Procedente do território correspondente à *civitas Igaeditanorum*. Surge, no presente monumento, sem epítetos. O dedicante, *Poltúrio*, derivado do nome *Polturus*, documenta-se pela primeira vez, não apresentando, por conseguinte paralelos. O patronímico referido, *Caenonis*, derivado de *Caeno*, regista testemunhos abundantes na Lusitânia. Documenta uma nova *gentilitas*, de designação *Polturiciorum*, vocábulo semelhante à designação do dedicante.

EB.AS2³⁹⁸

PROV: ERMIDA DE S. DOMINGOS, ALCAINS.

DEP.: EM POSSE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ALCAINS

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito bastante erosionada no capitel e na base. O capitel apresentaria, na sua parte superior, um possível toro e um eventual fôculo central de formato circular. Nas laterais, ostenta uma decoração composta de dois filetes e uma moldura em garganta encestada. Apresenta uma base de formato quadrangular, de recorte atualmente grosseiro. A molduração está presente nas quatro faces do monumento o que sugere que o mesmo seria concebido para ser visto de todos os lados.

DIMENSÕES

Apresenta 66,2 cm de altura. O campo epigráfico regista 35,6 cm de altura por 25 cm de largura. As letras apresentam uma altura média de 4,8 cm na linha um; 4,6 cm nas linhas dois e três; 4,5 cm na linha quatro; 4 cm na linha cinco; e 2,8 cm na última linha inscrita. O espaçamento interlinear apresenta uma dimensão mínima de 0,6 cm e uma dimensão máxima de 2,8 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Descoberta em 2008 no seguimento das obras de requalificação da ermida de São Domingos, tendo sido, possivelmente reutilizados na edificação do referido edifício em meados do século XVII. Foi descoberta juntamente com o monumento EB.AS1.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação irregular, de traço profundo, bem conservada. Não apresenta dificuldades de leitura. Revela preocupações de simetria, menos conseguida nas linhas dois e três. A última linha inscrita apresenta caracteres com dimensões menos reduzidas em consequência da escassez de espaço no campo epigráfico. Verifica-se uma tendência de retilinearidade das hastes de todos os caracteres.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ASIDIAE
POLTV
CEAE
LATTIVS
VEGETVS
V.L.S

³⁹⁸ Perante a impossibilidade de estudo direto do monumento, os dados que apresentámos resultam a consulta do artigo citado na referência bibliográfica da presente ficha de inventário.

Leitura:

Asidiae
Poltu-
cea
L(ucius) Attius
Vegetus
v(otum). l(ibens). s(olvit)

TRADUÇÃO: A Asídia Poltúcea, Lúcio Ácio Vêgeto cumpriu o voto de livre vontade.³⁹⁹

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Assunção; Encarnação & Guerra 2009

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Procedente do território correspondente à civitas Igaeditanorum. Surge, no presente monumento, associada ao possível epíteto Poltucea. O dedicante designa-se com os tria nomina, demonstrando a sua integração num contexto de avançada aculturação.

EB.AR1

PROV: CASTELO BRANCO; CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ.

ANÁLISE DE SUPORTE

Monumento em granito muito erodido e fraturado. Apresenta somente vestígios de capitel e de uma base. A parte superior do fuste foi alvo de uma intensa picagem que não permite a identificação de quaisquer vestígios ornamentais. O campo epigráfico, mais recuado que os restantes elementos do fuste, encontra-se atualmente muito danificado, apresentando a leitura do mesmo grande dificuldade.

DIMENSÕES

O monumento, apesar de incompleto, apresenta atualmente uma altura de 46 cm por 29 cm de largura e 22 cm de espessura. Os caracteres registam 5 cm de altura nas linhas um, dois e três; 4,5 cm na quarta linha e 4 cm na última linha inscrita.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Foi localizada em 1907 por Tavares Proença, reaproveitada numa casa da Quinta da Polida nos arredores de Castelo Branco, e incorporada na coleção do museu em 1910. José M. Garcia localiza o contexto original do monumento na área urbana de Castelo Branco ou nas suas imediações próximas, baseando a sua suposição nos testemunhos materiais encontrados na região onde se inclui diversos indícios de materiais de construção de cronologia romana. De facto, segundo o autor, na capital do distrito identificaram-se um total de seis epígrafes que poderão sugerir a possibilidade de Castelo Branco ter sido um importante povoado na época lusitano-romana, ressaltando, no entanto, a falta de vestígios arqueológicos (Garcia 1979). O local de achado do presente monumento dista entre 10 a 20 Km das inscrições consagradas a Oipaegia [EB.O1 e EB.O2].

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação pouco profunda, mal conservada e de difícil leitura, pelo que a sugestão de transcrição aqui apresentada deve implicar profundas reservas. Na primeira linha, verifica-se a existência de um traço oblíquo à esquerda do primeiro *-a* gravado, para o qual se desconhece o significado. J. Manuel Garcia sugere a possibilidade de se tratar de uma fratura do suporte ou do vestígio da haste de um *-m* que substituiria o referido *-a* ou estaria em nexa com o mesmo. Ainda na linha um, a leitura do segundo *-a*, não é, de igual modo, segura. O mesmo se verifica com as letras finais dos caracteres *-ra*, patentes na segunda linha inscrita. No final da primeira e da segunda linha, apesar de haver espaço suficiente para novos caracteres, não se identifica nenhuma letra ou vestígio dela, podendo as mesmas estarem completamente apagadas ou inclusivamente, nunca terem existido. Na terceira linha Manuel Garcia supõe a existência dos caracteres *-nac*, atualmente desaparecidas, compondo assim o nome do dedicante como *Ver(nac)ulus*.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ARATIB
ROVER
[.]VLVS
C [...] L[.]B
[.]B[.]RI

Leitura:

Aratib-
ro Ver-
[...]ulus
C[...]l[i]b
[li?]b(e)ri[...]

TRADUÇÃO: Vernáculo (?), liberto de Cília (?). A Aratibro. Os filhos (?) cumpriram voto (?). (Garcia 1979: 156).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Proença 1907: 174-175; Proença 1910a; Garcia 1979: 156 nº 1; Garcia 1984: 45-46 nº 1; Mantas 1985: 227; Encarnação 1987: 15; Garcia 1991: 520 nº 589; Olivares Pedreño 2002: 30.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A interpretação da última linha inscrita suscita grandes dúvidas de interpretação. Proença Júnior propõe a seguinte transcrição: ARATIB/ROVIR/VICVIVS/ANIMOLIB/LIBERI (Proença 1910). José Manuel Garcia sugere ainda a possibilidade de leitura para a quarta e quinta linhas inscritas de *C(iliae) Lib(ertos)/[li]beri [v(otum) s(olvit)]*. Nesse caso estaríamos perante um dedicante (*Vernaculus* possivelmente) de nome latino, um liberto de cuja antiga proprietária poderá ser *Cília* ou *Cilea*. Organização textual pouco comum na região, com alusão ao possível teónimo, seguido do dedicante e sem fórmula de voto. O presente monumento representa a introdução de um novo elemento (teónimo ou epíteto) no panorama religioso indígena da Beira Interior.

EB.C1

PROV: FORNOS DE ALGODRES; ALGODRES; GUARDA.

DEP.: NA CAPELA DE S. CLEMENTE, FURTADO.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara de granito de grão grosseiro. Apresenta dimensões e forma pouco comum entre os monumentos votivos da Beira Interior portuguesa. Possui capitel muito baixo (proporcionalmente às dimensões verificadas no restante monumento) e plano, criando uma ilusão visual de achatamento. A separação e relação ao fuste é conseguida pelo recurso a um filete de altura reduzida que dá lugar a um listel em garganta. O campo epigráfico foi alvo de alisamento previamente a receber a inscrição. Não apresenta molduração lateral. Ostenta uma base alta composta por um chanfro reservo e um quadrilátero liso, imponente e de arestas muito erosionada. De uma maneira geral, o monumento apresenta-se bastante erosionado em consequência do fenómeno de desagregação do granito.

DIMENSÕES

O monumento apresenta um capitel de dimensões invulgares e uma clara tendência de achatamento, ostentando 12 cm de altura por 49 de largura e 40 cm de espessura. O fuste regista 53,5 cm de altura por 38,5 cm de largura e uma espessura de 28 cm, apresentando o campo epigráfico uma altura e largura semelhantes. A base, por sua vez, regista uma altura de 29 cm por uma variação de 41 a 53 cm de largura e 44 cm de espessura.

A altura das letras varia entre 6 e 6,5 cm nas linhas um, dois e cinco; e 6 a 7 cm nas restantes linhas (três, quatro e seis), excetuando os caracteres *-o* que registam, nas linhas quatro e seis, 5,5 cm de altura; e o caractere *-v* da quarta linha que ostenta uma altura de 7,5 cm.

O espaçamento interlinear regista 5 cm na primeira linha; 2,5 cm na segunda, terceira e quarta linhas; 1 a 2 cm na linha cinco; 2 cm na linha seis e, por último, 2 a 5 cm na sétima linha.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

No momento da sua identificação, a ara estava reutilizada como coluna de suporte de altar na Capela de S. Clemente, na aldeia de Furtado, com a face inscrita oculta. Atualmente, o monumento permanece na mesma capela, sob a guarda do Reverendo padre Luís Ferreira de Lemos, arcebispo de Fornos de Algodres. Na região regista-se o aparecimento de cerâmica de construção de cronologia romana e o achamento de uma segunda ara anepígrafa. Das imediações do local de proveniência da presente ara testemunha-se igualmente o culto a *Bandi* [AG.B18] e a *Munidi* [AG.M2].

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Caracteres de traço profundo e irregular. As três linhas iniciais apresentam um maior desgaste resultante da erosão na face frontal superior do monumento, pelo que a sua leitura apresenta algumas dificuldades. Na última linha regista-se uma tendência de alinhamento do texto à esquerda.

Na primeira linha, o *-d* sugerido, apresenta uma forma tendencialmente circular em consequência da curvatura da haste vertical do caractere. Poder-se-ia sugerir a leitura alternativa de um *-o*, sendo, no entanto, pouco provável de acordo com o sentido de toda a primeira linha onde constará o cognome do dedicante. Na segunda linha, a leitura do sexto e oitavo caractere (*-t* e *-j*) não é segura, em consequência da erosão sofrida no suporte. Na terceira linha, o caractere final parece ostentar uma curvatura anexa, assemelhando-se à letra *-r*; alguns autores superem, no entanto, a leitura de um *-i* em substituição de *-r*. O caractere *-p* apresenta a sua haste vertical inclinada para a direita; os EE ostentam hastes horizontais com formas e dimensões muito irregulares ao longo de toda a inscrição; A curvatura dos SS apresenta-se igualmente irregular, registando-se, no entanto, uma ligeira tendência para a inclinação à direita; os CC prolongam a sua curvatura na parte inferior para baixo do nível da linha onde são gravados. Caractere *-o* tendencialmente circular; LL de haste horizontal muito curta; e *-g* executado a partir da forma do caractere *-c* (com a haste curvatura alongada na parte inferior tal como foi referido anteriormente) à qual se acrescenta uma haste vertical curta. No final da última linha verifica-se um ponto de separação.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

PVDENS
COMPET (?) RI (?)
ARAS ER
COLLOVESEI
CAIELONI C
OSIGO S-

Leitura:

Pudens
Competri (filius)
Aras Er(?)
Collovesei
Caeloni C-
osigo S(acravit, vel –ancto)?

TRADUÇÃO: Pudens, (filho) de Competro, [...] aras a Colloveseis Caelonis Cosigo S [?].

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1986a; Encarnação 1987: 21; García Fernández-Albalat 1990: 252; Garcia 1991: nº 524; Vaz 1997: nº 33; Repas 2001.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Inês Vaz defende a leitura de *Ara(m) Ser(uit)* para a terceira linha; e *-osigos* para a sexta linha. Contudo, a última letra da terceira linha foi lida por Fernando Patricio Curado (1986a) como um *-i* em substituição do *-r* presentemente sugerido. Patricio Curado sublinha a semelhança entre o possível teónimo Collovesei e o antropónimo indígena *Lovesius*; e acentua igualmente a semelhança entre o radical do possível teónimo aqui apresentado (*Caelonicosigo*) e o radical testemunhado na inscrição rupestre de Lamas de Moledo ("*Caelobrigol*") (Curado, 1986a). O dedicante (*Pudens*) ostenta um nome latino, contudo, a sua possível filiação (*Competri*) não está documentada em nenhum outro testemunho epigráfico. Tratar-se-á de um indígena romanizado ou em vias de romanização. Fernando Patricio Curado defende que, pelo recurso à expressão *aras*, o monumento deverá ser posterior ao século II. A interpretação da epígrafe suscita grandes dificuldades uma vez que não se registam paralelos para o presente teónimo e epítetos. Trata-se de um monumento de forma pouco usual no âmbito dos testemunhos votivos da Beira Interior; apresentando, simultaneamente, uma gravação rude e de grande irregularidade.

EB.CR1

PROV: FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, GUARDA.

DEP.: NA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA SERRA DE MAROFA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito. Apresenta capitel muito fraturado e quase impercetível. O campo epigráfico encontra-se bastante erosionado e deteriorado.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 39,5 cm por 12,5 cm de largura e 12,5 cm de espessura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Localizado no cume da Serra da Marofa. A ara poderá ser proveniente do Castro da Serra da Marofa. (Cabral, 1969).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Na primeira linha inscrita verifica-se um maior espaçamento entre os caracteres -o e -r, contudo, não parece haver vestígios da existência de uma letra entre eles.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

CORVAE
PAT-EX
V-PATR
IS-A-P

Leitura:

Corvae
Pat(ernus) · ex-
v(oto) · Patr-
is · a(ram) · p(osuit)

TRADUÇÃO: A Coruae, por voto do pai, Paterno (?) colocou a ara. (Curado 1985c).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Cabral 1969: 3-11; Curado 1985c: 650-651; Garcia 1991: 301 nº 47; HEp 2, nº 794; Repas 2001.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O monumento suscita grandes dificuldades de leitura e interpretação. Dinis Cabral sugere a leitura de *Comin[us]/ Patex/ v(otum) Matr/is a(nimo) p(ersolvit)*. Fernando Patrício Curado relaciona este teónimo com o radical CORO-, sugerindo poder tratar-se de uma divindade ligada a questões bélicas. O local do seu achamento associa o teónimo ao castro de Marofa, podendo a divindade ser cultuada neste espaço. O dedicante, considerando a proposta de leitura apresentada por Fernando Patricio Curado, apresenta onomástica latina. O cognome *Paternus*, regista-se de forma muito abundante em toda a Península Ibérica verificando-se na Beira Interior num monumento achado em Orjais, concelho da Covilhã (ILER 717) e nos monumentos AG.B7 e AG.B11 já referidos. O teónimo sugerido no presente monumento caracteriza-se, em suma, por uma natureza duvidosa, pelo que a sua inclusão no panorama geral das divindades indígenas da Beira Interior deverá ser feito segundo grandes reservas.

EB.11

PROV: ALMORTÃO, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: NO JARDIM DA PROPRIEDADE DO SR. JOSÉ TRINDADE EM ALCAINS.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 63 cm por 29 cm de largura e 24,8 cm de espessura. As letras apresentam uma dimensão que varia entre 3,8 e 7 cm de altura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Descoberta numa dependência agrícola por detrás da capela de Nossa Senhora do Almortão, a 7 Km a nascente de Idanha-a-Nova, Castelo Branco.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Sem registo

INSCRIÇÃO

Transcrição:

IGAEDO
CAETRO
NIA
VITALIS
VLAP

Leitura:

Igaedo
Caetro-
nia
Vitalis

v(otum) l(ibens) a(nimo) p(osuit)

TRADUÇÃO: (A) Igaedo. Caetronia Vitalis cumpre voto de livre vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Almeida 1964: 65-73; AE 1967: 137; Blázquez Martínez 1975: 109; Encarnação 1975: 199-200; Encarnação 1987: 23; Garcia 1991: 331 n° 152; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 29.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual comum na Beira Interior com alusão ao teónimo, seguido da menção do dedicante, e, por último, da fórmula final de voto, também ela frequente na região. No que se refere ao dedicante, a sua menção consiste no gentílico *Caetronia*, acompanhado do cognome *Vitalis*, muito frequente na Península Ibérica. Na Beira Interior, *Vitalis* regista-se em cinco monumentos em Idanha (AE, 1967, 137, o presente monumento; AE, 1967, 159; CIL II 442; HAE 1157; HAE 1186); e em Rosmaninhal, ainda no concelho de Idanha-a-Nova (AE 1936, 7 e HAE 1204).

EB.LP1

PROV: POUSAFOLAS, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: MUSEU REGIONAL DA GUARDA (Nº DE INVENTÁRIO 1614).

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão grosseiro. O monumento encontra-se atualmente bastante desbastado, erosionado e fragmentado na face direita do capitel, em resultado das suas reutilizações. O capitel não apresenta toros ou fôculo. O fuste é composto, quer na sua parte superior que inferior, por duas faixas retangulares salientes e bastante altas. O campo epigráfico, sem molduras laterais, apresenta uma superfície bastante irregular. Ostenta uma base proeminente, simples, de arestas muito desgastadas.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura máxima de 22,5 cm por 24 cm de largura máxima e 23 cm de espessura registada na base. O campo epigráfico mede 22,5 cm de altura por 20 cm de largura. A dimensão dos caracteres caracteriza-se pela heterogeneidade, variando entre 3,6 e 4,5 cm de altura na primeira letra inscrita; 3,2 a 3,7 cm na segunda linha; 4 a 4,7 cm na linha três; 3 a 3,7 cm na quarta linha e, por último, 3,2 cm na última linha inscrita. O espaçamento interlinear caracteriza-se, igualmente, pela heterogeneidade, registando 0 cm na linha um; 1 a 2 cm na linha dois; 0,5 a 1,5 cm na linha três; 0,7 cm na quarta linha; 0 a 1,2 cm na quinta linha; e 0 cm na linha seis.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada durante a reconstrução da capela da Quinta de S. Domingos, na freguesia de Pousafolas, Concelho do Sabugal, distrito da Guarda. No mesmo local encontrou-se um segundo testemunho epigráfico a Laepo (EB.LP2) e mais de uma dezena de aras anepígrafas, podendo sugerir-se a existência na Quinta de Pousafolas de uma oficina epigráfica.



Ilustração 3: Ara de Pousafolas. Fot.:
Autor. Museu Regional da Guarda

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação de traço muito irregular. A segunda linha apresenta-se centrada no campo epigráfico, pelo contrário, a última linha inscrita apresenta-se nitidamente alinhada à direita. Na primeira linha, a letra -o apresenta uma dimensão bastante mais reduzidas que os restantes caracteres. Os SS apresentam uma curvatura pouco pronunciada e refletem uma tendência de inclinação para a direita. Fernando Patrício Curado sugere a possibilidade do monumento ter sido gravado em dois momentos diferentes, baseando o seu pressuposto na inscrição da fórmula final de voto previamente ao dedicante (aspeto pouco usual na região) e no diferente alinhamento registado na segunda e quinta linhas. A confirmar-se a existência de dois momentos de gravação, estamos perante mais um indício da existência de uma oficina epigráfica.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

LAIIPO

·V·S·

BASSV

SVRIA

TI·F·

Leitura:

Laiipo

·v (otum)·s (olvit)·

Bassu-

s Vria-

ti · f(ilia)·

TRADUÇÃO: (A) Laepo. Cumpriu o voto Basso, filho de Viriato.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Blázquez Martínez 1962: 66; Blázquez Martínez 1975: 51; Encarnação 1975: 152-153; Curado 1984c: nº 28.2; Encarnação 1987: 26; Garcia 1991: 333-334 nº 157; García Fernández Albalat 1990: 330; Olivares Pedreño 2002: 30.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Todos os monumentos consagrados a Laepus provêm da Quinta de S. Domingos, onde se localiza a inscrição rupestre de Cabeço de Fráguas. Organização textual pouco frequente com alusão de teónimo, sem epítetos, seguido da fórmula final de voto (segundo padrões comuns na região), e, por último, da menção do dedicante. Tal como já foi referido, a composição textual usada poderá ser indicador da existência de uma oficina epigráfica na região de onde provém o presente monumento. No que se refere ao dedicante estaremos muito provavelmente perante um indígena romanizado: *Bassus* é um *cognome* comum no império romano e na Península Ibérica registando-se na região da Beira Interior num monumento achado em Telhado, concelho do Fundão, associado ao patronímico *All[u]cqui* (AE, 1967, 150); e em dois monumentos provenientes de Idanha (HAE 1090; AE, 1909, 244) onde surge associado aos cognomes de filiação *Maturoui* e *Tangini*. No que diz respeito a *Viriatus*, o cognome regista-se abundantemente na Península Ibérica nas suas variadas formas (*Viriatis*, *Viriatus*, *Virius*). Segundo Fernando Patrício Curado o monumento poderá ser atribuído a uma cronologia da segunda metade do século II.

EB.LP2

PROV: POUSAFOLLES, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: MUSEU MUNICIPAL DO SABUGAL [Nº (ARQ). A. 15.112]

ANÁLISE DE SUPORTE

Árula em granito de grão fino e cor clara. O monumento apresenta-se fraturado no lado direito da face frontal na zona do capitel; e na face direita da base e parte inferior do campo epigráfico. Apresenta capitel com fôculo circular de aproximadamente 7 cm de diâmetro e paredes alteadas. O fuste separa-se do capitel por uma pequena depressão e compõe-se de dois filetes localizados após o capitel e acima da base. O campo epigráfico não apresenta moldura lateral e foi alvo de polimento previamente a receber a inscrição. A parte inferior do fuste alberga a última linha da inscrição. A base encontra-se atualmente muito fraturada e erosionada, apresentando uma reduzida evidencia por comparação com o capitel.

DIMENSÕES

O monumento apresenta capitel com 8 cm de altura; 15,5 cm de largura e 13 cm de espessura (que corresponde à espessura máxima assinalada). A base regista uma altura de 6,5 cm por uma largura de 16 cm (ainda que fraturada) e uma espessura de 12 cm. A árula apresenta uma altura máxima de 26,1 cm. O campo epigráfico regista uma dimensão de 11,6 cm de altura e 14,7 cm de largura. A altura das letras varia entre 3,4 cm na primeira e terceira linhas inscritas; 3,2 cm na segunda linha e 3 cm na quarta linha, excetuando todos os caracteres OO que registam dimensões de 2,8 cm. O espaçamento interlinear varia entre 0 cm nas linhas um e quatro e 0,8 cm nas linhas dois e três.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada durante as obras de recuperação da capela privativa da Quinta de S. Domingos, na freguesia de Pousafoles, Concelho do Sabugal, distrito da Guarda. No mesmo local encontrou-se um segundo testemunho epigráfico a Laepo (EB.LP1) e mais de uma dezena de aras anepígrafas.



Ilustração 4: Árula de Pousafoles. Fot.; Marcos Osório, cedida pelo Museu Municipal do Sabugal.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

As duas linhas iniciais da inscrição apresentam um traçado mais fino e menos profundo do que a restante gravação. Caracteres de traçado irregular. A última linha inscrita, contendo parte da fórmula final de voto, foi gravada sobre a parte inferior do fuste revelando uma paginação deficiente. Os *-OO* apresentam dimensões mais reduzidas do que os restantes caracteres, os *-TT*; os *-LL*; os *-EE* e o *-g* apresentam hastes curtas. Os *-VV* ostentam dimensões de abertura das suas hastes distintas entre si. Os *-AA* não registam travessão horizontal. Os *-SS* apresentam uma curvatura pouco pronunciada e revelam uma tendência de inclinação para a direita. O caractere *-/* sugerido como primeira letra da quarta linha inscrita encontra-se parcialmente apagado.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

TANGINV
S·LBOVTI
LAEPO·A
L·V·S·

Leitura:

Tanginu-
s· L(ucii) Bouti(i) (filius)
Laepo· a (nimo)
l(ibens) · v(otum) · s(olvit)·

TRADUÇÃO: Tangino, filho de Lúcio Butio. (A) Laepo cumpriu de boa vontade o voto.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1984c: nº 28.1; AE 1984: 480; Encarnação 1987: 26; García Fernández Albalat 1990: 330; Garcia 1991: 333 nº 158; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 30.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual comum na Beira Interior, composta pelo dedicante, seguido do teónimo, sem associação a epítetos, e, por último, a fórmula final de voto, também ela segundo padrões recorrentes na região. O dedicante e a filiação são comuns na Beira Baixa. *Tanginus* apresenta-se como um cognome comum na Hispânia, registando-se de forma muito abundante na região da Beira Interior, em onze monumentos achados em Idanha (HAE, 1144; CIL II 446; AE, 1909, 244; AE, 1967, 147; AE, 1967, 181; HAE 1078; HAE 1185; AE, 1967, 156; HAE 1132; AE, 1967, 178; HAE 1169); em três monumentos provenientes do Fundão (AE 1977, 362; AE, 1977, 366; AE, 1977, 379); em quatro monumentos achados no Sabugal (CIL II 457; AE, 1989, 388; AE, 1988, 695; AE, 1988, 694), num testemunho oriundo de Almeida, Guarda (HEp 2, 790), e, por último, regista-se igualmente em Ninho de Açor, distrito de Castelo Branco, sob a forma de *Tangius* (AE, 1936, 5). O cognome *Bouti* é igualmente abundante na Beira Interior, apresentando paralelos em Benespera, distrito da Guarda (CIL II 458 e HEP 2, 795); Capinha, concelho do Fundão (AE 1977, 356 e HEP 3, 471); Escalos de Cima, no distrito de Castelo Branco (AE, 1985, 530); em três monumentos provenientes de Idanha (AE, 1967, 154; HAE 1091; HAE 1144); e, por último no concelho de Penamacor (HEp 1, 676). Leite Vasconcelos e Encarnação, nos seus estudos iniciais do monumento, referem a inscrição como sendo dedicada a *Caepo*, leitura posteriormente corrigida.

EB.LP2

PROV: POUSAFOLLES, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: MUSEU REGIONAL DA GUARDA (COLEÇÃO PARTICULAR EM DEPÓSITO)

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão fino. Apresenta capitel composto de um pequeno fóculo circular e de toros localizados na lateral do monumento. O capitel separa-se do fuste por uma pequena depressão. O fuste, por sua vez, compõe-se, na sua parte superior, de uma faixa retangular, bastante alta, e que se repete, após o campo epigráfico, na sua parte inferior. A base é ligeiramente mais estreita que o fuste. Apresenta decoração em todas as faces.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 32,5 cm por 17 cm de largura e 16 cm de espessura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada na Quinta de S. Domingos, freguesia de Pousafoles, concelho do Sabugal, Guarda.



Ilustração 5: Ara de Pousafoles. Fot. autor. Museu Regional da Guarda.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação muito deteriorada e apagada. Devido à patina que se formou sob o campo epigráfico, torna-se, atualmente, quase impossível a leitura da mesma. A transcrição proposta foi sugerida pelo Museu Regional da Guarda uma vez que o texto se encontra atualmente impercetível.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

L·SVNVA
MAELA
MAPO·

Leitura:

L(aepo)·Sunua
Maela
Ma(ter) Po(suit)

TRADUÇÃO: A Laepo, Suna Maela, pela mãe colocou (a ara). [Leitura sugerida pelo museu].

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

AE 1984: 481; Olivares Pedreño 2002: 30.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual composta, possivelmente, pelo teónimo representado apenas pela inicial *-l*, seguido da menção do dedicante e da fórmula final de voto. A forma como o teónimo é aqui apresentado é coerente com a ideia já avançada da existência de um culto generalizado a esta divindade na região de Pousafoles do Bispo. Deve ter-se, no entanto, em consideração que, na impossibilidade de confirmar a leitura aqui sugerida, o estudo e a interpretação do presente monumento implica evidentes limitações. No que se refere ao dedicante, *Maela*, apresenta-se como um cognome comum na Beira Interior, quer na sua forma feminina, atestada em Idanha (AE, 1967, 156); quer na sua variante masculina *Maelo*, atestado em igualmente em Idanha, em três monumentos (AE 1967, 147; HAE 1125; HAE 1163); em Pinhel (AE, 1986, 299); e em duas epígrafes provenientes de Penamacor (AE, 1967, 134; HEp 2, 676). *Sunua* apresenta testemunhos abundantes em toda a Península Ibérica, registando-se na Beira Interior em Idanha (HAE 1143; HAE 1146); Orjais, concelho da Covilhã (AE, 1983, 471), Monsanto (AE, 1936,4); e Sabugal (AE, 1960, 189; HAE 1185).

EB.LP4

PROV: POUSAFOLLES, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

ANÁLISE DE SUPORTE

Árula em granito de grão médio. O monumento apresenta capitel composto de dois toros laterais e um fôculo circular. O capitel separa-se do fuste por uma depressão de pequenas dimensões, mas bastante profunda, que circunda todo o monumento. O campo epigráfico foi alvo de polimento previamente a receber a inscrição, não apresentando molduras laterais. Base simples, pouco proeminente e fracturada no lado esquerdo da sua face frontal. A ornamentação do monumento está patente em todas as suas faces.

DIMENSÕES

Sem registo.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Encontrado na Quinta de S. Domingos, freguesia de Pousafoles, no sopé do Cabeço onde se testemunham diversos testemunhos materiais de cronologia romana juntamente com um grande número de aras.

125



Ilustração 5: Árula de Pousafoles. Fot.: Autor. Museu Nacional de Arqueologia.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação pouco profunda. Ostenta caracteres com traçado irregular. A inscrição apresenta-se centrada nas três linhas iniciais e na última linha inscrita; e alinhada à esquerda na quarta linha, bem visível pela colocação do único caractere gravado, no canto esquerdo do campo epigráfico. Na linha inicial, o P ostenta uma pança pronunciada e o -O, de forma circular perfeita, apresenta dimensões ligeiramente mais reduzidas em comparação com os restantes caracteres. Na segunda linha, o -f é de hastes curtas e o -r apresenta haste oblíqua que parte da pança (sem ligação à haste vertical). É possível que no final desta linha se tenha gravado um sexto caractere, atualmente apagado. Na última linha inscrita destaca-se o -s final, de maiores dimensões e de curvatura alongadas e pouco pronunciadas.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

LAEPO
FIRMV[S]
SABINAE
L
V·L·S

Leitura:

Laepo
Firmu[s]
Sabinae
l(ibertus)

v(otum) · l(ibens) · s(olvit)

TRADUÇÃO: Laepo. Firmo, liberto de Sabina, cumpriu voto de livre vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Vasconcelos 1909: 618-620; Blázquez Martínez 1962: 66; Encarnação 1975:152-153; Encarnação 1987: 26; García Fernández-Albalat 1990: 330; García 1991: 333 n° 159; Repas 2001.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A ara foi inicialmente interpretada por Leite Vasconcelos; Blázquez Martínez e José d'Encarnação como consagrada a *Caepus*. Apenas a leitura atribuída às restantes aras dedicadas ao teónimo *Laepo* permitiram a correta interpretação deste monumento. Organização textual comum nos monumentos votivos da Beira interior, com alusão ao teónimo seguido do dedicante e, por último, a fórmula final de voto. O dedicante, é mencionado como *Firmus*, liberto de *Sabinae*. *Firmus*, apresenta-se como um nome amplamente testemunhado na Península Ibérica, registando-se na Beira Interior em Idanha (HAE 1099) e em Escalhão, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, como liberto de *Modesti* (CIL II 433 e HEp 2:793). No que diz respeito ao cognome *Sabinae*, o mesmo é testemunhado em Idanha (AE, 1967, 163); e Alcária, concelho do Fundão (Inês Vaz 1977: 12 n° 6).

EB.Q1

PROV: GRANJA DOS BELGAIOS, IDANHA-A-NOVA. CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ

ANÁLISE DE SUPORTE

Parte superior de uma ara em granito de grão grosseiro. O monumento compõe-se de um capitel muito fraturado e erosionado, sem vestígios de toros ou fôculo, não podendo, no entanto, assegurar-se a sua inexistência, em consequência do mau estado da parte superior da ara. Do fuste mantem-se somente, na face frontal, vestígios de dois filetes que coroam o campo epigráfico, elemento também ele muito erosionado.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 38 cm por 26 cm de largura e 26 cm de espessura. As letras apresentam dimensões que variam entre 4 cm na primeira e terceira linhas inscritas e 3,5 cm na segunda linha.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada em Granja dos Belgaios, próximo do rio Ponsul e de Ladoeiro. O monumento foi encontrado juntamente com o fragmento inferior de uma segunda ara muito deteriorada e erosionada da qual não é possível a leitura da inscrição. No local detetam-se vestígios de ocupação romana.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação profunda e muito irregular em consequência da própria irregularidade do suporte. A primeira e segunda linhas da inscrição apresentam caracteres com uma dimensão ligeiramente maior do que as duas restantes linhas. A leitura das letras *-σ*, *-p* e *-a* da primeira linha suscitam algumas dúvidas devido à erosão do campo epigráfico. O carácter *-σ* inicial, (do qual somente resta a metade direita) foi primeiramente lido por Manuel Garcia como um *-d*, interpretação pouco provável se tivermos em conta o segundo testemunho consagrado ao teónimo Oipaengia (EB.O2) e a dificuldade de leitura que resulta da grande erosão sofrida na zona inicial do campo epigráfico (contudo, os vestígios que restam do carácter tornam possível a sua leitura como *-d*). O *-g* inicial da segunda linha, apresenta a haste horizontal apagada (sendo inclusivamente lido como *-c* por Manuel Garcia). Os caracteres *-SS* na terceira e quarta linha encontram-se parcialmente apagados.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

OIPAIN

GIAE

MARCIVS

RVFVS

[...]

Leitura:
OIPAIN
GIAE
MARCIVS
RVFVS
[...]

TRADUÇÃO: Oipaegia. Márcio Rufos.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Pessoa 1932: 123-124; Garcia 1984: 53-54; Garcia 1991: 308 n° 60; HEp 5 307 n° 991; Olivares Pedreño 2002: 31.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

As primeiras referências ao presente monumento associam-no ao teónimo *Dispaincia*, em consequência de um grande desgaste do suporte na zona onde a primeira parte do nome da divindade está inscrita (Pessoa 1932; Garcia 1984). A leitura do teónimo é corrigida em resultado da descoberta de um segundo testemunho a Oipaengia [LF.O2]. O dedicante compõe-se de dois nomes latinos. *Marcus* regista-se, na sua forma feminina, em Idanha, como patronímico (CIL II 448) e sob a forma de *Márcio* em Cória, na região de Cáceres (CIL II 773). *Rufus*, apresentando abundantes testemunhos por toda a Península Ibérica.

EB.Q2

PROV: LADOEIRO, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: EMBUTIDA NA PAREDE DE UMA CASA EM LADOEIRO

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão fino em bom estado de conservação. Capitel simples, sem fúculo ou toros. Fuste constituído, na sua parte superior e inferior, por três cordões que circundam todo o monumento. Base simples, sem elementos ornamentais, de arestas arredondadas e formato tendencialmente retangular. O monumento apresenta decoração em todas as faces. O campo epigráfico não apresenta moldura lateral, tendo sido alvo de polimento previamente a receber a inscrição.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura máxima de 48 cm por 23,4 cm de largura máxima, registada na base (23 cm no capitel e 22,3 cm de largura no fuste) e 16 cm de espessura registados simultaneamente na base e no capitel. O campo epigráfico apresenta uma altura de 25 cm por 22,5 cm de largura. As letras registam uma altura média de 3 cm. Os espaços interlineares variam entre 2 cm na primeira linha inscrita; 1,5 cm na segunda linha; 1 cm na terceira linha; 0,5 cm na quarta linha, e por, fim, 7 cm na última linha.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento apresentava-se embutido na parede de uma casa de habitação em Ladoeiro, freguesia e concelho de Idanha-a-Nova. Apesar de se desconhecer o seu contexto original, pensa-se que poderá ser procedente da Granja dos Belgaios.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação de traço profundo, bem conservado e de leitura clara. Revela preocupação de paginação, visível através do alinhamento do texto segundo um eixo de simetria central, bem perceptível no grande distanciamento verificado entre as letras -v e -s na última linha, de forma a conseguir o alinhamento da inscrição. A disposição dos caracteres foi igualmente planeada, registando-se o teónimo na primeira linha, o dedicante e a sua filiação na segunda e terceira linhas, respetivamente; e a fórmula final de voto na quarta linha inscrita. Não se recorre a pontos de separação entre as palavras ou siglas. A leitura do caractere -e, na primeira linha inscrita, não é clara em consequência do desaparecimento da haste horizontal intermédia da letra, contudo, revela-se muito provável. Do caractere -s na última linha, somente se identifica vestígios da curvatura. Os -OO apresentam uma forma circular perfeita; -AA apresentam travessão centra e o -v regista uma grande abertura das suas hastes. Os caracteres -PP registam panças de pequenas dimensões, apresentando-se mais estreitos e esguios que a generalidade das letras.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

OIPAENGI
APANA
PISSIRI
VS

Leitura:
Oipaengi(ae)
Apana
Pissiri (filia)
v(otum) s(olvit)

TRADUÇÃO: Oipaengia. Apana, filha de Pissiro, cumpriu o voto.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Encarnação 1987: 15; Amaro 1993; AE 1993: 891; HEp 5: 306 nº 991; Olivares Pedreño 2002: 31-32.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Considerando a descoberta de materiais de cronologia romana na região e o achamento do presente monumento, Maria João Amaro sugere a possibilidade de existir na Granja dos Belgaios um santuário de consagração a Oipaengia (Amaro 1993). Organização textual comum nos monumentos votivos da região, com alusão ao teónimo, sem associação a epítetos, seguido do dedicante e, por último da fórmula final de voto (segundo a norma comum adotada na região). No que *s* refere ao dedicante, *Apana* regista-se em diversos testemunhos epigráficos na Península Ibérica, apresentando-se, no entanto, rara na Beira Interior, onde é mencionada somente no presente monumento. Contudo, a sua forma masculina *Apano* testemunha-se no Fundão (AE, 1977, 363). O patronímico *Pissiri* regista-se, com um único *-s*, em Alpedrinha, e na freguesia de Orca, ambas integradas no concelho do Fundão (AE, 1967, 141; AE, 1936,6); Com dois *-ss*, testemunha-se sob a forma de *Pissirea* em Cárquere, distrito de Viseu (AE, 1986, 290).

RA.E1

PROV: IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: NA CAPELA DE SANTA MARINHA, IDANHA-A-NOVA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em bom estado de conservação.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 97 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A ara encontrava-se depositada no interior da capela de Santa Marinha em associação com uma ara anepígrafa e com o monumento RA.E2, sendo identificada durante as obras de restauração da capela em 1987. Foi dada a conhecer, pela primeira vez, em 1988 no I congresso Arqueológico de Viseu. Nas proximidades da zona de achado encontra-se diversos materiais de superfície de cronologia romana.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Leitura clara da inscrição possibilitada pelo bom estado de conservação dos caracteres e pelo seu traçado regular. A inscrição compõe-se de seis linhas, apresentando-se, primeiramente, o dedicante, seguido do teónimo associado a dois epítetos e da fórmula final de voto. Nítida intensão de gravar cada uma das designações da divindade em linhas individualizadas (bem perceptível pela heterogeneidade na extensão das linhas patente na gravação de cinco caracteres correspondentes ao primeiro epíteto na quarta linha e pelo contraste conseguido com a gravação de onze caracteres na quinta linha inscrita).

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ANDERCIVS
AELVCQVIF
ERBINE·
IAIDI·
CANTIBIDONE
V·L·A·S·

Leitura:
Andercius
Aelucquius f(ilius)
Erbine-
laidi-
Cantibidone
v(otum) · l(ibens) · a(nimo) · s(olvit) ·

TRADUÇÃO: Andercio, filho de Aeluquio. (A) Erbina laeda Cantibidona (ou Cantibidioniense) cumpriu de bom grado o voto

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1988: 6; García 1991: 331 n° 151; García Fernández-Albalat 1993-1994: 838-401; HEp 4: 11042; HEp 5: 307 n° 992; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002:31.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual frequente na Beira Interior portuguesa com alusão ao dedicante (com a respetiva filiação); seguido do teónimo acompanhado de dois epítetos; e, por último, a fórmula final de voto (igualmente recorrente na região). O dedicante ostenta um antropónimo e uma filiação indígenas. *Aelucquius* encontra paralelos sob a forma de *Alluquius* em Valença (CIL II 2465); é testemunhado sob a forma de *Aluquius* em Rio Tinto (CIL II 961); e *Alucius* em Villamejía (HAE 752), Villamiel de Cória (CIL II 737) e Lamego (CIL II 5248). Por último testemunha-se o cognome *Allucquius* na Egitânia revelando-se uma concentração predominante do cognome e suas variantes na região vulgarmente atribuída aos Lusitanos. *Alluquius* poder-se-á igualmente relacionar com o cognome *Allius*, com o qual partilha o mesmo âmbito geográfico (correspondendo ambos a variantes do mesmo radical); e com o cognome *Allicia*, *Alicia* e *Alleicea*, igualmente testemunhados na mesma região. *Andercus* regista-se em Valença, na variante do cognome *Anderqus* (CIL II 2465). Em Cáceres e Conímbriga encontramos monumentos com referência a *Andercus*. Igualmente em Cáceres (Monroy) testemunha-se o cognome *Andercia*.

RA.E2

PROV: IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: NA POSSE DA COMISSÃO DE RESTAURO DA IGREJA DE SEGURA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em bom estado de conservação.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 94 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Encontrada por Blanca García Fernández-Albalat e por Pedro Salvado em 1987 durante a investigação levada a cabo na Beira Baixa. A ara encontrava-se depositada no interior da capela de Santa Marinha em associação com uma ara anepígrafa e com monumento RA.E2. Foi identificada durante as obras de restauração da capela e dada a conhecer pela primeira vez em 1988 no I congresso Arqueológico de Viseu.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Caracteres de traçado regular e em bom estado de conservação, permitindo uma leitura clara da inscrição. É composta por seis linhas, apresentando primeiramente o dedicante, seguindo do teónimo acompanhado de dois epítetos (que ocupam a parte final da segunda linha e as terceira, quarta e quinta linhas) e, por último, menciona a fórmula final de voto comum na região da Beira Interior. Apresenta uma separação entre os dois epítetos de características bastante invulgares, assumindo uma forma triangular e contrastando com os restantes pontos de separação que se formam a partir do talhe de uma pequena concavidade circular no suporte.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

CAPPIO·PI
SIRI [F] ERBI
NE·IAIDI ▲
CANTIBI
DONE·
L·A·V·S·

Leitura:

Capio Pi-
Siri [f(i)lius]. Erbi-
Ne. laidi
Cantibi-
done-
l(ibens) · a(nimo) · v(otum) · s(olvit)

TRADUÇÃO: Capio, filho de Pisirus, cumpriu de bom grado o voto feito a Erbina laeda Cantibidona (ou Cantibidoniense).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1988: 6; García 1991: 331 n° 150; García Fernández-Albalat 1993-1994: 338-401; HEp 4: 1043; HEp 5: 307 n° 992-993; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 31.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Apresenta uma organização textual comum na região da Beira interior (composta pela menção do dedicante, seguida do teónimo e da fórmula final de voto, também ela enquadrada nas tipologias verificadas para estes monumentos na região). A separação invulgar que é feita no final da terceira linha inscrita, através de uma concavidade em triângulo, realça os epítetos associados ao possível teónimo Erbina. Destaque-se igualmente o facto de se testemunhar nesta epígrafe o culto a uma divindade a quem se atribui três designações (teónimo e dois epítetos), pouco frequente nos monumentos votivos da região, não sendo, no entanto, caso único, testemunhando-se inclusive a sua utilização no segundo monumento conhecido ao teónimo Erbina. No que diz respeito ao dedicante, *Capio* é um antropónimo latino correspondente da forma *Caepio*. O referido cognome testemunha-se na Península Ibérica num único monumento achado em Medelim e onde consta sob a forma de *Capia Albonia* (CIL II 600). *Pisirus* corresponde a um antropónimo indígena testemunhado em abundantes epígrafes, sob a forma aqui apresentada ou com dois *-SS* (*Pissirus*), na região da Lusitânia.

RA.Q1

PROV: SORTELHA, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: EM POSSE DE PATROCÍNIO CLARA EM SORTELHA

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara de granito claro de grão grosseiro. Apresenta capitel baixo, composto por dois toros bastante deteriorados e por um fôculo retangular. A separação do fuste é conseguida por um pequeno rebaixamento. O fuste, por sua vez, compõe-se de astrágalo, de dimensões ligeiramente inferiores ao capitel, e de um pequeno filete. Na sua parte inferior, a separação em relação à base é feita através de uma faixa de 7 cm de altura. Apresenta uma base tendencialmente quadrangular, de arestas muito desgastadas e fraturada na sua face frontal e direita. O monumento apresenta decoração na face frontal e lateral.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura máxima de 63,5 cm por uma largura de 41 cm (registada no capitel) e 30,5 cm de espessura (no capitel e fuste). O capitel apresenta uma altura de 5,5 cm, o fuste 42 cm de altura e, por último, regista 16 cm de altura na base. O fôculo regista uma dimensão de 12,5 cm por 14,5 cm. Campo epigráfico apresenta uma dimensão média de 24,5 cm de altura e 30,5 de largura. A altura das letras varia entre 3,5 a 4 cm nas linhas um e dois; 4 a 5 cm na linha três, apresentando o último -v uma dimensão mais reduzida de 3,5 cm; e 4 a 4,5 cm na última linha inscrita. O espaçamento interlinear regista 1 cm na primeira linha da inscrição (apresentando-se, no entanto, os caracteres -t e -a sem espaçamento entre si). Apresenta uma variação de 1,5 a 2 cm na linha dois; 1 a 2,5 cm na linha três e uma variação entre 1 a 2 cm na quarta linha inscrita.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Ara encontrava-se reaproveitada num palheiro existente no Bandurro sendo levada para Sortelha por Patrocínio Clara. Atualmente encontra-se depositada no Museu Municipal, entidade à qual foi oferecida. O monumento foi encontrado nas imediações de uma região onde se registam vestígios romanos, entre os quais o capitel de uma coluna. Na mesma região encontrou-se a parte inferior de uma ara anepígrafa e o fragmento de uma segunda inscrição dedicada igualmente a Quangeios (RA.Q2). O local da sua descoberta localiza-se na margem direita de um pequeno curso de água designado de Ribeira da Nave que poderá corresponder a uma *villa* ou a um *Vicus*.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A gravação caracteriza-se por um traço profundo e largo. Apresenta-se bastante irregular devido à má qualidade do suporte. No que diz respeito à paginação destaca-se o efeito de estrangulamento registado nas três linhas iniciais da inscrição que contrapõe com a última linha inscrita onde consta somente a fórmula final de voto expresso em dois caracteres muito afastados entre si, posicionados juntos aos limites laterais do campo epigráfico. Destaca-se uma ligeira tendência de inclinação dos caracteres para a direita, mais pronunciada nos -SS e nos -NV. O -g apresenta haste muito curta, assemelhando-se a um -c. O -q do teónimo caracteriza-se por uma haste oblíqua muito alongada. Por último destaca-se a haste oblíqua do -r que parte da pança e não da haste vertical.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

TANGINVS
TVRANI.F
QVANGEIV
V.S

Leitura:

Tanginus
Turani f(ilius)
Quangeiu
v(otum). s(olvit)

TRADUÇÃO: Tangino, filho de Turânio, cumpriu voto a Quangeio

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1987c; Encarnação 1987: 29; AE 1988: 695; Garcia 1991; HEp 2: nº 805; Olivares Pedreño 2002: 28-29.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O teónimo apresenta dativo em *-u*. Organização textual comum nos monumentos votivos da Beira Interior com alusão ao dedicante e respetivo patronímico; seguido do teónimo sem associação a epíteto, e, por último da fórmula final de voto. A antroponímica é conhecida na região, testemunhando-se o cognome Tangino em onze monumentos provenientes de Idanha (HAE 1144; CIL II 446; AE 1909: 244; AE 1967: 147; AE 1967: 181; HAE 1078; HAE 1185; AE 1967: 156; HAE 1132; AE 1967: 178; HAE 1169); em cinco monumentos achados no Sabugal, nomeadamente, na freguesia de S. Estevão (CIL II 457); na freguesia de Vila Boa (AE 1989: 388), na freguesia de Pousafoles (AE 1984: 480); na freguesia de Sortelha (AE 1988: 695); e na Aldeia da Ponte (AE 1988: 694); e, por último, em três monumentos provenientes do Fundão (AE 1977: 362; AE 1977: 366; AE 1977: 379). O patronímico é menos comum, registando-se somente, na Beira Interior, na região de Idanha, sob a forma de *Turantius* (AE 1967: 156). Em território nacional, esta região é a mais setentrional com identificação do culto a esta divindade.

RA.Q2

PROV: SORTELHA, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: GABINETE DE ARQUEOLOGIA DO SABUGAL

ANÁLISE DE SUPORTE

Trata-se de um fragmento de granito de grão grosseiro que corresponde à metade inferior de uma ara, sendo que a fratura foi feita acima da atual linha 1. A ara apresenta-se muito erosionada, estando particularmente danificada a sua base que, originalmente, apresentaria três cordões de dimensões semelhantes.

DIMENSÕES

Salvaguardando-se o facto do monumento se encontrar fraturado, atualmente apresenta uma altura de 20 cm (correspondentes a 11 cm de fuste e 9 cm de altura na base); por uma largura máxima de 24,5 cm (registada na base e 21 cm no fuste) e uma espessura de 14,5 cm no fuste e 18 cm na base. O campo epigráfico regista 11 cm de altura por 21 de largura. A altura das letras apresenta uma variação de 2,5 cm no -f da primeira linha inscrita; 3 a 3,5 cm na linha dois; e, uma variação de 2,5 no -v a 3,5 cm no -s da última. linha. No que diz respeito aos espaços interlineares, estes apresentam-se nulos na linha um e dois, registando somente 1 cm no -v da terceira linha inscrita

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Tratar-se-á de uma ara encontrada em prospeção na freguesia de Sortelha na região de Ribeira da Nave, num local com os topónimos de Bandurro e Tapada da Laje. Foi descoberta juntamente com o monumento RA.Q1 e com o fragmento inferior de uma ara anepígrafa.



Ilustração 7: Fragmento de ara de Sortelha. Fot. autor. Gabinete de Arqueologia do Sabugal.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição é pouco nítida devido ao estado de deterioração da ara. A gravação é bastante irregular. Na primeira linha é possível identificar uma barra vertical que, segundo o autor, deverá corresponder à sigla de filiação do dedicante que deveria constar na linha antecedente, onde a fratura foi feita. Na linha 2 é visível a parte inferior de um *-g* com haste bastante prolongada; o *-v* (ainda na linha 2) é bem impercetível. Nesta mesma linha é possível ler um *-a*, um *-n*, estando, no entanto, a sua segunda haste bastante apagada; um *-g* e, por fim, os caracteres *-ei*. Uma possível letra final (*-o* ou *-i*) terá desaparecido. No que diz respeito à forma de gravação: as linhas encontram-se descaídas para a direita, sendo que, na linha 1, o tamanho das letras diminui da esquerda para a direita. O formulário final foi dividido por duas linhas.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

(...)
F
[...] ANGEI [...]
AL
VS

Leitura:

(...)
f (ilius)
[Qu]angei[o]
a(animo) l(ibens)
v(otum) s(olvit)

TRADUÇÃO: (...) cumpriu de bom grado o voto a Quangeio

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1987c; Encarnação 1987: 29; AE 1988: 696; Olivares Pedreño 2002: 28-29.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A fracturação e erosão do monumento dificultam a sua leitura e interpretação. As últimas duas linhas corresponderão possivelmente à fórmula final de voto (que seguem assim a norma comum nos monumentos votivos da Beira Interior). O teónimo deverá estar expresso na segunda linha passível de leitura, faltando-lhe o caractere inicial e as letras finais. O *-f* patente na primeira linha deverá corresponder à sigla de filiação, desconhecendo-se, no entanto o patronímico e restantes cognomes do dedicante.

RA.Q3

PROV: ARANHAS; PENAMACOR; CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU DE PENAMACOR

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão médio, em avançado estado de desgaste e deterioração. O monumento apresenta um capitel muito erodido, desprovido de toros e fôculo e fraturado na aresta esquerda e posterior. O fuste separa-se do capitel por uma pequena concavidade, apresentando um filete quadrangular na sua parte superior e dois cordões que estabelecem a separação em relação à base do monumento. A base, por sua vez, apresenta-se baixa, de arestas muito desgastadas e fraturada na sua face direita. Os referidos elementos ornamentais registam-se somente na face frontal e faces laterais do monumento. O campo epigráfico foi previamente polido antes de inscrito e, regravado (na parte inferior do campo epigráfico), em período posterior.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 74 cm por 36 cm de largura e 24 cm de espessura. O campo epigráfico caracteriza-se por uma altura de 50,5 cm e uma largura que varia entre os 33 e 34 cm. Os caracteres inscritos apresentam dimensões de 6 cm na primeira linha (apresentando o -o uma altura mais reduzida de 3 cm); 5 cm na linha dois (novamente apresentando o -o uma dimensão mais reduzida de 3 cm); e, por último, 6 cm na última linha inscrita. Apresenta um espaçamento interlinear de 3 cm na primeira linha; 1,5 cm na linha dois; 2 cm na terceira e quarta linhas, e, por último, 20 cm na última linha inscrita.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Ara foi reaproveitada numa das colunas que sustentam o alpendre junto à capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Atualmente encontra-se depositada no Museu Municipal de Penamacor.



Ilustração 8: Ara de Aranhas. Fot.: Autor. Museu Municipal de Penamacor

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição apresenta 4 linhas gravadas na metade superior do campo epigráfico. Na metade inferior (e parcialmente sobreposto com as letras *-vs*), inscrevem-se os caracteres *AM/1865/22*. Este segundo conjunto de elementos apresenta um traçado mais largo, profundo; e encontra-se em melhor estado de conservação; tornando evidente a existência de duas faces distintas de gravação: uma inicial, composta pelas primeiras quatro linhas inscritas, e, uma segunda fase, possivelmente gravada em 1865, ao dia 22, onde constam a menção da data e as siglas possivelmente referentes à fórmula religiosa cristã *Avé Maria*). No que diz respeito à inscrição original, destaca-se o elevado grau de deterioração da mesma no lado direito do monumento, em consequência, os caracteres finais *-o* das segunda e terceira linhas encontram-se atualmente apagados, sendo a sua existência e leitura pouco segura. O mesmo se verifica com o *-q* inicial da terceira linha, do qual somente restará a metade direita do caractere, encontrando-se a haste oblíqua apagada. Fernando Patrício Curado sugere inicialmente uma leitura de *-d* em substituição do *-q* aqui proposto (opinião que corrige em artigos posteriores). Pode igualmente tratar-se de um *-o*, não sendo, no entanto provável essa interpretação. A opção de leitura de *-q* baseia-se fundamentalmente nos restantes testemunhos encontrados, na região, consagrados à divindades *Quangeios*. Na terceira linha, o desgaste do suporte não permite definir com exatidão a leitura de *-TVREIV* ou, em substituição *-TURENI*, considerando, neste caso, a existência de um nexa entre um eventual *-n* e um *-i* (dificuldade de leitura já avançada por Curado). José Manuel Garcia e, em artigos posteriores, Patrício Curado sugerem a leitura de um *-f* em substituição do segundo *-v* [*TVREI F(i)lius*]. O desgaste atual do monumento não permite conhecer com exatidão a correta leitura. Regista-se, atualmente, um único ponto de separação patente no final da fórmula final de voto, na quarta linha inscrita. A gravação posterior dos caracteres *-AM* não permite confirmar a inexistência de outros separadores na linha final da inscrição. Relativamente à inscrição original destaca-se uma tendência de escrita actuária, bem visível na inscrição de um *-g* de haste curta inclinado para trás. Ressalve-se, igualmente, o recurso a um *-r* caracterizado por uma haste inferior oblíqua que parte da pança. Apresenta *-AA* de travessão horizontal alto; e, por último, *-OO* de dimensões mais reduzidas em relação aos restantes caracteres.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

CATVRO
TVREIVDEO
QVANGEIO
VS·

Leitura:

Caturo
Tureio (filius) Deo
Quangeio
v(otum) . s(olvit)

TRADUÇÃO: (...) Caturão, filho de Tureio, cumpriu o seu voto ao deus Quangeios.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1984a; AE 1984: 478; Encarnação 1984: 699; Garcia 1985: 24; Encarnação 1987: 29; Garcia 1991: 344 n° 182; Repas 2001: 62; Olivares Pedreño 2002: 28-29.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Fernando Patrício Curado, em 1984, lê e interpreta o teónimo como *Duangeio*.

A antroponímia é indígena. *Caturo* regista-se na Beira Interior na região de Idanha (AE 1967: 180; AE 1967: 157, acompanhado do patronímico *M[e]dami*; e no Sabugal, na freguesia do Baraçal, associado ao patronímico *Valuti* (AE 1979: 328). A alusão ao dedicante compõe-se igualmente do cognome *Tureio*, que, tal como foi já referido, suscita grandes dúvidas de leitura, podendo tratar-se igualmente de *Turei* ou *Tureni*. Considerando a proposta de leitura aqui apresentada, *Tureio* ou *Turei*, apesar de aparecer entre os nomes latinos, deve ser integrado na categoria de nomes indígenas como variante de *Tureus*. O referido cognome regista-se em dois testemunhos em Viseu (HAE 2328; Encarnação 1975: 257). No que diz respeito à proposta de leitura de *Tureni*, estaremos possivelmente perante um derivado de *Turenius*, cognome sem paralelos em território nacional. Organização textual comum nos monumentos votivos da Beira Interior, com alusão ao dedicante, seguido do teónimo, sem epítetos, e, por último, da fórmula final de voto. Destaque-se apenas a utilização da expressão *Deo* previamente à menção do teónimo, fórmula pouco frequente nos monumentos votivos da região.

RA.Q4

PROV: BEMPOSTA, PENAMACOR, CASTELO BRANCO.

DEP.: NÚCLEO MUSEOLÓGICO DE BEMPOSTA

ANÁLISE DE SUPORTE

Parte superior de uma ara em granito de grão grosso com uma nítida pátina em tons cinzentos. O monumento apresenta-se muito fraturado e erodido em todas as suas faces, e, inclusivamente, no campo epigráfico, do qual sobrevive somente a parte superior que inclui quatro linhas inscritas. O capitel, simples, não apresenta vestígios de fôculo ou toros, separando-se do fuste por uma pequena reentrância que se regista em todas as faces do monumento. O fuste, por sua vez, constitui-se, na sua parte superior por um cordão intercalado de duas pequenas depressões, e por um filete tendencialmente retangular

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 42,5 cm por 30 cm de largura e 16 cm de espessura. A dimensão das letras varia entre 5,8 e 6 cm na primeira linha inscrita; 4,4 a 5 cm na segunda linha; 4 a 4,5 cm na terceira linha; e 3,8 cm registados no carácter -o da última linha inscrita. O espaçamento interlinear é de 2 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada em Bemposta, Penamacor. Desconhece-se o seu contexto de procedência primário.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

O texto apresenta-se muito fragmentado e apagado conservando-se apenas a sua parte superior. Apresenta gravação de traço profundo e de paginação cuidada, segundo um eixo de simetria central. A primeira letra da linha um preserva apenas a curvatura do que poderá ser um -c. A última letra da primeira linha parece ser um -s, sugestão que parte da existência de vestígios de uma leve curvatura e de espaço suficientemente grande para esta letra. Na terceira linha falta a letra inicial e uma ou duas letras no final da linha. A segunda letra, apesar de se encontrar fracturada é, com segurança, um -v. No início da quarta linha existe espaço para uma ou duas letras. Os NN apresentam hastes tendencialmente inclinadas para a direita.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[C]ARPA[S]
[T]ONG[IF]
[Q]VAN[G]
[E]O-L(?) [...]

Leitura:

[C?]arpa[s?]
[T]ong[i f(i)lius]
[Q]ang-
[ei]o-L?[...]

TRADUÇÃO: Carpas, filho de Tongi, [...] Quangeio L (?).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Leitão & Barata 1980: 632 nº 4; Leitão & Barata 1982; Curado 1984c: 9; Garcia 1985: 24; Encarnação 1987: 29; Garcia 1991: 343-344 nº 181; Olivares Pedreño 2002: 28-29.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A erosão verificada nas laterais do monumento dificulta a leitura e interpretação da inscrição, em consequência, os diferentes autores que se dedicaram ao seu estudo, apresentam propostas de leitura com pequenas variações. Destaque-se a sugestão de transcrição de Leitão e Barata (1980): CARPA/ [T]ONG[IF]/[...]VAN[...]/O[...]. Organização textual enquadrada na fórmula comum adotada nos monumentos votivos da Beira Interior com alusão ao dedicante, seguido do teónimo. Desconhece-se o significado da última letra inscrita (-) que poderá corresponder a um epíteto associado a *Quangeio* ou, pelo contrário, a uma sigla da fórmula final de voto - *libens*. A hipótese de epíteto parece, no entanto, pouco provável uma vez que em nenhum dos restantes monumentos dedicados a Quangeio na Beira Interior, se regista o recurso a epítetos. No que diz respeito ao dedicante, considerando a leitura do caractere -c proposta para a primeira linha inscrita, estamos assim perante o cognome *Carpas*, que não derivará do nome grego *Carpus*, amplamente conhecido, tratando-se antes de um nome indígena testemunhado somente em Bemposta do Campo. O patronímico *Tongi* regista abundantes testemunhos, mencionando-se sob a forma de *Tongius* em cinco monumentos provenientes de Idanha (AE 1967: 167; HAE 1172; HAE 1173; HAE 1174; AE, 1967, 181); em três monumentos achados no Fundão (AE 1977: 364; AE 1967: 170; AE 1977: 364); em Proença-a-Velha (AE 1985: 529), e, por último, no Sabugal (AE 1960: 189). Trata-se de um antropónimo de raiz celta.

RA.Q5

PROV: CAPINHA, FUNDÃO, CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU DO FUNDÃO

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão médio. Apresenta capitel sem vestígios de fôculo ou toros, contudo, o grande desgaste da parte superior da ara (com vestígios de picagem) não permite confirmar a completa inexistência destes elementos no monumento. O capitel apresenta-se fraturado nas duas faces laterais. O fuste ostenta, na sua parte superior, três filetes, apresentando-se o superior mais saliente e com maiores dimensões (onde se inscreve a primeira linha gravada da inscrição). A separação do campo epigráfico é conseguida por uma moldura proeminente, presente somente na sua parte superior. A parte inferior do fuste compõe-se de uma faixa que parte do campo epigráfico e que se torna, progressivamente mais saliente à medida que se aproxima da base. A base, por sua vez, apresenta-se tendencialmente retangular e desgastada, sobretudo nas suas arestas, atualmente muito desvanecidas. Os referidos elementos ornamentais encontram-se presentes em todas as faces do monumento.

DIMENSÕES

Apresenta uma altura de 48 cm, e uma largura de 30 cm na base e 22 cm no fuste e no capitel. Regista uma espessura máxima de 16 cm no fuste e 24 cm na base e no capitel. As letras apresentam uma dimensão que varia entre 1,5 e 2,5 cm na primeira linha inscrita; 4,5 e 5 cm na segunda linha; 3,5 cm na terceira linha (excetuando o caractere *-b* que apresenta uma dimensão de 5 cm); 5 cm na quarta linha; e, por último; 3 cm na última linha inscrita (excetuando o caractere *-s* que regista 4 cm de altura). O espaçamento Interlinear é de 3,5 cm na linha um; 10,5 cm na linha dois; 0,8 a 2,5 cm na linha três e quatro; 0,8 cm na linha cinco; e 0,6 a 2,5 cm na sexta linha

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada em Capinha, Fundão, onde servia de assento. Desconhece-se o seu contexto de procedência primário.



Ilustração 9: Ara de Capinha. Fot.: de autor. Museu do Fundão.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição patente na face frontal da parte superior do fuste caracteriza-se pelo seu traço irregular em resultado da própria irregularidade do suporte e por um grande desgaste dos caracteres (fruto das fraturas que se registam no capitel e das picagens de que foi alvo em reutilizações posteriores). A letra inicial proposta na leitura encontrar-se-á, atualmente, apagada verificando-se o mesmo com os dois últimos caracteres. Do *-v* somente se identifica a sua metade direita. O caractere central patente no capitel poderá ser um *-n* ou um *-m*. No que diz respeito à inscrição patente no campo epigráfico, esta caracteriza-se por um traçado profundo, e bem conservado. O *-c*, da linha inicial, apresenta-se mais elevado em relação aos restantes caracteres da mesma linha. Não se regista qualquer espaçamento entre as letras *-a* e *-m* (tocando-se as suas na sua parte inferior). O *-m*, muito alongado, assemelha-se à junção de dois *-A*. O *-r* apresenta haste oblíqua que parte da pança (elemento bastante alongado). Apresenta *-A*, sem travessão, de hastes horizontais altas. O caractere *-o* exhibe dimensões mais reduzidas relativamente aos restantes caracteres. O caractere *-b* apresenta-se estreito e alto, ostentando a pança superior dimensões mais reduzidas que a inferior. Na terceira linha inscrita, o *-f* apresenta uma haste vertical ligeiramente curva. Por último, as letras da última linha apresentam uma altura mais reduzida em relação aos restantes caracteres. O *-s* é alongado, de curvatura pouco pronunciada e muito inclinado para a direita. Os *-VV* apresentam aberturas com dimensões diferentes, destacando-se a grande abertura do primeiro destes caracteres.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[Q]VANGE[IO]
CAMI
RA-BO
VTI-F
V-L-S

Leitura:

[Q]uan(?)ge[io]
Cami-
ra Bo-
uti f(ilia)
v(otum) l(ibens) s(olvit)

TRADUÇÃO: Camira, filha de Boutio, cumpriu de bom grado o voto a Quangeio.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

AE 1967: 356; Vaz 1977; Vaz 1978: 59-61; Encarnação 1987: 29; Garcia 1991: 521 n° 592; HEP 3: 181 n° 471; Olivares Pedreño 2002: 28-29.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O teónimo está patente no capitel apresentando grandes dificuldades de leitura. João Inês Vaz interpreta-o inicialmente como "*Amol*". Apesar da maioria dos autores que se dedicaram ao seu estudo considerarem que se trata de um testemunho do culto a *Quangeio* (Curado 1987: n° 103, nota 2), a observação do monumento levada a cabo para o presente trabalho, permitiu verificar que a letra central patente no capitel se assemelha a um *-m* e não a um *-n* (confirmando assim, parte da leitura inicialmente proposta por Inês Vaz. Considerando esta possibilidade, a leitura do teónimo *Quangeio* é posta em causa. Em consequência, é necessário olhar e enquadrar o presente monumento no panteão religioso da Beira Interior de acordo com grandes reservas. No que se refere ao dedicante estamos perante um cognome e patronímico indígenas. *Camira* regista-se em três monumentos provenientes de Idanha (HAE 1113; HAE 1142; HAE 1105); e num monumento achado em Orjais, concelho da Covilhã (AE 1983: 471). O patronímico testemunha-se abundantemente em toda a Península Ibérica. O teónimo está patente no capitel apresentando grandes dificuldades de leitura. João Inês Vaz interpreta-o inicialmente como "*Amol*". Apesar da maioria dos autores que se dedicaram ao seu estudo considerarem que se trata de um testemunho do culto a *Quangeio* (Curado 1987: n° 103, nota 2), a observação do monumento levada a cabo para o presente trabalho, permitiu verificar que a letra central patente no capitel se assemelha a um *-m* e não a um *-n* (confirmando assim, parte da leitura inicialmente proposta por Inês Vaz. Considerando esta possibilidade, a leitura do teónimo *Quangeio* é posta em causa. Em consequência, é necessário olhar e enquadrar o presente monumento no panteão religioso da Beira Interior de acordo com grandes reservas. No que se refere ao dedicante estamos perante um cognome e patronímico indígenas. *Camira* regista-se em três monumentos provenientes de Idanha (HAE 1113; HAE 1142; HAE 1105); e num monumento achado em Orjais, concelho da Covilhã (AE 1983: 471). O patronímico testemunha-se abundantemente em toda a Península Ibérica,

RA.L1

PROV: ALDEIA DA PONTE, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: INSCRIÇÃO NA ROCHA NA ALDEIA DA PONTE

ANÁLISE DE SUPORTE

A inscrição encontra-se patente num afloramento granítico baixo e extenso, localizado a 750 metros a leste da Aldeia da Ponte. O suporte apresenta uma fratura que divide o afloramento, permitindo a passagem um pequeno curso de água. A referida fratura, ou diáclase, foi sujeita a um afeiçoamento e talhou-se uma pequena concavidade (de 18 cm de diâmetro e 9 cm de profundidade) com o intuito de acumular água corrente.

DIMENSÕES

O campo inscrito apresenta uma forma tendencialmente trapezoidal com aproximadamente 38 cm de altura no lado esquerdo da inscrição; 62 cm de altura na parte direita e uma largura média de 55 cm. As letras apresentam uma dimensão muito heterogénea, registando cerca de 9 cm nas letras *-lan* da primeira linha inscrita; 15 cm na letra *-e*; uma variação de 12 a 15 cm nas letras *-ane*. Na segunda linha, as letras *-tan* registam 9 cm; a letra *-g* possui 13 cm de altura, e, por último, a letra *-f* apresenta uma dimensão de 12 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O afloramento é conhecido como “Fonte da Tigela” e está associado a diversas lendas. Nas imediações encontram-se fragmentos de cerâmica de construção.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Os caracteres aumentam progressivamente da esquerda para a direita. A letra *-e* da primeira linha apresenta uma haste vertical curta. O mesmo se verifica com a letra *-g* da segunda linha. As duas linhas registam um espaçamento de 20 a 28 cm entre si. Registam-se dois nexos entre as letras *-na* e as letras *-ane* da primeira linha inscrita. Os AA da primeira linha encontram-se atualmente bastante apagados devido à erosão sofrida pelo afloramento pelo que a sua leitura suscita algumas dúvidas. O mesmo se verifica com as letras final *-ne* da mesma linha. O *-g* apresenta haste vertical prolongada para baixo. O *-e* apresenta a haste horizontal inferior oblíqua e muito prolongada.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

LANEANE
TANG. F

Leitura:

Laneane
Tang (inus). f(ecit)

TRADUÇÃO: Tangino fez a Laneana.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Blázquez Martínez 1975:112; Curado 1987b; Encarnação 1987: 26; Garcia 1991; HEp 2 nº 800; HEp. 5 nº 1027; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 31.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A identificação do teónimo é problemática e resulta, em grande parte, da identificação do teónimo Laneana em Fuente de la Higuera, Torreorgaz (Cáceres). No que se refere ao dedicante, apenas é mencionado o cognome -*Tang*, como possível derivado de *Tanginus*, amplamente conhecido na região e testemunhado em diversos monumentos provenientes de em Idanha (HAE 1144; CIL II 446; AE 1909: 244; AE 1967: 147; AE 1967: 181; HAE 1078; HAE 1185; AE 1967: 156; HAE 1132; AE 1967: 178; HAE 1169); em três monumentos provenientes do Fundão (AE 1977: 362; AE 1977: 366; AE 1977: 379); em quatro monumentos achados no Sabugal (CIL II 457; AE 1989: 388; AE 1988: 695; AE 1988: 694 e EB.LP2 referido no presente inventário), num testemunho oriundo de Almeida, Guarda (HEp 2: 790), e, por último, regista-se igualmente em Ninho de Açor, distrito de Castelo Branco, sob a forma de *Tangius* (AE 1936: 5). José d'Encarnação sugere uma possível relação com a povoação de *Lennium*, ainda por localizar. O monumento datará do século II ou III.

RA.T1

PROV.: : FUNDÃO, CASTELO BRANCO.

DEP.: MNA (NÚMERO DE INVENTÁRIO: 25447 TC.)

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão fino. Apresenta capitel saliente, tendencialmente retangular, de arestas muito desgastadas e erosionada e fraturado na face frontal. Contém um fóculo de grandes dimensões escavado em profundidade; e, na face frontal do capitel regista-se a inscrição de seis caracteres dispostos numa paginação justificada e simétrica. O fuste é composto, na parte superior, por dois filetes retangulares, apresentando-se o filete superior mais protuberante que o inferior. O campo epigráfico foi, previamente à gravação dos caracteres, sujeito a polimento. A parte inferior do fuste constitui-se de um filete muito saliente e bastante fraturado, seguida de uma faixa retangular alta e decorada por duas reentrâncias paralelas que circundam todas as faces do monumento. A base consiste num bloco quadrangular rudemente talhado. O monumento apresenta elementos decorativos em todas as faces o que sugere que seria concebido para ser visualizado de todos os lados. Trata-se de uma ara elegante e muito trabalhada.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 92 cm por 48 cm de largura e 39 cm de espessura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A sua procedência não é segura. Terão sido localizadas no Fundão, na casa do Dr. João Baptista de Castro e serão procedentes de Idanha-a-Velha (Cardozo, 1947). O monumento foi encontrado juntamente com uma segunda epigrafe consagrada a Vitória por parte do mesmo dedicante (*Tongio*, filho de *Tongetamo*, igeditano, soldado veterano, porta-estandarte (*signifer*) da *cohorte* II dos Lusitanos.



Ilustração 10: Ara do Fundão. Fot.: autor.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição patente na face frontal do capitel compõe-se de seis caracteres dispostos de forma simétrica junto aos extremos do capitel. Estes caracteres apresentam-se bastante desgastados, sobretudo os referentes ao lado direito, contudo, a sua leitura não apresenta dúvidas, sendo bem visível a parte inferior das hastes correspondentes aos AA e ao -r do qual se reconhece inclusive a parte inferior da pança. A inscrição patente no fuste apresenta uma paginação rigorosamente centrada. Os caracteres apresentam um traço profundo, elegante e bastante nítido. Os LL, TT e GG apresentam haste curta. Regista-se um nexu na segunda linha entre os caracteres -a e -m conseguido através da formação desta última letra através da junção da forma de dois AA, apresentando o primeiro, travessão horizontal. O -f inicial da terceira linha apresenta hastes horizontais muito prolongadas. O caractere -t no final da terceira linha, pela nítida falta de espaço de gravação apresenta-se adelgaçado.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ARAPOS
TONGIVS
TONGETAMI
FIGAEDIT
MILIS
TREBARVNE
L·M·V·S

Leitura:

Ara(m) Pos(uit)
Tongius
Tongetami
f(ilius) Igaedit(anus)
Milis
Trebarune
l(ibens)· m(erito)· v(otum)· s(olvit)

TRADUÇÃO: Ara consagrada a Trebaruna por Toncio filho de Toncetamo.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Vasconcelos 1895: 225; AE 1896: 2; Vasconcelos 1905: 295-299; Cardozo 1947: 210 notas 5 e 7; Almeida 1956: 269 nº 13; Lambrino 1957: 94-96 nº 2; Blázquez Martínez 1962: 136; Encarnação 1987: 32; Garcia 1991: 350 nº 197; Olivares Pedreño 2002:31; Rosa 2005.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A sua procedência não é segura. As primeiras notícias desta inscrição colocam-na junto a um altar dedicado a *Victoria*. Antroponímia é claramente indígena. Tongius como variante de Toncius e Tongetamo, sob a forma de *Toncetamus* registam-se num segundo monumento proveniente de Idanha. A análise paleográfica datará o monumento do século I a II d.C.

RA.T1

PROV: LARDOSA, FUNDÃO, CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão grosso, bastante erosionada. Apresenta um capitel de grandes dimensões e com uma proporção em relação aos restantes elementos constituintes da ara muito invulgar neste tipo de monumentos. A base apresenta-se fraturada na face frontal. O campo epigráfico apresenta-se muito deteriorado. Na sua face posterior apresenta uma concavidade semicircular pouco profunda.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 53 cm por 42 cm de largura e 34 cm de espessura. O campo epigráfico mede 20 cm de altura e 33 cm de largura. As letras apresentam uma dimensão aproximada de 3 cm de altura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada na Quinta da Alverca, próximo de Lardosa. Desconhece-se o seu contexto de proveniência original.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Traço muito irregular. A leitura do dedicante na terceira e quarta linha apresenta algumas dificuldades devido à irregularidade das letras inscritas e ao desgaste sofrido pelo suporte.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

TREBARON
NEVS
VOCONVS
[...]
CONISF

Leitura:

Trebaron-
ne v(otum) s(olvit)
Vonones
[Vo- ou Ar-]conis f(ilius)

TRADUÇÃO: Vocono, filho de Arconis, cumpriu o voto feito a Trebarona.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

AE 1934: 20; Pessoa, 1934: 163-168; Lambrino 1957: 100-102 n° 4; Blázquez Martínez 1962: 138; Blázquez Martínez 1975: 176; Encarnação 1975: 288-291; Garcia 1984: 73-74 n° 15; Mantas 1985: 228; Encarnação 1987: 32; Garcia 1991: 350 n° 196; Olivares Pedreño 2002: 31; Repas 2001: 78.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual pouco frequente com alusão ao teónimo sem epítetos, seguido do dedicante e patronímico. Não se regista fórmula final de voto. Vasco Gil Mantas sugere para a quarta linha a leitura de *Arconis*. (Mantas 1985: 228). Antroponímia claramente indígena. *Voconus* não apresenta paralelos epigráficos. *Arconis* regista-se igualmente em Serpa (AE 1971: 160) e em Sierra de Fuente, na região de Cáceres (CIL II 5307). Segundo Manuel Garcia, o monumento datará do século II.

RA.T3

PROV: PENHA GARCIA, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara de granito de grandes dimensões, em tom cinzento e de grão grosso, comum na região. O monumento regista uma fratura horizontal no campo epigráfico que divide a ara em duas partes (dificultando a leitura da quarta linha inscrita). O capitel, muito fraturado e bastante saliente em relação ao fuste, regista vestígios da existência de fóculo, muito desgastado devido às reutilizações do monumento e em especial do fóculo como recetáculo de vasos de flores. Não apresenta toros. O fuste, na sua parte inferior, liga-se à base através de uma faixa curva, fraturada na sua face esquerda. A base, por sua vez, apresenta-se simples, bastante larga em relação às proporções dos restantes elementos ornamentais e ligeiramente erosionada.

DIMENSÕES

Ara de granito de grandes dimensões, em tom cinzento e de grão grosso, comum na região. O monumento regista uma fratura horizontal no campo epigráfico que divide a ara em duas partes (dificultando a leitura da quarta linha inscrita). O capitel, muito fraturado e bastante saliente em relação ao fuste, regista vestígios da existência de fóculo, muito desgastado devido às reutilizações do monumento e em especial do fóculo como recetáculo de vasos de flores. Não apresenta toros. O fuste, na sua parte inferior, liga-se à base através de uma faixa curva, fraturada na sua face esquerda. A base, por sua vez, apresenta-se simples, bastante larga em relação às proporções dos restantes elementos ornamentais e ligeiramente erosionada.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento foi, possivelmente, encontrado no castro de Cabeço dos Tiros, localizado na freguesia de Penha Garcia (concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco). Ribeiro (1976), apresentando uma perspetiva contrária, defende que o monumento terá sido achado numa propriedade designada de "Vale Garcia", pertencente à Companhia Agrícola de Penha Garcia. Foi oferecida ao museu em março de 1975.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação de traço profundo, muito desgastado e erosionado. A inscrição revela preocupações de paginação. O *-t* inicial apresenta a sua haste horizontal parcialmente apagada; do caractere *-n* que encerra a primeira linha inscrita, somente sobrevive a primeira haste vertical e a haste oblíqua, contudo, a sua leitura apresenta-se como segura. Na segunda linha, em consequência do desgaste sofrido nas arestas laterais do monumento, a primeira e última letra inscritas (*-n* e *-e* correspondentemente) encontram-se parcialmente apagadas, suscitando a leitura do *-n* alguma hesitação, sendo no entanto o mesmo muito provável se considerarmos os restantes testemunhos epigráficos ao mesmo teónimo verificados na região. Da terceira linha realça-se o desaparecimento da haste horizontal do *-t*; da parte inferior do *-c* (podendo tratar-se de um *-g* ao qual falta a haste vertical) e a ausência das hastes horizontais da última letra, sugerida aqui como *-f*. A quarta linha é cortada horizontalmente pela fratura que divide o monumento em duas partes, tornando-se particularmente difícil a sua leitura. Os caracteres *-a*, *-c* e *-r* são claros. Do *-s* inicial proposto, somente sobrevive um pequeno traço curvo que indicia o caractere; e, entre as letras *-c* e *-e* estaria um provável *-e*, do qual somente resta a haste horizontal inferior. A linha terminaria com duas ou três letras (de acordo com o espaço restante no campo epigráfico) que não são passíveis de identificação, sugerindo, no entanto, Manuel Garcia, uma leitura de *-das*, compondo assim, para esta quarta linha, a palavra *SACERDOS*. Na quinta linha, o *-d* inicial encontra-se parcialmente apagado, sendo somente perceptível parte da sua pança (poder-se-ia igualmente tratar de um *-o*). O caractere *-s* apresenta uma curvatura muito ténue; o *-p* caracteriza-se por uma pança tendencialmente triangular, e, por fim, o *-g* apresenta haste curta. Na última linha inscrita, destaca-se o desaparecimento da haste vertical do *-f* e um nexo adotado para a gravação da palavra *CAMAL*, conseguido através da junção de dois *-AA* que formam a letra *-m* que se prolonga num traço horizontal dando assim forma ao caractere *-l*.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

TREBARON
NAPROTAE
TANCINIF
[S]ACER[...]
DSPMG

FRONCAMAL

Leitura:

Trebaron-
na Protae
Tangini f(i)liae
[s]acer(dos)
d(e) s(uo) p(osuit) m(onumento) G(aius)
Fron(tonius) Camal(us)

TRADUÇÃO: (A) Trebarona. (A sacerdotisa?) Prota, filha de Tangino mandou fazer este monumento a expensas suas. Gaio Fronto(nius) Camalo.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Ribeiro 1976: 136-138 n° 2; AE 1977: 381; Garcia 1984:71-72 n° 14; Mantas 1985: 228; Encarnação 1987: 32; Garcia 1991:349-350 n° 195; Repas 2001: 78; Olivares Pedreño 2002: 31.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Ribeiro (1976) propõe a seguinte alternativa de leitura: Trebaro[n]/[n]a pro sal(utem)/ [T]ancinii/ [S]acer[dot(es)?]/ d(e) s(ua) p(ecunia) mo(nummentum)?/Fontom. Mantas (1976) sugere como variante de leitura para a linha cinco: D(e) S(uo) P(osuit) MAG(ister) ou D(e) S(uo) P(er) MAG(istram). *Tangini*, seguindo a leitura de Manuel Garcia (1991), ou *Tancini* segundo Ribeiro (1976) é um *cognomen* indígena frequente na região, no entanto, *Prota* apresenta-se como o primeiro testemunho registado na Península Ibérica do nome no feminino. Tratar-se-á de um caso uma consagração por parte de um indígena romanizado. O dedicante surge no dativo ou no genitivo, o que de deve, provavelmente, ao facto do monumento ser mandado fazer por *G(aius) Front(tonio) Cama(lo)*, um indígena, reconhecido pelo uso do *cognomen Camalo* que adota aqui o *tria nomina*. A alusão ao *(s)acer (dos)* deverá referir-se a *Prota*, contudo, essa presunção apresenta grandes reservas. De facto, a leitura da inscrição apresenta grandes dificuldades: a eventual referência a uma sacerdotisa (*sacerdos*), identificada à maneira indígena (*Prota Tancini F.*), e com terminação em dativo ou genitivo no nome (*Prota*), é incomum. José Manuel Garcia data o monumento do século II e refere a existência de cinco testemunhos a Trebaruna na Lusitânia central sugerindo a caracterização da divindade como protectora dos agregados familiares populacionais e dos militares. Refere ainda o possível sincretismo entre Trebaruna e Vitória (Garcia 1984).

AG.A1

PROV.: MONSANTO, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (Nº I 6250).

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão fino. Apresenta capitel e fuste fraturados na face direita. O fuste caracteriza-se, na sua parte superior, por uma faixa irregular muito proeminente e de dimensões semelhantes ao capitel; e por dois filetes escalados que circundam toda a ara, e que se repetem, inversamente, na parte inferior do monumento, estabelecendo a separação com a base (através, novamente, de uma faixa retangular, muito saliente). A base apresenta um talhe mais rude. O monumento regista decoração em todas as suas faces.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 49 cm por 33 cm de largura e 26 cm de espessura. A dimensão média das letras varia entre 2,5 cm de altura na última linha inscrita e 5,5 cm de altura nos restantes caracteres.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada em Chão do Touro, nos arredores de Monsanto. Em prospeção ao local registaram-se vestígios de lagares e pesos de provável cronologia romana. No topónimo Ribeira e no topónimo Salgueiral acharam-se duas inscrições romanas. Recorde-se igualmente a grande proximidade da estação arqueológica romana de São Lourenço e, igualmente, da Egitânia. O local de achado do presente monumento enquadra-se no local de maior concentração de monumentos votivos da Beira Interior, correspondente à região de Bemposta, Medelim, Proença-a-Velha, Monsanto e imediações.



Ilustração 11: Ara votiva de Monsanto. Fot.: de Autor. Museu Nacional de Arqueologia.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação profunda, bem conservada, elegante e de leitura clara. Na primeira linha inscrita destaca-se o *-r* de haste oblíqua com início na pança; e um nexa entre os caracteres *-n* e *-t* patente na extensão da haste horizontal superior do *-t* para lá da haste vertical do *-n*. O caractere *-o* apresenta dimensões mais reduzidas. Os *-SS* presentes na segunda linha e na fórmula final de voto, ostentam uma curvatura superior com maiores dimensões que a inferior. Realça-se igualmente uma tendência para o truncamento das hastes através de um traço curto perpendicular nas suas extremidades, visível de forma mais clara em todas as letras da segunda linha. Na terceira linha regista-se um segundo nexa conseguido através da inscrição de um *-m* composto pelo grafismo de dois *-AA*, apresentando o primeiro, uma haste que corta horizontalmente a letra. O *-f* final da terceira linha apresenta-se estreito e comprimido em consequência da falta de espaço para a sua gravação. A última linha inscrita, que coincide com a fórmula final de voto, apresenta caracteres de dimensões mais reduzidas.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ARENTIO
SVNVA
CAMALI• F
VSLM

Leitura:

Arentio
Sunua
Camali f(ilius)
v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)

TRADUÇÃO: Sunua, filha de Camalo cumpre voto de livre vontade a Arentio.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Vasconcelos 1905: 322; Proença 1907:177 nota 1; Pereira 1909: 174-175; Proença 1910: 63-67; Pereira 1913: 1-4; Pereira 1936: 444; AE 1941: 20; Almeida 1956: 265-266 nº 9; Blázquez Martínez 1962: 72-74; Blázquez Martínez 1975: 29; Encarnação 1975: 103-104; Encarnação 1987: 16; Garcia 1991: 286 nº 15; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 28.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual comum para a região da Beira Interior com referência ao teónimo, sem epítetos associados, seguido do dedicante e respetiva filiação; e tendo como último elemento a fórmula de voto que se enquadra no formulário comum a este tipo de monumentos. O nome correspondente ao dedicante (*Sunua*) encontra-se atestado em vários exemplos na Península Ibérica e inclusivamente na região da Beira Interior, registando-se em três monumentos localizados em Idanha (HAE 1143 onde surge de forma isolada, sem filiação; HAE 1146 testemunhada como filha de *Maturovi*; e HAE 1185); Orjais, concelho da Covilhã, sem filiação (AE 1983: 471); num monumento localizado atualmente no Museu Tavares Proença Júnior cuja proveniência se desconhece e onde se faz referência a *Sunua Flavi Nerii*, no Sabugal, distrito da Guarda, associado ao cognomen *Tongi*, correspondente à filiação (AE 1960: 189). Em Conímbriga, testemunha-se uma epigrafe que faz alusão ao dedicante provável *Sun[ua] Cam[ali] F.*, podendo certamente, pensar-se que se trata do mesmo dedicante da inscrição presentemente estudada de Monsanto, sublinhando-se, no entanto, a grande recorrência do cognomen *Camalus* por toda a Península Ibérica, inclusive em Bemposta do Campo, concelho de Penamacor (AE 1967); Capinha, concelho do Fundão (CIL II 453); Ferro, Covilhã (AE 1969-70: 216); e Idanha (HAE 1091; HAE 1099; HAE 1100 e HAE 1082).

AG.A2

PROV: ROSMANINHAL, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão fino, de proporções e forma elegante e em bom estado de conservação. Apresenta capitel com frontão, dois toros e fôculo. Na sua face frontal inscreveu-se sete caracteres que correspondem ao teónimo. O capitel separa-se do fuste através de uma pequena depressão que acompanha todas as faces do monumento. Na parte superior, o fuste compõe-se de dois cordões intercalados com faixas concavas; e, estabelecendo a separação com o campo epigráfico, regista uma faixa tendencialmente retangular, lisa, que termina numa segunda depressão semelhante à que estabelece a separação entre capitel e fuste. O campo epigráfico não apresenta moldura lateral, apresentando-se, no entanto, perfeitamente alisado e polido (previamente a receber a inscrição). A base, com 12,5 cm de altura e 20 cm de largura, encontra-se atualmente fraturada na face frontal, do lado esquerdo. Apresenta três filetes de formato trapezoidal. O monumento regista decoração em todas as suas faces.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 51,5 cm por 20 cm de largura e 17 cm de espessura. Campo epigráfico com 23,5 cm de altura e 16 cm de largura. As letras apresentam uma dimensão média de 4 a 5 cm de altura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento foi achado no lugar da Tapada da Ordem, na freguesia de Rosmaninhal, concelho de Idanha-a-Nova. Na região identificaram-se vestígios de ocupação romana. Note-se igualmente a proximidade relativamente à estação arqueológica romana de São Lourenço e, igualmente, da Egitânia. O presente monumento apresenta-se como o testemunho mais a sul do culto a *Arentio*.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição encontra-se presente na face frontal do capitel, que compõe a primeira linha apresentada na transcrição, e, simultaneamente, em cinco linhas gravadas na face frontal do fuste. Gravação elegante e de leitura clara. Todas as letras foram truncadas por pequenos traços que encerram as extremidades das suas hastes conferindo sobriedade e elegância aos caracteres. A paginação é cuidada, regendo-se por um eixo centrado de simetria. Verifica-se o recurso a nexos no final da segunda linha entre os caracteres *-ini*, conseguido pelo prolongamento da parte superior das hastes verticais da letra *-n*. Regista-se igualmente o recurso a nexos no início da terceira linha, entre as letras *-c* e *-i* através da inclusão do *-i* de dimensões mais reduzidas, na abertura do caractere *-c*. *-TT* de haste curta; *-RR* com haste oblíqua que parte da pança; *-OO* de dimensão ligeiramente mais reduzida e perfeitamente redondos. Os caracteres correspondentes à filiação, na quinta linha (à exceção do *-v* inicial e do *-f* final) foram estreitados para que todo o nome se incluisse na referida linha. Registam-se pontos de separação entre todos os caracteres da fórmula final de voto (e no final da mesma); no final da quarta linha; e, por último, entre o patronímico e o caractere *-f* (e, após este).

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ARANTIO
TANGINI
CIAECO
AVITA•
VITALIS• F•
A•L•V•S

Leitura:
Arantio
Tangini
Ciaeco
Avita·
Vitalis ·f(ilia)·
a(nimo)-l(ibens)-v(otum)-s(olvit)

TRADUÇÃO: A Arantio Tanginiciaeco. Avita, filha de Vitalis cumpre o voto de livre vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Pereira 1932: 18-91; Pereira 1936: 445-446; Almeida 1956: 264 nº 7; Blázquez Martínez 1962: 72-73; Blázquez Martínez 1975: 29; Encarnação 1975: 98-101; Garcia 1984: 47-48; Encarnação 1987: 17; Garcia 1991: 286 nº 12; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 28.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Blázquez Martínez lê o teónimo *Arentio* (Blázquez 1962:74). Organização textual comum na região da Beira Interior com recurso à alusão do teónimo associado a um único epíteto; seguidos do dedicante e respetiva filiação e da fórmula final de voto, também ela recorrente nesta região. O teónimo surge no presente monumento sob a forma de *Arantio* e não *Arentio* como vulgarmente se regista nos restantes testemunhos epigráficos que lhe prestam culto. Tratar-se-á possivelmente de uma variação fonética local, não representando, por conseguinte, um novo teónimo ou uma representação distinta da divindade. O dedicante e a filiação correspondem a nomes comuns no império romano. Na Península Ibérica, *Avita* testemunha-se na sua forma masculina *Avitus* em Guitiriz, Lugo (CIL II 2569); *Vitalis*, por sua vez, regista-se em variadíssimos exemplos inclusive cinco monumentos provenientes de Idanha (AE 1967: 137; AE 1967: 159; CIL II 442; HAE 1157, HAE 1186), consubstanciando, com o presente testemunho de Rosmaninhal, um total de seis inscrições cujo dedicante inclui o cognome *Vitalis*, localizadas em Idanha. No que se refere ao epíteto *Tanginiciaeco*, à exceção de Blázquez Martínez (1962: 72-73) que, nos seus estudos iniciais, lhe atribui uma natureza geográfica, (corrigindo a interpretação proposta em 1975), todos os autores que se dedicaram ao seu estudo relacionam-no com o antropónimo lusitano *Tanginus*. Esta sugestão é desde logo defendida por Félix Alves Pereira, que verifica a associação entre o nome pessoal registado, e a terminação *-ciaecus* que considera de origem céltica (Pereira 1932: 88) e que, segundo o autor poderia ser aplicada igualmente a pessoas e lugares, não sendo possível, em consequência deste facto, estabelecer uma relação entre a terminação e um âmbito geográfico, étnico ou outro, sendo, no entanto mais provável ser-lhe atribuído um sentido étnico (Pereira 1932: 88). Untermann (1965: 12); José d'Encarnação (1975) Jose Maria Blázquez (1975) e José Manuel Garcia (1984) corroboram da mesma opinião, atribuindo ao epíteto uma natureza nominal e uma correspondência com um agregado étnico através da ligação que estabelece com o nome próprio *Tanginus* (estando o mesmo, eventualmente, ligado à família dos *Tanginici*, derivado do nome. *Tanginus*). Assim, e em suma, estaríamos perante uma divindade que, pelo epíteto, assume aqui um carácter tutelar, assumindo a tutela de um único indivíduo (que confere o nome à própria divindade) e, por extensão, assumindo a tutela do coletivo e/ou família *Tanginici*. É, no entanto, necessário sublinhar que a ligação que se estabelece entre o epíteto e a onomástica pessoal se apresenta aqui somente como proposta provável, nunca como vinculativa⁴⁰⁰.

400 "No âmbito da teonímia Paleohispânica é possível reconhecer um conjunto de nomes que apresenta afinidades, a nível do radical ou mesmo de alguns formantes, com determinados nomes pessoais desse próprio âmbito. Em certos casos seria admissível, no plano estritamente linguístico, que os teónimos se interpretassem como derivados de base antroponímica. Na realidade, e pelas limitações dos nossos conhecimentos, não é possível determinar com rigor até que ponto os derivados teonímicos decorrem diretamente de um nome de pessoa (ou de um grupo), de que as divindades assim designadas seriam presumivelmente as protetoras" Guerra 2002: 63-66.

AG.A3

PROV: NINHO DE AÇOR, CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ (nº 10.2)

ANÁLISE DE SUPORTE

Parte superior de ara em granito de grão fino. Apresenta capitel com frontão e dois toros (um dos quais fraturados). Sem vestígios de fóculo. O fuste separa-se do capitel por uma pequena depressão e compreende a inscrição de parte do teónimo. Este elemento caracteriza-se por uma faixa retangular de grandes dimensões e três filetes progressivamente menos salientes. O campo epigráfico, apesar de incompleto, caracteriza-se por um adelgaçamento (com 16 cm de largura e mais de 27,5 cm altura). Do monumento falta a base e a parte inferior do campo epigráfico.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 44 cm de altura por 25,5 cm de largura e 23 cm de espessura. As letras ostentam uma dimensão média de 3,5 a 4 cm na primeira linha inscrita; e 4 cm nas restantes.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Manuel Garcia, como proposta alternativa ao achamento do monumento em Ninho de Açor, sugere a possibilidade da epígrafe localizar-se originalmente na propriedade de Sobreiral, a uns 500 metros da população, num local onde se verificam ocorrências arqueológicas de cronologia romana. Nas imediações do local de proveniência da presente ara testemunha-se um monumento de consagração ao teónimo *Bandi* [AG.B10]. Registam-se igualmente nas imediações testemunhos do culto a *Trebaruna* [AG.T1] e do culto a *Reve* [AG.R1].

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação de traço fino, regular e elegante, possibilitando uma clara leitura dos caracteres. A primeira linha da inscrição está patente na parte superior do fuste. Verifica-se a existência de nexos nas linhas um, dois, três e cinco, conseguidos através do alteamento da haste comum aos dois caracteres que se unem; e, no caso da quinta linha, através da inclusão dos caracteres *-i*, de dimensões mais reduzidas, na pança da letra *-g*. Os *-RR* apresentam uma haste oblíqua que parte da pança; o *-g* compõe-se somente de haste vertical, bastante curta.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ARENTIA ET
ARENTIO
MONTA
NVS
TANGI
[...]

Leitura:

Arentia et
Arentio
Monta-
nos
Tangi
[ni f(i)lius]

TRADUÇÃO: (A) Arentia e Arentio. Montano, filho de Tangino.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Proença 1907: 176-177; Proença 1910: 64-65; Pereira 1913: 6-7; Vasconcelos 1913: 207-208; Pereira 1936: 445; Figueiredo 1953: 183; Almeida 1956: 265-266 nº 8; Blázquez Martínez 1962: 73; Blázquez Martínez 1975: 29; Encarnação 1975: 101-103; Garcia 1984: 49-50 nº 3; Encarnação 1987: 16; Garcia 1991: 286 nº 13; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 28.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Apresenta o teónimo na sua forma feminina e masculina; seguidos do dedicante e respetiva filiação. A fórmula final de voto, a ter existido, encontrar-se-á desaparecida em consequência da fratura do monumento. A parte final da inscrição (em consequência da referida fratura) suscita algumas divergências de leitura por parte dos diferentes autores que se dedicaram ao estudo do presente monumento. De facto, Almeida (1956: 265-266) sugere como transcrição possível para a quinta linha: TANGI [f(ilius)...]; por outro lado, José Manuel Garcia (1984) sugere como leitura possível para a quinta e sexta linha: TANGI /NIV(otum) S(olvit). O dedicante apresenta um nome testemunhado em vários monumentos por todo o império romano e inclusivamente na Península Ibérica, registando, no entanto, uma fraca expressão na região da Beira Interior, onde, a par da inscrição presentemente estudada, se verifica somente um único monumento com referência a *Montanus* localizado em Monsanto, Idanha-a-Nova (CIL II 459). O *cognomen* associado à filiação, *Tanginus*, regista paralelos em onze monumentos localizados em Idanha (HAE 1144; CIL II 446; AE 1909: 244; AE 1967: 147; AE 1967: 181; HAE 1078; HAE 1185; AE 1967: 156; HAE 1132; AE 1967: 178; HAE 1169); em dois monumentos achados no Fundão (AE 1977: 362; AE 1977: 366) e em seis monumentos descobertos no Sabugal, nomeadamente em Santo Estevão (CIL II 457); Salgueiro (AE 1977: 379); Vila Boa (AE 1989: 388), Pousafoles (AE 1984: 480); Sortelha (AE 1988: 695); e na Aldeia da Ponte (AE 1988: 694).

AG.A4

PROV: ORCA; FUNDÃO; CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU MUNICIPAL DR. SANTOS ROCHA (FIGUEIRA). NÚMERO DE INVENTÁRIO: 8866.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão médio e em bom estado de conservação. O capitel apresenta fôculo e dois toros laterais. O fuste é composto, na sua parte superior, de três cordões, apresentando-se o intermédio mais proeminente que os restantes. Campo epigráfico, sem moldura lateral, apresenta grande desgaste, particularmente evidente na sua parte inferior, condicionando a leitura das três últimas letras inscritas. A base é antecedida por um filete de pequenas dimensões, e caracteriza-se por ligeiras fraturas em todas as suas faces e por uma elevada erosão das suas arestas. O monumento apresenta ornamentação em todas as suas faces.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 61 cm por 33 cm de largura e 20 cm de espessura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

É proveniente do lugar de Zebras, freguesia da Orca, concelho de Fundão, distrito de Castelo Branco. O monumento foi encontrado entre as pedras de um *impluvium*. Segundo José d'Encarnação, o monumento é proveniente de uma região que poderá ter estado na área de influência da *civitas Igaeditanorum* e que, pertenceria ao *Conventus Emeritensis*. (Encarnação 1993/94: 298).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação pouco profunda. As duas primeiras linhas inscritas, que corresponderão à alusão ao dedicante do monumento, apresentam caracteres de dimensões mais elevadas e bastantes distanciados entre si, conferindo um destaque visual muito evidente a esta parte da inscrição. As restantes linhas inscritas, de dimensões mais reduzidas, apresentam caracteres estreitados e comprimidos, que, juntamente com uma maior erosão e desgaste do suporte, tornam difícil e pouco segura a sua leitura. Os caracteres da primeira linha apresentam uma forma mais elegante conseguida através do truncamento das hastes pela utilização de pequenos traços perpendiculares das extremidades das letras (aspeto particularmente evidente nos caracteres *-a*, *-b* e *-v*). Verifica-se uma recorrente utilização de nexos: na linha inicial da inscrição o nexo entre *-AL* é conseguido através do prolongamento horizontal da haste direita da letra *-a*. Na segunda linha inscrita, verifica-se a utilização de nexo entre as letras *-LI*, através do alteamento da haste vertical do *-l* e do truncamento da mesma através de um traço perpendicular à haste. Na terceira linha, verifica-se nexos entre *-RE* (com o aproveitamento do traço de pança e haste oblíqua do *-r* como haste vertical esquerda da letra *-e*) e *-NT* (alteando-se a última haste vertical do caractere *-t* e colocando um travessão horizontal sobre a mesma). Por último, na quarta linha, verificam-se nexos entre *-NI* (com alteamento da haste direita do *-n*) e *-NS* (através do acrescento de uma curvatura e de uma pança na haste direita do *-n*).

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ALBINVS
PROCVLI F
ARENTIO·CRO
NISENSI·EXVO
TO·PISIRI·NOERC
AVI·S·M·L

Leitura:

Albinus
Proculi f(ilius)
Arentio Cro-
nisensi-ex-vo-
to· Pisiri· Noerc-
ai · s(olvit)·m(erito)·l(ibens)

TRADUÇÃO: Albino, filho de Próculo, a Arentio Cronosense cumpriu voto de livre vontade em Nome de Pisiro

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Rocha 1909a: 289-290; Rocha 1909b: 17; Proença 1910: 65-66; Vasconcelos 1913: 209; Pereira 1913: 4-6; Pereira 1936: 445; Almeida 1956: 266-267 n° 10; Blázquez Martínez 1962: 73-74; Blázquez Martínez 1975 29; Encarnação 1975: 104-108; Encarnação 1987: 16; Garcia 1991: 287 n° 16; Encarnação, 1993-94: 298-299 n° 1; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 28.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A inscrição suscita algumas divergências de leitura por parte dos diferentes autores que se dedicaram ao estudo do presente monumento: Rocha (1909: 289-290) e Pereira (1936: 445) sugerem como transcrição provável para a segunda linha *MOCVLI F* que deveria corresponder ao *cognomen* alusivo à filiação do dedicante; e propõem igualmente como leitura possível para a linha cinco *PISRINOERC*. D. Fernando de Almeida (1956: 266-267) e Blázquez Martínez (1962: 73-74) sugerem a leitura de *NOERC/[...]/AVI* para as linhas cinco e seis, indicando, este último autor, (de forma provavelmente errónea) a presença de uma sétima linha da qual não se registam vestígios.

Organização textual pouco frequente na Beira Interior com recurso à gravação do dedicante e respetiva filiação; seguidos do teónimo na sua forma masculina, acompanhado de epíteto; e a fórmula final de voto (*ex votum*) menos frequente para este tipo de monumentos na região estudada. No que diz respeito à interpretação do epíteto sugerido, *Cronisensí*, Santos Rocha, um os primeiros autores a debruçar-se sobre o seu estudo, aponta-o como um termo de significância étnica ou geográfica (Rocha, 1909: 289-290). Félix Alves Pereira, reitera a interpretação de Rocha, sublinhando somente o carácter étnico do epíteto, apresentado, neste monumento, com a terminação *-ensís*. O referido autor sugere ainda a possibilidade de, na gravação, ter sido suprimido um *-o* que formaria o nome *Coronisensís* em substituição do epíteto gravado *Cronisensís*. Esta ideia é retomada por José d'Encarnação (1975: 107) que estabelece uma possível relação entre esta variação do epíteto e o possível teónimo *Coronus* e o antropónimo *Coronerus*, ambos registados em monumentos votivos achados em território nacional. Posteriormente Encarnação sugere a possibilidade do epíteto se formar a partir do etnónimo que identificaria a população que estaria sobre a tutela da divindade (Encarnação 1993/94). O monumento dever-se-á enquadrar do início do século I d.C.

AG.A5

PROV: FERRO, COVILHÃ, GUARDA.

DEP.: GUARDA-SE NA CASA DO POVO DA ALDEIA DE FERRO.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito muito deteriorada e erosionada. O monumento perdeu os seus elementos ornamentais em resultado do grande desgaste sofrido, particularmente visível nas suas arestas. Atualmente não apresenta base, pelo que a última linha inscrita do campo epigráfico regista-se na extremidade inferior do monumento. O campo epigráfico, apesar de ostentar uma superfície muito irregular, foi alvo de polimento previamente a receber a inscrição.

DIMENSÕES

O monumento apresenta 52 cm de altura por 28 cm de largura e 24 cm de espessura. A dimensão das letras varia entre 4 a 5 cm de altura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Descoberto na Quinta de Ribeiro de Moinho, na região de Ferro. A inscrição terá sido encontrada na Quinta do Ribeiro do Moinho, a servir na manjedeira de um estábulo (Rodrigues 1982: 65). Não se registam vestígios de ocupação romana na região. Jorge de Alarcão, face ao achado da presente inscrição, defende a possibilidade de se enquadrar a vila de Ferro como um povoado de *Ocelum*, considerando os epítetos que se associam aqui ao teónimo *Arentio* e *Arentia* e considerando a possibilidade de lhe estar associada uma natureza étnica e geográfica relacionada com o possível topónimo *Ocelum* (Leitão 1981: 57; Albertos 1985: 470-474).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação de traço profundo e bastante nítido. O *-r* inicial da primeira linha inscrita é perceptível somente pela haste oblíqua que sobrevive à grande erosão sofrida nesta zona do campo epigráfico. Os *-ff* e os *-tt* são de haste curta, *-ss* de curvatura pouco pronunciada e traços oblíquos. Na segunda linha, a letra *-e* inicial é perceptível pelos seus três traços horizontais. O *-c* apresenta um formato quadrangular e o *-n* revela uma tendência de inclinação do caractere para a direita, semelhante ao que se verifica em todo o monumento. O *-i* inicial sugerido para a quarta linha encontra-se completamente apagado, não restando, no entanto, espaço no campo epigráfico para uma sugestão de leitura de um caractere com uma largura maior. A última linha inscrita apresenta maior dificuldade de leitura.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[R] VFVS • P

EICANI •

F • ARANT

[I] A • OCELA

[E] CA • ET • A

RANTIO

[O] CELAECO

[...] S(?)P •

Leitura:

[R]ufus ·P-
eicani·
f(ilius)·Arant-
[i]a· Ocela-
[e]ca· et· A-
rantio
[O]celaeco
[...]s(olvit) p(ossuit)·

TRADUÇÃO: Rufo, filho de Peicano. (A) Arentia Ocelaeca e (a) Arentio Ocelaeco colocou o voto (?).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Leitão 1981: 56-58 nº 2; Rodrigues 1982: 65-66; Albertos Firmat 1985: 470-474; Encarnação 1987: 17; Garcia 1991: 285 nº 11; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 28; Búa 2002: 61-62.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A fórmula final sugere algumas dúvidas de interpretação. Albertos sugere como leitura provável *P.C.* (Albertos Firmat 1985: 470-474). Apresentando uma proposta alternativa Leitão sugere uma leitura de *D(e) S(uo) D(ed)it* (Leitão 1981: 56-58). No que diz respeito ao teónimo, Leitão sugere como leitura possível *Arant/ia(e)Ocel[s]/[e]Aeta/elaeso* (Ibidem). Organização textual frequente na região da Beira Interior, com alusão ao dedicante e respetiva filiação, seguidos do teónimo na sua forma feminina acompanhado de epíteto e, posteriormente, do teónimo masculino e respetivo epíteto. Por último grava-se a fórmula final de voto que, apesar de incompleta, se enquadra na forma comum adotada na região neste tipo de monumentos. No que diz respeito aos dedicantes, *Rufus* apresenta-se como um dos *cognomen* mais testemunhados na Península Ibérica, registado em Idanha (AE 1909: 245; CIL II 449; CIL II 5132; CIL II 448; CIL II 447; HAE 1157); e Penamacor (AE 1980: 551). O nome atribuído à filiação *Peicani* regista-se, na Península Ibérica, em exclusivo no testemunho aqui apresentado proveniente de Ferro, Covilhã. No que se refere aos epítetos *Ocelaeca* e *Ocelaecus*, Leitão atribui-lhes uma natureza étnico-geográfica (1981: 57), proposta retomada por Albertos Firmat (1985: 470-474) que estabelece correspondência entre o radical *Ocel* e um possível lugar designado com o topónimo *Ocelum* que seria tutelado por estas divindades (não devendo, no entanto, estabelecer-se uma ligação com a referência de Ptolomeu a *Ocelum* dos Vetões ou com a *civitas Ocelenses* referida por Plínio).

Juan Carlos Búa (2002) defende que, linguisticamente, *Ocelaeca/o* (sob a forma de «*Okel-aiko*») deriva do topónimo «*Okelo*» com significância de “pico”, podendo estar assim associado a uma referência geográfica ou a um topónimo. Por último, Jorge de Alarcão (2001: 304) reafirma a possibilidade apresentada por Albertos de que se trataria de uma forma derivada do nome de um local (*Ocelum* possivelmente)⁴⁰¹. O referido autor sugere ainda a hipótese do epíteto se tratar de um etnónimo (possivelmente *Ocelenses*), propondo a possibilidade de grupo étnico entre os *Lusitani* designado de *Ocelenses* onde se prestaria o culto não só a *Arentio* e *Arentia*, mas, de igual forma, se consagraria monumentos a outras divindades (*Trebarunis*, testemunhada no Fundão; *Quangeius*, testemunhado em Capinha e em Ribeira da Nave; *Aetius*, testemunhado no Fundão; e *Aelua*, consagrado num monumento achado em Famalicão da Serra. (Alarcão 2001: 293-317). Na região de Sarreaus, Orense, regista-se a consagração a uma divindade de características tutelares Lari Ocelaeco, onde, novamente o epíteto deriva do topónimo *Okelo-, à semelhança do que acontece no presente monumento dedicado a *Arentia* e *Arentio*.

401 “ [...] *Arantius Ocelaecus* e *Arentia Ocelaeca* representam a invocação deste par divino pelos habitantes de um povoado *Ocelum* (que, para se distinguirem de outros do mesmo nome, poderia ter um determinativo que não foi incluído nos epítetos daquelas divindades).” Alarcão 2009: 89.

AG.A6

PROV.: VILA DO SABUGAL, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: NA FACHADA DA IGREJA DE S. JOÃO NA VILA DO SABUGAL.

ANÁLISE DE SUPORTE

Monumento não apresenta moldura ou qualquer ornamento decorativo. As extremidades estão atualmente revestidas a cimento. Desconhece-se os componentes das faces laterais e traseira do monumento uma vez que o mesmo se encontra aparelhado num ponto elevado na fachada da igreja de S. João (a cerca de dois metros de altura). Tratar-se-á de uma ara ou um cipo. Em resultado do seu reaproveitamento, o monumento apresenta picagem na sua parte inferior e terá, em período anterior, sido sujeito a um reboco caiado na sua face frontal, atualmente à vista.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura aproximada de 69 cm por 40 cm de largura. Desconhece-se a espessura em consequência da sua reutilização na fachada do edifício onde está inserida. A altura das letras varia entre 7,7 cm de altura na primeira linha inscrita; 8 a 8,5 cm na linha dois; 7 cm na linha três; 6,5 a 7 cm na linha quatro, e, 5,5 a 6 cm na última linha. O espaçamento interlinear apresenta 2 cm na linha um; 2 a 2,5 cm na linha dois; 1,5 cm na linha três (excetuando o espaçamento entre *-q* e *-c* que se apresenta nulo); e 1 cm nas restantes linhas.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento foi reaproveitado para a construção da Igreja de S. João na Vila do Sabugal, desconhecendo-se, no entanto, a data em que foi incluído no aparelho construtivo da igreja, que sofreu sucessivas recuperações e alterações desde a Idade Média. Atualmente encontra-se ainda aparelhado na fachada principal da referida igreja, em posição deitada sobre o lado esquerdo, junto ao cunhal do lado direito. O local de achado do presente monumento dista cerca de 15 km de Cabeço das Fráguas. Na mesma região testemunha-se o culto a *Aetio* [EB.AE2].



Ilustração 12: Monumento votivo do Sabugal. Fot.: Autor.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

As últimas linhas da inscrição encontram-se atualmente desaparecidas, em resultado da picagem realizada sobre o suporte. O teónimo é realçado pela progressiva diminuição da altura das letras. A inscrição apresenta-se claramente alinhada à esquerda. No que diz respeito aos caracteres, apresenta *-LL*; *-EE* e *-TT* com hastes horizontais curtas; os *-QQ* ostentam hastes oblíquas que partem do exterior da pança e se alongam sobre a linha seguinte da inscrição. A haste oblíqua dos *-RR* é bastante prolongada.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

ARENTI
AE · EQVO
TVLLAICEN
SI. NICER
ARCONIS [...]
[...]

Leitura:

Arenti-
ae . Equo-
tullaicen-
si. Nicer
Arconis (filius) (...)
[...]

TRADUÇÃO: (A) Arentia Equotulaicense. Nicer (ou Niger), filho de Arcono (ou Arcão).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1984b: nº 27; Encarnação 1987: 17; Garcia 1991: 286, nº 14; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 28.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual frequente na região com referência ao teónimo e respetivo epíteto, seguido do dedicante e possível nome correspondente à filiação. A fórmula de voto, a ter existido, encontra-se, atualmente desaparecida. É a primeira vez que este teónimo surge na sua forma feminina, sem a referência a *Arentio*. A antroponímia é indígena. *Nicer* regista-se no presente monumento e numa epígrafe achada em La Corredoira, em Vegadeo, onde surge associado à filiação *Clutosi* (AE 1946: 121). Para *Arconis* registam-se paralelos em Serpa, apresentando-se o cognomen sob a forma de *Arconius* (AE 1971: 160); e em Sierra de Fuentes, Cáceres (CIL II 5307). No que diz respeito ao epíteto, *Equotullaicensis*, derivará da associação entre *Equo*, o nome *Tullaicum*, e o sufixo *-ensis* (Curado 1984b). Segundo o autor, o seu segundo elemento do epíteto poderá estar relacionado com o teónimo *Tullonius* e com o topónimo *Tullonium* (*Ibidem*).

AG.A7

PROV.: CASTELEJO, FUNDÃO, CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU DO FUNDÃO.

ANÁLISE DE SUPORTE

Parte inferior de uma ara em granito de grão fino com fuste e base moldurada em todas as suas faces. O campo epigráfico apresentar-se-á completo, faltando somente a moldura superior e o capitel do monumento. A ara apresenta uma fratura entre a terceira e a quarta linha. A linha um e o início da linha dois do campo epigráfico apresentam polimento que dificulta a leitura da inscrição. A face lateral direita apresenta vestígios de picagem, sobretudo na parte superior do monumento, acima da zona de fratura.

DIMENSÕES

O monumento, apesar de fraturado, apresenta atualmente uma altura de 56 cm por 36 cm de largura e 32 cm de espessura (ostentando o fuste 39 cm de altura por 26 cm de largura e 23 de espessura e a base 17 cm de altura por 26 cm de largura e 23 cm de espessura). O campo epigráfico apresenta dimensões semelhantes ao fuste, ostentando 39 cm de altura e 26 de largura. A dimensão das letras varia entre 4,7 cm na primeira e segunda linha inscrita; 4,3 cm na terceira e quarta linha; 3,8 cm na linha três; e 3,5 cm nas linhas seis e sete. O espaçamento interlinear apresenta 0,9 cm na primeira linha inscrita; 1,7 cm nas linhas dois e três; 2 cm na quarta linha; e, aproximadamente, 1 cm nas restantes linhas

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A ara é descoberta durante a destruição de uma parede de uma propriedade privada na aldeia do Castelejo. Nas imediações do local de descoberta do presente monumento regista-se igualmente o culto a *Trebaruna* [RA.T2] e *Bandi* [AG.B 3; 16; 8; 12].



Ilustração 12: Fragmento de ara votiva de Castelejo. Fot. Autor. Museu do Fundão.

A gravação apresenta-se pouco profunda, tornando difícil a leitura dos caracteres. No que diz respeito à paginação, predomina uma certa tendência para o alinhamento à esquerda, bem patente na segunda linha da inscrição. As letras iniciais da primeira e segunda linha encontram-se parcialmente apagadas devido ao desgaste sofrido pelo suporte e ao seu polimento naquela zona específica. Os caracteres apresentam um traçado bastante irregular bem patente sobretudo na letra -o. Verifica-se a ausência de travessão nos –AA. Os -TT e os -EE são de haste curta. Os -RR apresentam haste que parte da pança.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[A]RANTI-
AEET
ARANTI-
OEBVRO
[B]RICISPRO-
CVLAALBI-
NIF • L • A • V • S

Leitura:

[A]ranti-
ae et
Aranti-
o Eburno
[b]ricis Pro-
cula Albi-
ni f(ilia) · l(ibens) · a(nimo) · v(otum) · s(olvit)

TRADUÇÃO: (A) Arantia e a Arantio Eburóbricos. Prócula, filha de Albino, cumpriu de livre vontade o voto.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Salvado; Rosa & Guerra 2004: 237-242.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual comum na região, com alusão ao teónimo, seguido da menção do dedicante e respetiva filiação e da fórmula final de voto, também ela segundo os padrões comuns na Beira Interior portuguesa. O teónimo compõe-se, no presente monumento, da sua variante feminina e masculina, acompanhados de um único epíteto, *Eburóbricos*. A dedicante apresenta um nome testemunhado em abundantes monumentos epigráficos por toda a Península Ibérica⁴⁰². Especificamente na Beira Interior, *Prócula* surge em Idanha, acompanhada da filiação *Boethi* (HAE 1142); e em Benespera, Guarda, como filha de *Proculi* (CIL II 458 e HEp 2, 795). *Albini* apresenta igualmente testemunhos abundantes na Península Ibérica, sobretudo sob a forma de *Albinus*. Na Beira Interior, *Albini* testemunha-se num monumento achado no Fundão, consagrado a *Arentius Cronisensis* [RA.A4], sob a forma de *Albinus*, num monumento descoberto em Idanha-a-Velha, juntamente com a filiação de *Tangini* (AE 1967: 147).⁴⁰³ No que diz respeito ao epíteto mencionado no presente monumento (*Eburóbricos*), destaque-se o facto de surgir aqui no plural, abrangendo possivelmente o teónimo quer na sua forma feminina, quer na sua forma masculina. Tratar-se-á possivelmente de uma derivação do nome de um lugar.

402 “A onomástica deste monumento encontra-se já identificada na região. *Proculus/-a*, nome latino muito comum em toda a Hispânia, onde a dupla onomástica é a sétima mais frequente (Abascal, 1994, p. 470-472 inventaria 148 ocorrências), regista-se abundantemente na Lusitânia, em especial nas zonas mais profundamente romanizadas de Mérida e Olisipo (...)” (Salvado; Rosa & Guerra 2004: 237-242).

403 E possivelmente em Orca, concelho do Fundão (AE 1936: 6) sob a forma de *Albinus Rufi filius*. (Salvado, Rosas & Guerra 2004)

AG.AM1⁴⁰⁴

PROV: VALE DE AZARES, CELORICO DA BEIRA, GUARDA.

DEP.: DESCONHECIDO.

ANÁLISE DE SUPORTE

O monumento, rudemente afeiçoado, apresenta uma decoração composta por um filete de 3 cm a delimitar a parte superior do campo epigráfico, e uma moldura em gola reversa na parte inferior do fuste. Apresenta evidentes vestígios de erosão e fraturas resultantes do seu reaproveitamento na construção da capela de Nossa Senhora dos Azares.

DIMENSÕES

Apresenta uma altura de 40 cm por 33 cm de largura e 3,5 cm de espessura. O campo epigráfico caracteriza-se por uma altura de 29 cm e uma largura de 30,5 cm. Os caracteres ostentam 4,2 cm de altura na primeira linha inscrita; 4,7 cm na segunda linha, excetuando-se a letra -c que regista 5,2 cm. Os caracteres correspondentes às linhas três, quatro e cinco, apresentam uma dimensão média de 4 a 4,5 cm de altura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento foi identificado na fachada interior da capela de Nossa Senhora de Azares em fevereiro de 2003.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição distribui-se em cinco linhas gravadas. Apresenta nexos na segunda linha, entre os caracteres -RV e na quarta linha inscrita, agrupando os caracteres -CI. A última linha inscrita revela uma tendência de alinhamento à esquerda. Gravação de traço regular, possibilitando uma leitura segura de todos os caracteres. Utilização frequente de pontuação na separação de todas as palavras e das siglas correspondentes à fórmula final de voto. No que se refere à caracterização dos caracteres, destaca-se o recurso a -MM muito abertos, formados a partir da conjugação de dois -AA. Os -EE apresentam hastes horizontais com dimensões semelhantes.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

AMMAE·ARA
CELENI·SACRVM
CLEMENS·CELE
RIS·LICINVS·CIL[I]
D·S·F·C

167

404 Uma vez que não se procedeu à visualização e estudo direto do monumento, a análise que aqui desenvolvemos é levada a cabo com base no estudo desenvolvido por M^a do Céu Crespo Ferreira; Marcos Osório e Manuel Sabino Perestrelo (2004).

Leitura:

Amma Ara-
celeni sacrum
Clemens Cele-
ris Licinus Cili
d(e) s(uo) f(aciendum) c(uraverunt)

TRADUÇÃO: Consagrada a Ama Aracelene. Clemente, (filho de) Celer, e Licino, (filho de) Cilo, mandaram fazer à sua custa.⁴⁰⁵

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Ferreira, Osório & Perestrelo 2004; Blázquez Martínez 2009.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Referem-se dois dedicantes, composição textual pouco frequente nos monumentos votivos da Beira Interior. A fórmula final de voto é igualmente rara neste tipo de monumentos, apresentando-se mais frequente em inscrições funerárias. O teónimo grava-se na primeira e segunda linha, apresentando-se o epíteto repartido por ambas. Os dedicantes, de nomes frequentes na região, identificam-se à maneira indígena, verificam-se a ausência da sigla correspondente a *filius*. Desconhece-se as razões que justificariam uma consagração realizada por dois dedicantes distintos, sem aparente relação familiar (tal como se comprova pelo patronímico que ostentam). A análise paleográfica, a análise do suporte, da onomástica e da organização textual, sugere uma datação do século II d.C.

AG.B1

PROV: CAPINHA, FUNDÃO, CASTELO BRANCO.

DEP.: DESAPARECIDA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Sem registo.

DIMENSÕES

Sem registo.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Descoberta numa região conhecida pelo topónimo “Caminho dos três povos” na localidade de Capinha, Fundão, distrito de Castelo Branco. Geograficamente, a inscrição localiza-se imediatamente a sudeste da Serra da Estrela, na região (entre Sabugal e Idanha-a-Nova) onde se regista a maior concentração de testemunhos de inscrições consagradas ao teónimo Bandi da Beira Interior. Na mesma região encontrou-se uma inscrição consagrada a *Quangeius* [RA.Q5], e, nas proximidades, testemunham-se inscrições consagradas a *Arantia Ocelaeca e Arantio Ocelaeco* [RA.A5] achada em Ferro, Covilhã, a aproximadamente 6 Km de Capinha; e a *Bandi Vortaeceou* [AG.B2], descoberta em Salgueiro, concelho do Fundão, a 6 Km de Capinha. Em Penamacor, duas novas inscrições surgem consagradas ao mesmo epíteto (a aproximadamente 17 km de Capinha).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Composta por cinco linhas, apresenta primeiramente o dedicante, seguindo da menção do teónimo *Bandiarbariaico* e da fórmula final de consagração. Há reservas na leitura de *Andaitiae*.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

AMMINVS
ANDAITIAE·F
BANDIARBA
RIAICO·VO
TVM·LMS⁴⁰⁶

Leitura:

Amminus
Andaitiae·f(ilius)
Bandi Arba-
riaico·vo-
tum·l(ibens) m(erito) s(olvit)

TRADUÇÃO: Ammino, filho de Andaitia cumpre de livre vontade o voto a Bandi Arbariaico.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Vasconcelos 1905: 321, Vasconcelos 1909: 219-220; Blázquez Martínez 1962: 53; Blázquez Martínez 1962: 53; Encarnação 1973: 205-206 nº 4; Blázquez Martínez 1975: 45; Encarnação 1975: 129-131; Encarnação 1987: 19; García Fernández-Albalat 1990: 28; Garcia, 1991: 289 nº 23; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 27; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 49.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O desaparecimento do monumento impossibilita que se apresente aqui uma transcrição pessoal do mesmo, condicionando assim a sua interpretação. José Leite Vasconcelos apresenta inicialmente uma transcrição do teónimo como *Bandiarbariaibo*. Garcia Fernández-Albalat apresenta o dedicante como *Amminus Andaitae filius*, omitindo assim um segundo *-i* da filiação. No que diz respeito ao dedicante, *Amminus*, regista-se, com apenas um *-m*, em Santa Maria de Magasca, Cáceres (AE 1968: 221) e em Idanha, juntamente com o *cognome* respeitante à filiação, *Ati* (AE 1967: 144). O antropónimo *Amminus* é, no entanto, bastante comum, sobretudo na sua forma *Amm-*. O cognome correspondente à filiação apresenta terminação feminina pouco usual neste tipo de monumentos. O epíteto surge aqui com uma terminação com flexão romana. Organização textual enquadrada da fórmula comum dos monumentos votivos da Beira Interior, com alusão ao dedicante, seguido do teónimo acompanhado de epíteto, e, por último, da fórmula final de voto, segundo a norma comum na região. A impossibilidade de confirmar a leitura do monumento suscita grandes reservas de interpretação.

AG.B2

PROV.: SALGUEIRO, FUNDÃO, CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU MUNICIPAL DO FUNDÃO.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão fino bastante erosionada e com várias pequenas fraturas, sobretudo na base e na face lateral esquerda em resultado da sua reutilização como pedra de amolar. O capitel é composto dois toros laterais semicirculares, elevados, e que se prolongam em toda a lateral do monumento, apresentando-se, a meio do comprimento de cada toro, uma ornamentação de três cordões perpendiculares ao respetivo toro (que o envolvem, em arco, desde a superfície superior do fuste até à parte interior do toro, junto à superfície superior e central do capitel); e por fóculo central, quadrangular, de paredes alteadas (cuja base se encontra à profundidade da restante superfície do capitel). O fóculo apresenta grandes dimensões (de aproximadamente 24 cm em cada uma das suas paredes). Ostenta um fuste composto, na sua parte superior, por um filete retangular de grandes dimensões, que se separa do capitel por uma pequena reentrância que circunda todo o monumento) e é seguido de cinco cordões que compõem a molduração do monumento, patente nas suas quatro faces. O campo epigráfico apresenta um profundo desgaste na face direita da ara (dificultando a leitura das primeiras letras de cada linha), e carece de moldura, apresentando-se a primeira linha da inscrição junto do arranque do primeiro cordão da parte superior do fuste. A parte inferior do fuste ostenta um pequeno filete que estabelece a separação entre o campo epigráfico e a base. Por último apresenta uma base alta, retangular, e muito deteriorada, sobretudo na sua parte inferior, em todas as faces do monumento.

DIMENSÕES

O monumento apresenta como dimensões máximas: 89 cm de altura por 58 cm de largura na base e 55 cm de largura no capitel. Apresenta uma espessura máxima de 37. O fóculo possui 24 cm na sua extensão máxima. O campo epigráfico apresenta uma altura de aproximadamente 35 cm por 48 cm de largura e uma espessura de 29 cm. A dimensão dos caracteres varia entre 5,5 cm e 6 cm de altura na primeira linha inscrita. As letras correspondentes às linhas dois e três apresentam uma variação entre 4 a 5 cm de altura. Por último, a linha 4 apresenta letras com 5 cm. O espaçamento interlinear regista uma dimensão máxima de 4 cm patente na primeira linha entre as letras -r- e -e. Os restantes espaçamentos variam entre 0,2 mm e 3,5 cm.

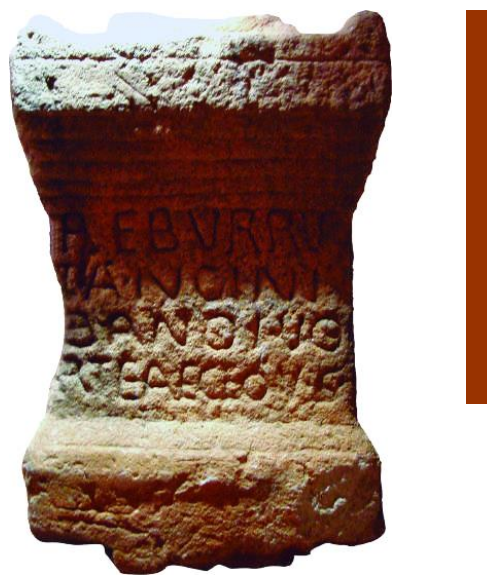


Ilustração 14: Ara votiva de Salgueiros. Fot. autor. Museu do Fundão.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Foi reutilizada como suporte do altar maior da Capela de Santa Madalena em Salgueiro, concelho do Fundão. Próximo desta inscrição, a aproximadamente 6 km, encontramos um segundo monumento consagrado a Bandi, localizado em Capinha, concelho de Fundão (AG.B1). Em Penamacor, a aproximadamente 12 Km de Salgueiros, foi relatada a presença de outra ara dedicada ao epíteto *Vortaeceo* (AG.B9).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição é composta por quatro linhas. Verifica-se o recurso a pontos de separação de formato redondo na linha 3, evidenciando a separação entre o teónimo *Bandi* e o epíteto *Vortaeceo*, e na última linha, entre o epíteto e a fórmula final. Registam-se igualmente pontos de separação entre *votum* e *solvit* e na finalização da fórmula de voto⁴⁰⁷. A gravação, de um modo geral, mostra-se bastante irregular, apresentando as letras e os espaçamentos entre elas, dimensões muito heterogéneas (aspeto particularmente notório na comparação entre o espaçamento verificado nas duas primeiras linhas e a última linha da inscrição). As letras *-b* e *-r*, presentes no início da terceira e quarta linha, correspondentemente, encontram-se incompletas em consequência da intensa manipulação da face lateral esquerda do monumento. A paginação apresenta-se igualmente imperfeita, sobretudo na linha um (atendendo-se ao estrangulamento da última letra) e linha 4, pelo encavalgamento das letras finais do epíteto.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

REBVRRV
S
TANGINI
BANDI • VO
RTEAECEO • V • S

Leitura:

Reburus
Tangini (filius)
Bandi • Vo-
rtaeceo v(otum) • s(olvit)

TRADUÇÃO: Reburro, filho de Tangino cumpriu o voto a Bandi Vortaeceo.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Monteiro 1942; Almeida 1965: 26-31; AE 1967: 136; Encarnação 1973: 209; Blázquez Martínez 1975: 45; Encarnação 1975: 137-138; AE 1977: 379; Vaz 1977: 1-32; Vaz 1978: 59-61; Monteiro 1978: 63-65; Vaz 1979; Encarnação 1987: 20; García Fernández-Albalat 1990: 35-36; Garcia 1991: 291 nº 30; Repas 2001; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 49; Olivares Pedreño 2002: 27.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A antroponomia do dedicante é claramente indígena. *Reburus* e variantes semelhantes são frequentes na Hispânia. O mesmo se verifica com *Tangini* e formas semelhantes, patentes numa grande abundância de inscrições na Lusitânia.

⁴⁰⁷ João Luís Vaz identifica uma única separação na última linha do monumento, nomeadamente entre o epíteto e a fórmula final de voto.

AG.B3

PROV: MONTE DE S. MARTINHO, CASTELO BRANCO, CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ.

ANÁLISE DE SUPORTE

Parte inferior de uma ara em granito. Do monumento somente se conserva a base e a parte inferior do campo epigráfico, manifesta em três linhas de texto, a primeira das quais, parcialmente fendida. A face direita do campo epigráfico apresenta-se igualmente fraturada e erosionada. A parte inferior do fuste ostenta dois cordões, separados da base através de uma pequena depressão. A base, particularmente alta, apresenta-se tendencialmente quadrangular, sem recurso a qualquer ornamento.

DIMENSÕES

O monumento apresenta 43 cm de altura por 26 cm de largura e 20 cm de espessura. No que diz respeito à dimensão dos caracteres, a segunda linha apresenta uma variação da altura das letras entre 4 e 4,5 cm e a terceira linha varia a altura das letras entre 3,5 e 4 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Encontrada por Manuel de Jesus Marques Leitão no Monte de S. Martinho, a 3,5 Km a sudeste de Castelo Branco. Dista cerca de 30 Km da inscrição encontrada em Capinha (AG.B1); cerca de 35 Km da inscrição descoberta em Salgueiros, e, por último, cerca de 45 Km de uma inscrição ao mesmo epíteto em Penamacor (AG.B9).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação de traço superficial e bastante nítido, apesar de muito erosionado. O traço apresenta-se homogéneo e a paginação cuidada, aliada à simetria do monumento, conferem uma grande elegância à inscrição. A primeira linha da inscrição apresenta grandes dificuldades de leitura, permitindo, no entanto, sugerir, de forma segura, a leitura das letras - *VORT*. Uma fratura na parte superior e na face lateral esquerda do monumento impossibilita o visionamento das restantes letras da inscrição, contudo, o espaço da ara em falta permite sugerir a existência de um quinto caractere, possivelmente um -*e* por comparação com os restantes testemunhos encontrados na região da Beira Baixa consagrados ao mesmo epíteto *Vorteaecio* (AG.B5 e AG.B9) ou *Vorteaecio* (AG.B2). Do último -*t* da referida linha encontra-se em falta a haste superior horizontal e a parte superior da haste vertical. Na segunda linha, a leitura das letras -*AECI* apresenta-se clara. A letra final -*o* encontra-se, no entanto, fraturado não sendo rigorosa a sua leitura (sendo, no entanto perceptível a metade esquerda do caractere e a curvatura inferir na sua totalidade). A interpretação da última linha da inscrição não suscita qualquer dificuldade de leitura, registando as letras -*ALVS*. Esta linha apresenta-se ligeiramente mais distanciada das restantes.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[...]
VORT[E]
AECIO
ALVS

Leitura:

[...]
Vort[e]-
aecio
a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit)

TRADUÇÃO: [...] cumpre de livre vontade um voto a (Bandi?) Vorteaecio.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Garcia 1976: 147-150; AE 1977: 380; Garcia & Leitão 1982: 9-10 nº 3; Garcia 1984; AE 1984: 79-80 nº 18; Encarnação 1987: 20; García Fernández-Albalat 1990: 36; Garcia 1991: 291-292 nº 31; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 27; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 50.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Apenas a fórmula final de voto apresenta uma interpretação segura. Desconhece-se a existência de dedicante ou dedicantes. A sugestão de leitura do epíteto *Vorteaecio*, integraria esta inscrição no conjunto de testemunhos do culto a *Bandi*. Sublinhe-se a possibilidade da parte superior da ara, atualmente perdida, incluir o teónimo *Bandi*, tal como se verifica na inscrição dedicada a *Bandi Vortaeceo* encontrada na capela de Santa Maria Madalena, na localidade de Salgueiro em Fundão (AG.B2) e na inscrição achada em Vale Queimado de Penamacor (AG.B9). Contudo, relata-se igualmente a existência de monumentos consagrados somente ao epíteto *Vortaeceo*, sem alusão ao teónimo *Bandi*, como se verifica na inscrição achada na Quinta da Arrochela, em Penamacor (AG.B5). José Manuel Garcia, baseando-se na análise paleográfica, data o monumento do século I d.C. (Garcia 1976).

AG.B4

PROV: ORJAIS, COVILHÃ, GUARDA.

DEP.: NUMA CASA PARTICULAR PRÓXIMA DA IGREJA PAROQUIAL DE ORJAIS.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito bem conservada.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 66 cm por uma largura de 24 cm. A altura das letras varia entre 3 a 4 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Foi descoberto numa casa próxima da igreja matriz, nas vizinhanças de Orjais. Desconhece-se o seu contexto original. Nas proximidades registam-se os testemunhos epigráficos consagrados a *Bandi*, achados em Salgueiros [AG.B2] e em Capinha [AG.B1].

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Sem registo.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

BANDEI
BRIALEAC
VI·SEVERV
S·ABRVNI·F
VS

Leitura:

Bandei
Brialeac-
ui-Severu-
s-Abruni-f(ilius)
v(otum) s(olvit)

TRADUÇÃO: (A) Bandei Brialeaco. Severos, filho de Abruno, fez um voto.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Almeida 1965: 24-25; AE 1967: 136; Encarnação 1973: 202 n° 1; Blázquez Martínez 1975: 43; Encarnação 1975: 125-126; Encarnação 1987: 19; Piernavieja 1988: 372; García Fernández-Albalat 1990: 29; Garcia 1991: 288; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 27; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 49.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O dedicante tratar-se-á de um indivíduo de nome latino, filho de um indígena denominado *Abruni*, um nome com raros testemunhos na Península Ibérica. José Manuel Garcia adianta a existência de um segundo monumento descoberto na mesma região dedicada a *Bandei Brialeacui*, não apresentando, no entanto, a inscrição correspondente. (Garcia 1991: 289).

AG.B5

PROV.: ARROCHELA; PENAMACOR; CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU DE PENAMACOR.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara de granito de grão médio constituída por base, fuste e capitel. O monumento apresenta-se fraturado na face lateral esquerda e inferior da sua base; e, simultaneamente, na face principal do capitel. Apresenta quatro linhas inscritas na sua face frontal e decoração em todas as faces do monumento, o que sugere que seria concebido para ser visto de todos os lados. A inscrição que ostenta apresenta-se bastante erosionada tornando a sua leitura pouco segura. No que diz respeito aos elementos decorativos, o capitel apresenta uma altura inferior à base da ara, caracterizando-se por um alteamento nos quatro cantos do monumento (aspeto particularmente evidente na sua face frontal). Não apresenta toros ou fóculo, apesar do alteamento resultar numa pequena depressão na face superior (e central) do monumento. A separação entre o capitel e o fuste é conseguida através de um sulco profundo. O fuste, por sua vez, caracteriza-se por uma decoração constituída por uma bordadura em garganta reversa e direta. A base apresenta listel e soco. O campo epigráfico não apresenta moldura, destacando-se dos restantes elementos decorativos através de um pequeno sulco.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura máxima de 78 cm, por uma largura máxima de 38 cm e uma espessura igualmente de 38 cm. O campo epigráfico caracteriza-se por uma altura de 38 cm por cerca de 31 cm de largura média. No que diz respeito aos elementos decorativos: o capitel ostenta uma altura que varia entre 7 cm e 9 cm na zona mais alteada do monumento; uma largura máxima de 37 cm e uma espessura de 38 cm. A Base apresenta uma altura de 11 cm; por 38 cm de largura e igualmente 38 cm de espessura. A altura das letras varia entre aproximadamente 6 cm nas linhas um e dois e 5 cm nas linhas quatro e cinco. Os espaçamentos na linha um e dois caracterizam-se por uma dimensão média de 2,5 a 3 cm; na linha 3 por uma variação entre 2,5 e 3,5 cm e, por último, na linha 4, por uma variação de 3,5 a 5 cm.



Ilustração 15: Ara votiva da Arrochela. Fot. Autor. Museu Municipal de Penamacor.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A ara foi encontrada na Quinta da Arrochela, na freguesia e concelho de Penamacor, a cerca de 1 km a norte de Salvador. O monumento foi identificado por Helena Frade e José Beleza Moreira, do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro. O local apresenta uma grande diversidade de vestígios arqueológicos. Localizada a cerca de 25 Km da inscrição consagrada a *Bandi Vortaeceo* em Capinha Fundão (AG.B2); distancia cerca de 40 Km da ara a *Vortaeccio* achada no Monte de S. Martinho (AG.B3) e localiza-se a aproximadamente 10 Km da inscrição de Vale Queimado (AG.B9).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Toda a inscrição está bastante apagada dificultando a sua leitura e contribuindo para uma interpretação pouco segura. O monumento apresenta quatro linhas inscritas contendo as duas primeiras a alusão ao dedicante; a terceira linha a menção eventual da divindade e, a última linha inscrita a fórmula final de voto. Deve igualmente ressaltar-se a inscrição de quatro pontos de separação patentes na primeira linha (entre as letras *-a* e *-ñ*), na segunda linha da inscrição (entre as letras *-s* e *-ñ*), e, dois destes separadores, na última linha entre as letras *-v* e *-s* e no final da fórmula de voto. As maiores dificuldades de interpretação apresentam-se na leitura do *-r* da linha inicial, o qual apenas é perceptível pelo arranque das hastes, apresentando-se a sua pança apagada; e na leitura do teónimo ou epíteto, supondo-se a existência de um nexa patente na última letra da terceira linha (contudo, esta suposição não é segura) revelando assim uma variação local da leitura deste epíteto já verificado em outros monumentos. A fórmula final de voto não apresenta qualquer dúvida de leitura, sendo perfeitamente perceptível as letras *-v* e *-s*.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

FLA· TVRI
VS·FELIX
VOTIAECII
V· S·

Leitura:

Fla(vius)· Turi-
us· Felix
Votiaecii
v(otum)· s(olvit)·

TRADUÇÃO: Flávio Túrio Félix cumpriu o seu voto a (Banda) Vortiaecio.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Landeiro 1982: 166; AE 1985: 531; Curado 1985b: nº 57; Encarnação 1987: 20; Garcia 1991: 292 nº 32; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 27; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 50.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Na p inscrição a divindade *Band* aparece somente indiciada pelo seu epíteto (*Vortaeceo*). O dedicante faz uso do tria nomina, apresentando *cognomen* e *praenomen* latinos. *Turius*, um nome conhecido para a região com testemunho em Idanha (AE 1967: 176) parece sugerir que se tratar de um indígena romanizado. Em território nacional, *Félix* testemunha-se somente em Lisboa (CIL II 224) e Penamacor (no presente monumento).

AG.B6

PROV: BEMPOSTA, PENAMACOR, CASTELO BRANCO.

DEP.: NÚCLEO MUSEOLÓGICO DE BEMPOSTA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito róseo, de grão médio, bastante fraturada e rudemente trabalhada. A parte superior da ara encontra-se atualmente destruída em resultado das suas reutilizações. Possui uma base composta por uma moldura de arestas arredondadas e de tipo almofadado. A parte inferior da base forma um espigão que permitiria o seu encaixe (possivelmente no solo) e encontra-se rudemente trabalhada⁴⁰⁸. A base é apartada do campo epigráfico por um par de filetes de reduzidas dimensões. Os elementos decorativos referidos encontram-se presentes em todas as faces do monumento. A inscrição apresenta-se, no fuste, na sua face frontal e na face lateral direita.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura máxima de 68 cm, por 15 cm de largura e 28 cm de espessura. O campo epigráfico mede 36 cm de altura por 25 cm de largura. A altura das letras varia entre 4 e 4,8 cm na primeira linha da inscrição; 3,5 a 4 cm na linha 2 e apresenta aproximadamente 4 cm nas linhas quatro e cinco. Os espaços interlineares medem, aproximadamente, 4 cm na primeira linha; 3 cm na linha 2; 2,3 cm na linha três, e, por último, 2 cm na linha quatro.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Foi achada na localidade de Bemposta juntamente com a inscrição AG.B7. Na região testemunham-se diversos vestígios arqueológicos de cronologia romana. A ara foi identificada inicialmente por D. Fernando de Almeida que a estudou ou a publicou.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição apresenta, na face frontal, 5 linhas inscritas. Na face lateral direita do monumento constam as letras *-GVI* que completariam o epíteto *ISIBRAE*. A gravação é pouco cuidada, apresentando as letras e os espaços interlineares uma evidente heterogeneidade de dimensões. A profundidade das incisões é igualmente irregular, conferindo um aspeto tosco e descuidado ao monumento. A paginação apresenta-se igualmente pouco cuidada, tal como nos revela a necessidade do Lapicida utilizar a face lateral do monumento para inscrever as letras finais do epíteto da divindade. As letras apresentam uma incisão profunda e, na linha quatro, é perceptível uma ligeira inclinação das letras para a esquerda. O *-b* inicial do teónimo na primeira linha, assim como o eventual *-i* do epíteto no início da linha dois, encontram-se apagados devido ao desgaste verificado nessa zona do monumento. Na face lateral direita, as letras *-GVI* encontram-se alinhadas com a segunda linha inscrita da face frontal do monumento, reforçando a ideia de que se trata de um prolongamento do epíteto da divindade.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

BANDI
ISIBRAIE-GVI
CILIVS
CAMALI
FVS

Leitura:

Bandi
Isibraie-gui
Cilius
Camali
f(ilius) v(otum) s(olvit)

TRADUÇÃO: (A) Bandi Isibraiego. Cilio, filho de Camalo cumpriu o voto.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Almeida 1965: 24-25; AE 1967: 136; Encarnação 1973: 202 nº 1; Blázquez Martínez 1975: 43; Encarnação 1975: 125-126; Encarnação 1987: 19; Piernavieja 1988: 372; García Fernández-Albalat 1990: 29; Garcia 1991: 288; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 27; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 49.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A leitura inicial desta inscrição interpretava o epíteto como *Isibraia* (Blázquez Martínez 1975: 45), possuidor, portanto, de uma terminação feminina. Por comparação com os restantes epítetos associados a Bandi, alguns autores sugeriram a possibilidade de interpretar o epíteto com o sufixo *-co*. Apenas com a obra de M. Lourdes Alberto Firmat e Pires Bento (1977) se constata que a inscrição se expande para a superfície lateral da ara, onde constariam as letras *-GVI*, que completariam a parte final do epíteto *Isibraie-*. Estamos assim perante um epíteto com terminação de dativo em *-i*, declinação caracteristicamente céltica, quer na sua forma masculina quer no feminino. No que diz respeito ao dedicantes estamos perante um nome e uma filiação indígena, frequentes na Península Ibérica. O nome *Cilius* apresenta uma grande expressão na Beira Baixa, testemunhando-se, em território nacional, em Conimbriga (CIL II 372); em quatro monumentos achados em Idanha (CIL II 443; HAE 1113; HAE 1141; CIL II 441); Lamego (CIL II 5252); Meimoa, concelho de Penamacor (HEp 1, 676); e Vila Boa, concelho do Sabugal (AE, 1989, 389). Por último, o *cognome* regista-se igualmente em Ferro, concelho da Covilhã, juntamente com o patronímico *Camali* (AE 1970: 216), com evidentes semelhanças ao dedicante do presente monumento. Tratar-se-á, possivelmente do mesmo indivíduo (considerando inclusivamente a proximidade geográfica entre os dois locais) que cumpre um voto a *Bandi* e *Arentio*, em dois monumentos distintos. Deve, no entanto, sublinhar-se a grande recorrência de testemunhos ao referido nome. O patronímico, *Camalo*, apresenta-se igualmente atestado sob a forma de *Camalus* em outros monumentos na região da Beira Interior, nomeadamente, em Capinha, concelho do Fundão (CIL II 453), Ferro (já referido, AE 1969 a 1970: 216), e em três monumentos de Idanha (HAE 1091; HAE 1099; AE 1936: 4). O epíteto *Isibraegui*, presente em mais do que um monumento, poderá sugerir a ligação do teónimo *Bandi* a uma determinada região ou etnia, apresentando-se como um culto local (atendendo a uma eventual natureza geográfica do epíteto).

AG.B7

PROV: BEMPOSTA, PENAMACOR, CASTELO BRANCO.

DEP.: NÚCLEO MUSEOLÓGICO DE BEMPOSTA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara de granito bastante granuloso e caracterizado por uma pátina em tons cinzentos. O monumento apresenta capitel, fuste e base e encontra-se bastante fraturado, sobretudo nas extremidades laterais do campo epigráfico e no toro direito do capitel. O capitel exibe-se baixo e composto por dois toros. Apresenta um fuste composto por três filetes quadrangulares na parte superior. A base é tendencialmente quadrangular.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura máxima de 91 cm por 54 cm de largura e 18 cm de espessura. O campo epigráfico possui 60 cm de altura por 54 cm de largura. As letras apresentam uma dimensão média de 5,5 a 6 cm na primeira e na terceira linha; 4,5 cm na segunda linha; uma dimensão que varia entre 6 e 6,2 cm na quarta e quinta linhas, e, por último, 4 a 4,5 cm na última linha da inscrição. Os espaçamentos interlineares são de 1,6 cm na primeira linha; 2 cm na segunda e quarta linha; 1,2 cm na terceira linha, e, 1,4 cm na quinta linha.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento é procedente de Bemposta, concelho de Penamacor. Foi achado juntamente com a inscrição AG.B6 consagrada a *Bandi Isibraiego*. Nas imediações do local regista-se um abundante número de testemunhos epigráficos consagrados a *Bandi* (destaque-se, para além da presente inscrição e do monumento anteriormente referido [AG.B6]) a ara achada na Aldeia de Santa Margarida [AG.B15], a oeste; a ara achada mais a sul, em Medelim [AG.B11] e as aras encontradas em Salvador e Idanha-a-Velha [AG.B5; AG.B14] localizadas a nordeste e noroeste do local de achado do presente monumento. Igualmente nas imediações testemunham-se vários monumentos consagrados a *Reve* [AG.R3 e AG.R4 em Medelim; e AG.R2 em Proença-a-Velha]; epígrafes consagradas a *Arentio* [AG.A1, localizada em Monsanto]; *Munidis* [AG.M1, procedente de Medelim]; Quangeio [RA.Q4 achado em Bemposta] e *Laepo* [EB.LP2, procedente de Monsanto]. Efetivamente, a região de Bemposta, juntamente com Medelim, regista a maior concentração de testemunhos epigráficos em toda a Beira Interior.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Inscrição com um traço profundo e bastante nítido, sendo clara a sua leitura (salvo as reservas consequentes das fraturas do campo epigráfico). A primeira letra da linha inicial da inscrição encontra-se atualmente apagada, em resultado da fratura do campo epigráfico. O mesmo se verifica com a última letra da primeira e da segunda linha; com a letra inicial e final da terceira linha da inscrição, e, por último, com a letra final da quarta e quinta linha. Nestes casos, a transcrição sugerida apresenta-se como a mais provável. Da letra inicial da segunda linha apenas é perceptível parte do -v. Da letra -d inicial da quinta linha resta somente a pança.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[P] ATER [N]
VS • M [A]
[E] LON [IS]
F•BAN
DI • IS[I]B[RA]
V•S•L• [M]

Leitura:

[P]ater[n]-
us· M[a]
[e]lon[is]
f(i)lius· Ban
di · Is[i]b[r(ae)igui]
v(otum)· s(olvit)· l(ibens)·[m(erito)]

TRADUÇÃO: Paterno (?), filho de Maelono (?). (A) Banda Isibraegui cumpriu o voto de livre vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Almeida 1965: 22-23; AE 1967: 134; Encarnação 1973: 132; Blázquez Martínez 1975: 45; Encarnação 1975: 132; Leitão & Barata 1980; Barata & Leitão 1982: 102-103; Encarnação 1987: 19; García Fernández-Albalat 1990: 30-31; Garcia 1991: 289 nº 25; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 27; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 49.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O monumento apresenta dificuldades de leitura em consequência da erosão das laterais da face frontal do monumento. José Manuel García propõe como leitura alternativa: [P/M?]ATER[N]/VS • M[A/E]LON[I/S] F (ilius) • BAN[N]/DI • IS[I]B[R (ae)igui] V(otum) • S(olvit) • L(ibens) • [M?(erito)]. (García 1991). García Fernández-Albalat sugere algumas alterações na leitura anteriormente apresentada, propondo: [M]ATER[N]/US M[A/E]/LON[IS] / F(ilius) BA[N]DIIS(I)B[RA(ie)]/ (votum) s(olvit) l(ibens) [m(erito)]. Por comparação com um segundo monumento encontrado igualmente em Bemposta [AG.B11] consagrado a Bandi com o mesmo epíteto que é referido aqui, e cujo dedicante se menciona como *Paternus Maelonis filius*, a reconstituição mais provável para este monumento será igualmente de *Paternus Maelonis* e não *Maternus* como alguns autores sugerem. Efetivamente, no que diz respeito ao dedicante, apesar de existirem grandes dificuldades de leitura, *Maeloni* sob a forma simples de *Maelo*, está presente em diversos testemunhos na Beira Interior, designadamente em três monumentos achados em Idanha (AE 1967: 147; HAE 1125; HAE 1163); numa epígrafe achada em Pinhel, distrito da Guarda (AE 1986: 299); em Meimoa, concelho de Penamacor, juntamente com o cognome de filiação *Cilli* (HEp 2: 676); e, por último, no Fundão (AE 1977: 364), onde surge juntamente com o patronímico *Tongi*. Testemunha-se igualmente o dedicante *Maelo Tongi F* numa inscrição achada em Brzonas, na região de Cáceres (CIL II 749). Tratar-se-á, muito possivelmente, do mesmo dedicante. Fora da região geralmente designada de Lusitânia, os testemunhos deste nome são raros. Considerando a proposta de José Manuel García e García Fernández-Albalat relativa ao cognome do dedicante, *Materno* apresenta-se como um nome latino muito frequente na Península Ibérica e em áreas célticas do império romano. Na região da Beira interior regista-se em três monumentos procedentes de Idanha (AE 1967: 145; AE 1967: 166; HAE 1078); e em Proença-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova, juntamente com o patronímico *Tongi* (AE 1985: 529). O mesmo panorama verifica-se em relação ao provável *cognome Paternus*, testemunha de forma muito abundante em toda a Península Ibérica e registado na Beira interior num monumento achado em Orjais, concelho da Covilhã (ILER 717) e nos possivelmente monumentos AG.B7 e AG.B11 já referidos. Considerando qualquer uma das possibilidades (*Maternus* ou *Paternus*) estamos, provavelmente, perante um indígena que adota um nome romano usando o pai um nome celta.

AG.B8

PROV: S. VICENTE DA BEIRA, CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ.

ANÁLISE DE SUPORTE

Monumento em granito de grão fino, composto por um capitel bastante fraturado, sobretudo nas faces laterais, sem vestígios de fóculo ou toros. O fuste é composto por dois filetes na sua parte superior; e um filete tendencialmente quadrangular seguido de um cordão, na sua parte inferior. A base, bastante fracturada na sua face direita e muito erosionada, separa-se do fuste por uma pequena reentrância que cobre todos os lados do monumento e apresenta-se simples e de arestas bastante arredondadas. O campo epigráfico não apresenta moldura lateral, contudo, sendo sujeito a alisamento e polimento previamente a receber a inscrição. A decoração está presente em todas as faces o que sugere que o monumento foi concebido para ser visto de todas as faces.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura máxima de 55 cm por 25 cm de largura e 18 cm de espessura. A dimensão das letras varia entre 4,5 cm nas linhas um e dois; entre 3,5 a 4 cm na linha três e, por último, 4,2 cm na última linha da inscrição.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Encontrada em S. Vicente da Beira. Na mesma região testemunhamos mais um culto a *Bandi* (AG.B12), neste caso com os epítetos *Picio Pelico*. A aproximadamente 7 km a sul, na região de Ninho de Açor, verifica-se o achado de um monumento consagrado a *Bane* (AG.B10) e, igualmente a 7 km, uma inscrição descoberta no Monte de S. Martinho consagrada ao epíteto *Vort[e]aacio*, sem menção do teónimo. De facto, este testemunho epigráfico integra uma área de com uma grande prevalência do culto a este teónimo, destacando-se sobretudo a proximidade de uma inscrição a *Vorteacio*, contributo significativo para a interpretação que é sugerida para este monumento. Nas proximidades de S. Vicente da Beira registam-se igualmente dois testemunhos do culto a *Arentia* e/ou *Arentio* (AG.A3 e AG.A4 achados em Ninho de Açor e no Fundão, respetivamente) e um testemunho do culto ao teónimo *Trebaruna* (RA.T1) achado no Fundão.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A gravação das letras é bastante profunda. Revela preocupações de paginação, registando-se uma tendência de centralização dos caracteres segundo um eixo de simetria (ainda que pouco cuidado). Destaca-se o grande espaçamento entre caracteres e a ausência de pontos de separação entre os mesmos. A pança superior do *-b* apresenta uma dimensão mais reduzida que a inferior, simultaneamente, a curvatura que origina as duas panças não se une à haste vertical. Os *-VV* apresentam aberturas com diferentes amplitudes, apresentando-se o primeiro, menos aberto. Os *-SS* apresentam curvaturas pronunciadas e equilibradas.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

BVS

VS

FIL

S

Leitura:

B(andi) V(orteaecio) s(acrum)

V(?) S(?)

fil(ius?)

s(olvit)

TRADUÇÃO: Consagrado a Bandi Vorteaecio (...)

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Encarnação 1987: 20; Garcia 1991: 503-504 nº 566; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 27; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 50.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A interpretação apresenta grandes dificuldades em resultado da inscrição se apresentar somente siglas. Poder-se-á tratar-se de um novo testemunho a *Bandi*. De facto, a primeira linha da inscrição suscita grandes dificuldades de interpretação. As letras *-BV* poderão corresponder ao nome da divindade (*Bandi Vorteaecio*) pelo que a última letra corresponderá à expressão de voto *s(acrum)*. Se considerarmos que a terceira linha corresponde à abreviatura de *Fil(ius)*, as letras patentes da segunda linha poderão corresponder ao nome do dedicante (expresso pela letra *-i*) e o nome do pai (que corresponderia à letra *-s*). Outra interpretação possível consiste na atribuição à segunda linha da inscrição da mais comum fórmula de consagração: *v(otum) s(olvit)*. O *-s* final poderá ainda corresponder a *sacrauit* ou *salut* como adianta desde logo José Manuel Garcia. A leitura de *Buses* como possível teónimo parece pouco improvável por não se encontrar testemunhos de teónimos semelhantes na Península Ibérica e, pelo fato de, nesse caso, o teónimo não se apresentar em dativo.

AG. B10⁴⁰⁹

PROV: NINHO DE AÇOR, NINHO DE AÇOR, CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ (Nº 86124)

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara de granito róseo de grão fino bastante desgastada, sobretudo na sua face lateral esquerda. Desconhece-se a eventual existência de capitel. Da base somente sobrevive indícios da molduraçãõ da mesma. Da inscrição conservam-se as três últimas linhas.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma largura que varia entre 25 e 29 cm por uma espessura de aproximadamente 15 cm. Não é possível apurar a altura da totalidade do monumento, apresentando na atualidade uma dimensão de 35 cm. O campo epigráfico caracteriza-se por, aproximadamente, 27 cm de altura por uma largura que varia entre 24,5 cm e 28 cm. As letras apresentam uma dimensão média de 4,1 cm de altura nas primeira e segunda linhas e, cerca de 5,2 cm de altura na última linha da inscrição. Os espaçamentos interlineares registam uma dimensão de 3,9 cm na linha inicial; aproximadamente 3 cm na segunda linha; uma variação de 1,5 a 3 cm na terceira linha inscrita, e, por fim, uma dimensão de aproximadamente 11,2 cm na última linha.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento foi encontrado na freguesia de Ninho de Açor, na propriedade privada de Joaquim Pedro Júnior, onde integrava inicialmente a parede da habitação. O proprietário utilizou a epígrafe como pedra de amolar originando um grande desgaste da face lateral esquerda da mesma. O monumento deu entrada no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior em novembro de 1986. Na mesma região encontrou-se uma ara consagrada a *Arentia e Arentio* [AG.A3]. Um pouco mais a norte, em S. Vicente da Beira, registam-se dois monumentos consagrados a *Bandi* [AG.B8 e AG.B9]; e, nas imediações de Ninho de Açor, testemunha-se igualmente o culto a *Laepo* [EB.LP1 e EB.LP2]; *Reve* [AG.R1] e *Trebaruna* [RA.T1].

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Da inscrição parece faltar a indicação do dedicante que deveria constar nas primeiras linhas, às quais não temos acesso. Na primeira linha conservada, o desgaste em toda a aresta da face lateral e frontal esquerda, não permite distinguir com exatidão se a primeira letra se trata de um *-d* (restando dele somente a pança) ou da letra *-o*. O mesmo se verifica com a letra seguinte, sugerida como um *-e* de traçado horizontal superior claro, mas recuado, de traçado horizontal intermédio pouco perceptível ou mesmo inexistente, e de traçado horizontal inferior curto e inclinado para baixo. Poder-se-á tratar de um *-t* em substituição da sugerida letra *-e*. Apesar da letra *-v* se encontrar ligeiramente apagada, parece claro a leitura de *-SVO*, antecedido por um ponto, com um traçado prolongado, semelhante a uma vírgula. Na atual linha 2, o *-b* inicial do teónimo parece claro (apesar de se encontrar incompleto). As restantes letras suscitam, no entanto, grandes dúvidas, pelo que a sugestão de leitura de *BANE* (derivado de *Bandi*) apenas está sustentada pelo grande número de testemunhos a esta divindade verificados nesta região e pela letra inicial desta segunda linha.

409 Alguns autores dão conta da descoberta em Vale Queimado, concelho de Penamacor, de um monumento consagrado a *Bandua Vorteaecius*. (Lemos & Encarnação 1992 nº 179, nota 3; HEp 5 1995: 308 nº 994; Olivares Pedreño 2002: 27; Hoz Bravo & Fernández Palácios 2002:). Verificamos, no entanto, uma ausência de fontes bibliográficas veiculadoras de informações pormenorizadas sobre a referida epígrafe. Por conseguinte, e face à ausência de dados sobre a proveniência e depósito da mesma, excluímos do presente inventário a descrição do monumento e a apresentação da referida inscrição. Considerando, no entanto, a importância deste testemunho, indicamo-lo como AG.B9 e integramo-lo na enumeração de testemunhos à referida divindade.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[...]
DE. SVO
BANE
V. L. S.

Leitura:

[...]
De. Suo
Bane
v(otum). l(ibens). s(olvit).

TRADUÇÃO: (...) a expensas suas, a Bandi (?) cumpriu o voto de livre vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

AE 1991: 950; Carvalho & Encarnação 1991, nº 176; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 50.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Não é comum a utilização da expressão *de suo* neste tipo de monumentos. Atendendo a esta circunstância, José d' Encarnação e Rogério de Azevedo sugerem tratar de *-OT* com uma interpretação possível de *EXVOTO SVO* em detrimento de *-DE SVO*. A reconstituição do teónimo é feita sob reservas, e baseia-se, fundamentalmente na aproximação léxica de *Bane* a *Bande* e, conseqüentemente, *Bandi*. A localização do monumento, geograficamente muito próximo de outros testemunhos do culto a *Bandi*, corrobora esta possível aferição. O estado deteriorado do monumento não permite a leitura do dedicante, podendo inclusivamente apresentar-se neste monumento como inexistente.

AG. B11

PROV: BEMPOSTA, PENAMACOR, CASTELO BRANCO.

DEP.: NÚCLEO MUSEOLÓGICO DE BEMPOSTA

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão grosso em avançado estado de deterioração. Do monumento conserva-se o capitel, de feições elegantes com dois toros fraturados e vestígios da existência de um fóculo. O capitel separa-se do campo epigráfico através de um friso saliente de gola direta e inversa. O campo epigráfico não apresenta moldura. A base, tendencialmente quadrangular, apresenta as arestas bastante desgastadas e eleva-se sobre uma base de assentamento rudemente talhada.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 39 cm por 25 cm de largura. A altura das letras varia entre, aproximadamente, 3,5 a 4 cm na primeira linha; 4 a 4,2 cm na linha dois; 3 cm na linha três; e, por último, 4,5 cm na última linha inscrita. Os espaços interlineares apresentam dimensões de 2,2 cm na primeira linha; 1,4 cm na linha dois, e 2,4 cm na última linha.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A epígrafe foi encontrada em Bemposta, concelho de Penamacor. Nas imediações do local de descoberta regista-se um abundante número de testemunhos epigráficos consagrados a Bandi: destaque-se, para além da presente inscrição, os monumentos AG.B6 e AG.B7 procedentes de Bemposta; a ara achada na Aldeia de Santa Margarida [AG.B15]; e as aras encontradas em Salvador e Idanha-a-Velha [AG.B5; AG.B14]. Igualmente nas imediações testemunham-se vários monumentos consagrados a *Reve* [AG.R3 e AG.R4 em Medelim; e AG.R2 em Proença-a-Velha]; epígrafes consagradas a *Arentio* [AG.A1, localizada em Monsanto]; *Munidi* [AG.M1, procedente de Medelim]; *Quangeio* [RA.Q4 achado em Bemposta] e *Laepo* [EB.LP2, procedente de Monsanto].

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição encontra-se muito deteriorada sendo impercetível grande parte das letras. A leitura das letras - *ONIS* da terceira linha; o teónimo patente na quarta linha, e, por último, as últimas letras *SI* da quinta linha da inscrição caracterizam-se pelo seu mau estado de conservação, sendo difícil e somente conjectural a sua leitura. A paginação é pouco cuidada.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

PAVLL[...]
PA[TERNVS?]
MAELONIS
F•BANDV
I•SI? [...]

Leitura:

Paull(inus?)
Pa(ternus)
Maelonis
f(ilius) Bandu-
i • Isi[...]

TRADUÇÃO: Pauliano Paterno, filho de Maelo (Maelono). (A) Banda Isibraiegui.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Leitão & Barata 1980: 632-633; AE 1982 n° 477; Encarnação 1987: 19; Garcia 1991: 522 n° 593; Repas 2001; Hoz Bravo & Fernández Palacios 2002: 49.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Leitão e Barata sugerem a leitura de PAVLL[VS]RAR?IVS para a primeira e segunda linha (Leitão & Barata 1980). Destaque-se as evidentes semelhanças entre a inscrição patente no presente monumento e a ara achada igualmente em Bemposta [AG.B7] dedicada, possivelmente, ao mesmo teónimo acompanhado do mesmo epíteto e consagrada pelo mesmo dedicante. Estamos assim possivelmente perante um caso de dupla consagração feita pelo mesmo indivíduo à mesma divindade através de dois monumentos distintos. No que diz respeito ao dedicante, apesar do no monumento AG.B7 se registar grandes dificuldades de leitura, na presente inscrição parece clara a menção de *Paternus Maelonis*. Tal como já foi referido, *Maeloni* verifica-se unicamente em dois monumentos (AG.B11 e AG.B7), contudo, considerando a forma derivada *Maelo*, registam-se diversos testemunhos na Beira Interior, designadamente em três monumentos achados em Idanha (AE 1967: 147; HAE 1125; HAE 1163); numa epígrafe achada em Pinhel, distrito da Guarda (AE 1986: 299); em Meimoa, concelho de Penamacor, juntamente com o cognome de filiação *Cili* (HEp 2: 676); e, por último, no Fundão (AE 1977: 364) onde surge juntamente com o patronímico *Tongi*. Fora da região geralmente designada de Lusitânia, os testemunhos deste *cognome* são raros. O cognome *Paternus* (considerando exclusivamente o âmbito geográfico da Beira Interior portuguesa) regista-se no monumento já referido em Bemposta [AG.B7], e num monumento achado em Orjais, concelho da Covilhã (ILER 717), sendo, no entanto, muito abundante na epigrafia da Península Ibérica. À semelhança do que foi já indicado para o monumento AG.B7, estamos, provavelmente, perante um indígena que adota um nome romano, usando o pai um nome celta (possivelmente o mesmo indivíduo que dedica o segundo monumento de Bemposta). A leitura da primeira linha suscita grandes dúvidas. Tratando-se de um complemento da designação do dedicante podemos pensar em *Paull[ianus]*, registado em Conímbriga (AE 1971: 162), como proposta mais provável. São igualmente admissíveis os *cognomes* *Paull[a]*; *Paull[ina]*; *Pauli[nianus]*; ou *Paull[inus]*, (sendo este último sugerido pela generalidade dos autores que tecem considerações sobre o presente monumento), sem testemunhos na Beira Interior. A leitura do teónimo *Bandi* ou *Bandui* apresenta grandes reservas. O mesmo se verifica em relação ao epíteto que é presumível por comparação com o segundo monumento achado em Bemposta [AG.B7].

AG. B12

PROV: SÃO VICENTE DA BEIRA; CASTELO BRANCO.

DEP.: SEDE DO GRUPO DE ESTUDOS E DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DA GARDUNHA

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara de granito de grão médio de tons róseos, em bom estado de conservação, excetuando duas fraturas na face frontal, no canto superior direito e no canto inferior esquerdo. O monumento compõe-se de base, fuste e capitel. O capitel separa-se do fuste por uma gola direta e reversa; apresentando uma forma muito baixa em relação às proporções do restante monumento. Encontra-se atualmente muito fraturado e em avançado estado de erosão. A base, muito alta em relação ao restante monumento, apresenta um chanfro reverso alto. O campo epigráfico apresenta-se rebaixado e polido.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 50 cm por 28 cm de largura e 19 cm de espessura máxima. As dimensões do campo epigráfico variam entre 19 cm de altura e 25 cm de largura. As letras inscritas apresentam uma dimensão média de 3 cm de altura nas linhas um e quatro; e uma variação de 2,5 a 3 cm nas linhas dois e três. Os espaços interlineares variam entre 0,5 a 1 cm na linha um; 2 cm nas linhas dois e três; 1 cm na quarta linha, e, por último, 1 a 1,5 cm na linha final da inscrição.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A ara foi identificada em 1977 durante as obras de remodelação de uma casa particular na Rua da Igreja na localidade de São Vicente da Beira. O referido monumento foi oferecido ao Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha. Atualmente a ara está depositada desde abril de 2004 na sede da referida Associação. Na mesma região onde se achou o presente monumento regista-se uma segunda epígrafe possivelmente consagrada a Bandi [AG.B8]. O mesmo se verifica nas imediações de São Vicente da Beira, com testemunhos do culto a este teónimo em Ninho de Açor [AG.B10] e no Fundão [AG.B3].

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação cuidada e segundo um eixo de simetria centrado, nitidamente visível na última linha inscrita. Os caracteres apresentam a extremidade das suas hastes truncadas, aspeto que confere elegância à inscrição e demonstra uma clara preocupação estética. Verifica-se o recurso a um nexos entre os caracteres *-NA* da primeira linha e entre os caracteres *-NA* da terceira linha inscrita, com o intuito de garantir a tendência de paginação da restante inscrição. No que diz respeito à análise dos caracteres: o *-b* apresenta uma curvatura pouco pronunciada, revelando uma forma tendencialmente retangular; O *-d* caracteriza-se pela ligação da haste vertical e da pança somente na parte inferior do caractere; os *-OO* apresentam dimensão mais reduzida em relação às restantes letras, ostentando uma forma perfeitamente circular. Os *-EE* registam em todas as suas hastes horizontais dimensões semelhantes.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

BANDV PICI
O PELLICO
TANGINI F
V L S

Leitura:

Bandu Pici-
o Pellico
Tangini f(ilius)
v(otum) l(ibens) s(olvit)

TRADUÇÃO: (A) Bando Pico. Pelicão, filho de Tangino, cumpriu o voto de livre vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado; Leitão; Salvado & Moreira 2003.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual de acordo com a fórmula comum nos monumentos votivos da Beira Interior, com alusão ao teónimo acompanhado de um epíteto, seguido do dedicante (e respetivo patronímico), e, por último, fórmula final de voto (de acordo com a norma comum na região). No que diz respeito ao dedicante, *Tanginus* é um nome comum na região. *Pellico* surge aqui pela primeira vez, salvaguardando-se uma inscrição com referência a *Pellius* achada em Castelo Branco. Na região espanhola identificam-se *Pellicus/a* e *Pelliocus*. Trata-se de um monumento de consagração ao teónimo Bandi, acompanhado do epíteto *Picius* (registado igualmente em Oliveira do Hospital e Belver⁴¹⁰). No que diz respeito ao epíteto poderemos estar perante um epíteto do panteão indígena ou, por outro lado, perante uma derivação da divindade romana *Picus* ligado às atividades agrícolas (Curado et alii, 2003). O monumento deverá ser datado de finais do século II.

AG.B13

PROV.: SORTELHA, SABUGAL. GUARDA.

DEP.: MUSEU DO SABUGAL.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão grosseiro de tom cinzento, rudemente afeiçãoada. O capitel, alisado e fraturado na sua parte superior, apresenta vestígios de um único toro e atesta a possível inexistência de fóculo (apesar da mesma não poder ser confirmada dado o grande desgaste da superfície superior do monumento). O capitel separa-se do fuste por uma pequena depressão ou gola encurtada. O fuste apresenta-se alisado em todas as suas faces, inclusive a frontal, sendo esta posteriormente, gravada. A base, tendencialmente retangular e de dimensão considerável (em comparação com as restantes proporções do monumento), separa-se do fuste por um ressalto pronunciado.

DIMENSÕES

O monumento apresenta capitel com 7 cm de altura por 15 cm de largura e de espessura (sublinhe-se que o mesmo se encontra fraturado). O fuste regista uma altura de 23 cm e 19 cm de largura por 12,5 cm de espessura. A base compõe-se de 10 cm de altura, 23,5 cm de largura e 17,5 cm de espessura. O campo epigráfico possui uma altura de 23 cm por 19 cm de largura. As letras apresentam dimensões que variam entre 4 e 4,5 cm na primeira linha inscrita; 4 cm nas linhas dois, três, quatro, e 3,5 cm na quinta linha inscrita. O espaçamento interlinear regista 0,6 a 1 cm na linha um; 0,2 a 0,5 cm nas linhas dois e três; 0,0 a 0,3 cm na linha quatro e seis; e 0,3 a 0,5 cm na quinta linha.

. ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento foi identificado em 1997 no âmbito do acompanhamento arqueológico no Centro histórico de Sortelha, durante as obras de reabilitação do átrio da Igreja de Nossa Senhora das Neves.



Ilustração 16: Ara votiva de Sortelha. Fotografia do Museu do Sabugal. Fot.: Marcos Osório.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação de traço profundo, de leitura clara (apesar da grande erosão verificada nos caracteres). A gravação revela uma clara preocupação de paginação perceptível através de uma tendência para a disposição do texto segundo um alinhamento à esquerda. O campo epigráfico apresenta-se fraturado no canto superior direito, danificando a última letra da primeira linha inscrita. A inscrição é composta de cinco linhas, apresentando-se, a última, bastante deteriorada e de leitura difícil. Regista-se um nexu quádruplo entre as letras *-TALA* da segunda linha. Os caracteres *-OO* apresentam uma forma perfeitamente circular, tal como parece acontecer com os *-CC* (que forma um círculo incompleto), e o *-q* do início da quinta linha inscrita (ao qual se acrescenta uma haste oblíqua). O *-r* da linha inicial apresenta uma pança superior e haste oblíqua que não se ligam, ao centro, com a haste vertical. O *-d*, na mesma linha, apresenta haste vertical bastante irregular e ligeiramente curva. Os *-NV* e o *-M* apresentam todas as suas hastes oblíquas, compondo-se este último caractere a partir do formato de dois *-AA* unidos (apresentando dimensões maiores que as restantes letras da mesma linha).

INSCRIÇÃO

Transcrição:

VORD [i]
OTALAC
ONIO
M·C·O·
Q·L·F·I

Leitura:

Vord[i]-
o Talac-
onio
M(arcus)-C(ornelius)-O?
q(ui)-l(ibens)-f(ieri)-i(ussit)

TRADUÇÃO: A Vórdio Talacónio, Marco (?) C? O? Que livremente mandou fazer.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Osório 1999; Repas 2001: 86-87.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A quarta e quinta linha apresentam dificuldades de interpretação. O dedicante identificar-se-á na quarta linha através de um *tria nomina* expresso pelas iniciais *MCO*. Poderia eventualmente ler-se *M(arcus) CO(melius)* ou, tal como sugere Marco Osório, *M(arcus) C(ornélius)*, correspondendo o caractere *-o* a um *cognome* desconhecido (Osório 1999). Outras hipóteses são admissíveis uma vez que o *cognome Cornélius* não se regista em outros testemunhos na Beira Interior. A possível fórmula votiva expressa na quinta linha é bastante invulgar. Parece pouco provável pensar que esta última linha inscrita corresponderia ao dedicante, nesse caso, a fórmula final poderia estar presente na base, encontrando-se atualmente apagada; e, simultaneamente, estaríamos perante grandes dúvidas de interpretação para a quarta linha, assumida na leitura apresentada como a representativa do dedicante. Segundo Marcos Osório (1999), estamos perante mais um testemunho do epíteto *Vorteaecio* (*Vortaeceo* ou *Vortiácio*) frequentemente associado ao teónimo *Bandi* (ou simplesmente testemunhado de forma isolada), aqui registado sob a forma nominal *Vórdio*, na variante sonorizada, associado a um segundo epíteto *Talacónio*. Esta possível associação não é, contudo, segura, pelo que a ara aqui referida poderá representar o culto a um novo teónimo testemunhado, até ao momento, apenas no presente monumento. Analisando a dispersão geográfica do teónimo *Bandi*, os testemunhos mais próximos de culto ao referido teónimo, localizam-se em Salgueiros [AG.B2] e Orjais [AG.B4], estando o presente monumento no extremo da região com maior concentração de inscrições consagradas a *Bandi*. No local do seu achado, testemunha-se o culto a *Quangeio* [RA.Q1; 2]. Relativamente ao segundo epíteto, *Talacónio*, o mesmo apresenta radical indo-europeu *Tala-* com significância de «terra», podendo estar associada aos ciclos de exploração agrícola (Osório 1999). O monumento datará de meados do século I d.C. de acordo com a paleografia, a tipologia simplificada do monumento e o recurso ao *tria nomina* do dedicante.

AG. B14

PROV: IDANHA-A-VELHA, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU DE S. DÂMASO (IDANHA)

ANÁLISE DE SUPORTE

Fragmento de uma ara. Em avançado estado de erosão.

DIMENSÕES

Sem registo.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada no âmbito das escavações realizadas em Idanha-a-Velha por D. Fernando de Almeida. O monumento encontra-se na região de maior concentração de testemunhos epigráficos da Beira Interior e enquadra-se na maior concentração de testemunhos do teónimo *Bandi*, próximo dos monumentos AG.B6; AG.B7; AG.B11; AG.B15; AG.B5.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Só se conserva a primeira linha inscrita.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

Bandi
[...]

Leitura:

Bandi
(...)

TRADUÇÃO: (A) Bandi (...)

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Blázquez Martínez 1975 : 43; García Fernández-Albalat 1990 : 26 ; Encarnação 1975: 131.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

É o único monumento que, na Beira Interior, refere o teónimo Bandi sem associação a epítetos. Sublinhe-se, no entanto, que o fato do monumento se encontrar fraturado, não permite asseverar a inexistência de outras designações associadas à divindade.

AG. B15

PROV: IDANHA-A-NOVA, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: NA CASA DE MARIA JOSÉ MARTINS AFONSO

ANÁLISE DE SUPORTE

Metade inferior de uma ara em granito de grão médio. O monumento apresenta-se bastante erodido. A sua base apresenta ornamentação composta por uma gola reversa, dois listéis e soco. A inscrição apresenta-se incompleta, no fuste, sendo a última linha inscrita gravada na moldura da base.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 34 cm por 28 cm de largura e uma espessura de 27 cm. As letras apresentam uma dimensão média de 3 a 4,5 cm de altura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Foi descoberta numa residência da Aldeia de Santa Margarida, em Idanha-a-Nova. A inscrição encontra-se a, aproximadamente, 6 km dos monumentos achados em Bemposta (AG.B6; AG.B7; AG.B11) consagrados a *Isibraeigui*. O local de descoberta do monumento distancia igualmente 8 km de três inscrições consagradas a *Reve*, localizadas em Medelim e Proença-a-Velha (AG.R2; AG.R3; AG.R4).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A leitura do segundo *-i* e da letra *-v* da primeira linha inscrita apresentam grandes dificuldades de leitura. O mesmo se verifica com as letras *-a* e *-r* da última linha. Regista-se um nexu entre as letras *-v* e o segundo *-e* da segunda linha, por forma a incluir na mesma linha a totalidade dos caracteres correspondentes ao nome do dedicante. Paginação tendencialmente de acordo com um eixo de simetria.

No início da primeira linha inscrita seria possível considerar a existência de um caractere anterior ao *-i* (de acordo com a tendência de paginação verificada no monumento), atualmente desaparecido em consequência da fratura e erosão do suporte. O caractere *-e* da primeira linha inscrita suscita grandes dúvidas de interpretação, podendo tratar-se igualmente de um *-f*, dado que a zona do suporte correspondente à última haste horizontal do caractere se encontra muito erodida.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[...]
[...] ISIEXV
SEVERAE
ABRILIF

Leitura:

[...]
[...] Isi(braigui) ex v(oto)
Severae
Abrili f(iliae)

TRADUÇÃO: [...] Isibraigui cumpre voto Severa filha de Abrilia.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Curado 1986: nº 78, Garcia 1991: 547..

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O monumento apresenta uma organização textual pouco comum na Beira Baixa, com possível alusão ao teónimo, atualmente desaparecido, e respetivo epíteto (representado pelos caracteres *-IS/*); seguidos da fórmula de voto e, por último, da alusão ao dedicante. Poder-se-á pensar igualmente que na parte superior do monumento, atualmente desaparecida, estaria mencionado o dedicante que terá erigido a ara em nome de *Severa* (Curado 1986), hipótese pouco provável. No que se refere ao dedicante (assumindo que se encontra expresso nas duas últimas linhas inscritas), *Severae* regista-se sob a forma de *Severa* ou *Severa* em abundantes testemunhos em toda a Península Ibérica. Na Beira Interior o cognome testemunha-se em quatro monumentos achados em Idanha (CIL II 444; HAE, 1137; HAE 1071; HAE 1161). O cognome *Abrili* não apresenta paralelos, apresentando-se, no presente monumento, como genitivos de *Abrilus* ou *Abrilius*, segundo Curado, uma variante sonora de *Aprilius* que se testemunha no feminino e sob a forma de *Aprilis* em vários exemplos na Península Ibérica (CIL II 2734; CIL II 393; CIL II 3254; CIL LL 3359). Apesar das dificuldades de leitura e, conseqüentemente, de interpretação da inscrição, Fernando Patricio Curado sugere a leitura de *Isi(braeigui)* (epíteto associado ao teónimo *Bandi*) sustentada na ocorrência de outros testemunhos do epíteto na região. Esta conjectura deve, no entanto, ser entendida segundo grandes reservas uma vez que previamente à letra *-i* de *Isi(braeigui)* estaria inscrito um primeiro caractere ao qual não temos atualmente acesso. A terceira letra da primeira linha inscrita, correspondente ao *-e*, interpretado como *Ex V(oto)* poderá ainda, tal como já foi referido, ser entendido como um *-f*. Nesse caso, as siglas *-IS/*, entendidas como iniciais de *Isi(braeigui)*, deverão corresponder a um patronímico no genitivo, seguido do *-f* que corresponderia à sigla de filiação.

AG. B16

PROV: VALE PRAZERES, FUNDÃO, CASTELO BRANCO.

DEP.: NA POSSE DE ANTÓNIO MARQUES, FILHO DE GUSTAVO MARQUES

ANÁLISE DE SUPORTE

Parte superior de ara de granito de grão fino com ornamentação composta por capitel e fuste. No capitel registam-se vestígios da existência de toros perceptíveis através de pequenas elevações na lateral da ara. O desgaste registado na parte superior do monumento não permite confirmar a ausência de fóculo, atualmente desaparecido. Na parte superior do fuste regista-se uma molduração composta por gola direta e reversas intercaladas por ranhuras e finalizado por um filete direto. O fuste apresentaria igualmente a primeira linha da inscrição. O campo epigráfico não regista molduração.

DIMENSÕES

O monumento, apesar de fraturado, apresenta uma altura de 37,5 cm por 21,5 cm a 34,5 cm de largura, e 34 cm de espessura. O campo epigráfico regista atualmente uma altura de 19 cm e uma largura aproximada de 21,5 cm. As letras apresentam uma altura de 2,5 a 4 cm na segunda linha inscrita; e 3,5 a 4 cm na terceira e quarta linha. Não se apresentam dados para a primeira e última linha inscritas. O espaçamento interlinear varia entre 1,6 e 5 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Desconhece-se o contexto originário da inscrição, destacando-se, no entanto, a proximidade do aglomerado romano da Tapada da Torre. A árula foi identificada por Gustavo Marques em 1969, durante a sua passagem pela Torre dos Namorados (Fundão), e referenciada na revista *Conímbriga*, num artigo alusivo ao estudo do poço romano da Torre dos Namorados. O presente monumento integra a região de maior concentração de testemunhos de consagração ao teónimo *Bandi*. Juntamente com este monumento foi descoberta uma segunda árula cujo campo epigráfico se encontrava completamente apagado em consequência das reutilizações do monumento.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A inscrição revela preocupação de simetria e linearidade. Apresenta dois nexos detetados na segunda linha (-AM e -N), caracterizando-se o segundo nexos por um alteamento da letra -i. Na quarta linha recorre-se igualmente à utilização de nexos entre as letras -VAN, apresentando as mesmas, dimensões ligeiramente inferiores à restante inscrição. A primeira linha, onde se inscreveria, possivelmente o nome do dedicante encontra-se, atualmente, impercetível. Simultaneamente, a leitura da última linha inscrita apresenta grandes dificuldades, podendo somente identificar-se vestígios da parte superior de um presumível -v e da letra -s. Desconhece-se se os últimos dois caracteres, possivelmente -LA ou -AL, de acordo com a fórmula de voto comum neste tipo de monumentos. Destaca-se, na segunda linha, a utilização da letra -m numa tipologia alongada e estirada do caractere. Destaca-se igualmente, na terceira linha, a característica pança do -b assimétrica; e, por último, na quarta linha, um -g de haste curta.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[...]
AMMINI F
BANDII
LVGVANO
VS[LA]

Leitura:

[...]
Ammini f(ilius)
Bandii
Lugvano
v(otum) s(olvit) [(i)bens) a(nimo)?]

TRADUÇÃO: (...), filho de Amino, a Bandi Lugvano, cumpriu o voto de boa vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Encarnação & Ângelo 2008: 175-183.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Estamos perante uma nova consagração ao teónimo *Bandi*, amplamente difundido na região da Beira Interior. No presente monumento, o teónimo surge associado ao epíteto *Lugvano*, segundo José d'Encarnação e Maria João Ângelo, possivelmente relacionado com nomenclatura do Norte Peninsular e com a teonímica gálica, sendo, portanto, um possível testemunho, de um fenómeno de movimento populacional imigratório (Encarnação & Ângelo 2008). Apresenta uma organização textual comum na região da Beira Interior, com alusão ao dedicante (do qual apenas temos acesso ao cognome de filiação), seguido da menção do teónimo e respetivo epíteto e, por último, da fórmula final de voto, também ela de acordo com o formulário comum na região. O cognome mencionado atesta-se em vários exemplos na Beira Interior, nomeadamente em dois monumentos achados em Idanha (AE 1967: 166; HAE 1107) e em Capinha, concelho do Fundão, onde surge associado ao patronímico *Andaitiae*. Trata-se de um antropónimo pré-romano.

AG. B17

PROV: LONGROIVA; MEDA; GUARDA.

DEP.: NO LOCAL.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão médio. A face frontal do monumento revela-se ligeiramente convexa. O capitel é composto por três toros e um listel. Apresenta vestígios de um possível fóculo na parte superior do monumento. A base compõe-se de um toro e de um soco.

DIMENSÕES

O monumento apresenta capitel com 16 cm de altura por 36 de largura e 32 de espessura. O fuste regista uma altura de 46 cm e 29 cm de largura e 26,5 de espessura. Por último, a base compõe-se de 18 cm de altura por 39 de largura e 34 de espessura. O campo epigráfico apresenta uma altura de 46 cm por 29 cm de largura. As letras inscritas apresentam uma altura de 5 cm e o espaçamento interlinear varia entre 2 a 2,5 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Localizado em 1977 durante as obras de restauro da Igreja da Senhora do Torrão, em Longroiva. O monumento permaneceria na igreja, pelo menos, desde 1145, desconhecendo-se reutilizações anteriores.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Paginação cuidada. Intensa utilização de pontos de separação que estabelecem a divisão entre quase todas as palavras. No final da terceira linha o último caractere apresenta-se bastante apagado, podendo tratar-se de um -g. Na quarta linha, previamente à letra -o final, verifica-se a existência de um pequeno traço vertical que poderá corresponder à continuação do ponto de separação ou aos vestígios de um -/, atualmente desaparecido. Na quinta linha, a penúltima letra poder-se-á tratar de um -c ou um -g de haste apagada. Uma terminação em -GV não parece provável devido à falta de espaço no campo epigráfico.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

Q·IVLIVS
MONTA[NV]S
EQ·LEGVII[G]
F·BANDI-[L]O
NGOBRICV
V·S·L·A·

Leitura:

Q(uintus)·Iulius
Monta[nu]s
Eq(ues)·Leg (ionis) VII [G(eminae)]
F(elicis)·Bandi·[L?]o-
ngobricu(i)
v(otum)·s(olvit)·l(ibens)·a(nimo)·

TRADUÇÃO: Quinto Júlio Montano, soldado de cavalaria da VII legião Gémina Félix. (A) Bandi Longobrico cumpriu o voto de boa vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Costa 1979: 255; Rodrigues 1983: 71; Curado 1985a: nº 44; Encarnação 1987: 19; Garcia 1991: 290 nº 26; Hoz Bravo & Fernández Palácios 2002.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Rodrigues (1983) defende que se trata de uma inscrição a Júpiter. Curado admite a possibilidade de na quarta linha existir um *-l* antes da letra *-o*, realçando a semelhança entre o epíteto e o nome da região onde o monumento surge. Desconhece-se se o epíteto, com radical *-onc*, derivaria do antropónimo *Oncus* ou se derivaria de *-Long* confirmando assim uma evolução toponímica: *Longobriga-Longobria-Longroiva*. O dedicante, apresentado em tria nomina, tratar-se-á de um indígena que atingira a cidadania romana depois de cumprir o serviço militar. O monumento datará do início do século II d.C.

AG. B18

PROV: QUEIRIZ, FORNOS DE ALGODRES, GUARDA.

DEP.: MUSEU ETNOLÓGICO DO DISTRITO DE VISEU.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito.

DIMENSÕES

Sem registo.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento é procedente de Queiriz, Fornos de Algodres, distrito da Guarda. Desconhece-se as condições de achado ou o seu contexto de origem.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Inscrição de leitura muito problemática. A primeira letra poder-se-á interpretar como um *o*- em substituição do *d*- proposto. O *-b* inicial da quarta linha apresenta dúvidas de leitura. O *-b* da quinta linha apresenta dificuldades de leitura.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

DVATIVS

APINI·F

BANDI

TATIBIIAIC

VIVOCTO

TOLITI

Leitura:

Duatius

Apini· f (ilius)

Bandi

Tatibiaic-

ui Vocto

Tolit I(ussu?)

TRADUÇÃO: Duatio (?), filho de Apino, (...) a Bandi Tatibiiacui (sem proposta de tradução para a quinta e sexta linha).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Figueiredo 1953: 168; Cortez 1957a: 33-42; Blázquez Martínez 1962: 53-54; Blázquez Martínez 1975: 45; Encarnação 1975: 134-137; Encarnação 1987: 20; Garcia 1991: 291 nº 29; Repas 2001; Hoz Bravo & Fernández Palácios 2002.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

José d'Encarnação sugere como leitura possível para o dedicante: *Q(uintus) Varius* (1975). Blázquez Martínez (1975) lê a primeira linha como *Duatius*, e Cortez (1957) propõe uma interpretação como *Quantius*. *Duatius* regista-se igualmente Vila Boa, concelho do Sabugal (AE 1989: 388); em Capinha, concelho do Fundão, acompanhado do patronímico *Arantoni* (CIL II 453); e igualmente em Nisa (HEp 2: 834) e Penacova (CIL II 6275; AE 1977: 353). Pelo contrário, *Varius*, igualmente proposto, não apresenta paralelos na Península Ibérica. O patronímico *Apini* testemunha-se, na sua forma feminina, em Cória, região de Cáceres (CIL II 772); Toledo (CIL II 905; CIL II 6336) e em Lamas de Moledo, concelho de Castro Daire (AE 1989: 381). Para a última linha inscrita, Curado defende uma leitura de *Tolit I(ussu?)*, contrapondo com a proposta de José Manuel Garcia que pensa tratar-se de *Solvit*.

AG.N1

PROV.: SERTÃ, GUARDA.

DEP.: MNAE (Nº 6169)

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão fino. Trata-se de um monumento elegante, de linhas sóbrias e robustas. Apresenta capitel composto por dois toros laterais de formato retangular e um fôculo central que coroam uma faixa tendencialmente retangular. O fuste é composto, na sua parte superior, por um cordão proeminente e dois filetes, progressivamente menos salientes. O campo epigráfico, não apresenta moldura lateral, sendo, no entanto, alvo de uma perfeita regularização e polimento do suporte, previamente a receber a inscrição. A base, muito proeminente, apresenta-se bastante larga em comparação com as restantes proporções do monumento. Caracteriza-se igualmente por um formato de bloco retangular, de arestas muito definidas. Os elementos ornamentais encontram-se patentes em todas as faces do monumento.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 70 cm por 28 cm de largura e 20 cm de espessura. As letras apresentam uma dimensão que varia entre 6 e 7 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Localizada em Sertã, no lugar do Roqueiro, Pedrogão Pequeno. Desconhece-se o contexto original do monumento e as condições de achamento do mesmo.



COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação profunda e de leitura clara. A inscrição encontra-se gravada somente na parte superior do campo epigráfico, deixando um grande espaço entre a última linha inscrita e a base do monumento. Paginação cuidada que revela uma tendência de alinhamento dos caracteres segundo um eixo de simetria centrado. Os caracteres -CC e -VV apresentam a extremidade das suas hastes truncadas por pequenos traços que conferem uma certa elegância à gravação. -OO apresentam forma circular perfeita; os -NV revelam uma clara inclinação das suas hastes para a direita. Os -SS apresentam uma curvatura alongada e pouco pronunciada. Registam-se pontos de separação entre as siglas correspondentes à fórmula final de voto na última linha inscrita.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

CICERO

MANCI

NABIAE

L·V·S

Leitura:

Cicero

Manci (filius)

Nabiae

l(ibens)·v(otum)·s(olvit)

TRADUÇÃO: Cícero Manco. A Nabia, cumpriu voto de livre vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Hübner 1861: 78-79; Vasconcelos 1905: 277; Vasconcelos 1906: 280-284; Vasconcelos 1909: 202-203; Blázquez Martínez 1962: 172; Encarnação 1975: 240-243; Melena, 1984: 237; Garcia 1985: 282 nº 12; Encarnação 1987: 28-29; García Fernández-Albalat 1988: 250; García Fernández-Albalat 1990: 87; Garcia 1991: 339 nº 170.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Organização textual comum nos monumentos votivos da Beira Interior com alusão ao dedicante, seguido do teónimo, sem epítetos, e, por último, da fórmula final de voto (segundo a norma comum na região). No que diz respeito ao dedicante, não se registam outros paralelos na Península Ibérica para o cognome *Cícero* e para o patronímico *Manci*.

AG. N2

PROV: PERO VISEU/ FERRO, FUNDÃO/COVILHÃ, CASTELO BRANCO.

DEP.: NO LOCAL.

ANÁLISE DE SUPORTE

Afloramento granítico de formato arredondado e grandes dimensões. A inscrição foi gravada na face mais plana do afloramento, numa posição central, virada a norte, apresentando-se o painel gravado tendencialmente inclinado para a frente. O campo epigráfico é delimitado e cortado ao centro por um sulco profundo que se apresenta sob a forma de dois retângulos ligados⁴¹¹. O referido sulco, pela sua largura e profundidade poderá ser sido alvo de reavivamentos. O campo epigráfico é encimado por um pequeno rebaixamento de forma triangular, semelhante a um frontão com uma altura máxima de 29 cm e uma largura de 20 cm. O afloramento apresenta-se coberto de musgos e líquenes, dificultando a leitura da inscrição. O sulco que corta verticalmente o campo epigráfico deverá ter sido feito após a gravação dos caracteres.

DIMENSÕES

O afloramento granito apresenta uma altura de 250 cm por 330 cm de largura, apresentando a superfície gravada (campo epigráfico) 62 cm simultaneamente correspondentes à altura e à largura. As letras caracterizam-se por dimensões aproximadas de 5 cm de altura. O espaçamento interlinear regista uma variação de 0,8 a 0,9 cm.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A inscrição localiza-se na cumeada da Lomba da Pedras Aguda, no limite territorial entre o concelho do Fundão e o concelho da Covilhã (no limite entre as freguesias de Peroviseu e Ferro).

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação caracterizada pelo recurso a um traço profundo e muito irregular em consequência da própria irregularidade do suporte. O texto, composto por seis linhas inscrição, apresenta-se tendencialmente alinhado à esquerda. Regista dois nexos patentes no início da quinta e sexta linha, entre os caracteres *-AE*. Apresenta *-MM* bastante alongados, de hastes verticais muito inclinadas. Os *-BB* ostentam panças inferiores mais salientes que as superiores; e, por último, os *-FF* e os *-SS* apresentam-se tendencialmente inclinados para a direita.

INSCRIÇÃO⁴¹²

Transcrição:

MANT[A]VS MO
GV[L]IN[I L]IBERT
VS[...]NESIS
ARA[...]DE [AE] NABI
AEMV[...]TINA
AEMLF[E]CIT

⁴¹¹ Os autores estabelecem uma comparação entre a forma do suporte e a disposição da gravação e o formato esquematizado de um livro aberto.

⁴¹² A inscrição não foi consultada pelo que se apresenta aqui a transcrição baseada na leitura feita pelos autores do único artigo sobre o referido monumento.

Leitura:

Mant[a]us Mo-
gu[l]in[i] [l]ibert-
us [...]nesis
ara[m] de[ae] Nabi-
ae Mu[?]tina[?]
ae m(erito) l(ibens) f[e]cit.

TRADUÇÃO: Mantau, liberto de Mogulino, [...]ense, fez de boa vontade um altar à deusa Nabia Mu[?]tina[?]a. (Proposta de tradução de Redentor *et alii* 2006).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Redentor; Osório & Carvalho 2006: 53-63.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O dedicante, *Mantaus*, identifica-se na condição de liberto de *Mogulini* (sublinhando-se as dúvidas na leitura deste último nome). Ambos se inscrevem à maneira indígena. *Mantaus* regista-se como um nome atestado em diversos testemunhos na *Hispânia* e com grande recorrência da Lusitânia, registando-se numa inscrição em Vale formoso; em Orjais, concelho da Covilhã; em Veigas de Bazágueda, concelho de Penamacor e em Idanha-a-Velha. *Mogulini*, testemunha-se sob a forma de Mogul(i)us em Zebras, concelho do Fundão. Organização textual e fórmula final de voto (*mérito libens fecit*) pouco frequente nos testemunhos votivos da Beira Interior. De facto, na terceira linha menciona-se uma provável referência à proveniência do dedicante, aspeto pouco usual na epigrafia da região⁴¹³. Atendendo à organização textual, a menção da proveniência deverá referir-se ao dedicante Mantaus, não podendo, no entanto, desconsiderar-se a possibilidade de se atribuir a *Mogulini* ou a ambos (sendo, neste caso, coincidente). O epíteto apresenta-se incompleto, não sendo reconhecível a leitura da terceira e sétima letras. Atendendo à terminação recorrente dos epítetos da região, os autores que se dedicaram ao estudo do presente monumento sugerem como reconstituição provável para a sétima letra, o caractere -c. No que diz respeito à terceira letra indefinida, os referidos autores sugerem como reconstituição provável (do ponto de vista linguístico) os caracteres -l, -n ou -s, dando assim origem ao epíteto Mu[n]tina[c]a; Mu[l]tina[c]a ou Mu[s]tina[c]a. De acordo com a análise paleográfica o monumento deverá datar do século II.

413 Faltarão quatro letras antes da terminação -nesis, sugerindo os autores do estudo referente ao monumento, poder tratar-se dos caracteres -CA, como letras iniciais, e -r para a terceira letra de letra duvidosa. Nesse caso, e considerando os mesmo a possível troca entre os caracteres -n e -e apresentados na terminação, poder-se-á tratar de um dedicante proveniente da cidade lusitana de Caurium (Redentor et alii, 2006).

AG. M1

PROV: MONSANTO, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU EPIGRÁFICO EGITANIENSE EM IDANHA-A-NOVA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Parte superior de uma ara em granito. Apresenta capitel com toros laterais. O fuste é composto por um cordão superior, um filete onde está gravada a primeira linha da inscrição, seguido de um segundo cordão que estabelece a ligação com o campo epigráfico, onde consta a segunda linha inscrita. A fratura do monumento verifica-se, horizontalmente, logo abaixo da segunda linha inscrita, cortando-a. O monumento apresenta ainda fraturas na sua face frontal, no capitel e parte superior do fuste, dificultando a leitura da terceira letra da primeira linha inscrita; e no fuste, destruindo a terceira letra da segunda linha.

DIMENSÕES

O monumento, apesar de incompleto, apresenta uma altura de 37 cm por 22 cm de largura e 26 cm de espessura. As letras caracterizam-se por uma dimensão aproximada de 3 a 4 cm de altura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada em Monsanto. Idanha-a-Nova. Desconhece-se o contexto de achamento do monumento e o contexto original do mesmo.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

A letra *-n* da primeira linha inscrita apresenta grandes dificuldades de leitura. O mesmo se verifica com as letras *-BIA* da segunda linha. A terceira letra da segunda linha foi completamente destruída, pelo que a sua reconstituição não é segura. O *-g* proposto para a leitura da primeira linha apresenta a sua haste vertical apagada pelo que podemos considerar a hipótese de se tratar de um *-c*.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

MVNI[I]DI.IGAED
BA[E]BIA[...]
[...]

Leitura:

Muni[i]di Igaed(itanae ou -itanorum)
Ba[e]bia[...]
[...]

TRADUÇÃO: (A) Munidi Igaed(itana) , Baebia (?) (...).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Pereira 1909: 176-178; Vasconcelos 1913: 509-510; Lambrino 1956: 10-12 nº 1; Almeida 1956: 143 nº 4; Blázquez Martínez 1962: 83; Encarnação 1975: 237-240; Encarnação 1987: 28; Garcia 1991:339 nº 169; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 29.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O presente monumento encontra-se fraturado a seguir ao *-n*, permitindo somente a leitura de *MVN-*. *Baebia* poderá corresponder ao cognome do dedicante da inscrição. A hipótese de se tratar de *Baebiana* (e considerando o facto do nome estar, na inscrição, incompleto) parece ser a mais provável, registando-se o referido cognome em Onda, Castellón, Espanha (CIL II 4036).

AG. M2

PROV: SÃO PEDRO, CELORICO DA BEIRA, GUARDA.

DEP.: CASTELO DE CELORICO DA BEIRA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Afloramento granítico com inscrição rupestre.

DIMENSÕES

As letras apresentam dimensões que variam entre os 4,5 cm e os 9 cm de altura.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Encontra-se num afloramento granítico sobre o qual assenta o castelo de Celorico da Beira, junto às muralhas do lado sul.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Apresenta um nexu na primeira linha, entre as letras *-AL*. A inscrição apresenta-se fraturada na última linha, depois do caractere *-n* de MVN.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[...]
[...M]ALCEINI
[SAC]RVM
[M]VNIDI

Leitura:

(...)
[...M]alceini
[sac]rum
[M]unidi

TRADUÇÃO: (...) Malceino consagrou (a) Munidi.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

CIL II 424; Curado 1985c: 642; Encarnação 1987: 28; Garcia 1991: 339 n° 169; Repas 2001; Olivares Pedreño 2002: 31; HEp. 2: 792.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

E. Hübner apresenta como proposta alternativa de leitura: *RCIA /VA•NSIS/ACHNI/RVM/INIDI* (CIL II 424). Fernando Patricio Curado, ao rever a inscrição, não identifica as letras apresentadas por Hübner para as primeiras linhas. Simultaneamente, propõe a leitura de *Munidi* para a última linha, uma vez que a primeira letra visível dessa linha será um *-ve* não um *-i*. José Manuel Garcia (1991) considera a leitura do teónimo segura, contudo, para José d' Encarnação, somente o texto dedicado a *Munidi Eberobrigae Toudopalandaigue* (ILER 886) permite manter a referida interpretação. No que se refere ao dedicante, o cognome *Malceinus* regista-se igualmente em S. Julião, concelho de Vila Verde, distrito de Braga (AE 1985: 573). Trata-se de um segundo testemunho de consagração ao teónimo *Munidi*, devendo, no entanto, à semelhança do que acontecia com o monumento de Monsanto [AG.M1], ser considerado e interpretado segundo grandes reservas.

AG. R1

PROV: CASTRO DE CABEÇO PELADO, ALCAINS, CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ.

ANÁLISE DE SUPORTE

Parte inferior de uma lápide em granito, fraturada e muito erosionada. O monumento, pela perda da sua parte superior, apresenta o campo epigráfico incompleto, verificando-se a perda da indicação do dedicante da inscrição. Simultaneamente, a referida lápide apresenta uma fratura na sua face direita. Não regista qualquer elemento decorativo. O campo epigráfico foi sujeito a um alisamento prévio à gravação dos caracteres. Falta a sua parte superior onde deveria constar a inscrição do dedicante.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 33 cm por 25 cm de largura e 16 cm de espessura. A altura média das letras varia entre 4 cm na primeira e terceira linhas inscritas, e 3,5 a 4 cm na segunda linha.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achado no castro de Cabeço Pelado a cerca de 3 km a Norte de Alcains. Deu entrada no museu em 1977.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação com traço profundo e irregular. Regista-se uma preocupação de paginação patente na disposição dos caracteres das duas primeiras linhas alinhados à esquerda do campo epigráfico; e verificando-se, na última linha inscrita, uma clara tendência de alinhamento das três letras segundo um eixo de simetria central, apresentando os caracteres um grande distanciamento entre si (em comparação com o que se verifica nas restantes linhas inscritas). Registam-se dois nexos na terceira linha da inscrição, nos conjuntos de letras *-AN*. Verifica-se uma clara preocupação estética patente no truncamento das hastes da maioria dos caracteres, conseguido através da colocação de pequenos traços perpendiculares nas extremidades das letras. O *-s* da terceira linha inscrita demonstra uma ligeira tendência de inclinação para a direita; o *-d* ostenta uma pança pouco pronunciada. O caractere *-g* apresenta a sua haste horizontal apagada.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[...]
REVE
LANGANID
VSL

Leitura:

[...]

Reve

Langanid(aec)

v(otum) s(olvit) l(ibens)

TRADUÇÃO: (...) (a) Reve Langanidaeco cumpriu o voto de livre vontade.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Blázquez Martínez 1975: 141; Garcia 1984: 69 nº 13; Encarnação 1987: 30; García Fernández-Albalat 1990: 312; Garcia 1991: 346 nº 187; Olivares Pedreño 2002: 28.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

A fratura sofrida pelo monumento não permite ter acesso ao seu dedicante. Este é o terceiro testemunho de *Reve* associado ao epíteto *Langanidaeco* que poderá estar relacionado com um grupo étnico desconhecido. O monumento deverá datar do século II.

AG.R2

PROV.: PROENÇA-A-VELHA, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU DE IDANHA-A-VELHA

ANÁLISE DE SUPORTE

Placa de granito de grão fino. A superfície superior apresenta-se trabalhada e polida, contrastando com as faces laterais e inferior do monumento rudemente afeiçoadas. A lateral esquerda apresenta-se fraturada, eliminando parte da inscrição. A inscrição está presente somente na face frontal do monumento, apresentando-se o campo epigráfico previamente polido. O monumento não contém qualquer elemento decorativo sendo ocupado, quase na sua totalidade pela inscrição. Tratar-se-á, possivelmente, de um lintel de porta ou janela de um edifício votivo.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 41,5 cm, 111 cm de largura e 17 cm de espessura. As letras apresentam uma dimensão média de 4,5 a 5 cm na primeira linha inscrita; 5,5 a 6 cm na segunda linha e 5 a 6,5 cm na terceira linha.

. ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A placa foi identificada em Proença-a-Velha por Pereira em 1904. Desconhece-se o seu contexto primário.

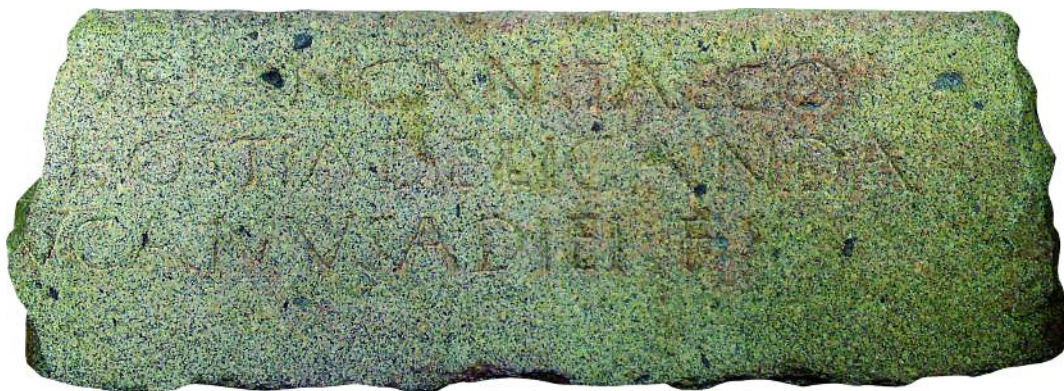


Ilustração 18: Monumento de Proença-a-Velha. Fot. de Autor. Museu de Idanha Velha

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação fina, profunda, elegante e bem conservada. A inscrição encontra-se atualmente incompleta em consequência de uma fratura registada na face lateral esquerda do monumento. O(s) caracter(es) iniciais da primeira linha estão apagados pelo que a reconstituição de [RE]VE como leitura possível apresenta-se somente conjetural e baseada nos restantes testemunhos a este teónimo encontrados na região. Simultaneamente, a letra *-t* da segunda linha suscita grandes dúvidas de interpretação, sendo plausível a existência de dois outros caracteres prévios a ela, atualmente desaparecidos. Na terceira linha inscrita o *-/* inicial apresenta-se atualmente desaparecido, apresentando somente como conjetural a sua leitura. Os *-GG* são de haste curta; a pança do *-d* prolonga-se para lá da haste vertical e a maioria das letras apresentam-se truncadas nas extremidades das suas hastes.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[RE]VELANGANITAECO
[...T]HOSTIA·DELIGANDA
[L]VCANVSADEI·F·

Leitura:

[Re]ve Langanitaeco
[Es?]t hostia·Deliganda
[L]ucanus Adiei· f(ilius)·

TRADUÇÃO: (A) Reve Langanitaeco. A vítima deve ser atada. Lucano, filho de Adieu. (Proposta de tradução apresentada pelo Museu Epigráfico Egitanense em Idanha-a-Nova).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Vasconcelos 1909: 243-245; Pereira 1909: 188-195 n° 9; Vasconcelos 1913: 209-213; Pereira 1913: 11-15; Fita 1914: 311; Almeida 1956: 150 n° 13; Blázquez Martínez 1962: 186-187; Blázquez Martínez 1975: 141; Encarnação 1975:263-268; Encarnação 1987: 30; Piernavieja 1988: 376 n° 11; García Fernández-Albalat 1990: 313; Garcia 1991: 345-346 n° 186; Olivares Pedreño 2002: 28.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Feliz Alves Pereira propõe como variante de leitura possível para a segunda linha: [POSUI; DICAUI, EX-V-DA; A·L·DEDI; PRAESTA] T HOSTIA (m) DELIGANDA (m). O dedicante, *Lucano*, ostenta um nome latino registado na Beira Interior em Idanha, associado ao cognome de filiação *Boui* (HAE 1146), contudo, o patronímico é claramente indígena. A expressão *hostia deliganda* relaciona-se, possivelmente, com o rito sacrificial (Encarnação 1987: 30).

AG.R3

PROV.: MEDELIM, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito. O monumento apresenta-se fraturado, na horizontal, a meio do campo epigráfico. Apresenta um capitel tendencialmente quadrangular, com duas elevações laterais, e separa-se do campo epigráfico por dois filetes. A mesma separação verifica-se na base, que se apresenta bastante alta e larga comparativamente com as proporções do monumento.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 69 cm por 34 cm de largura e 36 cm de espessura. A dimensão média das letras varia entre 4,5 e 5 cm de altura.

. ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Foi encontrada próxima de Medelim durante uma escavação dirigida por Taborda Ramos em 1904, juntamente com as inscrições AG.R4 e com uma inscrição dedicada a *Mercúrio Esibraeo* – descobertas na capela de Santiago em Medelim.



Ilustração 18: Monumento de Proença-a-Velha.
Fot. de Autor. Museu de Idanha Velha

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Paginação cuidada (com seis letras inscritas na primeira linha e uma variação de 4 a 5 caracteres por cada linha do restante campo epigráfico). A primeira letra do teónimo, pelo facto do monumento de encontrar fraturado, suscita algumas dúvidas de leitura: apesar da pança superior se encontrar bem visível, a fratura do monumento não permite esclarecer com clareza se o carácter é um R como se sugere, ou um B, também possível. O G e os FF apresentam haste curta.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

RECTVS
RVFIF
REVE
LANGA
NIDAE
GVI·V·S

Leitura:

Rectus
Rufi f(i)lius
Reve
Langa-
nidae-
gui·v(otum)·s(olvit)

TRADUÇÃO: Recto, filho de Rufo. (A) Reve Langanidaegui cumpre o voto.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Vasconcelos 1905: 323; Pereira 1909: 185-187 n.º 8; Pereira 1913: 7-11; Fita 1914: 311; Tovar & Navascués 1950: 189-190; Almeida 1956: 149-150 n.º 12; Blázquez Martínez 1962: 185-186; Encarnação 1975: 263-268; Encarnação 1987: 30; Piernavieja 1988: 376 n.º 10; García Fernández-Albalat 1990: 312; Garcia 1991: 345 n.º 184; Olivares Pedreño 2002: 28.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Leite Vasconcelos (1905), na primeira leitura que faz do monumento, acrescenta a letra *-i* no final da quinta linha inscrita (*NIDAE*). Garcia Fernández-Albalat é da mesma opinião, acrescentando igualmente o *-i* na sua proposta de leitura. Dedicante e filiação apresentam nomes latinos, sem recorrerem, no entanto, ao *tria nomina*. Estaremos, portanto, perante um caso de indígenas em vias de romanização. *Rectus* é frequente na onomástica céltica.

AG. R4

PROV: MEDELIM, IDANHA-A-NOVA, CASTELO BRANCO.

DEP.: MTPJ.

ANÁLISE DE SUPORTE

Árula em granito composta por capitel com fôculo de grandes dimensões, frontão e duas volutas pouco pronunciadas. O fuste compõe-se, na sua parte superior, de três cordões, separando-se do campo epigráfico por uma pequena depressão. A base, apresenta-se fraturada na sua face esquerda. O campo epigráfico, muito deteriorado e erodido, apresenta um grande desgaste na face frontal do monumento, no canto inferior esquerdo.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 36 cm por 19,5 cm de largura e 16,8 cm de espessura. O campo epigráfico regista uma altura de 20,5 cm por 19,5 cm de largura. A dimensão das letras varia entre 4 cm na primeira linha inscrita e 3 cm na quarta linha (excetuando o caractere *-c* que apresenta 3,5 cm de altura).

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Descoberta próxima de Medelim durante uma escavação dirigida por Taborda Ramos em 1904. No mesmo local foi descoberta a inscrição AG.R3 e uma epígrafe dedicada a *Mercurio Esibraeo*. Deu entrada no museu em 1910.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Os caracteres apresentam um traçado bastante irregular em consequência da própria irregularidade do suporte. Gravação de traço leve, muito erodido e de difícil leitura. Na primeira linha, a leitura da letra inicial proposta [-] suscita grandes reservas uma vez que a mesma se encontra apagada quase na totalidade. Esta sugestão de interpretação pode ser, no entanto, consolidada pela verificação da existência de um segundo testemunho epigráfico descoberto no mesmo local e consagrado ao teónimo *Reve* (AG.B4). A leitura dos caracteres *-EVE* é segura. A linha três apresenta grandes dificuldades de leitura e de interpretação em todas as letras.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[R]EVE

[...]

[...]VEIF

AVS

Leitura:

[R]eve
[...]
[...]vei f(ilius)
a(nimo) v(otum) s(olvit)

TRADUÇÃO: (A) Reve (...) filho, cumpriu voto.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Proença 1910: 41-42; Garcia 1984: 67-68 n° 12; Encarnação 1987: 30; García Fernández-Albalat 1990: 312; Garcia 1991: 345 n° 185; Repas 2001: 66; Olivares Pedreño 2002 28.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Alves Proença não conseguiu interpretar a inscrição, apresentando somente como proposta de leitura para a última linha -SV4L.

AG.R6⁴¹⁴

PROV.: FÓIOS, SABUGAL, GUARDA.

DEP.: MUSEU LAPIDÁRIO DO SABUGAL.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de grão médio bastante erosionada e fraturada. A face direita do monumento foi particularmente alvo de desgaste, registando-se o seu alisamento (verificado sobretudo no capitel e na base, que passam a aplanar-se ao nível do fuste). Em consequência, a face direita do monumento foi totalmente destruída e alisada. Apresenta capitel destruído na face direita e muito fraturado no lado esquerdo da face frontal, sendo, no entanto, perceptível a existência de dois toros laterais (com 9 cm de largura) e fóculo de formato retangular que coroariam uma cornija tendencialmente retangular e bastante alta (com cerca de 29 cm de altura por 39 cm de largura). Apesar do desgaste é perceptível na face esquerda um fuste com ornamentação composta de três cordões e de uma gola direta com cerca de 10 cm de altura. A face frontal do fuste foi aplanada e nela gravou-se um arco de abertura voltada ao campo epigráfico que ostenta uma altura de 14 cm e uma largura registada na base de 23 cm. Este elemento decorativo deverá ter sido gravado em período posterior à destruição e aplanamento da face direita do monumento uma vez que o mesmo não se encontra centralizado segundo a forma e dimensões originais da ara, mas antes centralizado segundo as dimensões e a forma atual do monumento.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura máxima de 78 cm por uma largura máxima de 39 cm registada do capitel (e uma largura de 36 cm na base e 28 a 33 cm no fuste). A espessura varia entre 26 cm no capitel, 25 cm no fuste e 28 cm na base. O fóculo regista dimensões de 15 cm por 24 cm. O campo epigráfico apresenta uma altura de 35 cm e uma largura de 28 cm. A dimensão das letras varia entre 5,5 e 6,5 cm na primeira linha inscrita; 6,5 cm na segunda linha; 6 e 6,5 cm na linha três, e 5 cm na linha quatro. O espaçamento interlinear regista 0 cm na linha um; 1 cm na linha dois; 1 a 1,5 cm nas linhas três e quatro e 7 a 8 cm na última linha inscrita.



Ilustração 20: Ara de Fóios. Fot. autor.
Museu lapidário do Sabugal.

⁴¹⁴ AG.R5 é referente à menção a Reve presente na inscrição de Cabeço de Fráguas.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O monumento apresenta uma altura máxima de 78 cm por uma largura máxima de 39 cm registada do capitel (e uma largura de 36 cm na base e 28 a 33 cm no fuste). A espessura varia entre 26 cm no capitel, 25 cm no fuste e 28 cm na base. O fôculo regista dimensões de 15 cm por 24 cm. O campo epigráfico apresenta uma altura de 35 cm e uma largura de 28 cm. A dimensão das letras varia entre 5,5 e 6,5 cm na primeira linha inscrita; 6,5 cm na segunda linha; 6 e 6,5 cm na linha três, e 5 cm na linha quatro. O espaçamento interlinear regista 0 cm na linha um; 1 cm na linha dois; 1 a 1,5 cm nas linhas três e quatro e 7 a 8 cm na última linha inscrita.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação de traço pouco profundo e irregular em consequência da própria irregularidade do suporte. Apresenta pontos de separação entre todas as palavras e siglas. As letras iniciais de todas as linhas inscritas foram destruídas pelo desgaste a que o campo epigráfico foi sujeito. Na primeira linha inscrita, a leitura dos caracteres *-FVST* é clara. O *-s* apresenta linhas tendencialmente rectas, assemelhando-se a um *-Z* na sua forma inversa. Estarão em falta um ou dois caracteres no início da linha (atendendo ao espaço restante que constituiria o campo epigráfico), e, pela grande recorrência do cognome *Rufo* na região, poder-se-á sugerir-se as letras *-RV* como proposta de leitura para os caracteres em falta (não sendo, no entanto, segura ou comprovada esta sugestão). Na segunda e terceira linhas, o espaço danificado do campo epigráfico permite supor um maior número de caracteres destruídos, possivelmente três ou quatro caracteres para o início de cada uma das linhas. O *-f* apresenta-se bastante irregular ostentando uma linha vertical tendencialmente curva. O caractere *-o* apresenta um formato perfeitamente circular. No final da terceira linha, procedendo ao *-o* já referido, encontramos caracteres problemáticos que suscitam grandes dúvidas de leitura: tratar-se-á de um *-m* formado a partir de dois *-AA*, com os quais se encontraria em nexu; ou, tal como sugere Fernando Patrício Curado, estaríamos perante um *-p* de pança com dimensões reduzidas e de traços tendencialmente retos, seguido de um *A*, apresentando-se, na separação dos dois caracteres um rasgo do suporte, involuntário, que assemelha os caracteres *-PA* a um *-m*. A quarta linha inscrita regista um maior desgaste não permitindo a uma reconstituição segura. A leitura do *-m* é sugerida a partir da metade direita que se conserva do caractere. As restantes letras apresentam dimensões mais reduzidas e encontram-se ligeiramente alteadas, sendo perceptível, com alguma segurança as letras *-c* e *-o* no final da linha. Os caracteres *-AE* sugeridos encontram-se muito apagados pelo que a sua reconstituição não é segura.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[...]FVS·T
[...]I·FV
[...]O·PA
[...]MAECO
[...]

Leitura:

[Ru?]fus · T
[...]i · f(ilius) v
[...]o· Pa?-
[ra?]maeco
[...]

TRADUÇÃO: Rufo, filho de T[...]? [...] Paramaeco [...]

Curado 1988a; Repas 2001: 60.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Leite Vasconcelos (1905), na primeira leitura que faz do monumento, acrescenta a letra *-i* no final da quinta linha inscrita (*NIDAEI*). García Fernández-Albalat é da mesma opinião, acrescentando igualmente o *-i* na sua proposta de leitura. Dedicante e filiação apresentam nomes latinos, sem recorrerem, no entanto, ao *tria nomina*. Estaremos, portanto, perante um caso de indígenas em vias de romanização. *Rectus* é frequente na onomástica céltica. Fernando Patrício Curado propõe a seguinte leitura alternativa: [RV] FVS•T/[...]I•F(ilius, ex)V/[OT-, vel (-oto) DE-/RE-?]O • PA • [RA]MAECO / (aram posuit?). Nada indica que se faça alusão ao teónimo *Reve* como sugere Fernando Patrício Curado. A leitura de *Paramaeco* suscita algumas reservas. No que diz respeito ao dedicante, caso a reconstituição proposta se verifique, estamos perante um antropónimo latino. Fernando Patrício Curado sugere como leitura para o patronímico *Tritius* registado igualmente na Guarda (HAE 234); e em dois monumentos provenientes de Idanha (HAE 1144; HAE 1157). O local de proveniência do monumento pode contribuir para confirmar a existência na região do culto a uma divindade relacionada com o *paramus*, palavra de origem indo-europeia que significa «planalto; meseta». *Paramaeco* conhece-se como antropónimo em Marialva, e como teónimo em Lugo (*Aparamaecus*) e em Riosas, na região de Oviedo (*Paramecus*). Ainda em Lugo, achou-se uma inscrição votiva consagrada a *Reo Paramaeco*, relacionando-se numa interpretação inicial, a palavra *Reo* com a expressão *Deo*, e o teónimo *Paramaeco* com uma tribo ou gentilidade (Albertos Firmat 1965). Em 1983 é feita, pela primeira vez, a associação entre *Reo* e o teónimo amplamente conhecido *Reve*, concebendo-se *Paramaeco* como um epíteto a ele associado (Albertos 1983: 485; Albertos Firmat 1987: 178)⁴¹⁵. Igualmente em Lugo, testemunha-se uma segunda inscrição consagrada a *Iano Paramaeco*, apresentando-se, no entanto, o possível teónimo *Iano* grandes dúvidas de leitura e interpretação (Albertos Firmat 1965). A confirmar-se esta leitura, *Paramaeco* conceber-se-ia como um epíteto associado a dois teónimos diferentes, fenómeno reiterado na região da Beira Interior pelos testemunhos de (possivelmente) *Reve Paramaeco* patente no monumento presentemente estudado, e, simultaneamente por um testemunho de consagração a *Mercúrio Esibraeco* (destacando-se a semelhança linguística entre ambos). Sublinhe-se ainda a frequência com que o sufixo *-aeco* ocorre entre os diversos epítetos atestados na região da Beira Baixa (relembre-se *Ocelaeco* e *Tanginiciaeco*)⁴¹⁶. A localização geográfica do presente monumento, enquadrado numa área da Beira Interior central e Beira Baixa, onde se registam abundantes testemunhos do culto do teónimo *Reve*, contribui para a possível associação de *Paramaeco* (com natureza de epíteto) com este teónimo. Nesse caso, estamos perante um novo testemunho do culto a *Reve* possivelmente associado a um elemento orográfico (como parece indicar o significado da palavra *Paramaeco*). Este tipo de associação apresenta, desde logo, paralelos na relação entre o epíteto *Larouco* e a Serra Larouco (na região de Baltar, Orense).

⁴¹⁵ F. Villar discorda com a associação de *Reo* com o teónimo *Reve*. (Villar 1996: 205).

⁴¹⁶ Repas 2001: 61.

AG. R7

PROV: PINHEL, GUARDA.

DEP.: NA CASA DO SR. JOÃO AUGUSTO CARAPITO EM SANTA EUFÉMIA.

ANÁLISE DE SUPORTE

Ara em granito de tom acinzentado e róseo. O monumento apresenta-se bastante deteriorado, erosionado e fraturado junto à terceira linha do campo epigráfico. Apresenta capitel composto de dois toros e fóculo central circular. O fuste separa-se da base por um filete. A base, por sua vez, apresenta igualmente dois toros. A parte posterior do monumento não regista decoração.

DIMENSÕES

O monumento apresenta uma altura de 63 cm por 31 cm de largura máxima (registada na base do monumento) e 33 cm de espessura máxima. O campo epigráfico apresenta uma dimensão de 27 cm de altura e 29 cm de largura. A altura das letras varia entre 3,5 cm nas linhas um e dois; 4,5 cm no restante monumento. Os espaços interlineares apresentam dimensões de 2 cm nas linhas um e três; 1,5 cm na linha dois; e 6 cm na linha quatro.

ACHADO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Achada na aldeia e freguesia de Santa Eufémia, localizada no concelho de Pinhel, na posse do Sr. João Augusto Carapito. Desconhece-se o seu contexto de proveniência primário.

COMENTÁRIO PALEOGRÁFICO

Gravação profunda e bem legível. A inscrição apresenta-se puxada acima, apresentando um espaço interlinear maior na última linha, em comparação com as restantes. Os caracteres revelam uma ligeira tendência de inclinação para a esquerda. Verificam-se pontos de separação na terceira e quarta linhas, a separar todos os caracteres. A falta de espaço de gravação na segunda linha poderá ter condicionado a inscrição de um ponto de separação previsível entre o nome da dedicação e o caractere que a assinala. A deterioração do monumento impossibilita a leitura da primeira letra das primeira e segunda linhas.

INSCRIÇÃO

Transcrição:

[R]EVE

[...]

[...]VEIF

AVS

Leitura:

[C]asabius
[B ou T]urrili f(ilius)
v(otum)·s(olvit)·l(ibens)·m(erito)
R·C

TRADUÇÃO: Casabio, filho de [T ou B]urrilo, cumpriu o voto de bom grado a R.C.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Tomé 1983; 6-8 nº 17; Encarnação 1987: 29; Garcia 1991: 504 nº 568.

OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO

O teónimo deverá estar contido nas siglas RC, que poderão corresponder a *Reve* acompanhado de um epíteto local. Sublinhe-se que, habitualmente, apenas as divindades de cariz local ou regional aparecem em siglas (como acontece com *IOM*, por exemplo). No que se refere à antroponímia, o dedicante identifica-se à maneira indígena através de um nome e do patronímico. *Casabi* regista-se num segundo testemunho em Cárquere (em Resende) [CIL II 5577]. No que diz respeito ao patronímico, Maria Tomé sugere uma leitura de *Turrilli* documentado igualmente na Gália sob a forma de *Turrius* (Tomé 1983). José Manuel Garcia e Albertos Firmat propõem uma leitura alternativa de *Burrilli*, com testemunhos sob a forma de *Burili* em Salamanca (HAE 1343; HAE 1367). Organização textual pouco comum na Beira Interior, com alusão ao dedicante e patronímico; seguido da fórmula final de voto de acordo com a norma frequente na região; e, por último, do possível teónimo. Maria Tomé (1983) sugere uma cronologia do século II d.C. de acordo com a paleografia.

AGRADECIMENTOS >

O meu sincero agradecimento constitui um preito de justiça e de homenagem sentida a todos os que me acolheram, guiaram e apoiaram, permitindo a concretização da presente obra e a minha realização pessoal.

Cumpr-me distinguir, em primeiro lugar, o contributo de todos os museus, organizações locais e demais instituições culturais que possibilitaram a investigação e o estudo dos monumentos epigráficos revelando uma imediata disponibilidade e um notável espírito de cooperação científica. A sua importância assume, no caso presente, uma valia tão significativa que, sem eles, teria sido impraticável chegar a qualquer resultado digno de menção. Por conseguinte, destacamos a colaboração do Museu Regional da Guarda, na pessoa da Dra. Dulce Helena Pires Borges, o contributo do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, do Museu Municipal de Penamacor, do Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha, e, por último, do Museu Etnográfico Egitanense. As referidas instituições disponibilizaram o acesso às suas coleções epigráficas assim como o registo fotográfico dos monumentos mencionados no presente estudo. Sublinho igualmente a colaboração do Museu Tavares Proença Júnior na pessoa da Doutora Aida Rechená pela receptividade demonstrada na visita às reservas e estudos das suas epígrafes. Por último, acentuo a colaboração do Museu Municipal do Sabugal, na pessoa da Dra. Carla Augusto, expressa na cedência de informação relativa aos monumentos, na cedência de fotografias dos mesmos e na colaboração prestada. A todas as instituições, ficam aqui expressos os meus sinceros agradecimentos pela colaboração e pela amabilidade de me receber.

Sublinho igualmente a cooperação do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra e do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade do Porto pelo apoio que sempre me disponibilizaram. Ressalvo ainda a colaboração da Casa do Castelo do Sabugal, na pessoa da D. Natália Bispo, pela receptividade demonstrada no acesso ao monumento epigráfico que se encontra à sua guarda. Acrescente-se o contributo do Dr. Marcos Osório expresso na cedência de imagens dos monumentos a seu cargo, na orientação prestada e na profunda receptividade demonstrada.

Por último, desejo expressar o profundo reconhecimento pelo contributo do orientador científico da dissertação que esteve na base desta obra, Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva, pelos fecundos ensinamentos e princípios de integridade científica que sempre me soube transmitir desde os primeiros momentos, e pela disponibilidade demonstrada na partilha da sua larga experiência como notável investigador.

